

An aerial, black and white photograph of a dense urban grid in São Paulo, Brazil. A prominent red line highlights a specific path or route that winds through the city blocks, starting from the top left, curving downwards, and then following a more direct path towards the bottom right. The text is overlaid on the right side of the image.

PRAÇA ROOSEVELT:

ESPAÇO PÚBLICO EMBLEMÁTICO NA CONSTRUÇÃO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

Imagem da capa:

Praça Franklin Dellano Roosevelt e via expressa Leste-Oeste na área central de São Paulo em 2022.

Fonte: Geosampa. Editado pelo autor em colaboração com Raquel Olivato.



PRAÇA ROOSEVELT:

ESPAÇO PÚBLICO EMBLEMÁTICO NA CONSTRUÇÃO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARLON PAIVA

Praça Roosevelt: espaço emblemático na construção da metrópole de São Paulo

Campinas

2022

MARLON PAIVA

Praça Roosevelt: espaço emblemático na construção da metrópole de São Paulo

Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

Campinas

2022

O presente trabalho foi realizado com apoio do Departamento de Recursos Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas por meio da Bolsa Capacitação Docente.

Autoriza-se a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

marlon.paiva@puc-campinas.edu.br

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4 Paiva, Marlon
P149p Praça Roosevelt: espaço público emblemático na construção da metrópole de São Paulo / Marlon Paiva. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.
270 f.: il.
Orientador: Maria Cristina da Silva Schicchi.
Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo , Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.
Inclui bibliografia.
1. Espaços Públicos . 2. Espaços Públicos - São Paulo (SP) - História. 3. Praça Roosevelt . I. Schicchi, Maria Cristina da Silva. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo . III. Título.

CDD - 18. ed. 711.4

MARLON PAIVA

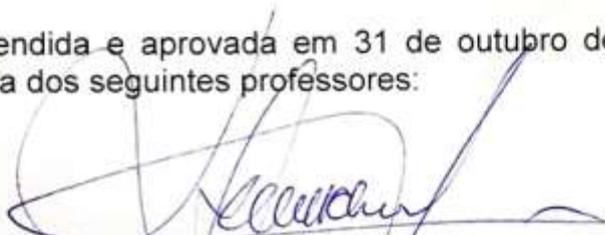
“PRAÇA ROOSEVELT: ESPAÇO PÚBLICO EMBLEMÁTICO NA CONSTRUÇÃO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO”

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

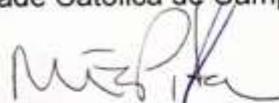
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

Tese defendida e aprovada em 31 de outubro de 2022 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



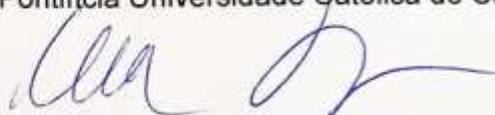
Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi

Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



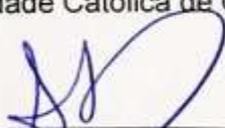
Profa. Dra. Maria Eliza de Castro Pita

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Vera Santana Luz

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Angélica Benatti Alvim

Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Leonardo Loyolla Coelho

Escola da Cidade

Ao meu pai Mauro

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Cristina Schicchi, professora na graduação e co-orientadora no mestrado, pelo privilégio em sempre contar com sua visão crítica nos mais diversos encontros e por ter sido sempre tão generosa, paciente e disponível durante todo o percurso desta pesquisa, ultrapassando os limites do que seria seu ofício, oferecendo oportunidades, conversas e questionamentos através de orientações pautadas pela ética, seriedade e carinho. Meu eterno agradecimento.

À PUC-Campinas, lugar de tanto estímulo acadêmico, principalmente pela Bolsa que permitiu a realização desta pesquisa, e em memória dos grandes mestres desta casa: Professores Ricardo Badaró e Joaquim Caetano de Lima.

Ao Maxim Bucarech, também em memória. Querido professor, “mecena” durante o período de intercâmbio no Porto e colega em sala de aula. Mestre com quem pude aprender o ofício na prática em seu ateliê e a importância do canteiro no ensino da arquitetura. Diante da “*hypothèse nulle*” da despedida, agradeço e sigo adiante na esperança em honrar o “bastão” deixado. Como foi leve. Quanta saudade.

À Maria Elisa, pela generosidade em me conceder o convite para regressar a esta casa que chamo de minha e trilhar os caminhos da docência, por meio da oportunidade única de aprender a educar com os elegantes e prestigiados professores da FAU PUC-Campinas, colegas e amigos presentes nos últimos dez anos, dos quais igualmente ofereço meus agradecimentos.

Aos professores e colegas do POSURB-ARQ, pelas trocas em sala de aula, durante as disciplinas e fora delas, por oferecerem importantes momentos de reflexão e debates. À banca de qualificação, Prof Dr. Eugênio Queiroga e Profa Dra Vera Luz pelas precisas contribuições ao desenvolvimento da pesquisa. Aos professores e amigos Wilson Caracol, Bia Aranha, Claudio Manetti e Ana Cecília de Arruda Campos, cujo compartilhar de saberes através de nossas conversas informais permitiram esclarecer pontos importantes à tese. À secretária do programa, Paulinha, pelas incontáveis assistências que me prestou. À estudante Raquel Olivato pelo auxílio com os mapas e arte da capa.

Ao meu companheiro Caio, familiares e amigos por todo carinho, paciência, amor e suporte de sempre.

“As reformulações urbanas tendem a apoiar suas propostas na grandiosidade da megametrópole, completa, coletiva e uniformizada, criando monumentos onde se destrói a vitalidade do detalhe e seu correspondente humano”

Roberto Coelho Cardozo, Revista Acrópole, 1970.

RESUMO

PAIVA, M. **Praça Roosevelt**: espaço público emblemático na construção da metrópole de São Paulo. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2022.

Esta pesquisa apresenta uma leitura sobre a formação da metrópole de São Paulo a partir da análise da Praça Franklin Dellano Roosevelt localizada em seu Centro Histórico, utilizada como objeto de estudo que permitiu verificar planos e projetos implantados em tempos distintos, em resposta às diferentes agendas voltadas ao desenvolvimento urbano no centro. A tese demonstra que a Praça preserva a memória e constitui um agente da construção da cidade desde sua origem até a contemporaneidade, permitindo observar diferentes níveis de apropriação social diante da confluência das territorialidades que se sobrepõem ao seu espaço físico. Organizou-se a argumentação em três partes. A primeira trata da formação do território até os anos 1940, quando a Roosevelt passou a relacionar-se com o Plano de Avenidas de Prestes Maia e foi foco do consumo da elite e da boemia paulistana da época. A segunda tece reflexões sobre a idealização de espaços públicos a partir do projeto e dos planos realizados no final dos anos 1960, quando a praça integrou as intervenções no Centro Histórico que refletiram em seu espaço a implantação da via expressa Leste-Oeste, face a metropolização da cidade e a construção da praça cívica paulistana, o “edifício-praça”, como espelho da eficiência do regime autoritário no período e da modernidade esperada para a recém nomeada metrópole mundial. O declínio, a obsolescência de usos e degradação física de espaços centrais nos anos 1980 conduzidos, em parte, pelo deslocamento de investimentos e usos para outros eixos de expansão da cidade, manifestaram o paradigma da “volta ao centro” nos anos 1990 que expressaram na praça estratégias voltadas à renovação da área central. Assim, a tese avança para a parte final discutindo as relações entre os convívios, conflitos e confrontos na apropriação deste espaço público entre os anos 2000 e 2010, quando passou por reforma e foi reinaugurada em 2012. Como resultados, as reflexões geradas a partir do estudo da praça na atualidade lançam luz sobre a importância dos estudos urbanos a partir dos espaços públicos, ao permitirem antever os limites e alcances das ações de intervenção voltadas à regeneração urbana nos centros históricos de grandes cidades como São Paulo.

Palavras-chave: Espaço Público. História Urbana. São Paulo. Praça Roosevelt.

ABSTRACT

PAIVA, M. **Roosevelt Square:** emblematic public space in the construction of the metropolis of São Paulo. 2022. Thesis (Doctorate in Architecture and Urbanism). Post-Graduate Program in Architecture and Urbanism at the Pontifical Catholic University of Campinas. Campinas, 2022.

This research presents a reading about the formation of the metropolis of São Paulo from the analysis of Franklin Dellano Roosevelt Square located in its Historic Center, used as an object of study that allowed verifying plans and projects implemented at different times, in response to the different agendas focused on to urban development in the center. The thesis demonstrates that the Square preserves memory and constitutes an agent in the construction of the city from its origins to the present day, allowing the observation of different levels of social appropriation in the face of the confluence of territorialities that overlap its physical space. The argument was organized in three parts. The first deals with the formation of the territory until the 1940s, when Roosevelt became associated with Prestes Maia's Plan of Avenues and was the focus of consumption by the elite and bohemia in São Paulo at the time. The second weaves reflections on the idealization of public spaces based on the project and plans carried out in the late 1960s, when the square was part of interventions in the Historic Center that reflected in its space the implementation of the East-West expressway, in the face of metropolization of the city and the construction of the civic square in São Paulo, the “building-square”, as a mirror of the efficiency of the authoritarian regime in the period and of the expected modernity for the newly named world metropolis. The decline, obsolescence of uses and physical degradation of central spaces in the 1980s, driven, in part, by the displacement of investments and uses to other expansion axes of the city, manifested the paradigm of the “return to the center” in the 1990s that was expressed in the square strategies aimed at renovating the central area. Thus, the thesis advances to the final part, discussing the relationships between coexistence, conflicts and confrontations in the appropriation of this public space between the years 2000 and 2010, when it underwent renovation and was reopened in 2012. As a result, the reflections generated from the study of the square nowadays shed light on the importance of urban studies from the public spaces, by allowing to foresee the limits and scope of intervention actions aimed at urban regeneration in the historic centers of large cities such as São Paulo.

Keywords: Public Spaces. Urban requalification. Roosevelt Square.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapas de localização da Praça Roosevelt. Fonte: Geosampa, 2022, elaborado pelo autor.24
- Figura 2: Mapas de localização da Praça Roosevelt. Fonte: Imagem capturada pelo autor em 2022..... 24
- Figura 3: Feira de rua aos sábados no espaço atrás da igreja de Nossa Senhora da Consolação. Fonte: Disponível em <http://saopaulo-40s-50s-60s.blogspot.com/2012/09/praca-roosevelt-e-o-centro.html>. Acessado pelo autor em 20 de agosto de 202234
- Figura 4: Mapa do Centro Histórico de São Paulo. Fonte: Geosampa, 2022, elaborado pelo autor.40
- Figuras 5 e 6: Primeira e segunda versão do Perímetro de Irradiação com a localização da área que atualmente ocupa a Praça Roosevelt. Fonte: Editado pelo autor a partir de Toledo (1996).42
- Figuras 7 e 8: À esquerda o antigo casarão da família Prado e à direita o Velódromo que deu lugar ao Clube Atlético Paulistano até os anos 1930. Fonte: Disponíveis em <https://museudofutebol.org.br/crfb/instituicoes/662365/>. Acessados em 20/05/2022..... 45
- Figuras 9 e 10: Desenvolvimento urbano em direção Sudoeste entre 1881 e 1905, a partir do Largo da Memória através do Caminho de Pinheiros (atual Rua da Consolação). Fonte: Acervo de cartas e mapas históricos de São Paulo reunidos e editados pelo autor.....45-46
- Figuras 11 e 12: Desenvolvimento urbano junto à Igreja da Consolação. Implantação dos primeiros equipamentos de usos educacionais e esportivos entre 1905 e 1913. Fonte: Acervo de cartas e mapas históricos de São Paulo reunidos e editados pelo autor.46
- Figura 13: Mapa de 1930 com a definição da Praça da Consolação e o lançamento das intervenções de Prestes Maia no Plano de Avenidas para São Paulo. Fonte: Cartografia Sara Brasil de 1930 acessada pelo GeoSampa e editada pelo autor..... 47
- Figura 14: Projeto da Avenida Anhangabaú (atual 9 de Julho), integrante do Plano de Avenidas. Fonte: Editado pelo autor a partir de Campos (2006)..... 47

Figura 15: Projeto da Segunda Perimetral com as modificações realizadas na década de 1950. Fonte: Editado pelo autor a partir de Campos (2006)	50
Figuras 16 e 17: A Praça Roosevelt nos anos 1950. À esquerda partindo da rua Augusta em direção à rua Consolação. À direita no sentido contrário. Fonte: Disponível em http://saopaulo-40s-50s-60s.blogspot.com/2012/09/praca-roosevelt-e-o-centro.html . Acessado pelo autor em 20/05/2022.	50
Figura 18: A Praça Roosevelt nos anos 1950. Fonte: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado pelo autor em 2022.	51
Figura 19: O Centro Novo de São Paulo e a Praça Roosevelt nos anos 1960. Fonte: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado pelo autor em 2022.	54
Figura 20: A Praça Roosevelt no filme Noite Vazia, produzido por Khouri em 1964. Fonte: Disponível em https://www.oespacopublico.com.br/2018/05/29/praca-roosevelt-essa-metamorfose-nao-ambulante/ . Acessado pelo autor em 20/05/2022.	57
Figuras 21 e 22: A Praça Roosevelt no filme produzido por Sganzerla, em 1968. Fonte: Acervo do autor obtido a partir do filme disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pSbBA4OiqBc . Acessado pelo autor em 20/05/2022.	60
Figura 23: A Praça Roosevelt durante as obras de implantação da ligação Leste-Oeste no final dos anos 1960. Fontes: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado em 2022.....	65
Figura 24: A Praça Roosevelt durante a inauguração da via expressa junto ao Elevado Costa e Silva (Minhocão) em 1971. Fontes: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado em 2022.....	66
Figuras 25 e 26: A Praça Roosevelt no filme produzido por Person, em 1965. Fonte: Acervo do autor obtido a partir do filme disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ns-LPKhz_AE . Acessado pelo autor em 20/05/2022	68
Figura 27: Localização das obras implementadas de acordo com o Plano de Avenidas de Prestes Maia até os anos 1960. Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor a partir de Artigas	

(2008) e Campos (2002).	71
Figura 28: Projeto de alargamento da rua da Consolação (reprodução de 1956 do projeto de 1946) com a indicação da Praça Roosevelt. Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor a partir Campos (2002, p. 61).	72
Figuras 29 e 30: À esquerda, perspectiva do anteprojeto do sistema de transporte rápido metropolitano em 1956. À direita, imagem da rua da Consolação em processo de alargamento no ano de 1967, em proximidade com a Praça Roosevelt e o canteiro de obras da implantação da expressa Leste-Oeste. Fonte: Campos (2002, p. 60 e 61).	72
Figura 31: “Paredão de edifícios” a leste da Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Imagem capturada pelo autor em visita de campo realizada em 2022.	77
Figura 32: Edifícios existentes a Oeste da Praça Roosevelt em 2022, com destaque do Edifício Olinda à esquerda da imagem. Fonte: Imagem capturada pelo autor em visita de campo realizada em 2022	78
Figura 33: Fluxos de expansão e deslocamentos de usos e investimentos no setor Sudoeste da capital a partir dos anos 1960. Fonte: Fialho (2007).	81
Figura 34: Primeiro projeto da Segunda Perimetral passando em nível pela Praça Roosevelt em 1956. Fonte: Planejamento (1961): relatório final da gestão Adhemar de Barros entre 1957 e 1961	84
Figura 35: Atualização do projeto da Segunda Perimetral passando em nível pela Praça Roosevelt, principalmente nos quarteirões do seu entorno oeste em 1961. Fonte: Campos (2002)	85
Figura 36: Sistema de vias expressas em malha “ortogonal”, previstas no PUB de 1968 articulada ao sistema de vias arteriais previstas no Plano de Avenidas. Fonte: Sato & Bernanrdini (2018)	89
Figura 37: Croqui do Elevado Costa e Silva. Fonte: Artigas (2008).	90
Figura 38: O Elevado Costa e Silva (Minhocão) a partir da rua da Consolação no sentido Oeste. Fonte: Imagem capturada pelo autor em 2022.	91
Figura 39: Estudo sobre o PUB de 1968. Aproximação ao objeto de estudo da tese. Fonte: Cartografia de 1988 extraída do GeoSampa e editada pelo autor em 2022.	92

Figura 40: Estudo do sistema de espaços livres junto ao entorno da Praça Roosevelt, conectado por rede de ciclovias e pelo Metrô de São Paulo em 2022. Fonte: Imagem aérea em 2021 extraída do GeoSampa e editada pelo autor em 2022.	95
Figura 41: Situação urbana em 1954 junto à Praça Roosevelt, inaugurada em 1951. Fonte: Mapa de 1954 extraído do GeoSampa e editada pelo autor em 2022.	99
Figura 42: Implantação da via expressa Leste Oeste junto à Praça Roosevelt em 1967. Fonte: Acervo do autor extraído do Acervo Folha Online em 2022	102
Figuras 43 e 44: Implantação e perspectiva apresentadas por Roberto C. Cardoso em 1968. Fonte: Revista Acrópole, nº 380 (1970).....	102
Figuras 45, 46, 47 e 48: Projeto modificado, apresentado por Roberto C. Cardoso em 1969. Fonte: Revista Acrópole, nº 380 (1970). Modificado pelo autor.	104
Figuras 49, 50, 51, 52, 53 e 54: Imagens da nova Praça Roosevelt inaugurada em 1970. Fonte: Revista Acrópole, nº 380 (1970).	105
Figura 55: Quadra direcional como exemplar de “urbanismo vertical”, desenvolvido por Ludovico Quaroni em 1963. Fonte: Yamashita (2013).....	110
Figura 56: Lower Manhattan Expressway de Paul Rudolph, 1967. Fonte: Yamashita (2013).	111
Figuras 57 e 58: À esquerda Burden Garden, Garrett Eckbo, New York, 1945. À direita, Praça Roosevelt, Roberto C. Cardozo, São Paulo, 1968. Desenhos sem escala. Fontes: Treib (1997) e Revista Acrópole nº 380 (1970).	113
Figuras 59 e 60: À esquerda, imagens da Praça Roosevelt (desenho de piso, desníveis e áreas de permanência). À direita, Mellon Square e Manhattan Square Park. Fontes: Roosevelt, Revista Acrópole nº 380 (1970). Mellon Square e Manhattan Square Park, Yamashita (2013).....	115
Figuras 61, 62 e 63: Situação de degradação da Praça Roosevelt nos anos 2000. Fontes: Disponível em https://moburbano.wordpress.com/2009/11/04/praca-roosevelt-2/#jp-carousel-56 . Acessado em 25/08/2022.	125
Figura 64: A Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Imagens capturadas durante visita de campo realizada pelo autor em 2022.	127

Figura 65: Minhocão visto de baixo, próximo à Roosevelt, em 2022. Fonte: Imagens capturadas durante visita de campo realizada pelo autor em 2022.....	128
Figura 66: Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Acervo do autor, 2022.....	129
Figuras 67 e 68: Regeneração Urbana na cidade do Porto/PT. Intervenções junto à Boa vista (esquerda) e Aliados (direita), anos 2000. Fonte: Acervo do autor, 2005	134
Figuras 69 e 70: Regeneração Urbana na cidade de Londres, Intervenções junto à Catedral St. Paul (esquerda) e a Prefeitura (direita) e à nos anos 2000. Fonte: Acervo do autor, 2005.....	135
Figuras 71 e 72: Regeneração Urbana na cidade de Barcelona. Implantação do Parque Olímpico (à esquerda) e Intervenções junto à Praia de Barceloneta (à direita) nos anos 2000. Fonte: Acervo do autor, 2005	136
Figura 73: Perímetro da Área Central e da Operação Urbana Centro. Indicação das principais intervenções ocorridas âmbito da Regeneração Urbana de São Paulo. Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas informações disponibilizadas no site gestãourbana.sp.gov.br/operacaourbanacentro	140
Figuras 74 e 75: Proposta de reforma da Praça Roosevelt em 1995. Fonte: Yamashita, 2013.	149
Figuras 76 e 77: Estudo Preliminar da EMURB 1995. Fonte: Yamashita, 2013.....	149
Figura 78: Estudo Preliminar da EMURB aprovado em 2006. Fonte: Yamashta, 2013.....	158
Figura 79: Início da reforma da Praça e demolição das estruturas em 2010. Fonte: Acervo do autor extraído do Acervo Estadão online em 2022.....	159
Figura 80: Projeto Executivo de reforma elaborado pela equipe Figueiredo Ferraz em 2008. Fonte: SP Urbanismo, 2020.	163
Figura 81: Projeto Executivo Borelli & Merigo 2012. Fonte: SP Urbanismo, 2020.	163
Figura 82: Intervenções de reabilitação urbana na Praça Roosevelt nos anos 2010. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMURB (2009).....	165

Figura 83: Intervenções de renovação urbana no entorno da Praça Roosevelt nos anos 2010. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMURB (2009)..	170
Figura 84: Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Disponível em https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1678665164448443-praca-roosevelt-fica-cheia-durante-o-fim-de-semana . Acessado em 10/11/2022.	173
Figura 85: Localização de empreendimentos imobiliários entre os anos de 2009 e 2012. Fonte: Elaborado pelo autor com base na reportagem Folha de São Paulo, 04 de novembro de 2012.	178
Figuras 86 a 87: Alguns empreendimentos implantados próximos à Roosevelt entre 2009 e 2012. Fonte: Acervo do Autor, 2022.	179
Figuras 88, 89 e 90: Lançamentos imobiliários próximos à Roosevelt em 2022. Fonte: Acervo do Autor, 2022.	181
Figuras 91 e 92: À esquerda, térreo do Edifício Copan. À direita, fechamento de condomínios no Baixo Augusta. Fonte: Acervo do Autor, 2022.	182
Figura 93: Lançamento Condomínio Think Home República. 30 pavimentos com unidades Studio e Studio Gardem de 21 a 26m². Ao fundo, Edifício Copan com 35 pavimentos. Fonte: Acervo do Autor, 2022.	182
Figura 94: Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Acervo do autor, 2022.	185
Figuras 95 e 96: Bases da Guarda Civil Metropolitana e Polícia Militar na Roosevelt. Fonte: Acervo do autor, 2022.	188
Figuras 97 e 98: Circulação e estacionamento de veículos policiais na Roosevelt. Fonte: Acervo do autor, 2022.	188
Figura 99: Mapa síntese de usos atuais e “sedimentações” na Praça Roosevelt e seu entorno. Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.	189

Figuras 100 e 101: Os Satyros, Espaço Parlapatões em frente à Praça Roosevelt. Fonte: Acervo do autor, 2022	195
Figuras 102, 103, 104 e 105: Grupos teatrais no entorno da Praça. Fonte: Acervo do Autor, 2022.	200
Figura 106: Virada da Educação na Praça Roosevelt em outubro de 2017. Fonte: Disponível em https://estilodeaprender.com.br/site/index.php/2017/10/20/virada-educacao-na-praca-roosevelt/ . Acessado em 10/11/2022.	203
Figura 107: Maratona cultural “Satyrianas” na Praça Roosevelt em outubro de 2018. Fonte: Disponível em https://twitter.com/os_satyros/status/1051570195586830336 . Acessado em 10/11/2022.	204
Figura 108: Inauguração das pistas de skate na Praça Roosevelt em 2014. Fonte: Disponível em http://www.espn.com.br/noticia/463932_dc-invitational-lota-roosevelt-em-festa-do-skate . Acessado em 10/11/2022.	205
Figura 109: Entorno da Praça Roosevelt, junto ao Elevado Costa e Silva. Fonte: Acervo do autor, 2022.	208
Figuras 110 a 118: Situações de abandono e degradação na Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Acervo do autor, 2022.	209
Figura 119: Praça Roosevelt em 2022. Fonte: Acervo do autor, 2022.	210

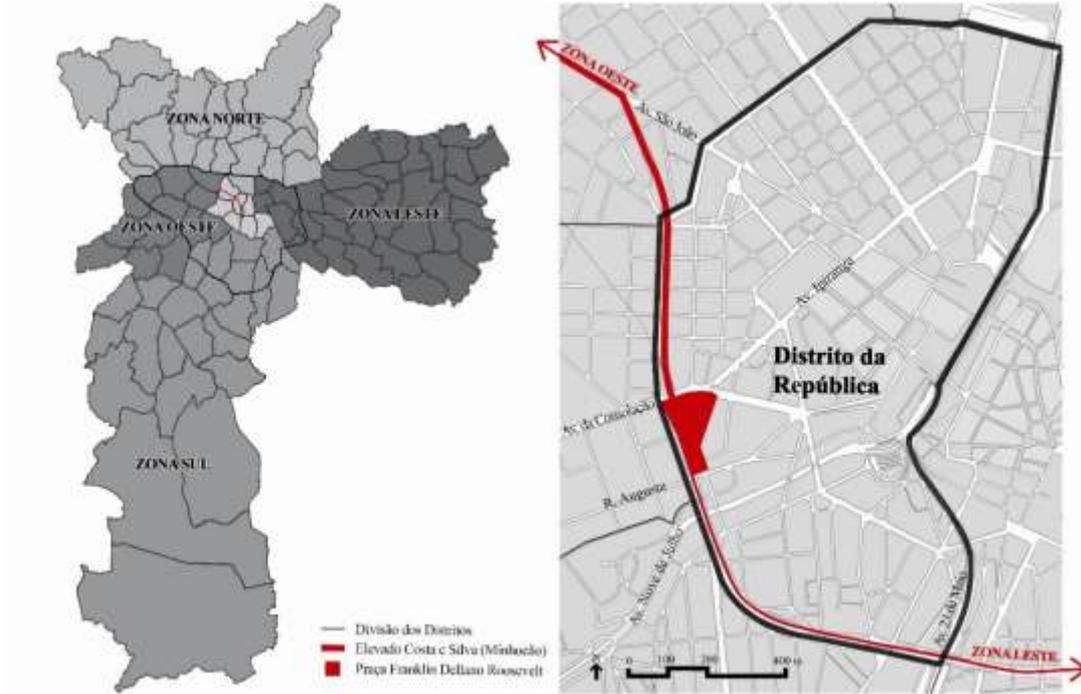
INTRODUÇÃO	26
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	32
PARTE I – A GÊNESE DO ESPAÇO.....	38
CAPÍTULO 1 – A imagem urbana do Centro Novo da metrópole	39
CAPÍTULO 2 – Imaginários de um espaço público: a Praça Roosevelt.....	53
PARTE II – DO ESPAÇO IDEALIZADO AO ESPAÇO PERCEBIDO	68
CAPÍTULO 3 – A cidade e os ideários de modernidade	69
3.1 O centro de São Paulo nos anos 1950 e 1960.....	69
3.2 A partir do Centro: o relatório “Planejamento” de 1961 e as inflexões na Praça Franklin D. Roosevelt (1954 e 1961).....	83
3.3 <i>Um Centro Metropolitano: O Plano Urbanístico Básico de 1968 e a Praça Franklin D. Roosevelt (1967)</i>	88
CAPÍTULO 4 – Entre praça, sistema viário e não-praça.....	99
4.1 <i>Um edifício-praça: Praça Roosevelt (1968-1970)</i>	99
4.2 <i>Um espaço liminar: narrativas da degradação da Praça Roosevelt (1970-1990)</i>	117
PARTE III – CONVÍVIOS, CONFLITOS E CONFRONTOS NO ESPAÇO.....	130
CAPÍTULO 5 _ (Re)fazer a praça: a Regeneração Urbana que veio de cima	131
5.1 <i>Considerações sobre um paradigma contemporâneo: o (re) fazer urbano</i>	131
5.2 <i>A Regeneração Urbana</i>	132
5.3 <i>A Regeneração Urbana na Área Central de São Paulo</i>	138
5.4 <i>De volta à Praça Roosevelt: o Estudo Preliminar da EMURB de 1995</i>	149
5.5 <i>O “grande investidor”: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)</i>	153
5.6 <i>A praça da política: tratativas para a reforma da Praça Roosevelt (2006-2012)</i>	158
5.7 <i>Reabilitar</i>	165
5.8 <i>Renovar</i>	17

5.9	<i>As qualidades alcançadas no espaço livre público da Praça.....</i>	173
5.10	<i>As qualidades alcançadas nos espaços livres públicos e no entorno da Praça</i>	175

CAPÍTULO 6 _ (Re)ocupar a praça: a Regeneração que “veio das ruas”

	184
6.1	A ágora da metrópole paulistana: a Roosevelt como palco de insurgências urbanas e urbanismo tático	186
6.2	De volta à Praça Roosevelt: a regeneração por meio da arte, cultura e educação.....	192
6.3	Praça Roosevelt resiliente: novos conflitos no uso e apropriação do espaço público.....	204
	CONCLUSÃO	211
	REFERÊNCIAS.....	214
	ANEXO A – DOCUMENTÁRIO: “ROOSEVELT: UMA PRAÇA ALÉM DO CONCRETO”	225
	ANEXO B – DOCUMENTÁRIO: “ESTAÇÃO SP - A PRAÇA ROOSEVELT COMO ÁGORA DA CIDADE”	234
	ANEXO C – ENTREVISTA RUBENS REIS: A “NOVA” NOVA PRAÇA ROOSEVELT.....	246
	ANEXO D – BORELLI & MERIGO OS PROJETOS E A NOVA PRAÇA ROOSEVELT1.....	254

Figura 1: Mapas de localização da Praça Roosevelt.



Fonte: Geosampa, 2022, elaborado pelo autor.

Figura 2: A Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Imagem capturada pelo autor em 2022.

INTRODUÇÃO

A perspectiva de uma crise urbana permanente e a busca por fomentar o desenvolvimento econômico, a partir de intervenções em áreas consolidadas, tornaram-se um capítulo a mais nos processos de geração de desigualdades e tensões sociais nestes novos cenários. Por outro lado, as transformações ininterruptas das grandes metrópoles, bem como a fluidez e transitoriedades próprias de seus espaços públicos, exigem um permanente alerta quanto às formas de apropriação e reprodução dos espaços da cidade.

Neste contexto, nos últimos vinte anos, as diferentes propostas e ações apresentadas pelo Estado - no sentido do desenho e/ou redesenho de espaços públicos visando atribuir um maior dinamismo em seus territórios – concentraram-se em definir estratégias para solução de problemas locais, como os que decorrem de obsolescências urbanas. Em contraposição, surgem novos arranjos sociais, como a formação de coletivos e de processos participativos, assim como profissionais e equipes multidisciplinares, no sentido de compreender diferentes necessidades e conflitos, desenvolver novas possibilidades de atuação e refletir sobre tendências na apropriação e uso dos espaços públicos.

Esta pesquisa propõe um olhar para o território paulistano, mais especificamente para o Centro Histórico da cidade de São Paulo, onde a noção de “reúso” de seus espaços públicos, assim como seus redesenhos contemporâneos, induziram a estruturação de processos de regeneração urbana visando melhorias a curto, médio e longo prazos nos espaços decorrentes de intervenções urbanas.

Nesta pesquisa, foi selecionado um **objeto de estudo**, figuras 1 e 2, que passou por intervenções recentes e que permite analisar e discutir tais questões: a Praça Franklin Delano Roosevelt.

A **tese** demonstra que a partir da leitura da Praça Roosevelt - como um espaço público emblemático, onde confluem diversas territorialidades sobrepostas ao seu território físico – lê-se a própria história da formação da cidade de São Paulo enquanto metrópole, refletindo planos e projetos que foram se implantando em tempos distintos em resposta às diferentes agendas voltadas ao desenvolvimento urbano no centro.

Procura-se verificar como tais questões se manifestam no território estudado, buscando compreender e, no limite, antecipar possíveis problemas sociais e urbanos decorrentes das ações

de intervenção voltadas a renovação/requalificação urbana no Centro Histórico paulistano. Assim, propôs-se a analisar e discutir sobre modos de uso e apropriação em espaços livres públicos, bem como apontar caminhos que possam orientar futuras pesquisas, técnicos e equipes multidisciplinares envolvidas em projetos urbanos desta natureza.

A tese foi estruturada em três partes, nomeadas de: “A gênese do espaço”, “Do espaço idealizado ao espaço percebido”, “Convívios, conflitos e confrontos no uso do espaço”. A estratégia para sua composição deu-se a partir do reconhecimento da cronologia das intervenções urbanas ocorridas junto à área ocupada pela praça desde os anos 1940 (então Praça da Consolação) até a atualidade (atual Praça Roosevelt), e estruturou-se através da seguinte composição de capítulos.

A Parte I – A gênese do espaço – objetiva apresentar o argumento, o referencial teórico e o objeto de estudo da tese.

O *Capítulo 1, “A imagem urbana do Centro Novo da metrópole”*, apresenta os conceitos de espaço definidos por Leffevre (1974) e Santos (2006). A estes conceitos cruzam-se ao de território fornecido por Haesbaert (2007). Buscou-se refletir especificamente sobre a formação do Centro Histórico de São Paulo, em referência a Alex (2011), Campos (2004), Maia (1945), Schicchi (2002), Toledo (1996). O capítulo apresenta comentários relacionados ao Plano de Avenidas de 1930 e o seu impacto no desenho dos primeiros traçados que tangenciam o objeto de estudo da tese. De modo demonstrar como ocorreu o desenvolvimento e a conformação urbana que definiram os perímetros do espaço público em questão, a pesquisa organizou uma sequência de mapas históricos, entre os anos de 1881, 1895, 1905, 1913, 1930 e 1954, que possibilitaram identificar espacialmente os elementos que deram origem à formação de seu território e suas primeiras territorialidades

No *Capítulo 2, “Os imaginários de um espaço público: a Praça Roosevelt”*, adotou-se como referência: Borelli (2005), Campos (1988), Coelho (2012), Franco (2017), Harvey (1980) Leffevre (1974), Palma (2010), Silva (2014), Sganzerla (2008) e Vieira (2011). Demonstra-se como o Centro Novo, especificamente o território formado junto à Praça Roosevelt, repercutiu dois momentos distintos ao imaginário paulistano no limiar da implantação do “edifício-praça”. Entre os anos 1940, 1950 e início dos anos 1960, a região viveu um período áureo que abrigou o comércio de luxo da elite paulistana e o foco da vida noturna da cidade. A partir de meados dos anos 1960, com o deslocamento de usos e investimentos para outros setores da cidade, como as

avenidas Paulista e Faria Lima, a região, que ainda abrigava a efervescência cultural em função dos teatros, cinemas, rádio e televisão presentes em seu entorno, passou a perceber o surgimento de usos de menor prestígio que fizeram o território ser conhecido como a “Boca do Lixo”. Para além dos registros que apontam esta dualidade, indicados nas Atas das reuniões da Câmara Municipal, os filmes “*Noite Vazia*” de 1964 e “*O Bandido da Luz Vermelha*” de 1968, contribuíram como iconografias que ilustram a praça e parte do cenário da época.

A Parte II – Do espaço idealizado ao espaço percebido – analisou as condicionantes sociais, econômicas, geográficas, políticas e urbanísticas que permitiram o desenvolvimento da ligação Leste-Oeste e a consequente implantação da Praça Roosevelt inaugurada nos anos 1970. Em seguida, a tese buscou identificar as narrativas que giraram em torno da degradação da Roosevelt, sobretudo partir dos anos 80.

Assim, no **Capítulo 3, “A cidade e os ideários de modernidade”**, buscou-se apoio teórico em Artigas (2008), Campos (2002), Cardozo (1970), Castilho (2008), Cordeiro (1994), Fialho (2007), Meyer (1991), Salvadore (2005), Somekh & Campos (2002) e Schicchi (2020). O capítulo apresenta as condicionantes econômicas, técnicas e políticas que orientaram o desenvolvimento das intervenções no Centro Histórico que decorreram na implantação da ligação Leste-Oeste e respectiva implantação da nova Praça Roosevelt (“edifício-praça”). Diante do surto demográfico que caracterizou o país nos anos 1950 e 1960, especialmente na cidade de São Paulo, em paralelo ao “decolar econômico” dos anos 1960 que impulsionou o desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, o estudo aproximou-se dos diferentes planos e projetos que orientaram o desenvolvimento urbano visando a modernização da cidade, como o “*Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo*” de 1950, coordenado por Robert Moses, o “*O Plano Regional de São Paulo: uma contribuição da Universidade para o estudo de um Código de Ocupação Lícita do Solo*” de 1954, proposto por Luis Anhaia Mello que gerou a Lei nº 5261 promulgada em 1957, o volume “*Planejamento*” apresentado em 1961 ao final da gestão Adhemar de Barros, e o “*Plano Urbanístico Básico (PUB)*” de 1968, o primeiro plano diretor da cidade. Assim como no capítulo anterior, alimentaram o argumento da tese as Atas das reuniões da Câmara Municipal, que indicam as reivindicações que orientaram a formulação do programa de necessidades do projeto de 1968. Em paralelo, o filme “*São Paulo Sociedade Anônima*”, de 1965, permitiu a percepção das transformações junto ao Centro Histórico da capital em decorrência do seu processo de metropolização, em reflexo à acelerada expansão industrial do país no final dos anos 50.

No **Capítulo 4, “Entre praça, sistema viário e não-praça”**, os autores referenciados foram Alex (2008, 2011), Arantes (1994), Cardozo (1970), Foucault (1980), Lebfèvre (1969), Montaner (1993), Saquet (2009), Tamari (2017) e Yamashita (2013). Analisa especificamente o “edifício-praça” projetado entre 1968 e 1969 pela equipe coordenada pelo arquiteto paisagista Roberto Coelho Cardozo, responsável por introduziu o ensino da arquitetura paisagística no curriculum da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo nos anos 1960. Para a compreensão do projeto (idealizado, executado e percebido) e do espaço público gerado (desde a apropriação como espaço cívico da metrópole aos conflitos que geraram as narrativas relacionadas à degradação do conjunto), a tese adotou a tríade Lebfreviana (1969), ao estruturar a redação deste capítulo através da prática social, da prática de representações do espaço e da prática do espaço de representação. Na *prática social* buscou-se apresentar o espaço percebido pelos habitantes da metrópole como expectadores do cenário a eles apresentado: um edifício-praça que se apresenta através de uma grande estrutura em concreto que cobre o viaduto da ligação Leste-Oeste. Sobre a *prática de representações do espaço*, a tese apresenta o conjunto de referências que se podem ler na praça, e que orientaram a equipe de arquitetos, sobretudo àquelas de matriz internacional tais como o paisagismo norte americano e a “cartilha moderna” refletida nos anos 1960. Já a *prática do espaço de representação*, que diz respeito ao acúmulo de vivência dos indivíduos que se veem representados pelo espaço, foi demonstrada através dos conflitos no uso do espaço público sentidos tanto pelo momento em que a obra foi entregue (em meio à promulgação do AI-5 durante o regime militar), quanto pelas modificações ao projeto, feitas pela primeira gestão Paulo Maluf. Em paralelo, a praça refletiu o cenário de obsolescência da área central que ocorria desde meados dos anos 1960, onde a degradação física das infraestruturas mal executadas na praça (percebidas em sua inauguração) e o avanço do tráfego e uso de drogas e prostituição que nutriram a “Boca”, alimentaram as narrativas sobre sua degradação que se estenderam entre as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000. Para ilustrar este aspecto, a tese também se apoiou nas Atas das reuniões da Câmara Municipal, que apontaram os problemas sentidos por parte da população no uso cotidiano do espaço. Além disso, no documentário “*Roosevelt: uma praça além do concreto*” de 2009, verificam-se visões cotidianas da época anterior à demolição do “edifício-praça” que ilustram o cenário de obsolescência e degradação do seu espaço físico.

Na **Parte III – Convívios, conflitos e confrontos no uso do espaço** – discute-se como formularam-se as ações de intervenção urbana implantadas nos anos 2010 que promoveram a reforma da praça, reinaugurada em 2012, no âmbito de um processo de regeneração urbana orientado pela “retomada” do investimento na área central. Por outro lado, buscou ilustrar novas

formas de apropriação e uso do espaço público contemporâneo por coletivos urbanos. Frente às insurgências urbanas e do urbanismo tático, discute-se a possibilidade de resiliência da Praça Roosevelt.

O *Capítulo 5, “(Re)fazer a praça: a Regeneração Urbana que veio de cima”*, apoiou-se nos autores Barata Salgueiro (2005), Bonduki (2001), Castro (2006), Fernandes da Cruz (2015), Freestone (2001), Frúgoli Jr (2000), Guevara (2015), Harvey (1996), Hall (2002), Jacobs (2009), Koppe (1990), Mendes (2013), Roberts & Sykes (2000), Tallon (2010), Tsukumo (2007), Vainer (2002), Villaça (2001) e Yamashita (2013). Diante das narrativas apontadas no capítulo 5, do cenário apresentado pela reabertura política com a volta da democracia no final dos anos 1980 e com o movimento de “volta ao centro” que norteou as políticas e investimentos na área central de São Paulo nos anos 1990, a tese demonstra como se desenvolveram os planos, propostas e projetos que conduziram à reforma da Praça Roosevelt (2008-2012), integrante das ações voltadas à requalificação da área central indicadas pelo PROCENTRO (1993) e que fizeram parte de uma das primeiras operações urbanas na Cidade de São Paulo: a Operação Urbana Centro (1997). Apoiadas nas experiências e discursos internacionais, as ações junto a Roosevelt tiveram início com as tratativas junto ao Supermercado Pão de Açúcar, uma das primeiras experiências de parceria público-privada que visaram promover a ocupação dos espaços abandonados e degradados com o objetivo da sua manutenção. Num momento posterior, a praça foi envolvida no processo de regeneração urbana da área central, voltado à requalificação urbana de áreas que apresentavam situações de obsolescência e degradação no centro. O processo teve na Associação Viva o Centro o principal interlocutor entre a prefeitura e os moradores-proprietários, empresários e comerciantes locais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o principal investidor de apoio às intervenções urbanas indicadas no PROCENTRO. Este capítulo apoiou-se nos decretos e leis municipais que orientaram o desenvolvimento do PROCENTRO e da OUC, nas atas de reunião da Câmara Municipal de São Paulo relativas à discussão sobre os projetos e planos voltados à requalificação da área central, nos documentos que orientaram o pedido de financiamento junto ao BID, na análise dos sucessivos projetos voltados à reforma da praça (planejado e executado), bem como o depoimento em entrevista concedida à Revista LABVERDE nº 6 de junho de 2013, dos arquitetos e escritórios envolvidos na sua concepção. Por fim, demonstra-se como a valorização imobiliária vem produzindo frutos positivos aos interesses do capital, por outro lado, intensificou-se o processo de gentrificação percebida desde os anos 2000.

O *Capítulo 6, “(Re)ocupar a praça: a Regeneração que veio das ruas”*, partiu da leitura de Lebfèvre (2009), Harvey (1980), Haesbaert (2007), Queiroga (2012), Ridenti (2000), Santos

(1997, 2002), Sennett (1998) e Villaça (2012). Diante do documentário “*A Praça Roosevelt como ágora da cidade*”, a tese buscou apresentar as narrativas relativas às diferentes formas de apropriação social neste território, focalizando aqueles que foram marginalizados pelo processo de regeneração urbana promovido pelo Estado e que envolveu a área central da metrópole paulistana entre os anos 1990 e 2010. O documentário demonstrou a presença de coletivos urbanos envolvidos em ações de cunho cultural, educacional, artístico e esportivo, que desenvolvem ações nos moldes de um urbanismo tático e insurgente que reivindica o território da praça. O espaço entregue na reinauguração de 2012, apresentou um espaço público aberto e alinhado às intervenções em áreas centrais de grandes cidades ao redor do mundo, tornando o espaço numa espécie de metáfora da “ágora metropolitana”, capaz de receber grandes eventos, muitas vezes de curta permanência, como a Parada LGBTQIA+, o Carnaval, as manifestações públicas, os encontros de grupos e coletivos urbanos, entre outros. Por outro lado, a pesquisa identificou que a intensificação no uso da praça trouxe novos conflitos relativos à apropriação do espaço. Diante destes pressupostos e com base na apresentação dos levantamentos fotográficos elaborados pelo autor durante a pesquisa, discute-se sobre a resiliência urbana da Praça Roosevelt. Por fim, cruzando todas as informações obtidas, a tese caminha para a apresentação da Conclusão.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa correlacionou dialeticamente: a revisão bibliográfica e as referências teóricas sobre o tema, a observação direta ao objeto de estudo, a análise de fontes primárias obtidas em órgãos municipais, publicações do projeto original e de reforma, noticiários e entrevistas publicadas, análise de filmes e documentários sobre a área central e a Praça Roosevelt, bem como a análise e sistematização em cartografias visuais orientadas pelos levantamentos fotográficos em campo.

Uma vez definidos os conceitos e verificadas as possibilidades de leitura que poderiam oferecer para a compreensão dos fenômenos urbanos associados à temática da renovação urbana e aos processos que direcionam a regeneração urbana, avançou-se para uma pesquisa exploratória, destinada a caracterizar e analisar o objeto de estudo mediante o levantamento de dados e análise dos sucessivos projetos implementados ao longo do tempo e de seus programas de necessidades (planejados e executados).

Para a análise do “edifício-praça”, a pesquisa contou com a Revista Acrópole nº 380, publicada em dezembro de 1970. Além da apresentação dos desdobramentos do projeto elaborado

pela equipe de Roberto Coelho Cardozo, desde a primeira versão apresentada em 1968 ao projeto executado e finalizado em 1970, no contexto de implantação da estrutura viária expressa (Ligação Leste-Oeste) e dos anseios de modernização e criação do centro da metrópole paulistana. A publicação revelou o programa de necessidades, os desenhos, imagens, custos e o discurso dos arquitetos daquela época com relação às aspirações pretendidas para a nova praça, então projetada com caráter cívico e como símbolo da modernidade paulistana.

Já o projeto de reforma da Roosevelt, que resultou no espaço público entregue em 2012, foi produzido dentro de um período marcado pelo movimento de “retorno ao centro” dos anos 1990, com programa de necessidades formulado principalmente pelas decisões manifestadas pela Associação Viva o Centro e pelas reivindicações manifestadas junto à Câmara Municipal de São Paulo. Deste modo, a pesquisa analisou o Estudo Preliminar produzido em 1995 pela EMURB, coordenado pelo arquiteto Rubens Reis, que resultou do projeto aprovado em 2008, desenvolvido pelo Escritório Figueiredo Ferraz e, na sequência, em 2010, pelo Escritório Borelli & Merigo: ambos contratados pela nova gestão da SP Urbanismo (antiga EMURB). Os projetos foram obtidos junto à SP Urbanismo e a verificação sobre o projeto planejado por Reis e efetivamente executado por Borelli & Merigo foi realizada mediante análise das entrevistas que ambos concederam em 2013 à Revista LABVERDE nº 6, publicada em junho de 2013 (ANEXOS C e D).

De maneira a verificar as reivindicações que conduziram às decisões de projeto, pesquisou-se junto ao Centro de Memória da Câmara Municipal, entre os anos de 1940 e 2020, os relatos dos vereadores, expressos nas Atas de reunião e Diários Oficiais, bem como nas determinações emitidas pelas diferentes gestões municipais que se evidenciaram nos decretos, projeto de lei e leis. Para compreender a origem das necessidades que conduziram aos projetos arquitetônicos da Praça Roosevelt, os dados foram levantados em duas etapas.

Na primeira etapa, reuniram-se as *Atas de Reuniões* e os *Diários Oficiais* que continham as reivindicações apresentadas à Câmara Municipal de São Paulo nos anos 1940, 1950, 1960 e 1970 sobre problemas e necessidades apontados em seu espaço público, que conduziram à formulação do programa de necessidades do projeto apresentado por Cardozo em 1968. No relatório de 1961, produzido ao final da gestão Adhemar de Barros (1957-1961), nomeado *Planejamento*, pôde-se observar as primeiras indicações relativas a intervenções públicas na área que hoje ocupa a Praça Roosevelt, no curso das obras implementadas desde os anos 1930 em função do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Na consulta ao *Relatório Sintético do Plano*

Urbanístico Básico de 1968, publicado em 1969, verificou-se o alinhamento do projeto da praça com as aspirações de modernidade e de qualidade de vida para a metrópole.

Na segunda etapa, avançando para uma análise pós-ocupação a partir da sua inauguração em 1970, de acordo com o noticiário de 24 de janeiro de 1970 do *Jornal O Estado de São Paulo*, a praça foi entregue incompleta e com problemas de infraestrutura. Diante deste informação a pesquisa organizou as *Atas de Reuniões* e os *Diários Oficiais* que continham as reivindicações apresentadas à Câmara Municipal, agora nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010, relativos aos problemas e necessidades que orientaram o projeto da reforma que ocasionou sua reinauguração em 2012. Além disso, com o objetivo de compreender o processo de reforma da praça diante das tratativas municipais que envolveram a regeneração urbana da área central, a pesquisa consultou os decretos relativos às intenções do *PROCENTRO* (decreto nº 33.389/1993), da formação dos *Polos de Recuperação Urbana* (decreto nº 33.391/1993), da formação das *Comissões PROCENTRO* (decretos nº 33.390/1993, nº 33.806/1993, nº 34.526/1994, nº 35.455/1995), assim como da Lei nº 12.349/1997 que criou a *Operação Urbana Centro*. Em seguida, para compreender as condições financeiras que permitiram o investimento de mais de 55 milhões de reais, de acordo com o noticiário do Portal G1 de 22 de abril de 2012, reuniram-se junto ao site do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a proposta de empréstimo nº BR-0391 - *São Paulo Downtown Renewal Program (PROCENTRO)* – e o *Aviso Geral de Aquisições* (nº IDB254-611/03), respectivamente, anexos E e F da tese. Com a análise destes documentos foi possível compreender as condições e as premissas do programa que possibilitaram o investimento do banco nos projetos de intervenção urbana que objetivaram a renovação da área central da cidade.

No sentido de avançar na leitura da Praça Roosevelt de modo a compreender as diferentes formas de apropriação de seu espaço público para além daquela feita pelos técnicos (arquitetos e urbanistas, com suas diretrizes, planos e projetos), pelo poder público (através dos decretos, leis, ações e planos), e pelas entidades que representaram uma parte da sociedade em suas respectivas épocas (manifestadas através da Câmara Municipal e das associações como a Viva o Centro), preocupou-se em identificar como se conduziram, e/ou conduzem, as apropriações que traduzem o cotidiano neste território. Assim, a tese buscou aproximar-se dos imaginários urbanos, das memórias coletivas e das territorialidades presentes na Praça Roosevelt, ilustradas por meio de produções fílmicas (documentários, vídeos e filmes) que contam a história da cidade de São Paulo e que se relacionam ao objeto de estudo.

Para visualizar o Centro Histórico da capital no limiar de sua entrada na era da modernidade, recorreu-se às imagens captadas através do filme *São Paulo Sociedade Anônima* de 1965, dirigido por Luis Sérgio Person, onde pôde-se ler o cenário formado entre os anos 1950 e 1960, intimamente ligado ao automóvel e ao modo de vida americano: onde o Centro Histórico, sobretudo o Centro Novo e as novas zonas de expansão da cidade, refletiram o avanço da tecnologia e da economia da cidade no período. Já o filme *Noite Vazia* de 1964 dirigido por Walter Hugo Khouri, ilustrou o período áureo do Centro Novo, que se revelou num dos focos da badalação noturna e do comércio “chique” voltado à elite paulistana no limiar do Golpe Militar de 1964. Em contraponto, *O Bandido da Luz Vermelha* de 1968, película do gênero policial, dirigido por Rogério Sganzerla, permitiu ilustrar parte do “submundo”, da criminalidade e corrupção, representando a “Boca do Lixo” da qual a Praça Roosevelt figura como integrante na “periferia” do Centro Novo.

O estudo a partir destes registros possibilitaram revisitar os cenários percebidos no Centro Histórico de São Paulo, anteriores à produção da Praça Roosevelt inaugurada em 1970. Avançando na pesquisa, de modo a verificar os cenários de apropriação social pós inauguração, sobretudo nos anos 2000 em que se observou a intensificação de sua degradação física e, posteriormente, à sua apropriação diante da reinauguração em 2012, foram transcritas para a tese dois documentários: *Roosevelt: uma praça além do concreto*, de 2009 e *A Praça Roosevelt como ágora da cidade*, de 2020.

No documentário de 2009, produzido e dirigido pelos estudantes de jornalismo da Universidade Anhembi Morumbí (Amanda Santana, Ana Cristina Vasconcelos, Érika Valois, Luiz Mazetto e Maria Joyce Santos), foram retratados os cenários de degradação da Praça Roosevelt no ano de sua produção, no limiar da demolição e correspondente implantação do projeto de reforma. Nele, são apresentadas visões favoráveis e contrárias à demolição por parte de moradores dos edifícios do entorno, comerciantes locais, skatistas, representantes dos teatros, das imobiliárias, da gestão municipal e transeuntes que, por sua vez, apresentaram suas vivências e experiências cotidianas neste espaço público da cidade. Já a produção de 2020, dirigida pela SP Escola de Teatro (Centro de Formação das Artes de São Paulo, com apoio da Associação Amigos dos Artistas Amigos da Praça, Centro Paula Souza e Governo do Estado de São Paulo), retratou o cenário pós reinauguração e trouxe novamente grande parte dos personagens que participaram do documentário de 2009. Além disso, apresentou os atores que representam os “novos” usuários da praça e que se manifestam no espaço público de forma individual ou integrados a coletivos urbanos, revelando novas formas de apropriação social. O documentário apresenta os convívios,

conflitos e confrontos entre os usuários da praça, os moradores do entorno e o aparato policial presentes neste território, e que inauguraram na Praça Roosevelt contemporânea novas tensões que geram insurgências e novas táticas urbanas no que tange a apropriação de espaços públicos no centro da metrópole de São Paulo.

Finalmente, o percurso metodológico envolveu o levantamento fotográfico da praça e seu entorno imediato, realizado pelo autor em 2022, com o objetivo de verificar o cenário atual dos espaços livres públicos relacionados à Roosevelt. Além de identificar a situação atual dos espaços da praça (área destinada aos skatistas, áreas verdes, pisos e áreas livres de uso comum, acessos e articulações com o entorno, e as diferentes apropriações que se puderam notar durante as visitas), a pesquisa avançou em direção ao entorno, buscando compreender como ocorre a articulação entre a praça e o Parque Augusta (inaugurado em 2021), como está a situação dos espaços destinados a atividade cultural (teatros) e boêmia (bares e boates do entorno junto à Rua Augusta), e como a revalorização da área tem promovido junto aos interesses imobiliários, a transformação do entorno com a implantação de novas formas urbanas junto ao Centro Histórico (condomínios fechados ao espaço público da rua).

Após este procedimento, realizou-se o cruzamento das informações obtidas em campo com o noticiário local, de modo a conduzir à conclusão da tese, que revelou notícias sobre os rumos da área logo após a reinauguração da Praça Roosevelt. A pesquisa reuniu as seguintes matérias jornalísticas: Portal G1 de 22/04/2012, por Rafael Sampaio sob o título “*Reforma triplica aluguéis e leva especulação à Praça Roosevelt, SP*”; Jornal Folha de São Paulo de 04/11/2012, por Daniel Vasques sob o título “*Paim vira aposta de incorporadoras*”; Jornal O globo de 30/10/2013, por Germano Ferreira sob o título “*Fraude desviou R\$ 200 milhões da prefeitura de SP*”; Jornal Folha de São Paulo de 01/11/2016, por Débora Yuri sob o título “*Reocupação da região por jovens gera onda de aumento de preços*”.





A GÊNESE DO ESPAÇO



Figura 3: Feira de rua aos sábados no espaço atrás da igreja de Nossa Senhora da Consolação.

Fonte: Disponível em <http://saopaulo-40s-50s-60s.blogspot.com/2012/09/praca-roosevelt-e-o-centro.html>. Acessado pelo autor em 20 de agosto de 2022.

CAPÍTULO 1 – A imagem urbana do Centro Novo da metrópole

Compreender o processo de formação urbana, seus arranjos e rearranjos no tempo, seus sistemas e redes, bem como os atores envolvidos em sua produção ou apropriação demandam estudos teóricos que se aproximem tanto do tipo de espaço a ser analisado quanto dos eventos e processos a ele relacionados. Tais eventos e processos estão ligados às constantes transformações urbanas, à vivência em coletividade, às dinâmicas sociais e econômicas, à formação das diversas identidades culturais, entre outros que se desdobram, influenciando a configuração urbana e os modos de vida dos habitantes. Deste modo, entende-se a importância do conceito de espaço para o curso desta pesquisa, que primou pela sua observação e análise da Praça Franklin Dellano Roosevelt, objeto de estudos da tese, diante de duas vertentes: a social e a geográfica.

A ideia de um “espaço social” indica lugares e condicionantes articulados a valores econômicos, sociais, culturais, políticos e geracionais. Espaço social é aquele que, segundo Lefebvre (1974, p. 36) “incorpora atos sociais ao mesmo tempo coletivos e individuais”, que se inauguram e depois tornam-se obsoletos. Que se degradam e se renovam, permitindo a organização e desenvolvimento das ações e dos modos de vida dos diferentes atores sociais.

Já o “espaço geográfico”, diretamente ligado às ciências da Geografia, integra-se ao conceito de “espaço social”. É entendido como uma rede ou tipo de espaço conectado a outros diante dos fenômenos que se manifestam no cotidiano e que estão diretamente ligados pela ação do homem como seu provedor. De acordo com Santos (2006, p. 39) o espaço geográfico consiste na reunião de um “sistema de objetos e de ações” que não podem ser considerados isoladamente e que formam um quadro único em que a história se manifesta. Neste, operam-se sistemas de comunicação e de transporte que se aperfeiçoam a partir da utilização de suas redes e hierarquias e na adoção de novos materiais, técnicas e tecnologias.

A dinâmica e a transformação do espaço são encontrados na medida em que os sistemas de objetos e o sistema de ações interagem: de um lado, o modo como se dão as ações no espaço é condicionado por seu sistema de objetos; de outro, o conjunto de ações leva à geração de novos objetos ou se realiza sobre os objetos preexistentes (SANTOS, 2006, p. 39). Neste sentido, quando um grupo social altera o espaço, sua estrutura também se altera. O que não significa que as novas funções, fruto desta alteração, venham a anular aquelas anteriormente existentes. Este fenômeno é definido por Santos (2006; p. 92) como *rugosidade*, ou seja, aquilo que se apresenta na paisagem

como memória do passado, que permaneceu da ação de subtração, adição, superposição e acumulação, apresentando-se isoladamente ou a partir de novos arranjos.

Para os desdobramentos desejados nesta tese, a partir dos referenciais teóricos e de estudo em campo que permitiram verificar e confirmar sua hipótese, utilizou-se o espaço público como objeto temático central. Adotou-se a Praça Roosevelt por apresentar diferentes territorialidades que nela se manifestam tanto na forma material (por meio das apropriações físicas por aqueles que vivem o cotidiano do espaço) quanto imaterial (através das relações de poder e de estruturação ligadas à lógica do capital).

A escolha parte da premissa de ser a praça o lugar primordial de encontros e acontecimentos cotidianos dentro do espaço urbano paulistano, onde pode-se ler, diante dos seus arranjos e rearranjos, a história da cidade e o desenvolvimento urbano no Centro Histórico, por meio de seu processo de geração, obsolescência, degeneração e renovação que repercutem o fazer urbano e a vida na metrópole. Assim, foi selecionado um espaço público que foi objeto de sucessivas intervenções e transformações ao longo do tempo e que se mostrou emblemático para a discussão do processo de formação da cidade e dos diferentes tipos de apropriação (material e imaterial) que se sucederam em seu espaço.

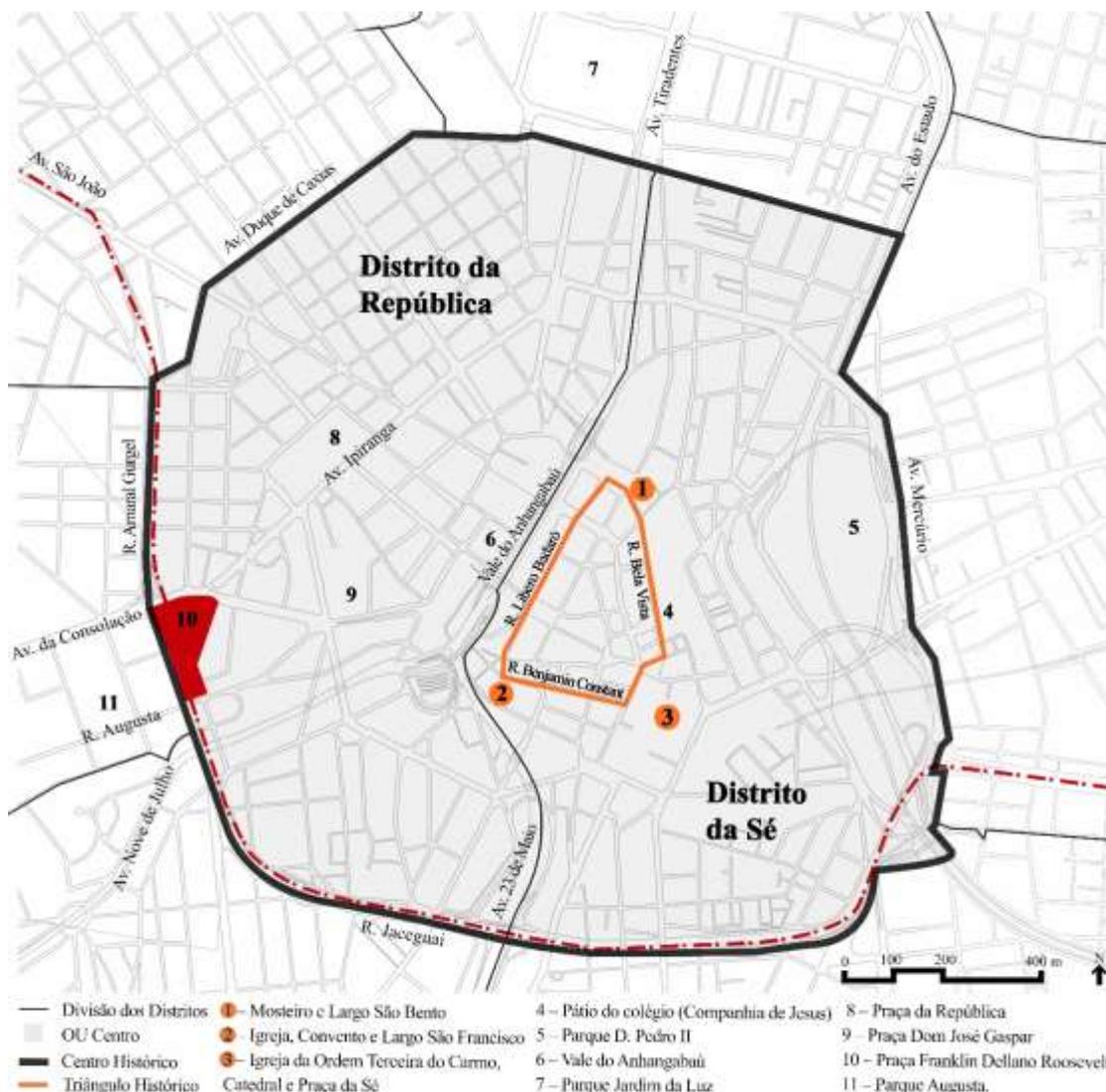
A Praça Roosevelt possui cerca de 18.000 m². É limitada pelas ruas da Consolação, Martinho Prado, Augusta e João Guimarães Rosa, e possui em seu entorno uma grande diversidade de usos (teatros, bares e comércios de rua, edifícios residenciais, hotéis, edifícios corporativos e edifícios institucionais – como Escolas, Universidades e Igrejas), além de funcionar como cobertura de parte do canal viário estruturante que liga a zona oeste à zona leste da cidade através do centro.

Partindo do conceito de território apontado por Raffestin (1993, p. 02), como sendo aquele formado por meio do espaço e que resulta de uma ação, orientada por um ator ou grupo social, envolvido em sua ocupação, analisa-se o objeto diante de seu envolvimento com o território formado pelo Centro Histórico de São Paulo.

A articulação dos distritos da Sé e da República através do Vale do Anhangabaú determina o perímetro do qual se considera o Centro Histórico da cidade (Figura 04). O distrito da Sé é chamado de “Centro Velho”, onde se localiza o Pátio do Colégio, sítio de celebração da primeira missa realizada pelos padres Jesuítas em 1554. É também o perímetro que engloba o “triângulo histórico”, formado por três ruas que se cruzam, conectando diferentes ordens religiosas

(Carmelitas, Beneditinos e Franciscanos), e simbolizam o território onde se realizou o ato fundacional da cidade. Já o distrito da República, localizado a Oeste do Vale – onde se localiza o objeto de estudo desta pesquisa – consolidou-se posteriormente, entre o século XIX e início do XX, como o “Centro Novo”, com a localização das funções centrais voltadas ao comércio demandado pela fixação de residência das elites paulistas, bem como de construções modernas.

Figura 4: Mapa do Centro Histórico de São Paulo.



Fonte: Geosampa, 2022, elaborado pelo autor.

A expansão da cidade de São Paulo desde a última década do século XIX, de acordo com Toledo (1996, p. 64) caracterizou-se “pelo arruamento e loteamento das antigas chácaras, sem um plano geral que disciplinasse essa forma de ocupação” e que chegou aos dias atuais de maneira a se identificarem, no território da metrópole, áreas eminentemente burguesas ou de concentração

operária¹. Estas ações de intervenção na cidade, sob o título de “*Melhoramentos Urbanos*”, foram sendo realizadas na tentativa de sanear áreas de várzea através do tratamento destes espaços integrando-os ao tecido urbano (CAMPOS, 2004).

Os espaços públicos resultantes destas ações alinhavam-se à estética das cidades europeias², por meio do repertório adotado na criação de praças e parques voltados ao lazer, recreação e contemplação. No plano urbanístico, as realizações que marcaram o início do século XX, dentro do contexto de um terceiro surto urbanístico teorizado por Prestes Maia (MAIA, 1954), relacionaram-se sobretudo à implantação dos dois grandes parques centrais, o *Parque D. Pedro II* e o *Anhangabaú*. A importação do modelo europeu que incorporou a linguagem paisagística francesa, consolidou-se com a presença do arquiteto Joseph Antonie Bouvard, Diretor-honorário de serviços de arquitetura, passeios, vias públicas e plano da Cidade de Paris, que havia sido convidado a discutir os planos para a cidade de São Paulo na década de vinte³.

Por outro lado, os novos bairros e espaços públicos criados sob influência do urbanismo e da arquitetura desenvolvida na Europa, seja a partir da imagem da estética dos palacetes franceses e das vias organizadas em boulevard, como na Avenida Paulista, e Campos Elísios, ou a eficiência das infraestruturas de saneamento básico associados aos conceitos de *bairro jardim* como em Higienópolis, constituíram símbolos de progresso e ponto de referência de uma nova era no desenvolvimento urbano paulistano.

¹ Isto pode ser observado na relação entre os bairros que se desenvolvem na zona leste, como Brás, Pará, Mooca e Belém (donde se vão assentando as camadas proletárias e laboriosas da cidade), em contraste com o centro novo paulistano no alto da colina (região do Anhangabaú e República permeada por centros comerciais e financeiros).

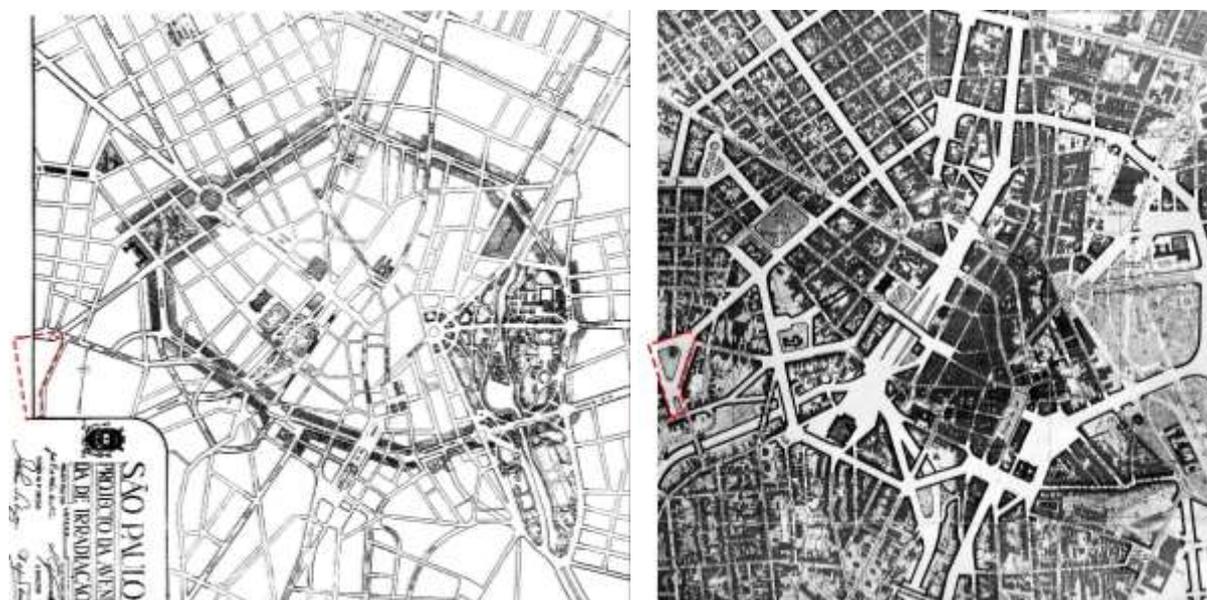
² Nas primeiras décadas do século XX, as intervenções urbanas promovidas pelo Estado através dos planos urbanísticos, que seguem o exemplo do prefeito Georges Haussman² na leitura do plano para a *Remodelação de Paris* (1854-1889), tiveram seu maior exemplo em São Paulo sob o comando do prefeito Antônio Prado (1898-1910) e prosseguiram nas gestões do Barão Raimundo Duprat (1911-1914) e Washington Luis (1914-1918). A remodelação de Paris (1854-1889), empreendida por iniciativa do Barão de Hausmann pode ser entendida como um marco de referência para o desenvolvimento das cidades e está a servir como repertório conceptual e projetual tanto na cidade do Porto, em Portugal, quando em São Paulo, no Brasil, no mesmo período.

³ Nesta mesma altura, o arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard é convidado para a elaboração do Plano para Buenos Aires, Argentina. Segundo Ramón Gutierrez, “ao trazer o chefe de obras públicas da municipalidade de Paris, para estudar e definir o que se deveria fazer com Buenos Aires e outras cidades em seis semanas pareceria hoje ridículo, mas para a época era a demonstração de capacidade econômica e prestígio que havia que pagar” (GUTIERREZ, 1992, p. 688).

A partir dos anos 30, marcados pela entrada do Estado Novo e do período autoritário representado por Getúlio Vargas no Brasil a partir de 1937, o Centro Histórico foi delimitado por um sistema de avenidas perimetrais, implantadas a partir do Plano de Avenidas do Engenheiro Francisco Prestes Maia, que elaborou o primeiro plano urbanístico para a cidade (TOLEDO, 1996, p. 121).

No primeiro pós-guerra a questão da expansão do centro emergiu e manifestou-se sob três aspectos. Em primeiro lugar, pela travessia rumo ao Centro Novo, área preferencial para receber usos centrais em termos das suas condições topográficas e por estar na direção dos loteamentos de elite. Em segundo, em função da verticalização intensiva da colina central, já que a escala "européia" desenvolvida durante as duas primeiras décadas do século XX passou a ser considerada insuficiente do ponto de vista imobiliário. E por último, a proposta do Perímetro de Irradiação, figuras 5 e 6, solução concebida entre 1922 e 1924 pelo engenheiro municipal João Florence de Ulhôa Cintra, e desenvolvida no Plano de Avenidas de 1930 em conjunto com Francisco Prestes Maia (CAMPOS, 2004).

Figuras 5 e 6: Primeira e segunda versão do Perímetro de Irradiação com a localização da área que atualmente ocupa a Praça Roosevelt.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Toledo (1996).

O plano marcou as direções do urbanismo paulistano ao estabelecer uma reflexão crítica sobre a centralidade dos antigos arruamentos, que refletiram os pensamentos urbanísticos da época, onde buscou-se orientar a estrutura do crescimento da cidade ao longo das décadas

seguintes. Prestes Maia e Ulhôa Cintra acreditavam no desenvolvimento urbanístico segundo as regras de Joseph Stübben (através de um desdobramento entre o novo e o antigo) a serem complementadas por um esquema teórico para a área central, elaborado a partir dos princípios de Eugène Hénard (TOLEDO, 1996, p. 121).

No *Esquema Teórico de São Paulo* (1924), que consistiu num estudo utilizado por Prestes Maia para a concepção do Plano de Avenidas, Ulhôa Cintra apresentou uma demonstração gráfica que relacionou a capital às cidades analisadas por Hénard (Paris, Berlim, Londres e Moscou). Não obstante, o segundo esquema básico apresentado pelo engenheiro, que constituiu a base de atuação de Prestes Maia à frente da Prefeitura (1938-1945), foi representado no plano do *Perímetro de Irradiação* (1922-24)⁴.

Dentre suas propostas, desenvolvidas posteriormente em conjunto com Prestes Maia para o Plano de Avenidas, se propunha estruturar a expansão do centro em grande escala, através de um anel viário formado por largas avenidas que circundam o triângulo histórico sem penetrá-lo. Assim, articularam-se artérias radiais que conduziram acessos aos diferentes quadrantes da cidade, onde abriram-se novas frentes de verticalização e ocupação terciária como um esboço do atual “*centro expandido*” paulistano. Diante deste entendimento, Campos (2004) reforçou que o perímetro de Ulhôa Cintra significava superar decisivamente a centralidade dominante, até então restrita à colina histórica, a um pequeno trecho do morro do Chá. A implantação do Perímetro de Irradiação e outras obras do Plano de Avenidas a partir da primeira gestão de Prestes Maia como prefeito acarretariam alterações radicais na configuração da área central da cidade.

Assim, foram lançadas as bases para a elaboração do Plano de Avenidas de 1930. O esquema proposto de radiais, complementado por uma diametral, ocupou-se dos fundos de vale para a implantação das avenidas que formaram o eixo Norte-Sul da cidade, que por sua

⁴ O *Perímetro de Irradiação* de Ulhôa Cintra compreende as avenidas Senador Queiroz, Ipiranga, São Luís, Rua Maria Paula, viadutos Nove de Julho, Jacaré e Dona Paulina, avenidas Rangel Pestana e Mercúrio. As obras realizadas de acordo com o *Plano de Avenidas* a partir da primeira gestão de Prestes Maia como prefeito (1938-1945), correspondem às vias radiais (Rio Branco, Barão de Limeira, Liberdade), a diametral Norte-Sul (Nove de Julho, Prestes Maia, Tiradentes, Ponte das Bandeiras) e segunda perimetral (Amaral Gurgel, Largo do Arouche e Duque de Caxias) (MAIA, 1945).

configuração passou a ser conhecido como o *Sistema Y*⁵, marcando o coração do centro urbano da atual metrópole.

De acordo com Campos (2004, p.35), ao refletir sobre o desenvolvimento urbano do Centro Novo ao longo da República, o plano de Maia indicou este como sendo o ponto focal dos investimentos que conduziram a formação da primeira centralidade fora do Centro Velho através da implantação de um núcleo terciário elitizado e de fisionomia europeia, “por meio de alargamentos, demolições, legislação sanitária e disciplinadora, normas edilícias, obras de embelezamento e outros incentivos”.

Ao analisarmos o sistema de espaços livres produzido até os anos 1950 no Centro Histórico, especialmente aquele vinculado a área relacionada a atual implantação da Praça Roosevelt, verificam-se praças e largos resultantes tanto dos rearranjos de antigos jardins públicos e/ou áreas anteriormente contidas nos limites das chácaras alí existentes, quanto em decorrência da implantação de novas vias e avenidas organizadas a partir dos Planos de Melhoramentos Urbanos e, principalmente, do Plano de Avenidas de 1930. Como exemplares deste momento podemos indicar, além dos parques já citados, a Praça da República e o Largo do Arouche (adaptados a partir das necessidades do desenvolvimento urbano no centro no início do século XX) e a Praça Dom José Gaspar (inaugurada em 1944, juntamente com a abertura da Avenida São João e Biblioteca Municipal) (ALEX, 2011, p. 126).

Ao contrário destes exemplares, embora inserida no mesmo conjunto de espaços livres do Centro Histórico, a Praça Roosevelt possui relação com a Igreja da Consolação. O espaço formou-se inicialmente ao longo do Caminho de Pinheiros, atual Rua da Consolação (estrada que partia do Largo da Memória, no Centro Velho, em direção a Oeste rumo a Sorocaba), ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Consolação, ali implantada em 1799, dentro dos perímetros da chácara da família Martinho e Veridiana Prado (Figura 7). A Igreja foi demolida no final do século XVIII e começou a ser reconstruída em 1909, com projeto do engenheiro alemão Maximilian Emil Hehle, mesmo autor do projeto da Catedral Metropolitana da Sé. Além disso, vieram a integrar o seu

⁵ Os percursos que atravessavam a cidade de Sul a Norte, vindos pelas atuais avenidas 23 de Maio e Nove de Julho, dois troncos que se juntam no vale do Anhangabaú e prosseguem pelas avenidas Prestes Maia e Tiradentes rumo ao Norte – uma travessia diametral aproveitando alguns fundos de vale ligando o vale do rio Pinheiros ao do rio Tietê – chamavam-se *Sistema Y* (SEGAWA, 2004, p. 381).

entorno deste espaço o Velódromo (figura 8), no final do século XIX, que deu lugar ao primeiro campo de futebol da cidade e que posteriormente transformou-se no Clube Atlético Paulistano até sua extinção, neste local, em 1930, assim como o Colégio Visconde de Porto Seguro (atual Escola Estadual Caetano de Campos)⁶, projetado pelo arquiteto alemão August Fried em 1910. O desenvolvimento urbano da área pode ser observado nas figuras 9, 10, 11 e 12.

Figuras 7 e 8: À esquerda o antigo casarão da família Prado e à direita o Velódromo que deu lugar ao Clube Atlético Paulistano até os anos 1930.



Fonte: Disponíveis em <https://museudofutebol.org.br/crfb/instituicoes/662365/>. Acessados em 20/05/2022.

Figuras 9 e 10: Desenvolvimento urbano em direção Sudoeste entre 1881 e 1905, a partir do Largo da Memória através do Caminho de Pinheiros (atual Rua da Consolação).



⁶ O imóvel foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) na Resolução nº 3 de 1979 e nº 15 de 1980, e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) na Resolução nº 05 de 1991.



Fonte: Acervo de cartas e mapas históricos de São Paulo reunidos e editados pelo autor.

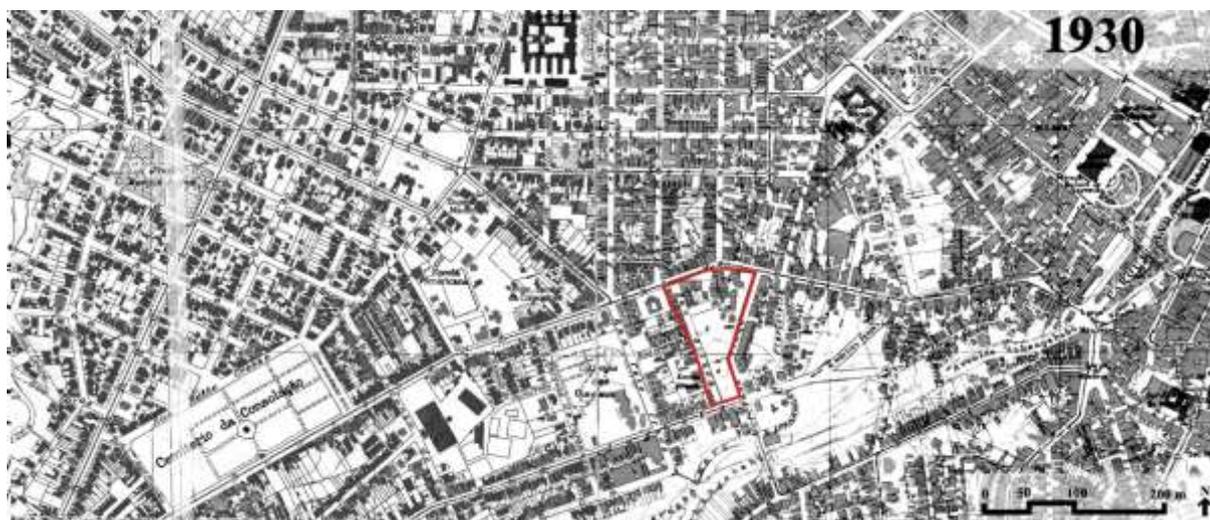
Figuras 11 e 12: Desenvolvimento urbano junto à Igreja da Consolação. Implantação dos primeiros equipamentos de usos educacionais e esportivos entre 1905 e 1913.



Fonte: Acervo de cartas e mapas históricos de São Paulo reunidos e editados pelo autor.

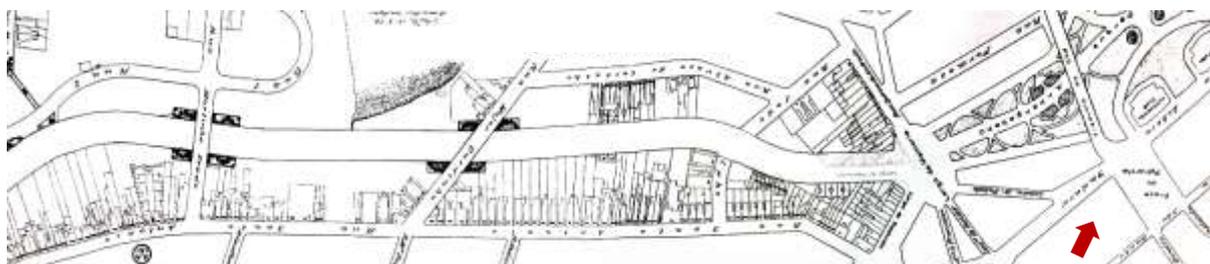
A igreja, reinaugurada em 1935, passou a ter como vizinho, no início do século XX o bairro de Higienópolis (para onde a família Prado se mudou). À época, os terrenos existentes em suas traseiras foram doados ao poder público no intuito de solucionar problemas sanitários existentes junto ao vale do Rio Saracura, formador do Anhangabaú, afluente do Tamanduateí, onde implantou-se a Avenida 9 de Julho (então Avenida Anhangabaú), integrante do Plano de Avenidas de Prestes Maia, como indicado nas figuras 13 e 14.

Figura 13: Mapa de 1930 com a definição da Praça da Consolação e o lançamento das intervenções de Prestes Maia no Plano de Avenidas para São Paulo.



Fonte: Cartografia Sara Brasil de 1930 acessada pelo GeoSampa e editada pelo autor.

Figura 14: Projeto da Avenida Anhangabaú (atual 9 de Julho), integrante do Plano de Avenidas.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Campos (2006).

No final dos anos 1930, com a desapropriação de imóveis ao redor da Igreja e a definição do sistema viário das ruas Martinho Prado, Augusta e João Guimarães Rosa (então Rua Olinda) o espaço resultante foi conhecido como Praça da Consolação: espaço público desprovido de paisagismo e equipamentos, com piso em terra batida, que abrigava durante a semana estacionamento de veículos e aos finais de semana, aos sábados, uma movimentada feira, e aos

domingos, relacionava-se com a missa da igreja. Além disso, fazia parte do território que, ao longo dos anos 1940 e 1950 concentrou o comércio de luxo e o circuito cultural e boêmio do Centro Novo, a exemplo do Teatro Cultura Artística⁷, projetado por Rino Levi em 1942, construído em 1947.

De acordo com a ata da 400ª reunião da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) realizada em 25 de maio de 1951, o espaço manteve a denominação Praça da Consolação até 31 de janeiro de 1951 quando foi parcialmente asfaltado e efetivamente inaugurado como Praça Franklin Delano Roosevelt. O nome surgiu por decisão de Prestes Maia, por meio do projeto de Lei nº 351 de 1948, que visou homenagear o ex-presidente norte americano. Nesta sessão o então vereador Décio Grisi comentou:

Art. 2. ° Fica denominada ‘Praça Roosevelt’ a praça limitada pelas ruas Consolação, Augusta, Martinho Prado e Olinda [...]. Apresentei então um Substitutivo, para a atual Praça Franklin Roosevelt, na Consolação, posto que Franklin Delano Roosevelt, já morto, podia merecer as nossas homenagens no local em que se pretendia erigir, de futuro, o prédio para o Colégio Estadual Franklin Delano Roosevelt, de cujo corpo docente eu sou parte integrante. Muito bem informado desta matéria, e só por isso, é que o Prefeito Prestes Maia sugerira aquela praça, porque acreditava na possibilidade de perfeita homogeneidade de denominação entre o futuro Colégio Roosevelt, já então designado naquela época, para o local, e a praça futura, que deveria abrir-se, e que foi aberta abruptamente e nós sabemos como e em que condições e inaugurada no dia 31 de janeiro de 1951, sob o falso nome de Consolação, e ostentando uma placa de bronze em que se pode ver, oxidado já, o nome de Linneu Prestes.

A fala do vereador revela tanto o interesse da homenagem ao presidente estadunidense como apresenta preocupações com a qualidade do espaço público entregue à população. Além disso, a pesquisa verificou que o traçado do segundo anel perimetral passaria pela Praça Roosevelt para a continuidade da implementação do plano de Maia, como indicou a ata nº 275º da reunião da CMSP de 23 de abril de 1954.

Fica aprovado o plano de avenidas, viadutos e ligações auxiliares, entrosado com a avenida Duque de Caxias e rua Amaral Gurgel, para o fim de completar o segundo anel de avenidas perimetrais da Cidade [...]. O plano de que trata esta lei consiste nos seguintes melhoramentos: VI a Ligação entre a avenida 9 de Julho e a avenida Ipiranga, ainda de acordo com o indicado na planta n. 5, constante de: a) passagem em desnível sob a rua da Consolação; b) abertura de uma via entre a praça Franklin Roosevelt e a rua Avanhandava, com a largura de 10 metros, passando sob a rua Augusta; c) alargamento de ambos os lados da rua

⁷ Incendiado em 2008, o Teatro está em reforma desde 2020. O imóvel foi tombado pelo CONDEPHAAT na Resolução nº 51 de 2009 e pelo CONPRESP na Resolução nº 14 de 2011.

Avanhandava, para 20 metros, entre 57 metros além da rua Martinho Prado e a avenida 9 de Julho; d) abertura de uma via entre a avenida 9 de Julho e a rua Martinho Prado, com a largura de 16 metros, começando 50 metros aquém da 2.ª Perimetral e terminando na rua Martinho Prado.

Diante da necessidade de facilitar o escoamento de trânsito, ao evitar as complexidades geométricas e assimétricas contidas nos desenhos das áreas urbanas implantadas nos períodos anteriores à implementação do Plano de Avenidas, foram produzidas sucessivas revisões a sua proposta original. A exemplo disso, o perímetro de irradiação (primeira perimetral ou rótula central) previa a articulação com a Avenida São João, bem como o alargamento das ruas Rio Branco e Barão de Limeira. Aqui, verificou-se um especial interesse do plano em manter e atrair ao perímetro central os usos terciários da cidade, destinando os usos relacionados à moradia aos setores externos a este perímetro e vinculados a novas frentes de expansão urbana.

De acordo com Artigas (2008, p. 36) “as perimetrais envolveriam a abertura de novas avenidas que abririam todo o trecho a noroeste, oeste e sudoeste do centro histórico à expansão das funções centrais [...] incentivando o crescimento horizontal e vertical e abrindo novas frentes a ocupação terciária”. Além disso, Artigas comentou que

o segundo circuito perimetral seria formado pelas avenidas Paulista e Angélica, somando-se à diametral Norte-Sul atravessando o Centro (unindo as atuais avenidas Nove de Julho e 23 de Maio) e a ligação Leste-Oeste (em seu primeiro estudo), que uniria a Avenida São João ao Parque Dom Pedro II por meio de um túnel sob o largo de São Bento. Apesar da meta de expandir o centro, de modo a privilegiar o Centro Novo, incentivando sua verticalização por usos de matriz terciária, “a gestão do prefeito Fabio Prado (1934-1938) não priorizou a região da São João, focando, em vez disso, o quadrante Sudoeste (alargamento da Rua Xavier de Toledo, abertura da Rua Marconi, e das avenidas Nove de Julho e Rebouças”.

Em 1938, quando Prestes Maia assumiu novamente a prefeitura, não apenas o Perímetro de Irradiação tornou-se prioridade, com a abertura das atuais avenidas Rangel Pestana, Mercúrio, Senador Queiroz, Ipiranga, São Luiz, Nove de Julho, Jacaré e Dona Paulina, voltando novamente as atenções aos quadrantes Oeste e Noroeste da cidade. Quando encerrou sua gestão na administração municipal em 1945, além de deixar praticamente finalizada a rótula central, Prestes Maia já havia iniciado a abertura do segundo anel perimetral de seu esquema viário (figura 15), que permitiu o alargamento das ruas Mauá, Duque de Caxias e Amaral Gurgel, além da abertura da Praça Roosevelt e da definição dos seus limites principais nas bordas da segunda perimetral.

Figura 15: Projeto da Segunda Perimetral com as modificações realizadas na década de 1950.



Fonte: Editado pelo autor a partir de Campos (2006).

Figura 16 e 17: A Praça Roosevelt nos anos 1950. À esquerda partindo da rua Augusta em direção à rua Consolação. À direita no sentido contrário.



Fonte: Disponível em <http://saopaulo-40s-50s-60s.blogspot.com/2012/09/praca-roosevelt-e-o-centro.html>. Acessado pelo autor em 20/05/2022.

Diferentemente da paisagem pitoresca e romântica das praças e parques produzidos até os anos 1950 no Centro Histórico, a Roosevelt (figuras 16 e 17) constituía num espaço público sem arborização, parcialmente asfaltada e apropriada por usos utilitários, servindo de área de

estacionamento em meio aos prédios residenciais (que ali se implantaram entre os anos 1950 e 1960), lojas, bares, restaurantes e teatros presentes em entorno, o que refletiu junto à Câmara Municipal as primeiras reivindicações acerca deste espaço como a indicação feita pelo vereador Benedicto Rocha, manifestada na ata da 349ª reunião de 24 de novembro de 1954, a respeito da “necessidade de ser arborizada a Praça Roosevelt, onde estacionam, diuturnamente, inúmeros carros de aluguel que atendem o movimento de passageiros da E FCB”, ou mesmo a que fala manifestada pelo vereador Pedro Geraldo na ata da 231ª reunião de 16 de agosto de 1957.

Sr. Presidente, a praça Roosevelt, na Consolação e V. Exa. tão bem a conhece, foi praça de emergência. Cheguei a pensar na ocasião, morando por ali, que estavam se preparando para uma guerra, para urna futura batalha. Era iniciativa do Sr. Adhemar de Barros. Então, surgiu, num segundo, a praça Roosevelt. Largaram pixe sobre a praça, duas caiunas e lã ficou esquecida, com seus barrancos, aguardando que algum automóvel caia por ali, alguma barraca de feirante role, enfim alguma desgraça aconteça, para que se providencie qualquer coisa, porque a ordem no Brasil é essa.

Como observa-se na figura 18, falta de espaços de permanência e da apresentação de um projeto efetivo que permitisse um melhor aproveitamento do seu espaço público resultou num lugar de passagem articulado ao sistema aos espaços livres do Centro Histórico (parques, praças e largos do entorno) e às aspirações do Plano de Avenidas de Prestes Maia. Porém, sem as qualidades espaciais contidas no junto ao tecido urbano adjacente e aos usos comerciais e da própria efervescência cultural presentes naquele trecho do Centro Novo da capital.

Figura 18: A Praça Roosevelt nos anos 1950.



Fonte: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado pelo autor em 2022.

CAPÍTULO 2 – Imaginários de um espaço público: a Praça Roosevelt

Adotando-se como ponto de partida Harvey (1980, p. 17) que nos indica que “a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações sociológica e geográfica”, demonstra-se neste capítulo situações de apropriação do espaço público relacionadas ao comportamento social presente no território ocupado pela Praça Roosevelt. A ideia contida no imaginário urbano paulistano dos anos 1940 e 1950 revela a presença de um cenário de ascensão da metrópole paulistana - a primeira do estado de São Paulo - diante do seu Centro Novo, em contraste com o cenário apresentado no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que refletiu ocupações associadas ao submundo do crime.

Harvey (1980, p. 17) afirma que “uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar-se e, em alguns aspectos, determinar o futuro do desenvolvimento do processo social”. Deste modo, a relação entre o espaço criado para a Praça Roosevelt, às margens do Centro Novo, em fronteira com o novo eixo de expansão econômica da cidade no sentido Sudoeste (em direção à Avenida Paulista e Faria Lima), fortaleceu tanto a boemia quanto o comércio presentes em seu entorno que, através do seu espaço livre, servia como estacionamento em suporte a estas atividades e usos. Além disso, o início da obsolescência do Centro Histórico com o deslocamento de parte dos usos comerciais para as novas zonas de expansão da cidade, juntamente com a precariedade física do espaço público da praça, viabilizou a presença das atividades e usos de menor prestígio neste mesmo território.

Assim como em LeFebvre (1974) a ideia do espaço percebido relaciona-se aos significados, à imaterialidade e a forma abstrata e intangível com que se constitui o processo social dos habitantes num determinado espaço, para Harvey (1980), a ideia de espaço simbólico, que também direciona o olhar a uma experiência abstrata, afetada social e culturalmente através de representações que não tem dimensão espacial, conduzem a modo de percebermos o espaço para além dos seus limites, fisicamente desenhados.

Diante deste cenário, admite-se o papel relevante que a cobertura jornalística, a fotografia e o cinema têm na difusão de imagens e impressões que contribuem para a criação, propagação e consolidação do imaginário coletivo que lê, especialmente através da cinematografia, de acordo com a historiadora Herta Franco (2017), a constituição de uma

arte de ampla difusão, que o faz nos níveis local, nacional e internacional, não sendo raras as referências cinematográficas aos guetos norte-americanos, franceses, ingleses, entre outros, sempre caracterizados como espaços relacionados a temas como a pobreza, o encarceramento, a prostituição, a violência, (i)migração, o consumo e a comercialização de drogas, entre outros. E como tal, este imaginário (FRANCO, 2017, p. 299).

Diante deste pressuposto, para além dos relatos e imagens recolhidas durante a pesquisa de campo, no sentido de ilustrar aspectos específicos relativos as diferentes formas de apropriação no território ocupado pela Praça Roosevelt, a pesquisa recorre ao imaginário lúdico presente nas histórias em quadrinhos na tentativa de contextualizar os imaginários urbanos que a conformavam entre os anos 50 e 60.

Segundo a socióloga Marina Vieira (2011), as cidades das histórias em quadrinhos são representações do imaginário da sociedade e da época em que foram criadas, representando obras coletivas construídas no tempo e no espaço por homens organizados coletivamente.

Como fruto desta organização física e social que é a cidade, surgem as mais variadas representações do urbano. Erigidas enquanto crítica ou utopia, essas representações fazem parte de um imaginário urbano também localizado no tempo e no espaço. As cidades reais são a base na qual se inspiram as cidades das histórias em quadrinhos e ficções científicas, por mais distópicas ou futurísticas que possam ser (VIEIRA, 2011, p. 95).

Diante dos imaginários que são atribuídos a determinados territórios urbanos, as cidades e os espaços públicos podem sofrer uma personificação. O elemento arquitetônico ou urbanístico encontra-se presente nestas histórias tanto como um simples pano de fundo retratado pelas fachadas dos prédios e traçados das ruas, quanto na ambientação e interação entre seus personagens. Este é o caso das cidades de Gotham City e Metrópolis: sínteses das concepções urbanas predominantes em sua época, que apesar de imaginárias, podem se encaixar em uma representação de qualquer grande cidade⁸.

Neste sentido, dois filmes brasileiros da década de 1960 parecem flertar com estas mesmas cidades imaginárias ao compor em seu roteiro a ambientação do Centro Novo da Cidade de São Paulo no mesmo período (figura 19). O primeiro, “*Noite Vazia*” de 1964, revela em seu cenário

⁸ A primeira história em quadrinhos do Super-Homem foi lançada em junho de 1938 pela revista *Action Comics*. Em maio do ano seguinte foi lançada pela revista *Detective Comics* a primeira história em quadrinhos do Batman. As aventuras desses super-heróis continuam sendo atualizadas e reinventadas, povoando a vida de adultos e crianças até os dias atuais. Assim como os seus personagens, as cidades em que se passam suas histórias tomam papel primordial na concepção e desenrolar de suas consequentes narrativas. Metrópolis e Gotham City, configuram duas cidades, que, respectivamente, ambientam as aventuras do Batman e do Super-Homem (VIEIRA, 2011).

as grandes avenidas da cidade, os arranha-céus e os belos apartamentos presentes no período áureo do Centro Novo, que revelou-se num dos focos da badalação noturna e do comércio “chique” voltado à elite paulistana. Em contraposição, o filme apresenta a ideia de “vazio existencial”, reforçado pela imagem da Praça Roosevelt também vazia, no limiar do Golpe Militar de 1964. Aqui, com excessão da questão política que envolveu seu plano de fundo, a ideia de modernidade que se apresenta na cidade de Metrópolis sugere uma aproximação. O segundo, “*O Bandido da Luz Vermelha*” de 1968, retratado já dentro do regime militar, ilustra o centro de São Paulo. Apesar do filme brasileiro “romantizar” o bandido, a ideia contida em seu plano de fundo, em parte, associa-se a cidade fictícia de *Gotham City*, dos gangsters e do “submundo”, permitindo a representação urbana de uma grande metrópole frente aos seus problemas, que traduziam os altos índices de criminalidade e corrupção da época.

Figura 19: O Centro Novo de São Paulo e a Praça Roosevelt nos anos 1960.



Fonte: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado pelo autor em 2022.

O jornalista Helvio Borelli (2005) em “*Noites paulistanas: histórias e revelações musicais das décadas de 50 e 60*”, nos apresenta a aura “romântica” das narrativas relacionadas à praça

Roosevelt no período anterior ao da construção da estrutura de concreto, oferecendo consistência a uma memória sobre o lugar que irá contrastar com os discursos sobre sua degradação a partir do final dos anos 1970.

Houve um tempo em que, no centro da cidade de São Paulo, vivia-se a música e a arte do Brasil. No pequeno trecho da Praça Roosevelt, ainda não tomada pela arquitetura moderna que a transformou em um “edifício-praça”, ecoavam, da noite de São Paulo, os acordes dos pianos, violões, baixos e baterias. As vozes masculinas e femininas que se tornaram famosas foram entoadas naquela praça, ainda com jeito de interior, com sua igreja da Consolação ao centro. O lugar era cercado de bares e boates que fizeram a história, com requinte e bom gosto na noite da cidade. Era um tempo romântico em que as pessoas viviam de bem com a vida (BORELLI, 2005, p. 05).

O romantismo dos relatos sobre a Roosevelt anteriores às intervenções promovidas na gestão Faria Lima para a ligação Leste-Oeste, nos transportam ao período da formação do centro novo que concentrava os investimentos públicos e privados, figurando como local de prestígio relacionado à frequência da elite paulistana, motivada pela presença de um grande aparato voltado ao comércio, lazer e boemia chiques entre os anos 1950 e 1960.

Em 1950, foi inaugurado na rua Nestor Pestana, contígua à Roosevelt, o Teatro Cultura Artística: edifício, projetado por Rino Levi, com mosaicos de Di Cavalcanti em sua fachada principal. A sala, quase inteiramente destruída por um incêndio em 2008, foi construída pela sociedade de mesmo nome, que existia desde a década de 1910 abrigando diversos intelectuais e artistas de prestígio com foco em música erudita. O movimento da música, do teatro e da boemia no entorno da Roosevelt intensifica-se em 1960, quando a Sociedade Cultura Artística, arrenda o teatro para a TV Excelsior⁹ como auditório para seus principais shows (MOYA, 2004, p. 3).

Entre as décadas de 1950 e 1960, casas noturnas sofisticadas iniciaram atividades nos arredores da Praça Roosevelt, servindo como palco para apresentações de grandes músicos do cenário nacional e internacional, principalmente da Bossa Nova. Se por um lado a modernidade, representada pelo Centro Novo de São Paulo, estava presente no imaginário paulistano através da grandiosidade das obras públicas e do seu rápido crescimento associado ao desenvolvimento industrial do período, no campo musical a modernidade se fez presente no campo musical por

⁹ No final da década de 1950, a Organização Vitor Costa detinha as concessões das rádios Excelsior e Nacional e da TV Paulista em São Paulo, e havia sido autorizado pelo governo de Juscelino Kubitschek a explorar um segundo canal de televisão na cidade, a TV Excelsior. A emissora inicialmente sediada no bairro de Santo Amaro, nas proximidades do Teatro Paulo Eiró, onde aconteceu seu show de estreia arrendou o Teatro Cultura Artística, na época com dificuldades financeiras.

meio da Bossa Nova, movimento iniciado no Rio de Janeiro e que se espalhou pelo Brasil, transformando a Roosevelt na “calçada de Ipanema” no centro da capital por abrigar casas como Farney’s, Cave, Djalma’s, A Baiúca, entre outros¹⁰. O movimento ganhou vida nos bares e boates do entorno da Roosevelt¹¹, onde os músicos a consagram com o título de “túmulo do samba”: “frase atribuída a Vinícius de Moraes, em protesto contra o público da antiga boate Cave [...] durante apresentação do pianista e compositor Johnny Alf, um dos pioneiros da bossa nova, em 1960” (AZEVEDO, 2018).

Em 1955, o Teatro de Arena inaugurou-se na rua Teodoro Baima, em frente à rua da Consolação. Com sua proposta de comprometimento político e social e a valorização da dramaturgia brasileira,

o Arena, além da representatividade dentro da história do teatro brasileiro, marcou a formação de uma cultura teatral fora do universo das grandes produções em São Paulo. A sala da Teodoro Baima trazia a inovação dos pequenos espaços, não tinha saguão e abrigava 163 lugares em “assentos incômodos” rodeando uma área onde aconteciam as apresentações (PALMA, 2010, p. 132-133).

O teatro teve participação ativa na movimentação teatral e musical de São Paulo de modo geral, principalmente no território ocupado pela Praça Roosevelt. Em paralelo, a Tv Excelsior produziu teleteatros com textos dos autores do Arena e o teatro da Teodoro Baima serviu de palco a shows de Bossa Nova, entre vários outros tipos de intercâmbios e relações. Portanto, a Roosevelt se apresentava como ponto de passagem entre equipamentos culturais definidores da cidade na época, articulando a Tv Excelsior ao Teatro de Arena, os bares e as boates, entre outros.

A Roosevelt teve também casas de prostituição de luxo, ambas de propriedade de Laura Garcia e Hercílio Paiva: a Vogue e a La Licorne. Do La Licorne, são lembrados os shows de travestis “Le Girls” e das apresentações de Roberto Carlos em início de carreira. Toda esta

¹⁰ Estas casas ofereciam o ambiente intimista propício a apresentações de diferentes artistas como Dorival Caymmi, Nara Leão, Carlinhos Lyra, Elizete Cardoso, Sarah Vaughan, Zimbo Trio, Baden Powell, Alaíde Costa, Elis Regina, Elza Soares entre tantos outros.

¹¹ Dentro do cenário da música popular na noite de São Paulo, chegaram a funcionar na região mais próxima à praça: o Bom Soir, no quarteirão do Stardust; o Brasão, casa de iê-iê-iê de propriedade de Erasmo Carlos; o Moacyr’s, do pianista de jazz Moacyr Peixoto, na rua Nestor Pestana, que depois se transformou na boate Zumzum. Estas casas da região da Praça Roosevelt definiam junto com as da rua Major Sertório (do outro lado da Consolação), da rua Augusta, o Hotel Cambridge, na avenida Nove de Julho, e mais tarde dos bares da Galeria Metrôpole, na praça Dom José Gaspar, o que é considerada a geografia da MPB em São Paulo dos meados do século XX (PALMA, 2010, p. 132).

estrutura também se relacionava com a rede hoteleira presente no centro como suporte às práticas ali existentes.

A noite burguesa paulistana foi representada pelo filme de Walter Hugo Khouri (*Noite Vazia*, 1964) que em sua cena final apresenta as atrizes Norma Bengell e Odete Lara na Praça Roosevelt vazia, num clima de desolação: espaço público de feições pouco urbanas que abrigou as articulações entre os equipamentos promotores de cultura até os anos 1960, como verifica-se na figura 20. De acordo com Palma (2010, p. 128), que transcreveu o filme de Khouri, o Centro Novo e a Roosevelt são retratados por meio de uma

cidade escura, vultos de edifícios, manchas fracas de iluminação. Os dois protagonistas circulam à caça de distração para aplacar o tédio de suas vidas ricas. Passam por bares e boates, ambientes silenciosos, dançantes, sofisticados e exóticos. E, depois de uma noitada alternada por sexo e apatia em uma *garçonnière*, abandonam ao amanhecer Cristina e Mara, prostitutas vividas por Odete Lara e Norma Bengell, em meio a um grande terreno descampado, chão de terra irregular e a igreja da Consolação ao fundo.

Figura 20: A Praça Roosevelt no filme *Noite Vazia*, produzido por Khouri em 1964.



Fonte: Disponível em <https://www.oespacopublico.com.br/2018/05/29/praca-roosevelt-essa-metamorfose-nao-ambulante/>. Acessado pelo autor em 20/05/2022.

Além dos bares, boates e teatros, a partir de 1963 começou a funcionar na Praça Roosevelt o Cine Bijou, um dos cineclubes do centro, que foi um cinema de arte pioneiro em São Paulo e que teve sua fase áurea no final dos anos 1960. O Bijou, assim como os teatros e bares, era ponto

de encontro dos universitários que estudavam na rua Maria Antonia, sendo a praça uma localidade agregadora de artistas e intelectuais no período.

Além disso, a efervescência cultural e o clima de boemia noturnos contrastavam com o uso e ocupação diurnos daqueles que estudavam, trabalhavam e/ou viviam no entorno da Roosevelt. Verificou-se a apropriação da praça por diferentes atores em diferentes momentos do dia: a elite burguesa e os intelectuais paulistanos da época, os artistas dos teatros, do cinema, da televisão e do rádio, bem como os operários do glamour no centro - cabeleireiros, artistas plásticos, modelos e designers de moda, entre outros. A Roosevelt representava um espaço importante de intercâmbio de idéias que alimentavam o repertório de suas áreas de atuação: do “cabeleireiro da moda”, o Jacques Janine, e a “doceria parisiense no estilo” à Vendôme ou à agência Standard Propaganda, apresentando os diferentes modos de uso do espaço público na relação diurno-noturno e o convívio de sistemas morais distintos.

O luxo e glamour que configura o imaginário paulistano foi aos poucos dando lugar à chamada “Boca do Lixo”¹², principalmente a partir de meados dos anos 1960, quando a região da Roosevelt começa a figurar como área de fluxo de prostituição. O centro urbano nos é evidenciado no modo como Khouri o constrói: uma São Paulo no início dos anos 1960, com aproximadamente cinco milhões de habitantes, em um recorte urbano onde as cenas do trânsito e de prédios que acompanham a escuridão dos créditos iniciais apresentam-se como um ideal de centro metropolitano, ilustrado por seus edifícios altos, letreiros luminosos e trânsito intermitente. Em paralelo, o filme apresentou as personagens meio a uma releitura do centro, indicando um cenário disforme, turvo e perdido em meio às sombras da noite que denotavam a tensão que pairava no imaginário paulistano momentos antes do golpe militar de 64.

A imagem representada da praça corresponde à condição de sua formação, pouco alterada desde sua efetiva inauguração como “Praça Franklin Dellano Roosevelt” em 1951, quando foi parcialmente asfaltada, mantendo alguns taludes em seu descampado natural onde recebeu uma pequena placa de bronze em homenagem ao ex-presidente norte-americano. Nos anos que se seguiram, não foram produzidos em seu espaço alterações significativas até sua chegada nos anos

¹² As delimitações físicas da “Boca” são imprecisas. No prólogo de seu livro “Boca do Lixo” (1977), Hiroito de Moraes Joanides aponta que, após 1953, a “Boca”: apossava-se territorialmente de toda a área circunscrita pelas ruas e avenidas Timbiras, São João (Praça Júlio de Mesquita), Barão de Limeira, Duque de Caxias, Largo Gal. Osório e rua dos Protestantes, no que veio a constituir a famigerada “Boca do Lixo”, o “Quadrilátero do Pecado (JOANIDES, 1977, p.15).

finais da década de 60, sendo até então apropriada por manifestações políticas e comícios, para o abrigo de veículos - cerca de 800 em seu “estacionamento nada racional” -, e por uma feira livre aos domingos, “uma das maiores da cidade” (CAMPOS, 1988, p. 03).

Nos anos 1970, na rua Nestor Pestana, as casas Vagão e Kilt passaram a representar o novo momento que coincide com as intervenções viárias da ligação leste-oeste e a construção da estrutura de concreto para a nova Praça Roosevelt (1968/70). Aos poucos as casas mais tradicionais voltadas à burguesia paulistana foram fechadas ou mudaram-se para outras regiões, e as atividades financeiras, culturais e de diversão da classe média começam a subir em direção à avenida Paulista e Jardins, seguindo cada vez mais pelo vetor sudoeste da cidade.

O escritor Ignácio de Loyola Brandão, que viveu entre 1960 e 1970 em um dos edifícios confrontantes com a Praça Roosevelt, em artigo publicado no caderno Cidades do jornal O Estado de São Paulo (1995) relata a imagem do espaço durante o período em que se tornou um grande canteiro de obras no coração da metrópole.

Trabalharam noite e dia, para desespero de nós moradores, que não conseguíamos dormir com o barulho. As obras terminaram no começo dos anos 70 e nada mais foi como antes, a urbanização matou o lado sentimental da Roosevelt. Ela decaiu, acompanhando o processo que atingiu o Centro. Acabou o Canal 9, o Gigetto se mudou, as boates de luxo sumiram, ficaram os inferninhos, Jacques e Janine foram para os Jardins, vieram restaurantes a quilo e pizzarias rodizio, até mesmo o Baiúca desistiu. Foi o último reduto. Capitulou ante ao grande número de fregueses assaltados (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/05/1995, p. 24).

Ao passo que os usos e apropriações junto ao território da Roosevelt começou a se transformar, associou-se ao seu espaço físico o estigma da criminalidade e prostituição que afetaram diretamente os moradores dos bairros em seu entorno, na medida em que foram sendo discriminados por outros habitantes e pelos agentes públicos, cujos atos, propostas e projetos foram diretamente influenciados por estes mesmos imaginários.

O roteiro do filme “*O Bandido da Luz Vermelha*”, produzido em 1968 pelo diretor Rogério Sganzerla, considerado um dos precursores do “Cinema Marginal”, apresentou pistas sobre o imaginário associado à Praça Roosevelt e parte da região central no final da década de 1960. Nesta produção e na imagem de cidade que constitui sua narrativa, aproxima-se da imagem fictícia da cidade de *Gotham City* ao descortinar, diante da perspectiva historiográfica urbana, os usos e apropriações estigmatizados na região central da cidade de São Paulo, particularmente da área denominada “Boca do Lixo”, apontada como o lócus da criminalidade e da violência no

imaginário paulistano da época, com visualiza-se nas figuras 21 e 22, onde o “Bandido da Luz Vermelha”, protagonizado pelo ator Paulo Linhaça, fugindo da polícia, entra em um elevador de obra num dos edifícios em construção na frente da Praça Roosevelt, também em obras para a implantação da ligação Leste-Oeste.

Figuras 21 e 22: A Praça Roosevelt no filme produzido por Sganzerla, em 1968.



Fonte: Acervo do autor obtido a partir do filme disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pSbBA4OiqBc>. Acessado pelo autor em 20/05/2022

A imagem do “submundo” como construção social materializa-se a partir dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural que imprimiam à Praça os traços de um espaço associado ao vício, à imoralidade e à sujeira. Sganzerla transpõe para o cinema a linguagem empregada nos jornais e nos programas radiofônicos para compor sua representação, espetacularizada através dos crimes e das tragédias pessoais vivenciadas no centro da capital.

No filme, a “Boca”, é representada tanto através de seus aspectos físicos como dos grupos e suas práticas sociais. E este aspecto é definido por Sganzerla em cena que começa com um percurso ascendente que se inicia na Rua da Consolação em direção à Rua Augusta, revelando a paisagem urbana local formada pela Igreja da Consolação e pelo canteiro de obras da ligação Leste-Oeste e da futura Praça Roosevelt. De maneira semelhante aos programas radiofônicos sensacionalistas dedicados a casos policiais da época, a paisagem é completada pela narração de dois locutores que se alternam, em tom e ritmo bem-marcados dizendo:

é o império da bolinha, da desordem e dos gângsters. Da prostituição em massa. Do tráfico de menores. Do crime industrializado e do comércio automobilístico. A cidade dentro de uma cidade. Um bairro criminal, cheio de fome e culpa. A Boca do Lixo. A mais completa, a consagração de todas as Bocas. (...). A falada Boca das Bocas. Do crime. Leve. Pesada. Suja. Ou do fumo. É o lixo sem limites, senhoras e senhores. (SGANZERLA, 2008, p. 35; grifo nosso)

O roteiro apresenta personagens que ilustram popularmente o universo do submundo: os vagabundos, os indigentes, e os pobres em geral; os chamados “boêmios”, ciganos, migrantes e imigrantes; os prisioneiros; as mulheres “desonestas”, as prostitutas; e os ladrões, dos mais amadores aos mais cruéis, como o próprio protagonista do filme: um jovem de vinte e dois anos que aterrorizava as famílias paulistanas da época.

Em paralelo, Sganzerla também explora o imaginário associado à classe política buscando aproximar-se do pensamento crítico com relação à realidade brasileira, marcada pela corrupção, no contexto do regime. O diretor explora o contraste da cidade de São Paulo frente sua metropolização, às grandes obras, aos arranha-céus, aos símbolos do consumismo, e a cidade nas bordas dos novos sistemas viários criados no âmbito do desenvolvimento urbano que se revelava “conservador e excludente, na qual a riqueza produzida aumentava os contrastes e as assimetrias sociais” (FRANCO, 2017, p. 303).

O submundo, portanto, figura como uma metáfora da corrupção, que envolvia a polícia, os parlamentares e governantes que integravam o universo do crime organizado paulistano indicado pelo diretor como “Mão Negra”, da qual se destacam os corruptos - delegado Cabeção e o político J. B. Silva – como chefes da quadrilha. Ambos compactuavam e se beneficiavam da criminalidade na Boca, equiparando-se aos bandidos em seu universo moral, compartilhando dos vícios e dos prazeres que a riqueza ilícita oferecia, trazendo um novo aspecto da ideia de submundo que se dissociava da miséria e precariedade sentidas no território.

Com a mudança de perfil que ficará mais evidente partir dos anos 1980, após a efetivação da construção do “edifício-praça” no final dos anos 1960, a Roosevelt passou a ser descrita como uma área obsoleta e degradada, associada a este submundo relacionado ao crime e a prostituição no centro, como expôs o vereador Geraldino dos Santos na 9ª reunião da CMSP em 19 de fevereiro 1964:

Creio, Sr. Presidente, que temos duas ou mais categorias de "boates" em nossa cidade. Se classificarmos de primeira classe aquelas onde famílias respeitáveis podem comparecer, disputam mesas numeradas, enlatem a artistas renomados, passam horas de entretenimento, homens de negócios e de respeitáveis famílias se encontram, podemos permitir que funcionem e que, como nas grandes metrópoles, temos também apazíveis locais noturnos, como os bons cinemas e os bons teatros. A outra categoria que classificaria de segunda classe, semelhante às que funcionam nas ruas Rego Freitas, General Jardim, Praça Roosevelt, Arouche e em muitas outras localidades, onde maças são comercializadas, alugadas, vendidas; onde a dança é um pretexto e a bebida falsificada o forte da casa; onde a maconha, o ópio, a cocaína e outros entorpecentes são passados aos olhos de todos e de muitos policiais coniventes, onde, de hora em hora, a jovem

menor sai acompanhada e retorna logo após para aliciar outro e vender-se por porcentagem, aparecerem durante a noite. Esses "inferninhos" não devem ter licença para funcionar dentro do perímetro central.

O trecho apresenta uma visão em meio ao período de repressão, lançando luz sobre a realidade das condições físicas enfrentadas pelo espaço público formado pela Roosevelt no mesmo período. Já no dia-a-dia, a possibilidade de articulação em nível local - que a praça oferecia diante da sua conexão às demais áreas do centro e pela diversificada oferta de usos terciários presentes em seu entorno - esbarrava na falta de qualidade de seu espaço físico e nas demandas geradas pela intensificação da frota e dos fluxos de automóveis na área central.

Ainda no final dos anos 1950, quando imperava o romantismo, a alegria e o glamour junto à Roosevelt, a intensificação de seu uso, sobretudo o diurno, que seguia em paralelo ao crescimento urbano do centro em direção às novas áreas de expansão da cidade, não repercutiu nas melhorias e manutenções necessárias ao seu uso cotidiano, como apontou Pedro Geraldo na 231ª reunião da CMSP realizada em 16 de agosto de 1957:

Sr. Presidente, a praça Roosevelt, na Consolação e V. Exa. tão bem a conhece - foi praça de emergência. Cheguei a pensar na ocasião, morando por ali, que estavam se preparando para uma guerra, para uma futura batalha. Era iniciativa do Sr. Adhemar de Barros. Então, surgiu, num segundo, a praça Roosevelt. Largaram pixe sobre a praça, duas caiunas e lá ficou esquecida, com seus barrancos, aguardando que algum automóvel caia por ali, alguma barraca de feirante role, enfim alguma desgraça aconteça, para que se providencie qualquer coisa, porque a ordem no Brasil é essa.

Além de servir como estacionamento de veículos, local de passagem e abrigo para automóveis guinchados, sem um projeto efetivo que considerasse a paisagem urbana do entorno ou programas que viabilizassem a permanência em seu espaço físico, a praça começa a se configurar como um problema a ser resolvido pela municipalidade no sentido da implantação de tais equipamentos, como indicou o vereador Alfredo Trindade na 429ª reunião da CMSP de 17 de novembro de 1958.

Indico ao Sr. Prefeito da cidade que mande localizar, nos jardins da Biblioteca Municipal e na Praça Roosevelt, bem atrás da Igreja da Consolação, dois playgrounds destinados às crianças que, residindo nos prédios de apartamentos circunjacentes, não dispõem de locais apropriados para tomar sol e fazer os exercícios físicos necessários ao seu desenvolvimento

Anos mais tarde, apresentou-se o projeto de lei nº 323/1960, discutido na 69ª reunião de 12 agosto de 1960, que indicava a abertura, na Secretaria de Obras, de “um crédito de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) destinados à construção de um Mercado de Flores, na praça Roosevelt, atrás da Igreja N. S. da Consolação”.

Além disso, de maneira a viabilizar os acessos à área central, em consequência da implementação das intervenções decorrentes do Plano de Avenidas junto à Roosevelt, o projeto de lei nº 17/1962, colocado em discussão na 244ª reunião da CMSP de 05 de fevereiro de 1962 indicou “a abertura de uma via entre a rua Augusta e a Rua Avanhandava, com largura variável de 11,00 a 43,00 metros, afim de estabelecer ligação da rua Avanhandava com a Praça Franklin Roosevelt, sob a rua Augusta”. Este projeto de lei repercutirá o lançamento da ligação Leste-Oeste, também implantada no final dos anos 1960 como veremos a diante.

Tais demandas começam a refletir na Câmara Municipal discussões sobre a necessidade de produção de estacionamentos subterrâneos integrados ao sistema de espaços livres existente no centro histórico, sobretudo no centro novo, como apontou Reinaldo Canto Pereira na 4ª reunião da CMSP ocorrida em 03 fevereiro de 1964.

Com a nossa pequena experiência, como engenheiro municipal há 12 anos, e pela topografia da Cidade, sugerimos ao Sr. Prefeito que determine com prioridade a execução da garagem subterrânea da Praça da República. Ainda que intermitente ou ao mesmo tempo, poderão ser executadas as garagens na Praça Roosevelt, Largo do Arouche, Praça Marechal Deodoro e outros locais no centro da Cidade e nas principais praças desta grande metrópole.

Também discutia-se outro destino aos automóveis guinchados depositados na Roosevelt. Fato apontado por Laerte Côrte na 75ª reunião de 04 de setembro de 1964 que enviou ofício à administração municipal solicitando “estudos para entrega de outro local, que não a Praça Roosevelt, para o recolhimento de carros guinchados”. Já na 191ª reunião realizada em 18 de agosto de 1965, Agenor Mônaco solicitou “providências do Executivo para a construção de abrigos nos pontos iniciais das linhas de ônibus Itapecerica, Taboão, Osasco e Embu”, que faziam ponto de chegada e partida na praça. Estes pontos também serviam às paradas de táxis presentes em seu perímetro em alternativa ao transporte público na cidade, articulado-se aos pontos de ônibus intraurbanos e intermunicipais. Portanto, neste momento não havia nenhum tipo de abrigo e proteção que atendessem ao fluxo de passageiros que ali embarcava e desembarcava diariamente na articulação regional com os municípios vizinhos, refletindo a metropolização iniciado no período. As discussões em torno das apropriações no espaço público da Roosevelt entre os anos 1950 e 1960, registradas na Atas da Câmara Municipal revelaram o imaginário dos representantes da sociedade na época e indicaram a necessidade de refletir-se a respeito de soluções para a intensificação do uso de automóveis no centro frente à opção rodoviária que afirmava a modernidade da cidade. Por outro lado, também se refletiam sobre possíveis alternativas à apropriação dos espaços livres resultantes dos novos viários lançados sobre o tecido urbano. Tais

comunicações revelaram a fragilidade destes espaços e a necessidade da implantação de estruturas como jardins, playgrounds, serviços comerciais e estacionamentos públicos subterrâneos que acabaram por nortear os caminhos do projeto para a Praça Roosevelt, apresentado em 1968.

Como veremos no capítulo seguinte, as obras da ligação leste-oeste fraturaram a antiga praça para viabilizar a implantação da ligação Leste-Oeste que acabou por produzir um “edifício-praça” em resposta às necessidades urbanas do centro, pautado pelo ideário de eficiência nos programas voltados ao uso terciário e de modernização na área central. Desta maneira, expressaram-se novos conflitos em função da fragmentação das relações firmadas em seu território desde os anos 1930.

Embora houvesse a existência de uma relação aparentemente harmoniosa com o espaço no qual se insere, o estudo do território ocupado pela Roosevelt objetivou lançar luz ao seu futuro: seja por meio dos momentos que antecederam à produção da praça moderna, no final dos anos 1960, seja pelo contexto que repercutiu a degradação da área central, que se intensificou entre os anos 1970 e 1980, após a sua implantação. Assim, tais memórias, aqui brevemente relatadas, revelam a gênese de um espaço público único na cidade de São Paulo que foi se tornando funcionalmente importante para atender às novas demandas de usos terciários do novo centro, assim como sedimentou-se em seu território (ou em uma parte dele), uma série de equipamentos e usos terciários voltados ao lazer, cultura e boemia que lhe conferiram o título de “coração da noite paulistana” nos anos 1950 e 1960. Desconstruído, rasgado e redefinido a partir dos anos 1970, foi motivo das sequentes narrativas sobre a sua degradação mesmo antes da inauguração do projeto moderno de 1968.





DO ESPAÇO IDEALIZADO AO ESPAÇO PERCEBIDO



Figura 23: A Praça Roosevelt durante as obras de implantação da ligação Leste-Oeste no final dos anos 1960. Figura 24: A Praça Roosevelt durante a inauguração da via expressa junto ao Elevado Costa e Silva (Minhocão) em 1971. Fontes: Acervo do autor obtido a partir do Acervo Estadão, acessado em 2022.

CAPÍTULO 3 – A cidade e os ideários de modernidade

3.1 O centro de São Paulo nos anos 1950 e 1960

“No estacionamento da Praça Roosevelt, Carlos depara com o resultado de sua atividade e de sua vida alienadas: carros a perder de vista. A “ordem” produtiva gerando a desordem sócio urbana e emocional [...] nesta sequência também se vislumbra a condição do protagonista também de produto, saindo da grande linha de montagem de homens da metrópole. (SALVADORE, 2005, p. 141)

Nas figuras 25 e 26, que ilustram os trechos finais da película *São Paulo Sociedade Anônima*, produzido por Luís Sérgio Person em 1965, com roteiro situado 1957 e 1961, o ator Walmor Chagas, que interpreta Carlos, morador e trabalhador da metrópole, caminha pela Praça Roosevelt até se perder em meio ao grande estacionamento que ocupava este espaço público na totalidade do seu perímetro. Person dedica-se em utilizar o espaço da cidade como estúdio, explorando a área central e sua verticalização bem como as novas áreas de expansão urbana e de parques industriais que geraram um fiel retrato da transformação da metrópole onde a cidade constituiu a protagonista da trama e a Roosevelt figurou numa de suas personagens de destaque.

Figuras 25 e 26: A Praça Roosevelt no filme produzido por Person, em 1965.



Fonte: Acervo do autor obtido a partir do filme disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ns-LPKhz_AE.
Acessado pelo autor em 20/05/2022

Diante da ideia de “cidade-máquina”, São Paulo é apresentada sob a lente da sua metropolização. Ao mesmo tempo que o filme de Person apresenta um panorama geral da geografia urbana da cidade e dos novos modos de vida que apresentam-se ao habitante da metrópole, tem-se como plano de fundo os aspectos gerados pelo avanço da urbanização da cidade, da verticalização intensiva da área central permeada por edifícios comerciais, de

escritórios ou multifuncionais - com suas galerias em nível com o chão da cidade, articuladas ou apenas abertas ao passeio público - e as questões que envolveram tanto o deslocamento dos usos terciários rumo aos novos eixos de expansão da cidade, como nas avenidas Paulista e Faria Lima.

A respeito do avanço da urbanização da cidade, Regina Meyer indicou que na década de 1950 São Paulo apresentava um conjunto de fatores que permitiram inseri-la na categoria de cidade mundial. Diante da modernização e industrialização da metrópole e do desenvolvimento econômico e urbano que promoveram o avanço da sua metropolização, em 1954, com população acima de dois milhões de habitantes, passou a figurar como a maior capital em termos econômicos e populacionais (MEYER, 1991, p. 12).

Meyer (1991) comenta que o centro principal de São Paulo, sobretudo o Centro Novo, se verticalizou abrigando grandes exemplares da arquitetura moderna paulistana da época (como os Edifícios Copan, Esther, Itália, entre outros), orientados diante das intervenções e criações de novos espaços públicos e grandes vias em decorrência do curso de implantação do Plano de Avenidas que desde 1930 vinha sendo implantado, pela avanço rodoviário dos anos 1950 diante da passagem de Robert Moses por São Paulo, da “Lei das Construções” em 1957 que permitiu o intensificar da verticalização no centro, e também pelo início dos estudos para a implementação do Metropolitano de São Paulo. No mesmo período, as periferias se expandiram sem um planejamento, gerando assentamentos precários e bairros com insuficiente infraestrutura, ao passo que o centro se fortalecia adquirindo relevância no imaginário metropolitano que o associou às estruturas em concreto e a modernidade presente em seus edifícios à imagem de grandes metrópoles mundiais.

Finalizada a Segunda Guerra em 1945, a liderança norte americana tornou-se incontestável, principalmente junto a países latino-americanos. Em paralelo, o cenário brasileiro apresentava-se fortalecido diante do desenvolvimento industrial observado nos anos 1940 diante da guerra. Entre os anos 1950 e 1960 a conjuntura econômica brasileira refletiu o cenário internacional, sobretudo ao aproveitar-se da reconstrução econômica mundial estabelecida no II pós-guerra, onde as estratégias de crescimento econômico centralizaram-se junto ao Estado, permitindo o impulso e a diversificação da estrutura industrial (CORDEIRO, 1994, p. 05). Neste contexto, os planos nacionais de desenvolvimento - que encontram no Plano de Metas, lançados em 1956, e no Plano Piloto para Brasília em 1957, exemplares desenvolvidos durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-61) que fomentaram a expansão da indústria, do comércio e da

agricultura, gerando parte considerável do surto demográfico que caracterizou a cidade de São Paulo neste período.

Não obstante, o “decolar econômico” visualizado durante o período de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), levou ao desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ao estabelecer as condicionantes para um desempenho não apenas “fordista” e central na escala brasileira – orientado principalmente pela indústria da construção civil e automobilística e pela entrada de grandes multinacionais - mas, também, em referência à sua articulação frente às grandes “cidades mundiais” como local de acumulação do capital internacional em seu território (CORDEIRO, 1994, p. 05).

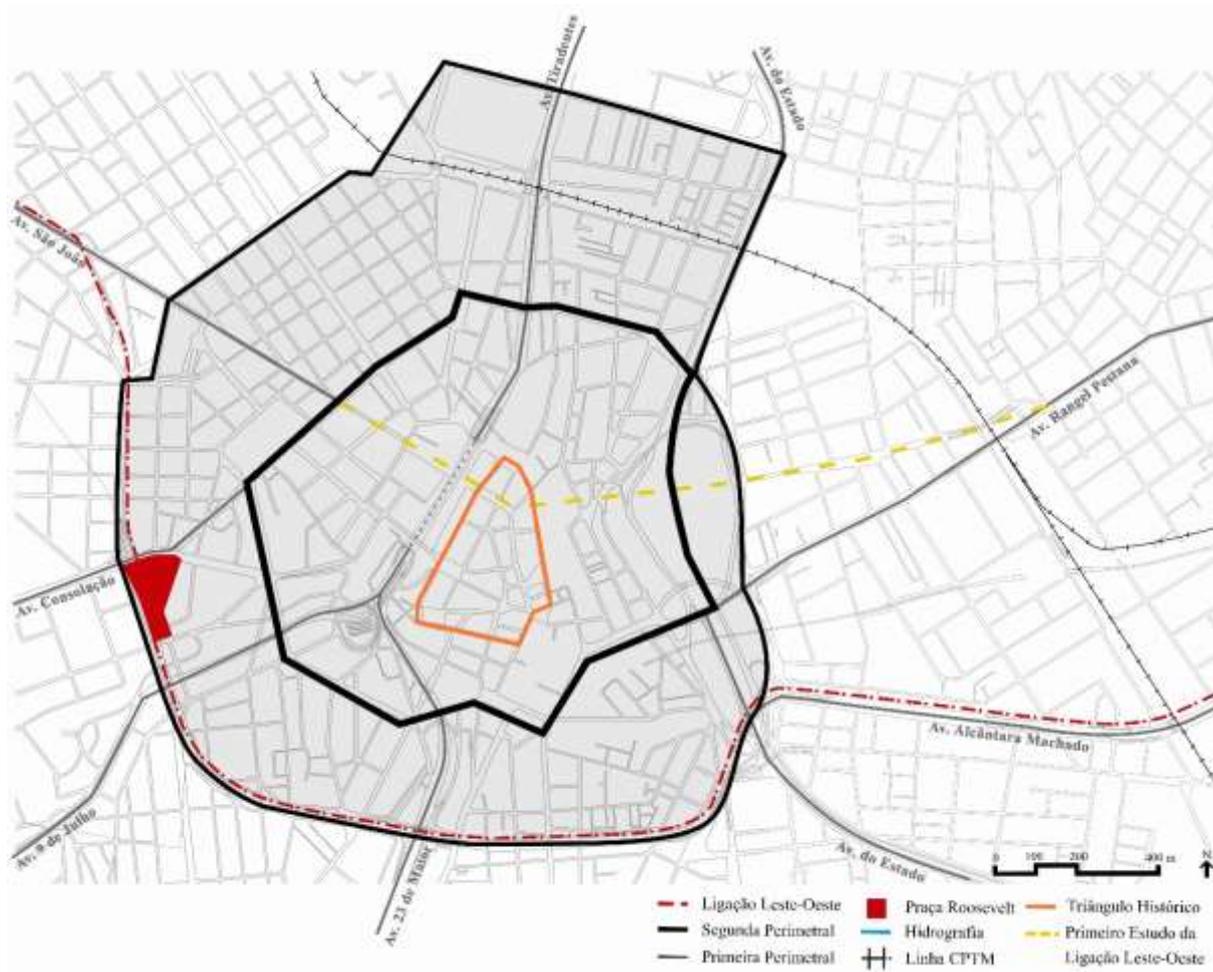
Dentro deste cenário, ao “motor” da economia brasileira no período, incidiram tanto os investimentos financeiros quanto o prestígio da epistêmica americana no que diz respeito a importação de modelos que pudessem solucionar os problemas viários e de tráfego que impediam o avanço da modernidade idealizada para São Paulo nos anos 50: época em que a indústria paulista avança para a fase da industrialização pesada que tinha na indústria da construção civil e automobilística seu carro-chefe.

Será durante o período de maior industrialização que a expansão urbana promoveu o “congestionamento do centro”, tornando-se um problema a ser resolvido pela municipalidade, do qual tributam as intervenções previstas pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia, implantadas durante os anos de 1940 e 1950 e 1960, conforme demonstra-se na figura 27.

As ligações viárias mais antigas, existentes desde o século XIX, originaram-se em trechos não prejudicados por inundações e costumavam ser desenhados em espigões e encostas de morros: como o caso da antiga estrada para Sorocaba, o Caminho de Pinheiros (atual rua da Consolação). Nos anos 1940, o centro velho ligou-se à Consolação através da sua conexão pela Rua Xavier de Toledo que foi alargada em 25 metros durante o ano de 1946¹³, de maneira a viabilizar o acesso às linhas de bonde que chegariam até a Praça Ramos de Azevedo.

¹³ O projeto é datado de 1935 através do Ato nº969 que revigorou a Lei inicial, nº 2332/1920, alargando a Rua Xavier de Toledo em 25 metros (CAMPOS, 2002, p. 60).

Figura 27: Localização das obras implementadas de acordo com o Plano de Avenidas de Prestes Maia até os anos 1960.



Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor a partir de Artigas (2008) e Campos (2002).

Uma década depois, em decorrência da implantação do Anel de Irradiação, pretendeu-se deslocar o terminal de bondes para o início da Rua da Consolação, em um espaço subterrâneo junto à Praça Desembargador Mário Pires (esquina da Rua São Luís). Neste período, o anteprojeto para Metropolitano proposto por Maia (1955-1956), indicava que o terminal fosse deslocado para este local de modo a integrá-lo à estação de metrô que ali se pretendia construir em subsolo (CAMPOS, 2002, p. 60).

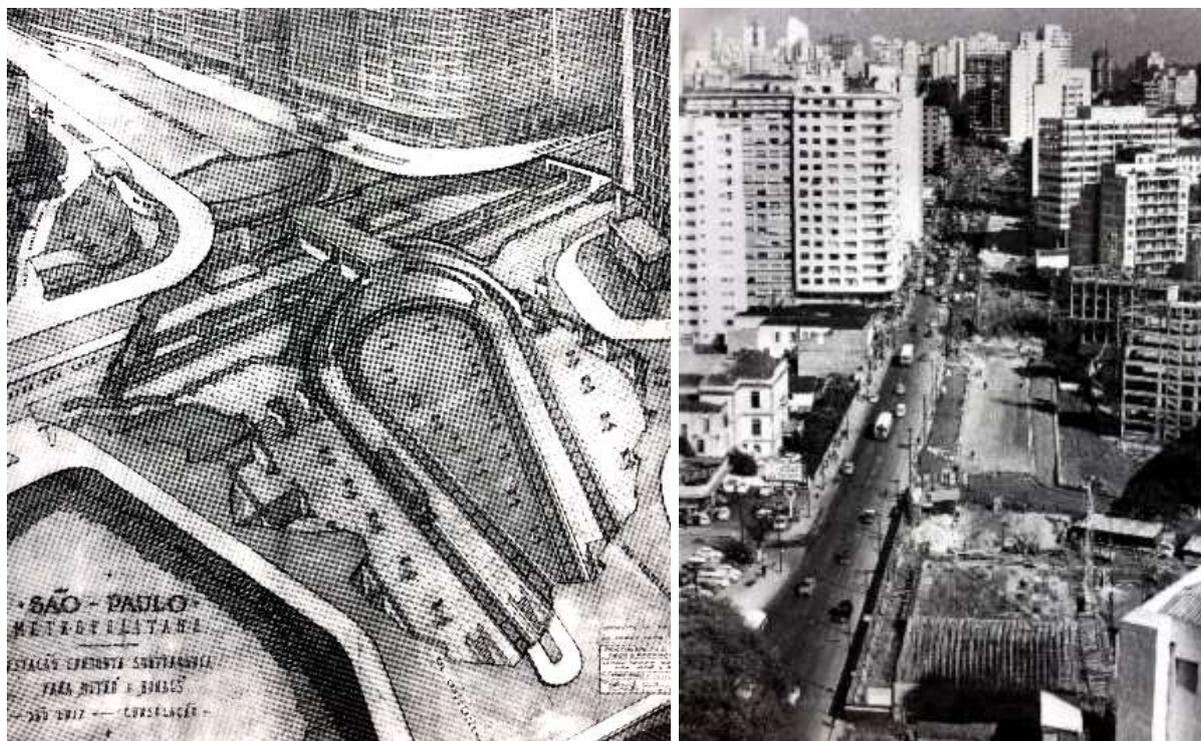
Embora os projetos não tenham se concretizado, apresentou-se aqui um primeiro momento em que a área próxima à Praça Roosevelt (ainda Praça da Consolação), percebeu intervenções de alargamento visando facilitar a mobilidade junto ao centro conduzindo a definição de seus limites junto a Rua da Consolação, como indicam as figuras 28, 29 e 30.

Figura 28: Projeto de alargamento da rua da Consolação (reprodução de 1956 do projeto de 1946) com a indicação da Praça Roosevelt.



Fonte: Mapa desenvolvido pelo autor a partir Campos (2002, p. 61).

Figuras 29 e 30: À esquerda, perspectiva do anteprojeto do sistema de transporte rápido metropolitano em 1956. À direita, imagem da rua da Consolação em processo de alargamento no ano de 1967, em proximidade com a Praça Roosevelt e o canteiro de obras da implantação da expressa Leste-Oeste.



Fonte: Campos (2002, p. 60 e 61).

Já a partir do século XX, com a utilização em larga escala das técnicas de drenagem e saneamento, como vimos no capítulo anterior as vias passaram a ser implantadas também junto aos fundos de vale, como ocorreu com a implantação da avenida 9 de Julho¹⁴ que se estende junto ao córrego Saracura, a sul da atual Roosevelt. Assim, até os anos de 1950, os investimentos voltados ao Centro Histórico buscaram solucionar o problema do congestionamento diante do aumento no uso do automóvel por meio do aumento dos leitos viários, criação de novas ruas, avenidas e viadutos, permitindo a implementação de novas atividades produtivas que passaram a integrar a “estrutura da metrópole onde o centro era incluído (CASTILHO, 2008, p. 221).

Desde a saída de Prestes Maia da administração municipal com o fim do Estado Novo em 1945, e seu retorno como prefeito eleito em 1961, onde teve a oportunidade de prosseguir com o lançamento das propostas do plano de 1930, três importantes estudos foram produzidos para a cidade. O *Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo* de 1950, coordenado por Robert Moses, o *O Plano Regional de São Paulo: uma contribuição da Universidade para o estudo de um “Código de Ocupação Lícita do Solo”*. de 1954, proposto por Luis Anhaia Mello que gerou a Lei nº 5261 promulgada em 1957, e o *Relatório da SAGMACS*¹⁵, dirigido pelo Padre francês Louis-Joseph Lebet, concluído em 1958.

A falta de uma infraestrutura de mobilidade coletiva eficiente e o aumento da verticalização no Centro Histórico como um todo intensificaram os problemas da cidade. Em outro sentido, aumentou o debate na Câmara Municipal e junto do Departamento de Urbanismo do município no âmbito da Comissão de Obras instalada desde 1948, envolvendo os engenheiros municipais e as alianças entre os interesses de expandir atividades para novas áreas urbanas além dos limites do centro histórico e os esquemas de ordem política que repercutiam regime populista (SOMEKH; CAMPOS; 2002, p. 84-85).

Neste contexto, foi encomendado durante a administração Lineu Prestes, nomeado por Adhemar de Barros em 1950, um estudo ao International Basic Economy Corporation (IBEC),

¹⁴ A avenida 9 de Julho juntamente com a 23 de Maio compõem o sistema de radiais do Plano de Avenidas que ao se encontrarem na área central formam o Sistema “Y”.

¹⁵ SAGMACS. Relatório da Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais.

entidade sediada em Nova Iorque e administrada por Nelson Rockefeller, sediada em Nova Iorque e que já havia atuado em outras cidades da América Latina a exemplo de Caracas, na Venezuela.

O engenheiro e advogado nova-iorquino Robert Moses foi convidado a coordenar um estudo sobre a cidade que terminou com a elaboração do relatório intitulado *Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo*, publicado em novembro de 1950. Este relatório revelou a importância da política rodoviária na consolidação dos interesses do capital norte-americano no período, marcado pela criação da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) em 1947: a primeira frota de ônibus vindos dos Estados Unidos para a capital (MEYER, 1991, p. 87-88).

Ao apresentar o *Plano de Melhoramentos Urbanos* em 1950, Moses materializou num conjunto de recomendações, em certa medida genéricas, sem plantas de zoneamento ou de equipamentos, nem desenhos detalhados das propostas (apenas vistas das seções típicas para vias locais, principais e expressas), uma ideia de áreas suburbanas conectadas por grandes avenidas. Ou seja, sem a presença de um diagnóstico quantitativo detalhado no relatório. Ao contrário do Plano de Avenidas de 1930, o Plano de Moses ocupou-se de uma setorização onde zoneamento, sistema viário, saneamento e áreas verdes foram tratados em específico, mas sem um desenho que permitisse materializar visualmente as propostas (SOMEKH; CAMPOS, 2002, p. 86-87).

O crescimento demográfico e a explosão urbana sentida entre os anos 1940 e 1950 provocaram o surgimento de duas linhas voltadas ao pensamento urbano: uma progressista, liderada por Francisco Prestes Maia, que defendia o crescimento e a livre expansão da metrópole, e uma de caráter democrático, liderada por Luiz de Anhaia Mello, que defendia a limitação e controle do crescimento urbano, inclusive a instalação de novas indústrias.

Oposto ao modelo apresentado por Prestes Maia em seu Plano de Avenidas de 1930, Anhaia (apud SCHICCHI, 2020), defendia que

abrir avenidas, irradiando de praças estreladas [...] e não cuidar da habitação das classes mais desfavorecidas da fortuna; abandonar os bairros periféricos, permitindo favelas enquistadas nos morros ou afogadas nas várzeas e alagadiços, não é o plano. [...] Todos os elementos da cidade democrática devem ser harmonizados, relacionados não valendo soluções parciais” (MELLO apud SCHICCHI, 2020, p. 337).

Diante desta perspectiva, foi apresentado em 1954 por Anhaia Mello no âmbito das comemorações do IV Centenário da cidade, *O Plano Regional de São Paulo: uma contribuição*

da Universidade para o estudo de um “Código de Ocupação Lícita do Solo”. O Plano Regional apensar de não ser realizado, serviu para divulgar e consolidar a ideia de poli nucleação da cidade e como base para a elaboração da Lei nº 5.261/57. Apesar dos ideais democráticos do qual o plano se valia, foi alvo de muitas críticas na época, principalmente por parte da iniciativa privada e dos técnicos não envolvidos na Comissão Orientadora do Plano Diretor - entidade para a qual Anhaia Mello havia apresentado seu projeto de lei – contrários, portanto, às propostas apresentadas no Plano e na Lei (SCHICCHI, 2002, p. 132). Não obstante, os desdobramentos da Lei 5.261/57 são importantes para a compreensão a paisagem urbana que se formou junto à Roosevelt e outros territórios do centro histórico nos anos 1960.

Coincidindo com a época em que a primeira “versão” da Praça Roosevelt foi inaugurada, em 1951¹⁶, os antigos sobrados foram dando lugar aos empreendimentos imobiliários que resultaram na construção do grande “paredão” de edifícios que hoje se apresentam em um de seus limites. Em paralelo, repercutindo a intensificação do uso do automóvel, a praça foi cenário dos filmes de Khouri (1964), Person (1965) e Sganzerla (1968), unânimes em apresentar a praça totalmente ocupada por veículos como um grande estacionamento a céu aberto que refletia um dos problemas do centro neste período.

Neste sentido, a Lei Municipal nº 5.261 aprovada em julho de 1957, também chamada “Lei das Construções” é importante para compreendermos o processo de verticalização acentuado que ocorreu a partir do final da década de 1950 e seus impactos na área central, que resultou em alterações morfológicas no entorno imediato da Praça Roosevelt.

De acordo com Schicchi (2020), além de estabelecer pela primeira vez o coeficiente de aproveitamento de lotes, uma área mínima de lote por habitante e de espaços livres no espaço urbano, o instrumento permitia que para edifícios comerciais pudessem ser construídos um total de seis vezes a área do terreno. Já para habitações multifamiliares, o valor era de quatro vezes a área do lote. Além de outros critérios e diante do crescente problema relacionado a falta de espaços de estacionamento no centro, através da lei estimulava-se a construção de garagens coletivas ao considerar suas áreas fora do cálculo da área construída do edifício. Em seu artigo nono, modificou, a Lei das Construções alterou o Código de Obras de 1929, vigente até então, ao propor

¹⁶ Ainda que, neste momento, seu espaço não seja de fato decorrente de uma concepção ou planejamento prévio e sim como resultado do conjunto de desapropriações em curso desde a década de 1930 na antiga rua Olinda, região da Consolação.

que os espaços livres para recreação pública passassem a ser correspondentes a 20m² por habitante, com uma base de 5 pessoas por unidade residencial.

Os efeitos da aplicação da lei na paisagem urbana da cidade começaram a ser observados a partir de 1958. Não como se esperava, a partir da redução nos pedidos de aprovação, mas sim, no sentido de “burlar” os trechos do instrumento que eram prejudiciais ao desenvolvimento do investimento imobiliário no centro. De acordo com Fialho (2017, p. 95) e Schicchi (2020), “a manobra mais corrente consistia na aprovação de plantas de edifícios comerciais, com maiores possibilidades de aproveitamento de terreno, que, na verdade, destinavam-se a residências”. Neste sentido, proliferaram em São Paulo entre os anos de 1957 e 1965, sobretudo no Centro Histórico, os apartamentos do tipo quitinete, “que na verdade tinham sido aprovados como consultórios ou escritórios comerciais” (SCHICCHI; 2002, p. 346).

A repercussão da Lei foi confirmada por meio do estudo de campo, figura 31, que levantou dados em sites de imobiliárias¹⁷ sobre a época de construção e das respectivas metragens quadradas das plantas habitacionais comercializadas. Também levantou-se in-loco o uso destinado ao térreo destes edifícios em relação à sua prosição nos limites da Praça Roosevelt. Verificou-se que, em sua maioria, possuem o térreo e mezanino comerciais, abrigando os teatros (Satyros, Parlapatões, e SP Escola de Teatro), além de bares, boates e supermercado. A única exceção é o Edifício Imeri que fica na Praça Roosevelt nº 200, que constitui edifício corporativo com térreo e primeiro pavimentos privativos voltados ao uso de estacionamento e o edifício da SP Escola de Teatro localizado na Praça Roosevelt nº 210 que consiste num edifício de uso institucional voltado à formação de jovens nas artes cênicas. Os demais possuem uso residencial nos pavimentos

¹⁷ O levantamento foi realizado por meio de sites em imobiliárias, de acordo com o nome dos edifícios e seu endereço junto à Praça Roosevelt. Cito: **Edifício Icarai**, Praça Roosevelt nº 128, dados disponíveis no site <https://www.quintoandar.com.br/condominio/icarai-bela-vista-sao-paulo-9dzqsneord>; **Edifício São Martinho**, Praça Roosevelt nº 146, site <https://loft.com.br/condominio/edificio-sao-martinho-republica-sao-paulo-sp/owqh9t>; **Edifício São José**, Praça Roosevelt nº 112, site: <https://www.vivareal.com.br/condominio/edificio-sao-jose-consolacao-id-b9d0ddda-b0ea/>; **Edifício Olinda**, rua Gravataí nº 23, site: <https://www.quintoandar.com.br/condominio/edificio-olinda-consolacao-sao-paulo-9pm8s39nkn>; **Edifício Bienal**, Praça Roosevelt nº 168, site: <https://loft.com.br/condominio/edificio-bienal-republica-sao-paulo-sp/gxvw0l>; **Edifício São Carlos**, Praça Roosevelt nº 278, site: <https://loft.com.br/condominio/edificio-sao-carlos-republica-sao-paulo-sp/1bn3cmu>; **Edifícios Santa Cândida e Santa Isabel**, Praça Roosevelt nº 96, site: <https://loft.com.br/condominio/edificio-santa-candida-santa-izabel-republica-sao-paulo-sp/10hzawi>. Os edifícios estão todos implantados na face leste da praça, com exceção do Edifício Olinda, único exemplar do período implantado na face oeste. O acesso aos sites foi feito no dia 30 de agosto de 2022 e deles foram extraídos o ano da construção e a metragem das unidades que apresentavam-se disponíveis para venda ou aluguel.

superiores aos andares térreo e mezanino, com metragens quadradas em suas unidades indicadas conforme abaixo:

- Edifício Icarai, de 1957, com apartamentos de 25 a 60m²;
- Edifício São Martinho, de 1959, com apartamentos de 280 a 364m² (única exceção em relação à metragem);
- Edifício São José, de 1960, com apartamentos de 57 a 60m²;
- Edifício Olinda, de 1960, com apartamentos de 30 a 100m²;
- Edifício Bienal, de 1961, com apartamentos de 32 a 56m²;
- Edifício São Carlos, de 1964, com apartamentos de 27 a 44m²;
- Edifícios Santa Cândida e Santa Isabel, de 1964, com apartamentos de 75 a 160m²;

Figura 31: “Paredão de edifícios” a leste da Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Imagem capturada pelo autor em visita de campo realizada em 2022.

Se por um lado os impactos da verticalização orientada em função da *Lei das Construções*, Lei 5.261/57, possa ser verificada com maior intensidade junto ao centro histórico, especialmente no Centro Novo, curiosamente o mesmo não ocorreu ao longo da Rua da Consolação contígua a esta no sentido bairro (oeste). Assim como a verticalização também não foi uniforme junto aos lotes localizados no perímetro a oeste da Praça Roosevelt, com testada para a rua João Guimarães Rosa em relação a sua possibilidade de expansão neste período. Junto a esta via, a pesquisa verificou que o único exemplar que representa o período é o Edifício Olinda, implantado em 1960 na rua Gravataí nº 23, figura 32.

Figura 32: Edifícios existentes a Oeste da Praça Roosevelt em 2022, com destaque do Edifício Olinda à esquerda da imagem.



Fonte: Imagem capturada pelo autor em visita de campo realizada em 2022.

Inserida dentro de um importante sistema que liga a região central à zona oeste da cidade (ligação Centro-Pinheiros), a Consolação, como vimos, é tributária das estratégias pensadas por Prestes Maia, sendo adotada como uma das radiais do Plano de Avenidas de 1930. Mesmo já estando bastante ocupada nos anos 50, a legislação originada das diretrizes de Maia que impunha

recuos para as novas construções em um dos lados da via, somada à Lei de 1957, ofereceram à Consolação recursos que naturalmente viabilizariam a construção de edifícios em altura. No entanto, a tímida verticalização de suas áreas lindeiras aparece de forma mais evidente apenas junto às áreas em proximidade dos seus principais entroncamentos viários: junto à avenida Ipiranga, onde foi construída a travessia em desnível da ligação Leste-Oeste nos anos 1960 (trecho entre a Rua Amaral Gurgel e Praça Roosevelt) e, no outro extremo, pelo entroncamento junto à Avenida Paulista e Dr. Arnaldo (interligadas em desnível sob as pistas que continuam em direção a Pinheiros pela avenida Rebouças).

Neste sentido, o investimento público implementado durante a década de 1960 através da execução de obras para o seu alargamento que ofereceram uma moderna infraestrutura viária ao seu entorno, associado a legislação que propiciava um maior aproveitamento do solo urbano, não ocorreu com o mesmo avanço observado em outras áreas do centro. A este fenômeno podem ser atribuídos dois aspectos: a revogação da Lei 5.261 e os impactos do deslocamento dos investimentos imobiliários para os novos eixos de expansão da cidade.

Já no caso da Roosevelt, adiciona-se o fato de que cerca de metade dos terrenos presentes a oeste do seu limite, junto à rua João Guimarães Rosa, eram de propriedade do governo estadual, ou seja, públicos (CARDOZO, 1970, p. 11). Além das obras da ligação Leste-Oeste terem transformado em um grande canteiro de obras para a execução do sistema viário em desnível durante a década de 1960, o que acabou por comprometer o seu espaço físico e dificultar o acesso aos lotes presentes em seu entorno imediato – sobretudo junto à confrontante da rua João Guimarães Rosa que já nesta altura fazia a conexão em nível entre a rua da Consolação e rua Augusta passando pela praça, como indicou a discussão a respeito do projeto de lei nº 113/1966 que introduzia alterações ao plano de abertura da ligação Leste-Oeste no sentido de permitir sua passagem através da Praça Roosevelt, alterando o que determinava a lei 6.061 de 1962 que aprovou o plano de melhoramentos orientado pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia. Na 304ª reunião da CMSP de 24 de agosto de 1966, o vereador Agenor Monaco manifestou:

no presente projeto de lei, verificamos vários absurdos. Como intuito apenas de fazer uma economia de tempo e de cerca de quatro bilhões de cruzeiros em virtude de uma ou duas desapropriações, quer o Executivo Municipal mutilar uma praça, como a Praça Roosevelt; quer ainda, além de dificultar sob o aspecto viário aquele trecho da cidade, fazer com que a Rua Augusta, por exemplo, não tenha nenhum acesso para essa perimetral, o que é um contrassenso.

Em 1965, o projeto de lei nº 345 revogou a Lei 5.261 de 1957 ao propor “diretrizes de insolação e ventilação para as áreas de uso diurno e noturno e um índice único para todos os usos,

impedindo a prática de apresentação e aprovação de plantas de imóveis para uso como escritórios e utilização posterior como residências” (FIALHO, 2007). Uma vez que a demanda por habitação na área central não se via mais atendida por este tipo de estratégia, corruptiva em relação à Lei, os novos eixos de expansão comerciais da cidade que se tornaram mais atrativos à implantação de edifícios comerciais, de escritórios e/ou multifuncionais foram aqueles localizados em proximidade às áreas de fixação das moradias da elite paulistana, colocando a rua da Consolação na contramão do investimento imobiliário privado da época.

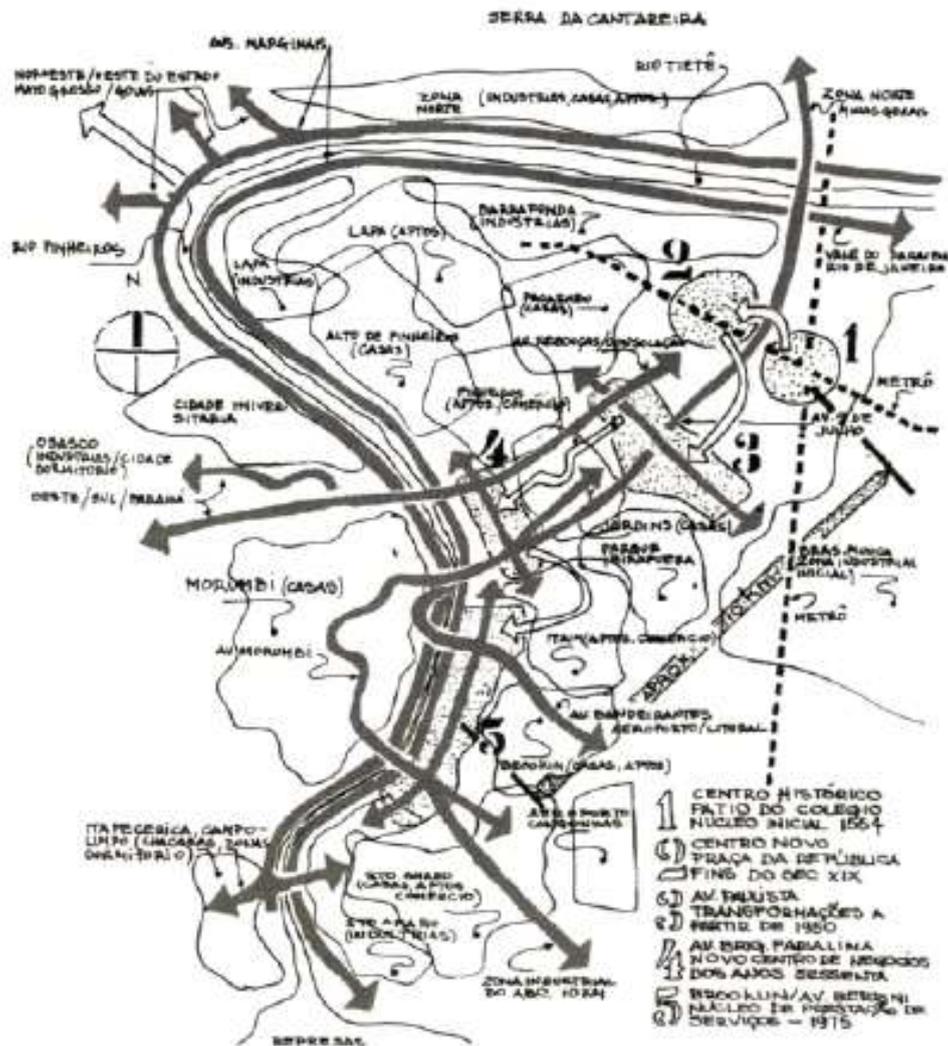
Com isso, de acordo com Fialho (2007) as atividades de uso terciário que tiveram início junto ao núcleo original que implantou-se ao redor das Ruas XV de Novembro e Largo São Bento passaram a ocupar, num segundo momento

todo o Centro Velho e Novo da cidade nas décadas de 1930 a 50. Com a saturação do espaço físico do Centro nos anos 50 e 60, o centro de negócios deslocou-se para a Avenida Paulista, que teve sua configuração residencial transformada em corredor de edifícios administrativos nos anos 70, tornando-se o espaço mais disputado e valorizado para uso comercial na América Latina. Em seguida, o alto custo dos terrenos para construção, a valorização dos aluguéis e a própria falta de espaço físico para expansão futura, combinado com as incertezas da economia nos anos 70 e 80 levaram o mercado a deslocar-se de novo. Desta vez, para a Avenida Faria Lima, que irá receber a implantação do Shopping Iguatemi em novembro de 1966 e, mais tarde, em direção às Avenidas Luís Carlos Berrini e Nações Unidas (FIALHO, 2007, p. 65).

Em acordo com a figura 33, Fialho revelou que

a expansão da verticalização caminhou desde os anos 30 no sentido norte-sul, das margens dos Rios Tamanduateí em direção ao Rio Pinheiros. É óbvia a relação que existe entre a valorização imobiliária dos bairros residenciais de maior prestígio e o espraiamento da verticalização comercial: a proximidade entre o Centro Novo e Higienópolis e Pacaembu, entre a avenida Paulista e os Jardins, entre as Avenidas Faria Lima, Luís Carlos Berrini e Nações Unidas com os bairros de Pinheiros, Itaim-Bibi, Morumbi e os loteamentos com acesso pelas Marginais Pinheiros como Alphaville, Granja Vianna e Tamboré. Em relação ao eixo de negócios na Avenida Paulista, desde 1962 (quando Prestes Maia sancionou a lei que liberava a avenida para a construção de escritórios e edifícios públicos) até o final dos anos 70, o crescimento vertical junto aos lotes lindeiros a via se intensificou brutalmente, ao contrário do que acontecia com a Rua da Consolação no mesmo período. De tal maneira que a situação acabou por exigir um projeto de ampliação e redesenho urbano que alterou completamente suas características, incorporando-a ao complexo viário Paulista - Rebouças - Consolação - Dr. Arnaldo (FIALHO, 2007, p. 65).

Figura 33: Fluxos de expansão e deslocamentos de usos e investimentos no setor Sudoeste da capital a partir dos anos 1960.



Fonte: Fialho (2007).

Além disso, a implantação da linha verde do metropolitano projetado em 1968 e implantado em 1980, e a implantação de edifícios públicos e uma rede de edifícios hospitalares junto à Avenida Paulista, reforçaram esta nova centralidade, fazendo com que o centro tradicional comessace a sentir a evação de empresas e sedes bancárias. Assim, verificou-se que o deslocamento do investimento junto ao setor sudoeste da cidade, esteve ligado diretamente às possibilidades oferecidas pela legislação e pela infraestrutura viária que viabilizaram seu acesso, principalmente para as classes de maior renda, selando o destino do centro histórico desde então. Em outro sentido, o centro se popularizou. Juntou-se a isso a falta de investimentos públicos em manutenção da infraestrutura ali instalada desde os anos 1940, principalmente de seus espaços públicos, gerando os cenários que refletiram as narrativas voltadas à imagem de degradação observada com maior intensidade a partir dos anos de 1980, da qual a Praça Roosevelt foi novamente implicada.

3.2 A partir do Centro: o relatório “Planejamento” de 1961 e as inflexões na Praça Franklin D. Roosevelt (1954 e 1961)

O volume *Planejamento*, apresentado em 1961, compilou os resultados dos estudos obtidos junto ao Departamento de Urbanismo como parte do relatório final da gestão do prefeito Adhemar de Barros (1957-1961). O documento foi elaborado sob coordenação de Carlos Lodi - adepto das idéias de Anhaia Mello - e baseado nos estudos da SAGMACS de Le Bret – que tratava da priorização de melhoria das condições de vida urbana para toda a população a partir de uma visão humanista que reconhecia a cidade real, suas carências e potencialidades. O documento apresenta um plano do sistema viário que se mantém fiel ao modelo de Prestes Maia, sobretudo em relação às suas diretrizes viárias, em implementação desde os anos 1940, sendo, portanto, retomado por ele quando regressa à prefeitura para uma nova gestão entre os anos de 1961 e 1965.

O relatório apresenta um quadro dos trabalhos feitos no campo do planejamento do ambiente físico da cidade, realizados durante a administração do prefeito Adhemar de Barros e estabelece um balanço das realizações no campo do urbanismo no período, além de apresentar bases e diretrizes a um futuro desdobramento do plano contendo elementos ao planejamento de São Paulo e seus princípios norteadores. O trabalho incluiu todos os projetos aprovados, desenvolvidos ou iniciados em sua gestão, sendo ratificado pela Lei nº 5.419 de 14 de novembro de 1957 que havia aprovado seu plano de melhoramentos urbanos ao apresentar as providências à sua execução.

Dentro das providências presentes na Lei 5.419/57, destacam-se seus artigos 1º e 2º onde

Art. 1º - Fica aprovado o plano de melhoramentos constantes dos desenhos n.º 15.124 e 15.125, do Arquivo do Departamento de Urbanismo, nesta data rubricados pelo Presidente como parte integrante desta lei, melhoramentos esses consistentes na ligação da avenida Ipiranga e da rua Amaral Gurgel com a rua João de Passalacqua, através de passagens sob a rua da Consolação, Praça Roosevelt, rua Augusta e de viadutos sobre a rua Avanhandava, a avenida 9 de Julho e a rua Sto. Antônio. Art. 2º - Os imóveis atingidos pelo plano ora aprovado serão desapropriados por utilidade pública, ficando a prefeitura autorizada a efetivar a desapropriação dentro do prazo de cinco anos, contados da data desta lei”.

A Lei 5.419/57 amparava e efetivava as futuras intervenções urbanas conduzidas junto ao centro histórico, em consonância a algumas das decisões viárias já estruturadas a partir do Plano de Avenidas de 1930, bem como revelou os estudos iniciais que conduziram ao projeto da Praça Roosevelt (1968-1970). Não obstante, representou um novo marco em relação a forma como a

municipalidade enfrenta os desafios impostos ao avanço de sua urbanização: não mais em direção ao centro, mas do centro em direção às novas áreas de expansão da cidade.

Em *Planejamento*, fica explícito o desejo de conectar as novas áreas de expansão da cidade que careciam de atenção por parte da municipalidade ao apontar a necessidade da efetivação de uma ligação entre as zonas Leste e Oeste através do centro. Por outro lado, de acordo com o relatório de 1961, que tomava como referência o município de Osasco – que passou a integrar a Região Metropolitana de São Paulo em 1973 – o texto revelou certa preocupação com a zona Leste.

o centro principal, o centro Brás e o núcleo Penha atuam a léste promiscuamente, em função das facilidades ou não de transportes, das possibilidades ou não de trabalho local, da estrutura urbana, ainda neste setor deficiente e objeto de importantes medidas de planejamento físico. É interessante notar o aspecto da atração do distrito de Osasco, a oeste, que age em todas as direções, e não só em oposição ao centro principal (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1961, p. 194-195)

Ao mesmo tempo que este trecho relaciona-se à visão humanista presente nos estudos da SAGMACS de Lebrét, ao revelar-se em preocupação com as carências das recentes urbanizações a Leste do município, também pode ser lido como um aceno para a iniciativa privada ao indicar a futura implantação de investimentos públicos voltados a estas novas áreas da cidade, satisfazendo possíveis interesses privados voltados à exploração de terras mais baratas, propícias aos empreendedores imobiliários que seguiam conquistando estes espaços.

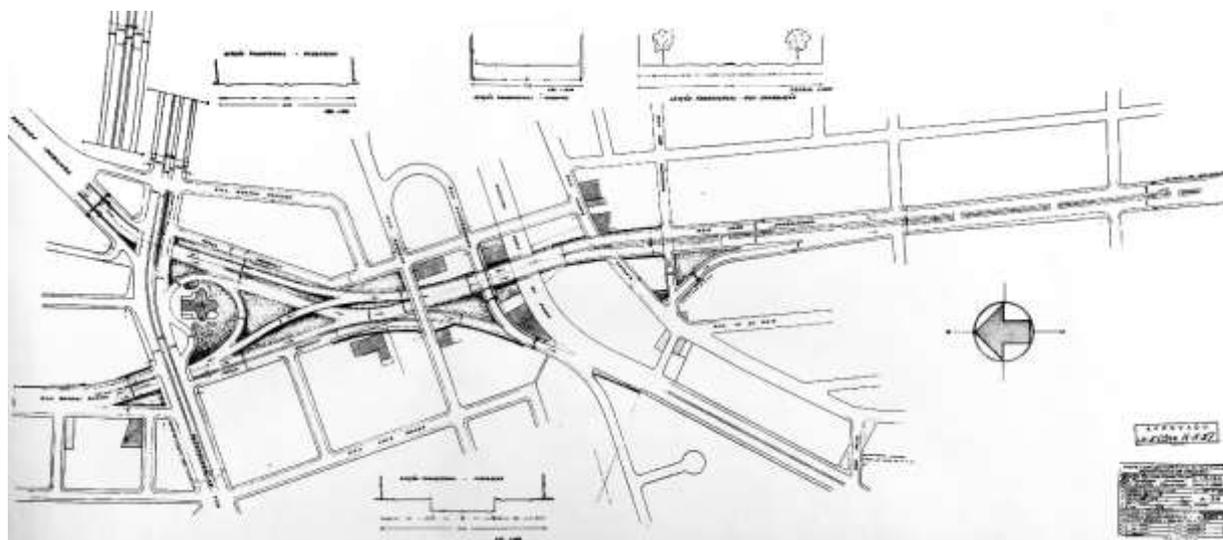
Além disso, diferente do que demonstramos no primeiro tópico deste capítulo, se até os anos de 1950 os investimentos públicos voltados ao centro histórico se comprometiam em solucionar a questão do congestionamento viário por meio da facilitação de seu acesso através da abertura de novas vias e viadutos e pelo alargamento das ruas existentes – que resultaram no aumento das “atividades produtivas que participavam da estruturação da metrópole” -, a mesma solução “acabou por congestioná-la ainda mais, o que auxiliou na compreensão de que para solucionar o Centro a expansão para as áreas adjacentes era a melhor alternativa” (CASTILHO, 2008, p. 221).

Paralelamente ao início da fase de perda de prestígio do Centro como área de consumo da elite paulistana e de privilégio nos planos desenvolvidos a partir dos anos 1960, que o colocam na contramão dos investimentos coordenados pelo poder público, “sua inserção na chamada Área

Central¹⁸, também foi pouco eficaz, já que os limites desta também foram ampliados ou reduzidos de acordo com interesses, ideais e propostas, dificultando qualquer possibilidade de síntese” (CASTILHO, 2008, p. 221).

Neste sentido, a submissão dos espaços públicos ao cruzamento de um sistema de vias em diversos níveis, acabou por se efetivar na década de 1960, tornando-se um modelo recorrente na apropriação de áreas públicas pela cidade, refeltido em diversos pontos da área central, a exemplo do que ocorrerá na Praça Roosevelt com a implantação de um novo sistema viário durante os anos de 1960. No relatório de 1961, a pesquisa identificou o primeiro desenho urbano da praça, projetado em 1956, figura 34, que intervêm diretamente no espaço ocupado pela Roosevelt para a formalização do entroncamento viário entre a Segunda Perimetral e a rua da Consolação que pretendia atravessá-la mantendo a Igreja da Consolação – que por sua vez ficaria entrelaçada por vias, tendo o seu acesso permitido apenas a partir da Consolação. Ainda sem um projeto definido para a futura praça, verificou-se o lançamento do sistema viário dentro dos perímetros da Roosevelt. O projeto da *Segunda Perimetral*, tinha como premissa prolongar a rua Amaral Gurgel, resultante das obras iniciadas nos anos 1950 (CAMPOS, 2002, p. 78).

Figura 34: Primeiro projeto da Segunda Perimetral passando em nível pela Praça Roosevelt em 1956.

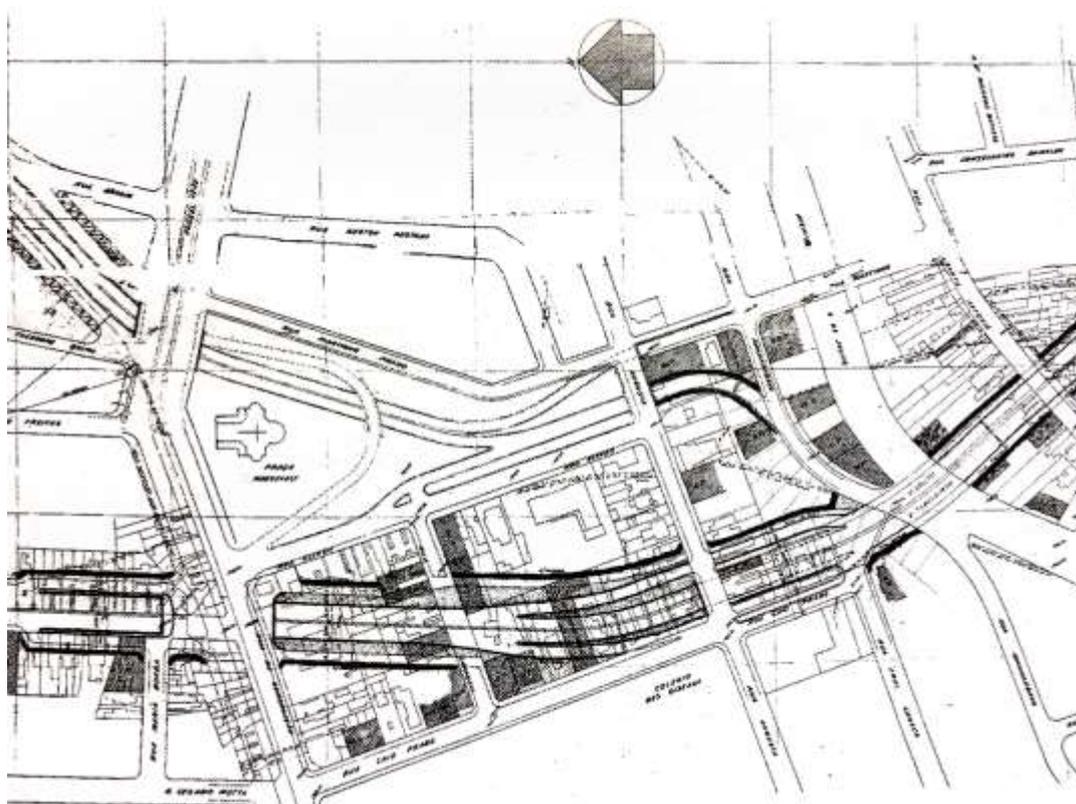


Fonte: Planejamento (1961): relatório final da gestão Adhemar de Barros entre 1957 e 1961.

¹⁸ De acordo com Castilho (2008, apud Muller 1958), “consolida-se a incorporação do substantivo Área ao Centro e esta união passa a ser denominada “Área Central”. Indicando, para alguns, o lugar onde se localiza o Centro, responde, por pouco tempo, ao impasse que surge na mesma década sobre quais eram os limites desta Área Central”.

Logo no primeiro ano da gestão de Prestes Maia, em 1961, com a implantação da Segunda Perimetral, a Praça Roosevelt, figura 35, surge como elemento chave na discussão sobre a articulação deste sistema com a via radial Centro-Oeste pela Rua da Consolação. Mas não somente, repercutiu as discussões sobre a nova ligação Leste-Oeste, apresentada como um trecho ampliado, tangente e em continuidade à Segunda Perimetral, aumentando a quantidade de leitos viários e de alças de acesso na sua integração ao sistema viário existente no centro: principalmente entre a rua da Consolação e Avenida 9 de julho.

Figura 35: Atualização do projeto da Segunda Perimetral passando em nível pela Praça Roosevelt, principalmente nos quarteirões do seu entorno oeste em 1961.



Fonte: Campos (2002).

Em 1962, a Lei nº 5.419 de 1957 foi revogada pela Lei nº 6.061 de 04 de outubro de 1962 que “aprova o plano de abertura de uma via expressa, em direção Leste-Oeste da Cidade, ligando a Avenida Alcântara Machado à rua Amaral Gurgel e ligações auxiliares”. Em seu texto, especificamente no artigo 2º, incisos de “I” a “X”, a execução dos melhoramentos propostos para a Leste-Oeste é detalhada em termos das suas ligações e alças de acessos, afastamentos, desapropriações e nos dimensionamentos da largura dos leitos viários.

Campos (2002), diante do Projeto da Segunda Perimetral e ao sintetizar a Lei nº 6.061/62, comentou que

seria construída uma via elevada entre a avenida do Estado e na rua Piedade (Várzea do Glicério), prolongando-se as pistas rápidas até as proximidades da rua Tomás de Lima. Deste ponto em diante prosseguiria como via arterial atingindo o centro da Bela Vista, e, alargando ruas ou cortando quarteirões, chegaria à avenida 9 de Julho, a ser transposta através de viaduto, para finalmente, alargando a rua Caio Prado e abrindo uma nova artéria, entroncar com a rua da Consolação na praça F. D. Roosevelt, ligando com a avenida Amaral Gurgel” (CAMPOS, 2002, p. 78).

Já as obras da ligação Leste-Oeste foram iniciadas na gestão do prefeito Faria Lima (1965-1969) – do lado leste com o alargamento da avenida Alcântara Machado, e do lado oeste com o alargamento da rua Amaral Gurgel em 49 metros – transformando-a numa avenida de duas pistas interligada com a avenida Duque de Caxias. Entre estes dois extremos, a intensa urbanização da área criava muitos problemas para a implantação da nova via por gerar um enorme impacto em suas áreas adjacentes. Momentos antes de sua implantação, a pesquisa identificou a repercussão ocorrida no ano de 1966 quando o plano, as propostas e o projeto tanto da nova ligação quando da futura praça foram alvo de discussão junto à Câmara Municipal de São Paulo, sobretudo por aqueles contrários à sua formalização nos moldes apresentados por Prestes Maia, como indicou o vereador Monteiro de Carvalho na 295ª reunião de 01 de agosto de 1966:

todavia, a própria equipe que ajudou a projetar o traçado aprovado, na qual se incluem os atuais dirigentes do Departamento de Urbanismo, que bateram palmas à orientação esposada, durante a administração Prestes Maia sugere agora a modificação de traçado, sob a alegação de economia de tempo e dinheiro. E' claro que não há falar de condições técnicas, pois como V. observou, o novo "projeto e pior que o aprovado, diminui os raios aproxima-se demais do perímetro de Irradiação"; aliás, há falhas irremediáveis, como a de impedir a captação do trânsito da Augusta, pois o viaduto sobre a Av. 9 de Julho ter; um só tabuleiro, os perfis serão muito mais íngremes, a corrente oriunda do Paraíso e que demanda o anel, terá traçado tortuoso e infeliz, a Praça Roosevelt será tremendamente sacrificada, etc.

A fala do vereador faz referência a alteração no projeto de 1954, substituído pela versão de 1961 que acabaria por incorporar uma área ainda maior gerando agressivas desapropriações no entorno da Roosevelt. Neste sentido, verificou-se durante a pesquisa que o projeto final da praça, apresentado em 1968 acabou se aproximando da versão de 1961, diminuindo assim as desapropriações em seu entorno.

Por outro lado, o mesmo vereador manifestou-se sobre os impactos na paisagem urbana e nas relações comerciais que permeavam o solo urbano, consistindo noutra pauta de discussão, como revelou a ata da 313ª reunião ocorrida em 16 de setembro de 1966.

outro ponto posto em evidência é o que se refere à inutilização de uma grande parte da Praça Roosevelt. Argumenta-se que essa praça só perderá uma pequena fatia, eis que a outra parte seria aproveitada. Ocorre, entretanto, que, transformada em lei o novo projeto, uma outra boa parte da Praça Roosevelt, terá limitações no seu aproveitamento o que não se daria pelo projeto em vigor de autoria do ex-Prefeito Prestes Maia, visto que a Praça Roosevelt seria totalmente poupada. Requeiro a V. Exa. se officie ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, Coronel Sebastião Chaves, para solicitar de S. Exa. não só as providências legais cabíveis para que não venha a ser concedido o alvará de funcionamento à "Boite" que vem sendo instalada nos baixos do Edifício S. Lucas na Praça Franklin Roosevelt, 184, loja, como, também, seja determinada a revisão das concessões de funcionamento existentes, uma vez que o decreto estadual 47.450, de 28 de dezembro de 1966, impede que se instalem "Boates", "dancing", "cabarés", "Taxis-girls", "bar dançante", "bar musical" quando próximo de templos religiosos. escola, hospitais, bibliotecas, distância estabelecida de 200 metros).

Diferente do tom contrário ao projeto de 1961, o discurso presente na ata da 313ª reunião acenou de forma positiva à implantação deste mesmo projeto, aproveitando a oportunidade para discutir soluções aos usos de menor prestígio que se apresentavam junto à Praça Roosevelt no mesmo período. Lê-se aqui, portanto, um dos traços que reforçam a defesa desta tese. Ou seja, a praça é colocada no centro do debate sobre as novas intervenções urbanas junto ao centro histórico como marco viário, político e pragmático da modernidade idealizada, compreendida sob o prisma dos novos valores pretendidos e por sua relação com as novas áreas de expansão da cidade.

3.3 Um Centro Metropolitano: O Plano Urbanístico Básico de 1968 e a Praça Franklin D. Roosevelt (1967)

Ainda que os esforços produzidos junto ao Departamento de Urbanismo tivessem apontado alguns caminhos para a solução dos problemas urbanos decorrentes do avanço da urbanização em curso na capital paulista, a cidade continuava sem um Plano Diretor em moldes modernos adequados à sua condição metropolitana. Os estudos feitos para suprir esta lacuna, de certo modo, orientaram os rumos para a constituição de um novo plano: como o caso do Plano Regional de Anhaia Mello (1954) que previa a polinucleação da cidade em moldes democráticos; a montagem, por Mello, de um Centro de Estudos em Planejamento Urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1958), que permitiu criar um ambiente de discussão às

práticas do urbanismo em atenção ao avanço da urbanização paulistana; e a compilação dos resultados obtidos no Departamento de Urbanismo como parte do relatório final da gestão do prefeito Adhemar de Barros (1957-1961).

A partir dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, São Paulo refletiu o período de crescimento econômico, geográfico e demográfico que consolidaram a paisagem urbana da metrópole, materializada em sua evidente verticalização junto à área central e pelo avanço de sua malha urbana que lhe conferiram os contornos, relações e problemas de ordem metropolitana. Neste momento, surge o primeiro plano que pretendia organizar a expansão urbana por meio da criação do *Plano Urbanístico Básico de São Paulo*, em 1968, no curso da administração Faria Lima (1965-1969).

O Plano Urbanístico Básico (PUB) foi desenvolvido por um grupo formado por empresas de consultoria e o Grupo Executivo de Planejamento¹⁹, subordinado à administração municipal, eliminando esta função do Departamento de Urbanismo. Além disso, teve

influências consideráveis do modelo rodoviário apresentado por Robert Moses em 1950, e do caráter humanitário dos estudos da SAGMACS de 1958, elaborado pelo Padre Lebrét, além do conjunto amplo de referências internacionais que induziram à formulação de modelos, sobretudo para o Metrô, como a referência ao Plano Metropolitano de Londres, de 1943 (SATO; BERNARDINI, 2018, p. 36).

Com isso, foram elaboradas

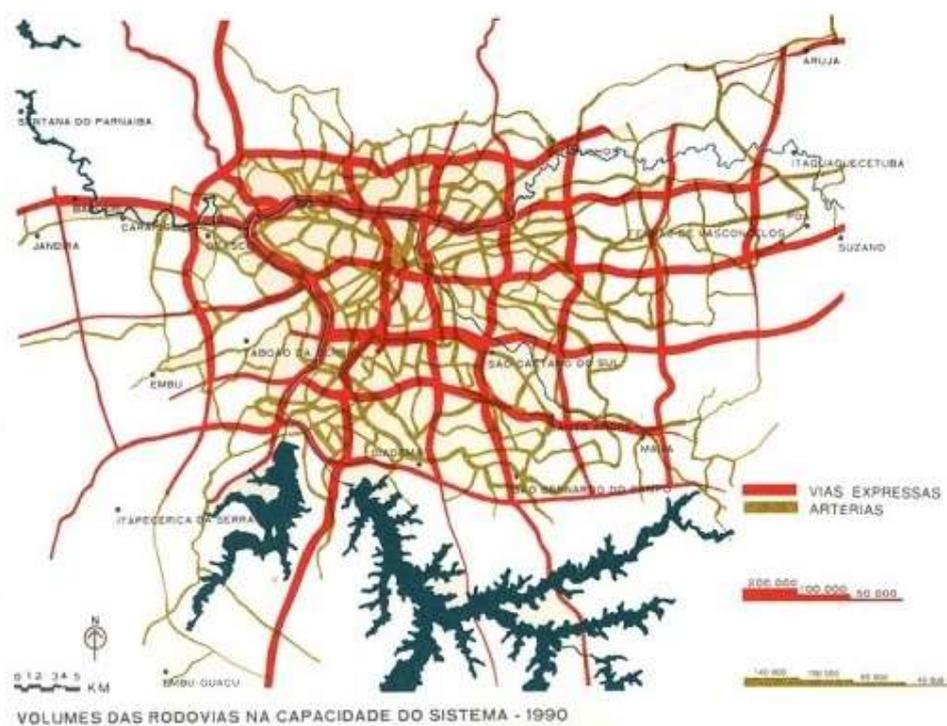
diretrizes quanto aos seguintes aspectos: uso e ocupação do solo, através de zoneamento e densidades; intervenção do Poder Público no mercado fundiário urbano, através da compra de terrenos a serem beneficiados por futuros investimentos públicos; descentralização de serviços e equipamentos; transporte coletivo, em detrimento ao individual; criação de um sistema de planejamento e participação da população na elaboração do plano (SOMEKH; CAMPOS, 2002, p. 113).

De acordo com Sato & Bernandini (2018, p. 37), o processo de elaboração das recomendações das estruturas urbanas presentes no PUB “partiu do levantamento e diagnóstico da situação existente que, por meio da “análise comparativa com outras metrópoles (Londres, Nova Iorque, Chicago e Los Angeles) que tornava possível estimar a área urbanizada total e as densidades demográficas brutas que deveriam ser atendidas”. Já de acordo com Somekh &

¹⁹ “Entre os brasileiros da equipe técnica temos a presença de Joaquim Guedes e entre os consultores encontramos Celso Lamparelli” (ANELLI, 2007).

Campos (2002, p. 115) a estrutura urbana pensada resultou do “cruzamento de quatro conceitos de cidade, referentes a formas e distribuição de centros, com três modelos quantitativos de transporte”. Artigas (2008, p. 61) contribuiu informando que em resultado, “apresentou-se uma malha ortogonal de vias expressas, figura 36, afastadas entre si em 5 km e separadas da malha urbana existente para permitir uma velocidade de projeto de 115 km/h”.

Figura 36: Sistema de vias expressas em malha “ortogonal”, previstas no PUB de 1968 articulada ao sistema de vias arteriais previstas no Plano de Avenidas.



Fonte: Sato & Bernanrdini (2018).

Além da nova malha viária que articularia grandes áreas livres integradas por importantes sistemas hídricos em escala metropolitana, planejou-se um sistema de metrô dissociado do sistema de vias expressas, mas que interagiu com a malha urbana produzida até então pelas intervenções oriundas do Plano de Avenidas. Para o PUB a área central da cidade – incluindo seu centro histórico – “deveria continuar sendo o principal núcleo das atividades comerciais, de negócios e da administração metropolitana e previa-se a expansão das atividades centrais para novas frentes”. Em conjunto, foram incorporadas diretrizes de descentralização no sentido de “amortizar, através de uma estrutura policêntrica, o excessivo adensamento e centralização das atividades” presentes na área central que causava congestionamento e deseconomias, inovando-se em relação à estrutura monocêntrica e adensadora presente no Plano de Avenidas (SOMEKH; CAMPOS, 2002, p. 116).

Ainda que a missão do PUB esteja em apontar os caminhos para a produção da cidade nos anos seguintes ao seu lançamento, ou seja, em direção ao futuro da cidade, acredita-se pertinente direcionar o olhar para a Praça Roosevelt - projetada e executada durante o mesmo período em que o novo plano diretor estava em discussão - o que sugere sua participação neste momento histórico diante da possível materialização na contemporaneidade de parte das propostas contidas no plano em nível local junto à área central. Esta aproximação, ainda que empírica, reflete três aspectos: o da consolidação da Ligação Leste-Oeste e da implantação do Elevado Costa e Silva (Minhocão), figuras 37 e 38; da própria Praça Roosevelt como marco do centro metropolitano e ainda enquanto espaço integrado aos demais espaços livres no centro da cidade; da implantação da rede de metrô nas imediações da Praça Roosevelt.

Figura 37: Croqui do Elevado Costa e Silva.



Fonte: Artigas (2008).

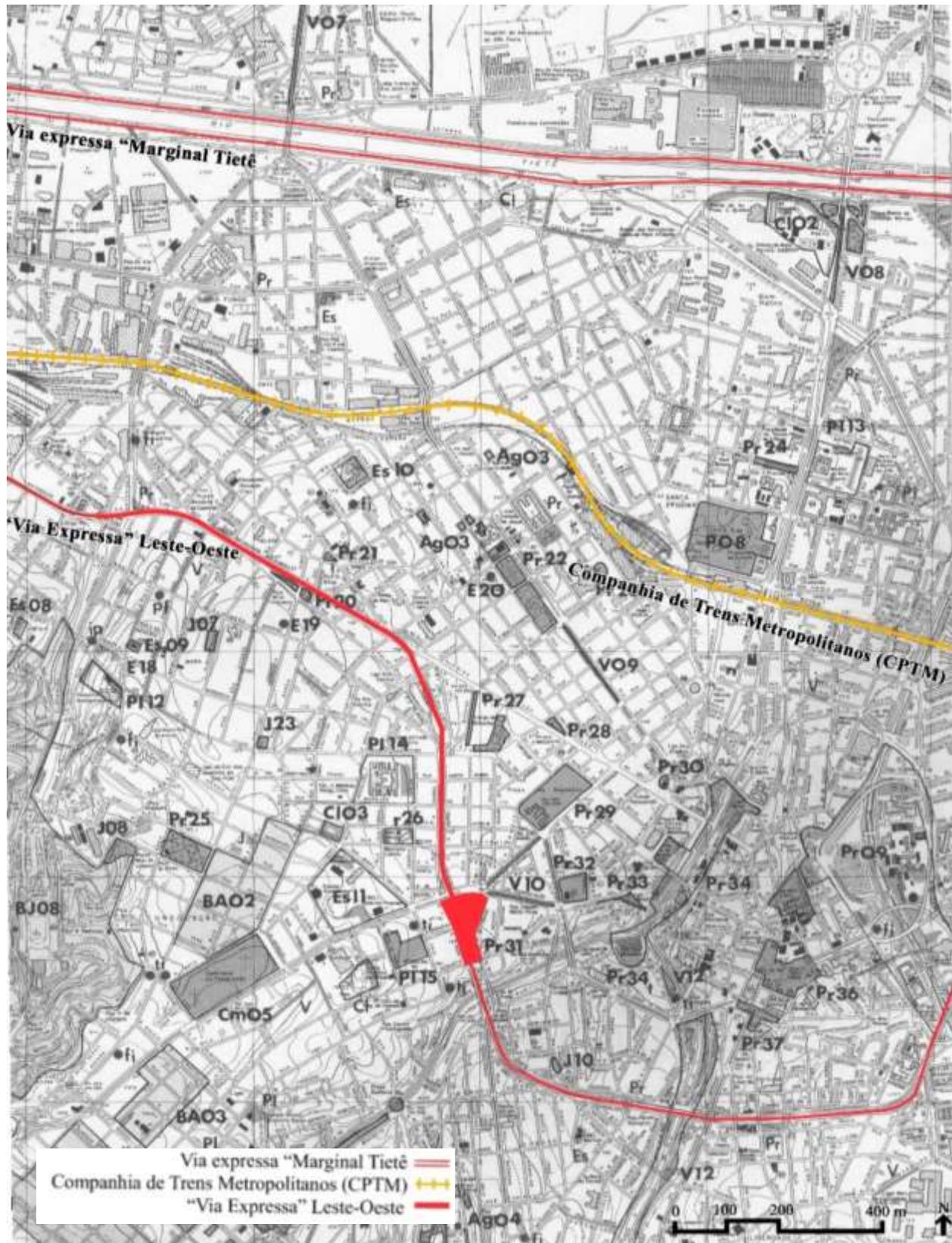
Figura 38: O Elevado Costa e Silva (Minhocão) a partir da rua da Consolação no sentido Oeste.



Fonte: Imagem capturada pelo autor em 2022.

Num primeiro aspecto, analisa-se a ligação Leste-Oeste e o Elevado Costa e Silva que, durante o desenvolvimento do PUB a ideia da sua efetiva execução toma forma e se materializa ao ser incorporada ao trecho sul da Segunda Perimetral - implantada de acordo com as aspirações de Prestes Maia em seu Plano de Avenidas -. A Leste-Oeste, que tem a Praça Roosevelt como ponto de articulação de sua estrutura junto a área central de São Paulo e seu Centro Histórico, traduz as diretrizes do plano diretor dada a descentralização das atividades centrais, verificadas nas décadas seguintes, para as novas zonas de expansão junto aos bairros das zonas Leste e Oeste; que até os anos 1970 consistiam em áreas suburbanas do município. Ao longo das décadas seguintes, somando-se a expansão urbana, instalaram-se nestas zonas equipamentos e serviços até então restritos à área central, a exemplo das subprefeituras de Itaquera e da Lapa e da presença do Poupatempo, hospitais, universidades e shoppings-centers em ambas, conectando-se direta ou indiretamente a esta importante ligação viária da metrópole.

Figura 39: Estudo sobre o PUB de 1968. Aproximação ao objeto de estudo da tese.



Fonte: Cartografia de 1988 extraída do GeoSampa e editada pelo autor em 2022.

Por outro lado, a malha ortogonal de vias expressas apresentada no PUB – guardada a compreensão de que sua velocidade dentro do perímetro urbano do município é reduzida no contexto atual -, ao sobrepor-se na malha urbana existente, figura 39, parece coincidir a Leste com o traçado da avenida Alcântara Machado que segue pela Radial Leste até alcançar as cidades de Ferraz de Vasconcelos, Poá e Suzano onde cruza-se com o trecho leste do Rodoanel Metropolitano avançando até chegar à SP-066; já no sentido Oeste segue pela avenida Francisco Matarazzo, rua Clélia e Barão de Jundiá até cruzar a Marginal Tietê de onde parte tanto para a Rodovia Anhanguera, Bandeirantes e Castelo Branco. A ligação Leste-Oeste, portanto, responde aos anseios metropolitanos ao conectar cidades da RMSP ao seu centro metropolitano do qual a Praça Roosevelt faz parte como “tampa” do trecho em viaduto que passa pela área central.

Além disso, de acordo com Artigas (2008) “apesar da não implementação do PUB, o debate profissional em torno dos modelos urbanos propostos, mostrou que o sistema viário estrutural poderia se configurar de forma independente em relação ao esquema de radiais e perimetrais” implantado por Prestes Maia. Neste sentido, a ligação Leste-Oeste ao se ligar à área central através da Segunda Perimetral, recebeu uma alteração importante. “Com o projeto de prolongamento da Rua Amaral Gurgel até a Avenida São João ela se efetivava em direção à Avenida Francisco Matarazzo. Planejada junto com a ligação Leste-Oeste, essa linha contínua seria uma via expressa, na qual se adotaria a opção elevada de separação do tráfego” permitindo sobrepor-se ao fluxo viário a nível local da malha urbana existente, gerando a implantação do Elevado Costa e Silva, o popular “Minhocão”. Ou seja, têm-se a “separação de fluxos de pedestres e veículos em diferentes níveis, que tinha tido a função de garantir a segurança de ambos, passava agora a atender a um critério funcional de velocidade de operação” animando os sonhos de modernidade da classe média motorizada (ARTIGAS, 2008, p.61-63).

Avançamos agora a um segundo aspecto da discussão, direcionando o olhar para a Praça Franklin Dellano Roosevelt - em relação aos caminhos das intervenções junto ao centro histórico, suas territorialidades e memórias coletivas que traduzem as particularidades de seu território e orientaram o desdobramento de seu projeto no momento histórico de sua efetiva construção no final da década de 1960. A leitura do aspecto anterior nos conduz a refletir sobre a participação da Roosevelt em um esquema maior, de matriz metropolitana, onde traduzem-se localmente os conceitos proposto pelo PUB: em relação a sua articulação com o novo sistema viário estruturante, onde figura integrada a um sistema de espaços livres de ordem metropolitana; reiterando os objetivos do plano em relação aos aspectos da qualidade de vida vislumbrada para o habitante metropolitano; por apresentar-se, a partir do slogan de modernidade que apontava as conquistas

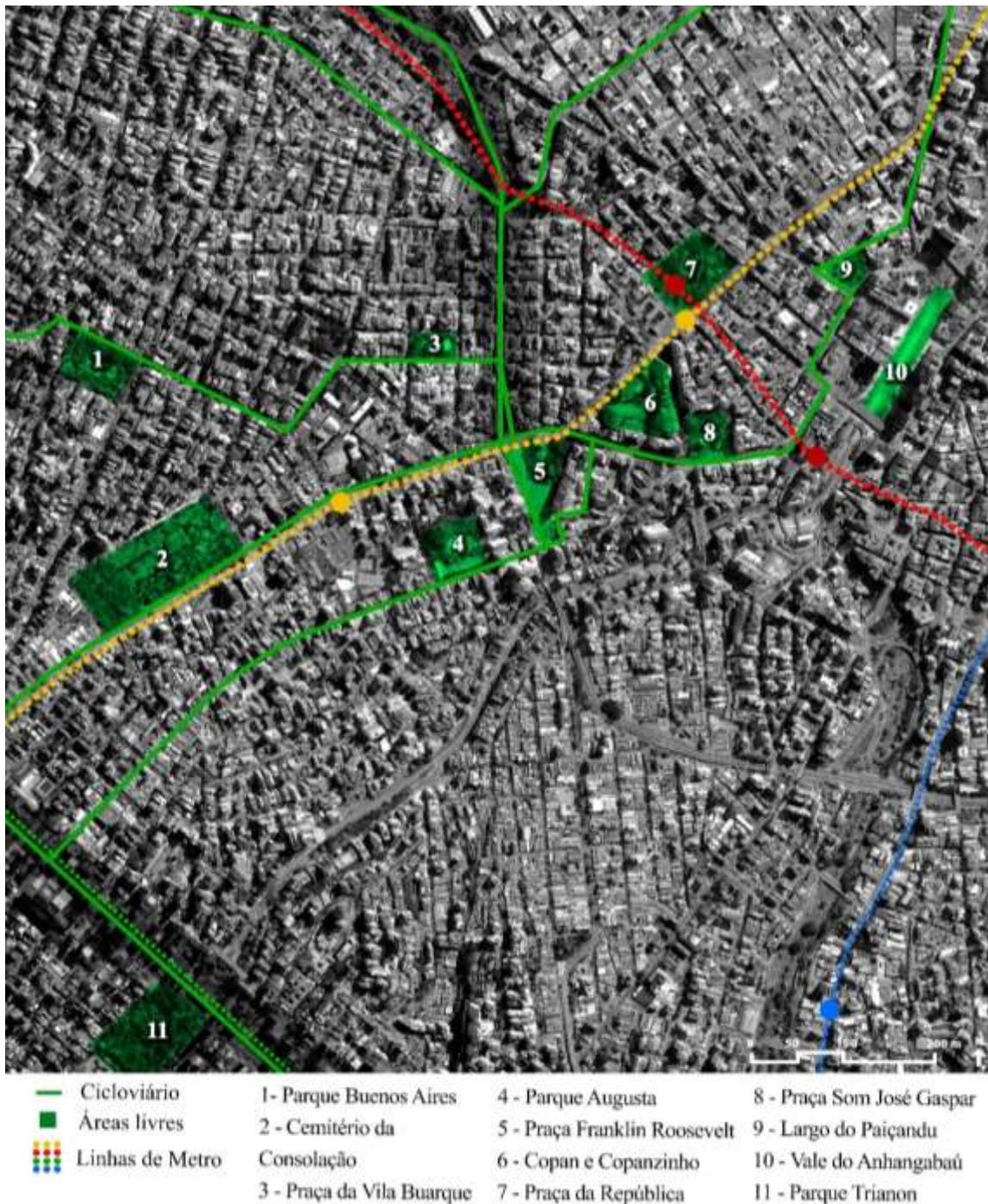
produzidas pelo regime autoritário da época na construção da metrópole paulistana, como representante do centro metropolitano.

O plano do sistema de vias expressas, como vimos, teve repercussão direta na consolidação e implantação da ligação Leste-Oeste da qual a Praça Roosevelt insere-se como elemento de sua articulação junto a área central. No mapa das propostas das vias expressas apresentadas no PUB também são identificadas como relevantes os sistemas hídricos e vegetal associados às Sub-bacias do Alto Tietê na qual inserem-se os primeiros contornos do atual perímetro da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em articulação com o sistema viário estruturante a nível municipal e metropolitano. Em parte, esta representação indica especial atenção aos recursos hídricos voltados a atender a ocupação extensiva favorecida pelos “815 km de vias expressas que formariam a malhar ortogonal que cobriria toda a área urbanizada e seria potencializada pela ampla rede de metrô de 450 km, das quais 187 km se dariam ao longo das faixas de ferrovias”, provocando a necessidade de ampliação das redes de infraestrutura de água e esgoto (SOMEKH; CAMPOS, 2002, p. 116). Além disso, as indicações das áreas verdes também pensadas a partir da lógica de um (eco)sistema metropolitano de grandes espaços livres que deveriam ser protegidos, aponta para a apresentação do conceito de sistemas de espaços livres articulados ao sistema viário estruturante da metrópole, objetivando garantir a qualidade de vida aos seus moradores. Este conceito reforçaria os ideais indicados no novo Plano Diretor, revelados por seu principal objetivo, que era o de “reestabelecer o trinômio população, desenvolvimento e serviços urbanos” a luz da qualidade de vida urbana como reflexo do desenvolvimento econômico e da acelerada expansão demográfica (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1969, p. 13); onde o foco da análise apresentada no novo plano “se desloca da mera proposição de infraestruturas viárias para o ponto de vista do cidadão”, principalmente o (i)migrante que, na comparação a outras cidades mundiais, seria submetido “a um esforço constante e penoso na procura de melhoria econômica e social” (SOMEKH; CAMPOS, 2002, p. 114).

A partir destes pressupostos, ultrapassada a abstração que a representação do referido mapa oferece, sobretudo pela não indicação dos parques e sistemas de áreas livres existentes dentro do perímetro do município de São Paulo, mas apoiando-se a partir da atenção dada ao aspecto social presente nos princípios do plano, lança-se a hipótese de a Praça Roosevelt articula-se a um sistema de espaços livres a nível metropolitano através do sistema viário estruturante previsto no PUB da qual decorre a ligação Leste-Oeste em que a Roosevelt figura como elemento de conexão junto a área central. Além disso, os demais espaços livres presentes no entorno da Roosevelt, da qual fazem parte a Praça da República e Praça Dom José Gaspar, o Vale do Anhangabaú e o Parque D.

Pedro II, e o recentemente inaugurado Parque Augusta, todos estes conectados direta ou indiretamente pela ligação Leste-Oeste, como apresentado na figura 40. Guardadas as devidas proporções e fatos históricos que constituíram cada território, seu espaço público repercute na atualidade as aspirações previstas no PUB desde 1968.

Figura 40: Estudo do sistema de espaços livres junto ao entorno da Praça Roosevelt, conectado por rede de ciclovias e pelo Metrô de São Paulo em 2022.



Fonte: Imagem aérea em 2021 extraída do GeoSampa e editada pelo autor em 2022.

Aqui, a praça figura como um equipamento destinado a oferecer qualidade de vida a população a partir de um programa que reconhece as necessidades impostas pela sua localidade, como indicou Cardozo (1970, p. 11).

As reformulações urbanas tendem a apoiar suas propostas na grandiosidade da megametrópole, completa, coletiva e uniformizada, criando monumentos onde se destrói a vitalidade do detalhe. A Roosevelt nasce no centro de São Paulo e é tipicamente um acontecimento urbano, polifacetado como é a cidade, múltiplo, denso; sua linguagem usa o vocabulário do ambiente, ordenado na grande e pequena escala de aproximação. Pois assim é a cidade, grande e pequena a um só tempo.

Diferentemente do bucolismo presente nas outras praças do entorno, como a Praça Dom José Gaspar e a Praça da República, que são vegetadas e simbolizam o imaginário de praça para maior parte da população, contrapondo-se ao “vocabulário do ambiente” – indicado pelo autor do projeto dentro de uma visão moderna -, a praça é aqui representada como a “praça de pedra” da “Selva de Pedra” em que o concreto constitui a paisagem da modernidade.

Pela audácia da sua concepção arquitetônica, a Praça Roosevelt é um resumo da nova São Paulo, uma praça de quatro andares, única no mundo, como única no mundo é a metrópole paulistana. Em São Paulo o futuro foi antecipado pelas obras que conseguiram o milagre de engrandecê-la e torná-la mais humana porque foram feitas com as vistas voltadas para o homem” (REVISTA MANCHETE; 1970 *apud* PALMA, 2010, p.143)

Sem entrar no mérito da qualidade de seu espaço, que discutiremos no próximo capítulo, e apesar do mapa presente no PUB de 1968 não apresentar delimitação clara acerca de limites ou mesmo referência a um centro metropolitano, marcou-se a área central como *centro de atividades da área metropolitana* em que a Roosevelt está inserida.

Um último aspecto levantado durante a pesquisa, diz respeito ao projeto do novo Metropolitano previsto no PUB que atenderia toda a região metropolitana por sua articulação com os trens metropolitanos e pela sobreposição à malha de vias expressas. Apesar de não se conectar diretamente com a esta nova malha, reconhecia os traçados deixados pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia para sua implementação ao apontar as radiais como possibilidade de traçado: a exemplo do que hoje verifica-se com a Linha Amarela, que passa por baixo da rua da Consolação, e Linha Vermelha, que corre junto à Radial Leste.

Com a crise do petróleo, o fim do progresso econômico brasileiro e o início das dificuldades subsequentes, deixaram à espera a implementação de grande parte da malha de vias expressas prevista no plano e cerca de 400 km de trajetos de metrô, comprometendo a coerência

do modelo de planejamento aplicado a São Paulo (SOMEKH; CAMPOS, 2002, p. 116). A criação do PUB pode ser considerada como um marco no planejamento urbano do final dos anos 1960, refletindo o desenvolvimento do processo de metropolização da capital e os esforços e demandas dos setores técnicos que foram objeto desde os anos 1940. Com o objetivo de “humanizar” a cidade e permitir a população familiarizar-se com a implantação de seu sistema Metropolitano (Metrô), o plano teve sua vigência até 1990. Assim, teve impacto direto nos planos e estratégias de articulação do sistema de transporte coletivo, principalmente sobre trilhos, que passaram a permitir uma maior conexão entre o centro e a periferia do município e às cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Neste contexto, abre-se à pesquisa a perspectiva da relação que este novo modal de transporte coletivo oferece no sentido das possibilidades de apropriação da Praça Roosevelt na contemporaneidade: seja pela circulação de cidadãos que atravessam diariamente seu espaço físico em direção às estações presentes em seu entorno – estação República da linha Vermelha e estação Higienópolis-Mackenzie da Linha Amarela -; seja pela própria implantação física da infraestrutura de um dos ramais da rede (Linha Amarela) que passa subterrânea junto à Rua da Consolação; seja pela possibilidade de articular diferentes circuitos – culturais, esportivos, de lazer, manifestações, etc - do qual a Roosevelt é tributária direta e que tem no sistema Metropolitano de São Paulo um importante recurso que permite fácil acesso à área central e ao espaço físico da praça desde os mais diversos pontos da Cidade e da Região Metropolitana.

Assim, a tese avança com maior profundidade neste último aspecto a partir de sua exploração e repercussão na atualidade dentro da Parte III desta redação.

CAPÍTULO 4 – Entre praça, sistema viário e não-praça

4.1. *Um edifício-praça: Praça Roosevelt (1968-1970)*

Com o objetivo de compreender a gênese da Praça Roosevelt (1968-1970) e os rumos que orientaram seu projeto sob a forma de um “edifício-praça”, acredita-se ser pertinente retomar o conceito de espaço indicado por Lefebvre (1969) utilizando-o como método aplicado à leitura de sua arquitetura, onde colocam-se três práticas importantes que organizam os resultados da pesquisa de campo: a prática social, a prática de representações do espaço e a prática do espaço da representação.

Iniciamos neste tópico com a discussão dos dois primeiros por uma decisão cronológica, concentrando o olhar no período de produção do projeto arquitetônico e paisagístico anteriormente à entrega da praça, inaugurada em 25 de janeiro de 1970.

No primeiro tópico, *prática social*, o espaço é percebido pelos indivíduos como expectadores do cenário a eles apresentado: um edifício-praça que se apresenta através de uma grande estrutura em concreto que cobre o viaduto da ligação Leste-Oeste, formando uma sequência de praças escalonadas, desprovidas de vegetação e que abrigam serviços de apoio ao uso da cidade, permitindo em suas áreas livres locais de permanência voltados a encontros cívicos.

O projeto da nova Praça Roosevelt (1968) foi proposto como ocupação da área remanescente do sistema viário implantado na área central que resultaram, num primeiro momento, os estudos da *Segunda Perimetral*, proposta por Prestes Maia e, posteriormente, na implantação da via expressa Leste-Oeste – proposta pelo *Plano Urbanístico Básico* de 1968 que expressava a necessidade da abertura das vias expressas que ligariam as regiões Leste e Oeste da cidade.

A execução da ligação Leste-Oeste desconfigurou totalmente a área da antiga Praça Roosevelt, inaugurada em 1951, conforme implantação indicada na figura 41, em função da necessidade da construção de um viaduto para abrigar o trecho da nova via expressa que seria atravessada sob ela. Sua execução, em desnível, viabilizaria a continuidade do tráfego já existente na área central mantendo o desenho da Rua da Consolação, embora o espaço ocupado pela antiga praça fosse necessário à implantação do canal viário em função de sua topografia, transformando o local e seu entorno em um imenso canteiro de obras.

Figura 41: Situação urbana em 1954 junto à Praça Roosevelt, inaugurada em 1951.



Fonte: Mapa de 1954 extraído do GeoSampa e editada pelo autor em 2022.

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo (1970), o plano viário previa inicialmente a abertura de “uma vala por onde passariam as vias” removendo cerca de 250 mil metros cúbicos de terra que resultaria, dentro da antiga praça num “vazio de 15 metros de altura” a ser “coberto com uma laje” que “devolveria o estacionamento e o lugar da antiga feira-livre”. Ainda de acordo com o noticiário, “nessa época, o antigo prefeito fez uma viagem a Montreal, para visitar o sistema metropolitano dessa cidade. Quando estava lá, aproveitou para conhecer o Centro-Cívico, um lugar onde se desenvolvem inúmeras atividades” (O ESTADO DE S. PAULO, 1970, p. 10).

A ideia inicial evoluiu e o programa, inicialmente estabelecido pela administração, foi debatido juntamente ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) até meados de 1968, quando foi aprovado seu plano de construção. Havia-se definido que a “vala” deveria ser coberta por uma estrutura composta por um mercado²⁰ e por programas que atendessem às demandas que vinham sendo apresentadas à área central, sobretudo à Praça Roosevelt, desde o final da década de 1950, como indicam as atas que contém as pautas discutidas nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal de São Paulo: na 429ª reunião, de 17 de novembro de 1958, solicitou-se localizar “dois playgrounds destinados as crianças que, residindo nos prédios de apartamentos circunjacentes, não dispõem de locais apropriados para tomar sol e fazer os exercícios físicos necessários ao seu desenvolvimento”; na 69ª reunião de 12 de agosto de 1960, discutiu-se a destinação de verba para

²⁰ Curioso notar o pioneirismo da ação ao prever um “grande mercado” junto à ligação Leste-Oeste, como um centro de compras de ordem não somente local como também metropolitano.

a “construção de um Mercado de Flores”; na 106ª reunião de 18 de novembro de 1960, solicitou-se a abertura de “concorrência pública para a construção de uma garagem subterrânea”; na 191ª reunião de 18 de agosto de 1965, pediram-se “providências do Executivo para a construção de abrigos nos pontos iniciais das linhas de ônibus Itapeperica, Taboão, Osasco e Embu, na Praça Roosevelt”.

Já, na 306ª reunião realizada em 29 de agosto de 1966, o vereador Ary Silva discursou sobre a demanda que se apresentava desde os anos 1950 em relação à necessidade de se inserir sob as praças da área central galerias de estacionamentos subterrâneos, ao mesmo tempo que revelou o tom de imposição e de falta de discussão de um projeto para a nova Praça Roosevelt junto à Câmara Municipal, em função do regime militar vigente na época a quem não interessava o diálogo a respeito dos seus rumos futuros:

a Câmara recebe processos e tem que bater palmas; ou aprova ou ficam aprovados por decorrência de prazo. É o regime do monólogo instituído atualmente. Não há diálogo e às vezes queremos dialogar. Queremos acentuar que de maneira nenhuma temos qualquer divergência pessoal com o Diretor do Departamento de Urbanismo; apenas divergimos, porque lembramos que, certa noite, o saudoso Prefeito Prestes Maia nos mostrava de lápis em punho uma plataforma da Praça Roosevelt, quando alguém desta Casa sugeriu que se fizesse ali uma garagem subterrânea.

Verifica-se que o programa definido pela administração municipal resultou da oportunidade oferecida pela área em que se implantaria o projeto, uma vez que a implantação da ligação Leste-Oeste, como vimos no capítulo anterior, necessitaria de uma cobertura ao nível da rua da Consolação que permitisse reestabelecer as articulações junto ao espaço público da Roosevelt, fragmentada pelas obras de intervenção que iniciaram-se neste espaço, como observa-se na figura 42, orientando o projeto da futura praça como uma “tampa” que cobriria o espaço oferecido pela “vala” através de um “edifício-praça”. Em paralelo, durante sua visita à Montreal, Faria Lima interessou-se pela possibilidade de construir uma grande praça cívica que representasse o “símbolo da humanização da cidade” em alinhamento com os objetivos e diretrizes gerais do *Plano Urbanístico Básico* de 1968, permitindo a criação de áreas livres para a população, garantindo sua qualidade de vida e os serviços aos moradores da nova metrópole indicados no plano. Assim, estes elementos foram decisivos para o lançamento da concorrência solicitada para o desenvolvimento do projeto arquitetônico e paisagístico da nova praça.

Figura 42: Implantação da via expressa Leste Oeste junto à Praça Roosevelt em 1967.



Fonte: Acervo do autor extraído do Acervo Folha Online em 2022.

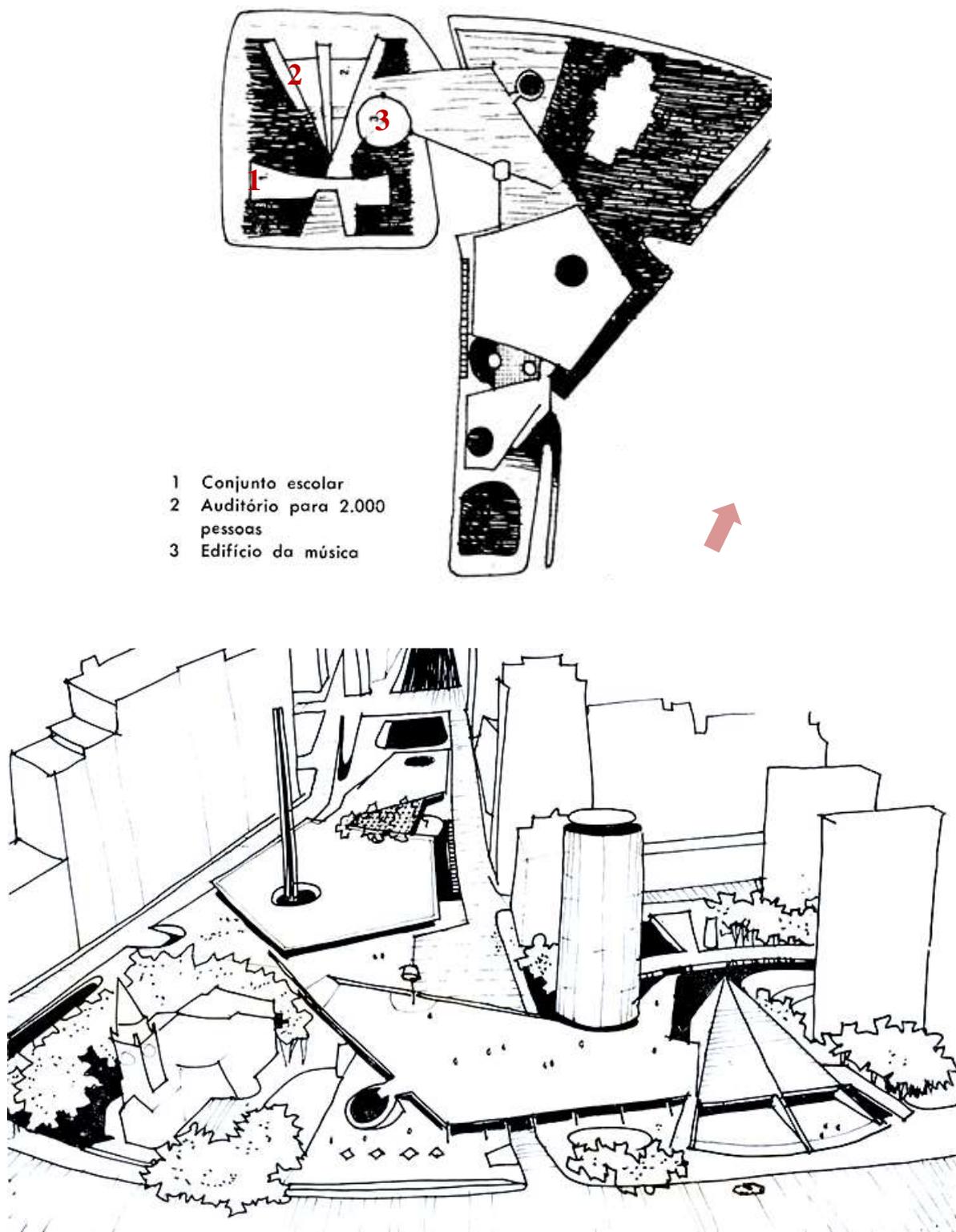
O projeto para sua construção foi encomendado ao escritório J.C. de Figueiredo Ferraz que esteve a frente a execução do Elevado Costa e Silva e dos viadutos da via expressa Leste-Oeste desde 1967, além de coordenar a maior parte dos projetos de infraestrutura viária do município no período. Ferraz foi também responsável pela arrojada estrutura que permitiu os 70 metros de vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP), de Lina Bo Bardi em 1968, que permitiu a liberação e criação de um espaço público entre a Avenida Paulista e o Belvedere do museu, intensamente utilizado na atualidade pelos habitantes da metrópole paulistana.

Ferraz trabalhou em conjunto com a equipe de arquitetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, convidados pela administração municipal para a produção do projeto de arquitetura e paisagismo da nova Roosevelt. Roberto Coelho Cardozo, paisagista e então professor desta disciplina na FAUUSP desde o final dos anos 1950 e os arquitetos Antônio Augusto Antunes Netto e Marcos de Souza Dias, e Luciano Fiaschi como colaborador integraram a equipe coordenada por Cardozo para a elaboração do projeto.

De acordo com as figuras 43 e 44, no projeto inicial estavam previstas a instalação de um auditório para duas mil pessoas, um conjunto educacional completo, um Centro Cultural para abrigar uma escola de música, uma escola de dança e uma discoteca Municipal, além da destinação

de áreas para manutenção de atividades existentes como um amplo estacionamento, entre outros serviços.

Figuras 43 e 44: Implantação e perspectiva apresentadas por Roberto C. Cardoso em 1968.



Fonte: Revista Acrópole, nº 380 (1970).

Tal programa foi distribuído segundo os seguintes campos de demanda: 20.180m² em praças públicas; 6.010 m² em serviços de abastecimento; 19.170 m² em estacionamentos; 2.540 m² em áreas de atendimento ao público, recreação e educação; 17.350 m² destinados ao sistema viário enterrado. Totalizando 65.250 m² de área construída e 25.100 m² destinados ao uso exclusivo da praça (CARDOZO, 1970, p. 11).

Os espaços públicos organizavam-se em seis espaços distintos sendo três principais - Praça Maior, Praça dos Pombos, e Antepraça -, e três secundários - Esplanada da Consolação, Praça do Mercado de Flores e Pátio Pergolado. Estendia-se até a quadra adjacente, em terreno de propriedade do Estado, em que a geometria da composição no plano horizontal foi orientada pelos alinhamentos das ruas que conformam a quadra e no vertical, pela parametrização para acomodação à topografia existente, condicionada também à execução do sistema viário e à diretriz fixada pela municipalidade que requisitava um nível a mais de estacionamento para comportar o número de veículos, em atendimento às demandas discutidas na Câmara Municipal. Como a negociação com o Estado não prosperou no ritmo desejado, que segundo a matéria da Revista Acrópole (1970) foi visto como “um processo moroso e complicado de troca com a Prefeitura, o conjunto estendido acabou não sendo executado”. Entretanto, apesar das modificações, a concepção geral foi mantida (CARDOZO, 1970, p. 11-12).

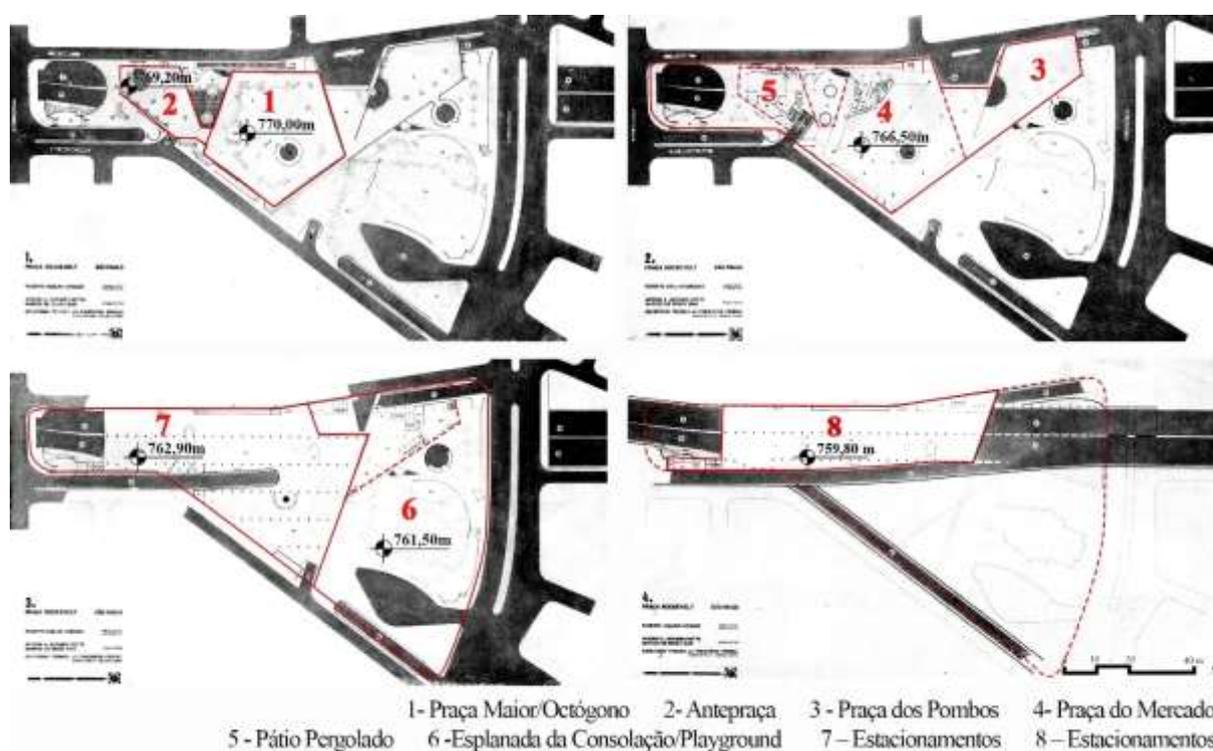
A ata da 1ª reunião ordinária realizada em 03 de março de 1969, publicada no diário oficial do município em 05 de março do mesmo ano, dirigia-se à Comissão de Urbanismo e Obras Municipais, através do ofício de nº 3.969, no sentido de comunicar as atividades e serviços municipais referentes ao exercício de 1968 na gestão do então prefeito Faria Lima. Este ofício orientava o prosseguimento de suas propostas, dada a mudança que haveria na administração com a nomeação de Paulo Maluf (1969-1971), em atendimento à Lei estadual nº 9.842/1967 - Lei Orgânica dos Municípios, em que se apresentou o resultado das alterações feitas ao projeto inicial.

A Praça Roosevelt, até há pouco utilizada unicamente como estacionamento de veículos e local de feira, foi objeto de projeto arrojado e contrato importante de obras públicas que começa a caracterizar a futura São Paulo. O empreendimento compreende vários aspectos: primeiro, o viário, que possibilitará a continuidade da ligação Leste-Oeste da Cidade; o segundo, o urbanístico, que se traduzirá em um conjunto de edificações, a saber: garagem subterrânea, com capacidade para 600 veículos, amplo playground e grande praça para concentrações cívicas, dentre outras benfeitorias; terceiro, o paisagístico; e quarto, o turístico, tudo no sentido de transformar os atuais 16.000 em 37.000m² de área útil ao povo paulistano. Como se fora um arremate das indispensáveis realizações públicas que ajudarão São Paulo a ocupar seu lugar entre as maiores cidade do mundo deu-se começo real à implantação do METRÔ (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Ata da 1ª reunião de 03/03/1969, grifo nosso)

Com a entrada de Paulo Maluf à frente da prefeitura, o projeto foi novamente alterado, resultando nos desenhos indicados nas figuras 45, 46, 47 e 48, e as obras foram aceleradas para que sua entrega à população pudesse coincidir com a comemoração do 416º aniversário da cidade de São Paulo, ocorrendo em meio a um cenário caótico que ficou marcado na memória paulistana.

Muita confusão, muito corre-corre, figuras do gabinete dando palpites desencontrados e operários e mestres-de-obra, engarrafamento de trânsito, sinfonias de buzinas, verdadeira Torre de Babel perdida no meio de um nevoeiro de poeira – são alguns aspectos que marcam a grande farça da inauguração de uma obra feita pela metade. Seu nome: praça Roosevelt. Sua função: impressionar o presidente Garrastazu Médice (O ESTADO DE S. PAULO, 1970, p. 10).

Figuras 45, 46, 47 e 48: Projeto modificado, apresentado por Roberto C. Cardoso em 1969.

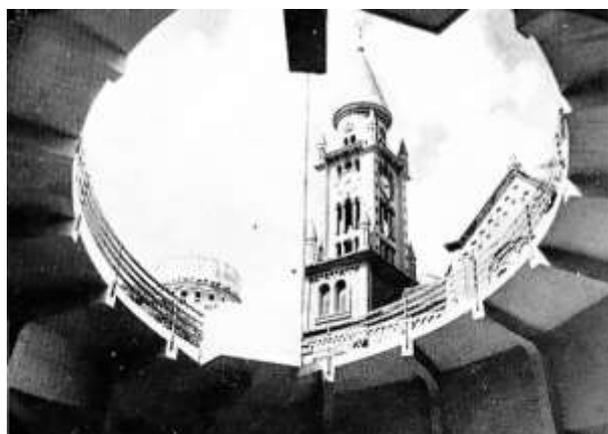


Fonte: Revista Acrópole, nº 380 (1970). Modificado pelo autor.

As figuras de 49 a 54 mostram a nova Praça Roosevelt inaugurada em 1970. Com discurso populista e alinhado com o regime da época, a Rádio Bandeirantes apresentou em um anúncio publicitário, na edição do jornal O Estado de S. Paulo (1970), destaque à presença do então presidente Emílio Médici (1969-1974), que discursou na inauguração da praça e que chegava a São Paulo para conferir obras que refletiam o cenário de grandiosidade da cidade “locomotiva do Brasil: a Praça Roosevelt e o Estádio do Morumbi”.

É a primeira vez que o Presidente Médice vem a São Paulo. É domingo. De festa para os bandeirantes. É o aniversário da cidade. É a nova praça Roosevelt. É o novo Morumbi do São Paulo. De São Paulo. É uma festa cívica. Esportiva. Política. Futebolística. Importante e alegre. São Paulo e o Clube do Porto. São Paulo e você. Roosevelt e o Presidente. A praça e o povo. A notícia e o futebol. As cores. (...) Na Bandeirantes. Com o presidente. Com São Paulo. Por São Paulo. Pelo Brasil. Rádio Bandeirantes; a mais popular emissora paulista. (O ESTADO DE S. PAULO, 25/01/1970, p. 45)

Figuras 49, 50, 51, 52, 53 e 54: Imagens da nova Praça Roosevelt inaugurada em 1970.



Fonte: Revista Acrópole, nº 380 (1970).

Por outro lado, na data de sua inauguração, apenas cerca de 60% das obras haviam sido finalizadas. As fortes chuvas do período vazaram em todos os seus pavimentos de maneira que, no dia seguinte à sua entrega à população, todo o mosaico português, instalado às pressas, sem que houvesse sido aplicada a camada de impermeabilização, teve de ser removido. Além disso, em artigo no mesmo jornal com o título “*Uma festa na praça inacabada*”, anunciava-se que aquela já “não era a mesma praça, a praça sonhada pelo prefeito Faria Lima”, em resposta a uma série de alterações que foram feitas no projeto aprovado, que acabaram por descaracterizar completamente a ideia de modernidade associada ao sentido de humanização que o mesmo sugeria como símbolo da nova São Paulo.

A nova praça será um ponto chique, de mau gosto, exclusivo para privilegiados. De Faria Lima restam apenas a concepção física da praça Roosevelt, além de toda a frustração dos arquitetos que a conceberam. Como Faria Lima, sonhavam em fazer da praça um ponto de encontro. Seria um lugar, no centro da cidade, onde o paulistano pudesse fugir um pouco da violência urbana, das pistas de velocidade, dos engarrafamentos de trânsito, do barulho, do monóxido de carbono, da neurose metropolitana. (...) Em meio a confusão toda, o luxo, o requinte caro de mau gosto, vão entrando na praça num festival de esbanjamento do dinheiro público. (...) Além do caso dos mosaicos portugueses, que terão de ser retirados depois da grande festa, ainda há muito luxo jogado fora nessa obra. As pias, por exemplo, que eram para ser de concreto, agora serão de mármore” (O ESTADO DE S. PAULO, 25/01/1970, p. 45).

Ainda de acordo com a reportagem, “Faria Lima sonhava com uma praça toda aberta, um ponto de reunião para o paulistano, uma praça popular”, como símbolo que garantisse qualidade de vida aos moradores da cidade. Contudo, com a entrada da nova administração e a morte de Faria Lima meses depois, uma nova mentalidade passou a imperar: a nova praça como um ponto chique da cidade. Uma novidade ultrapassada, já que o deslocamento dos serviços de maior prestígio da elite paulistana, como apontado, caminhava rumo ao sudoeste da cidade, em sentido oposto ao centro, que neste período já se popularizava.

Em meio ao cenário de superfaturamento das obras tanto da Praça Roosevelt quanto do Elevado Costa e Silva, que marcaram a administração de Maluf à frente da prefeitura, na praça, aos problemas de infraestrutura, somou-se uma série de alterações no projeto aprovado que buscou adequá-la aos novos objetivos da administração municipal. Desde situações mais simples, como o revestimento em mármore das pias que antes previa-se ser de concreto, até situações mais complexas como alterações no programa de cunho social e metropolitano, com os quais se ambicionava um alinhamento às premissas do PUB de 1968.

De acordo com os planos de Faria Lima, o restaurante da Praça Roosevelt seria aberto, de livre acesso. Os arquitetos tiveram um grande trabalho para descobrir

a pedra que combinasse com o conjunto da obra. Foi escolhido um granito de Itaquera. Agora, porém, esse piso simplesmente não aparecerá. Será revestido de carpete. Uma porta limitará o acesso ao restaurante, que estará equipado com aparelho de ar condicionado. Enfim, será um restaurante de luxo, com preços limitando ainda mais o seu acesso. No Pentágono, a praça maior do conjunto, a grande praça suspensa, onde há um palco em circunferência, destacando-se do piso cinza, com seu revestimento de mármore branco, as autoridades mandaram erguer uma espécie de tapume para dar a sua festa de inauguração. Até a área destinada ao supermercado, as autoridades da prefeitura resolveram mexer. Foi reduzida a 2/5 do seu tamanho original. Ao invés de ser aproveitada para um mercado distrital da prefeitura, como era ideia da antiga administração, está reservada, agora, para um supermercado particular (O ESTADO DE S. PAULO, 25/01/1970, p. 45).

Assim, a partir da prática social lefreviana, observou-se que o cenário percebido pelo habitante da metrópole com a entrega da Praça Roosevelt em janeiro de 1970 era bastante contraditório aos ideais previstos em seu projeto original.

Num primeiro aspecto, a imagem percebida era a de um edifício-praça que se apresentava através de uma grande estrutura em concreto que cobria o viaduto da ligação Leste-Oeste, formando uma sequência de praças escalonadas, desprovidas de vegetação e que abrigavam serviços de apoio ao uso da cidade, tornando suas áreas livres locais de permanência voltados a encontros cívicos. Ou seja, uma praça que não tinha feições de praça: ao menos não nos moldes tradicionais que, até então, permeavam o ideário urbano do paulistano na época.

Em segundo, por ser entregue inacabada, suja e com um entorno bastante fragilizado – tanto pela obsolescência de usos quanto pela deterioração das áreas adjacentes - em uma urbanidade composta por um trânsito ainda caótico, em nada dialogava com a modernidade prevista para a praça e para este trecho da área central.

Em terceiro, o aspecto social e de valorização da qualidade de vida já não importavam à nova administração. Os usos pensados para a Roosevelt já não representavam mais a totalidade do habitante da metrópole ao voltar-se para a elite - que nem fazia questão daquele espaço -, negando os princípios que nortearam o desenvolvimento do novo plano diretor e descaracterizando a possibilidade de representatividade que a praça poderia ter como símbolo da nova capital.

E assim ficou impressa na memória do morador da metrópole a imagem da nova Praça Franklin Dellano Roosevelt a partir de 1970.

A partir deste ponto, segue-se à leitura da Roosevelt diante da perspectiva da *prática de representações do espaço*. A essa prática associam-se o conjunto de referências que se podem ler na praça, na qual os profissionais, arquitetos e urbanistas, engenheiros e seus demais agenciadores inspiraram-se e que se impôs sobretudo através da importação de modelos internacionais que compartilhavam da “cartilha modernista” e seus desdobramentos a partir da década de 1960.

Ainda que o intuito da tese não seja traçar a genealogia do conjunto de referências arquitetônicas e urbanísticas que nela repercutiram - entre a apresentação do projeto original de 1968 e sua execução, com a versão entregue em 1970 - acredita-se ser pertinente pontuar as discussões com as quais o projeto dialogava, para criar um quadro que aponte caminhos à compreensão dos aspectos espaciais que determinaram os usos e apropriações de seu espaço, as dificuldades de manutenção por parte do poder público e no deslocamento da praça em relação às lógicas pré-existentes no tecido urbano e nos territórios em que estava inserida. Além disso, para a compreensão do projeto com base na leitura do conceito oferecido por Lefebvre (1969), é importante lembrar de dois elementos chave para a compreensão do projeto: o usuário, a quem o projeto se destinava – o habitante da metrópole - e a especificidade do local em que se implantou.

Assim, pontua-se o fato de que a arquitetura, no caso da praça, foi pensada para o uso público, e com serviços voltados ao uso público, apesar da “privatização” que se deu em parte de seu programa a partir de sua inauguração. A publicação feita no jornal O Estado de São Paulo de 1970, dias antes da sua inauguração, ilustra o sujeito para o qual o projeto se destinava.

Seis milhões de indivíduos estaremos apagando, domingo, as 416 velinhas da nossa Grande São Paulo. Cidade que só é velha no calendário. Cidade moderna, cidade progresso, cidade futuro, cidade presente, para a frente para os flancos, para o alto, para o infinito. Quem a construiu? Eu, você, nós. Nós os índios, Nós os Bandeirantes. Nós os Jesuítas. Nós os portugueses. Os espanhóis, nos primeiros anos de colonização. Os mamelucos. O africano, que aqui veio a contra-gôsto, mas cujos braços rijos ajudaram a domar a terra. (...) Todos estes que vieram na hora primeira do Brasil colônia. E os que vieram depois [...] de todos os países do mundo. [...] Tudo se fundindo harmonicamente, em imenso cadinho, para construir uma raça do porvir da grandeza presente e futura de São Paulo – cidade cosmopolita que não pede, a quem a procura, atestado de ideologia, raça, cor ou crença. (O ESTADO DE S. PAULO, 23/01/1970, p. 41)

A citação revela atenção espacial à classe trabalhadora, sobretudo migrante e imigrante, que representava o motor da “locomotiva” que impulsionava a economia do Brasil nesta época, onde o cidadão da nova metrópole era retratado através da diversidade de culturas que compunha o povo paulistano.

Ao mesmo tempo que surgia um “homem novo”, metropolitano, para o qual a prática da arquitetura se voltava, também havia uma “terra nova” em que o projeto se inseria. A nova Roosevelt foi implantada em um espaço abstrato, genérico, criado a partir de um canal viário inserido em subsolo, em que a praça funcionava como tampa. Tinha-se ali uma “folha de papel” em branco, a idéia da “tábula rasa” onde a experiência moderna encontrava oportunidade para aplicar seu repertório por meio dos arquitetos e urbanistas envolvidos no projeto, bem como diante da influência da municipalidade em fazer dela a bandeira da modernidade da nova São Paulo.

Em um cenário protagonizado pela presença do automóvel, os projetos urbanos deste período dedicavam-se aos estudos de mobilidade diante das novas dinâmicas das cidades. Muitas dessas intervenções tiveram como referência propostas advindas das discussões urbanas e arquitetônicas iniciadas na década de 1940 na Inglaterra, como as experiências das *New Towns*²¹ que tinham como ideário a construção de novas cidades a partir de um modelo de descentralização de usos e atividades a serem estimuladas e promovidas pelo estado a partir da implantação destes novos conjuntos. Como ocorreu na proposta para a construção de cidades em três gerações nos arredores de Londres, que surgiram a partir da 2ª guerra mundial: Mark I 1946-1950, Mark II 1955-1966 e Mark III 1967-1970.

A praça Roosevelt possui uma relação mais próxima com a New Town Cumbernauld (1967-1970), além de dialogar com as estruturas em clusters produzidas pelo casal Alison e Peter Smithson, entre outros estudos de megaestruturalistas.

De acordo com Yamashita (2013, p. 49-50) o resultado conquistado em *Cumbernauld (Mark III)*, na Escócia trouxe “uma proposta mais adensada, com menores percursos e uma organização espacial que foi interpretada como urbanismo vertical”. As *New Towns* possuíam diretrizes de crescimento pautadas em ocupações de baixa densidade, prevendo usos articulados a partir de um centro local que permitia maximizar o sistema de transportes evitando grandes concentrações e sobrecargas.

²¹A *New Towns Act* (1946) foi uma lei parlamentar que integrava um programa de maior abrangência de controle de crescimento de Londres (*Greater London Plan* - 1944). Tratava-se de uma proposta de construção de novas cidades em três gerações (Mark I 1946-1950, Mark II 1955-1966 e Mark III 1967-1970), “estrategicamente elaboradas pelo governo a partir de um modelo de descentralização planejada. Os novos assentamentos deveriam ocorrer fora do perímetro urbano existente e seriam limitados (espraiamento horizontal) por áreas verdes. Após a construção da primeira geração de novas cidades, diversas críticas orientaram as experiências subsequentes” (Yamashita, 2013).

De certo modo, pensava-se o mesmo para a Roosevelt. Ela figuraria como uma nova centralidade local a partir da posição central, como símbolo da nova metrópole, em que o sistema viário se fazia presente como elemento articulador e facilitador de seu acesso tanto em nível local quanto metropolitano. E não só, também foi pensada de modo a estabelecerem-se relações com o sistema de transporte coletivo que se propunha para a cidade: o metropolitano de São Paulo.

Por outro lado, como indicou Montaner (1993, p. 73), houve por parte do casal Smithson questionamentos a respeito da abordagem homogênea destas novas cidades “ao afirmarem que logo se mostrariam sem alma, sem vida urbana e sem identidade”. Ao combinarem usos, atividades e moradias relacionadas a ruas elevadas separadas da circulação de veículos e guarnecidas de possibilidades de convívio em espaços públicos, nas “streets in the sky”, o casal apresentou estudos de sobreposição de malhas desenvolvidas através de um modelo denominado “clusters”. Para eles, as camadas possuíam certas restrições e hierarquias relacionadas à mobilidade e às mais diversas atividades, produzindo o espaço a partir da ideia de urbanismo vertical, a exemplo do projeto da *Quadra Direcional* de 1963 indicado na figura 55.

Figura 55: Quadra direcional como exemplar de “urbanismo vertical”, desenvolvido por Ludovico Quaroni em 1963.



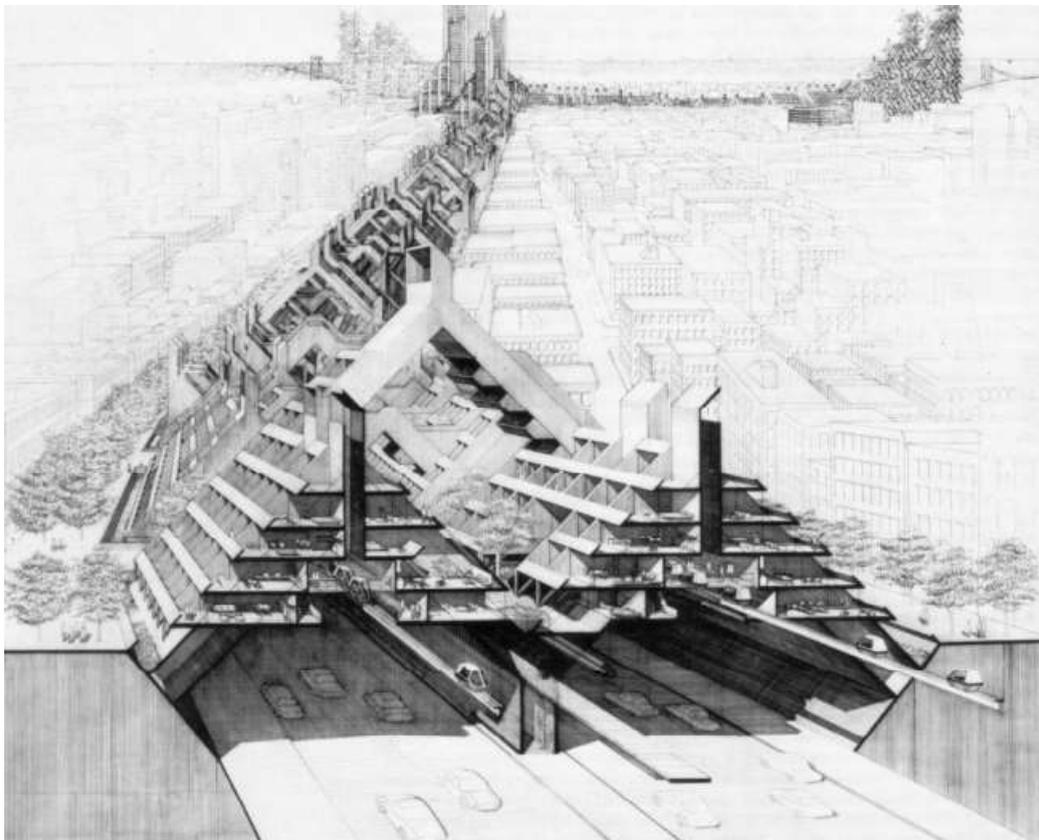
Fonte: Yamashita (2013).

Com exceção do uso habitacional que não fez parte da praça, mas está presente na verticalidade de parte de seu entorno, a relação entre a manutenção da ligação Leste-Oeste, o

“Minhocão” como via expressa elevada que se descolou do tecido urbano existente e que terminava na praça como lugar cívico, a própria praça como elemento que permitia a incorporação de programas voltados à cidade e a possibilidade de encontro em seu conjunto de espaços livres organizados em patamares, aproximavam-se das experiências inglesas do período. Nesta concepção, espacializa-se de maneira a dialogar com a linguagem da cidade, encontrando na intensa verticalização da área central um importante referencial.

Além disso, entende-se a Roosevelt como uma estrutura diretamente ligada ao Elevado Costa e Silva (Minhocão), como um ponto de encerramento deste junto à área central. A discussão acerca da separação de vias de circulação de automóveis das demais atividades da cidade teve no *Lower Manhattan Expressway* de Paul Rudolph, 1967, figura 56, outro referencial. Os estudos de Paul Rudolph feitos a partir da solicitação da Ford Foundation que revisitavam o sistema de vias expressas da Lower Manhattan proposto primeiramente por Robert Moses na década de 1930, transformavam a paisagem de Nova Iorque, através de largas vias expressas, situadas de maneira escalonada aos moldes de um edifício (YAMASHITA, 2013, p. 55).

Figura 56: Lower Manhattan Expressway de Paul Rudolph, 1967.



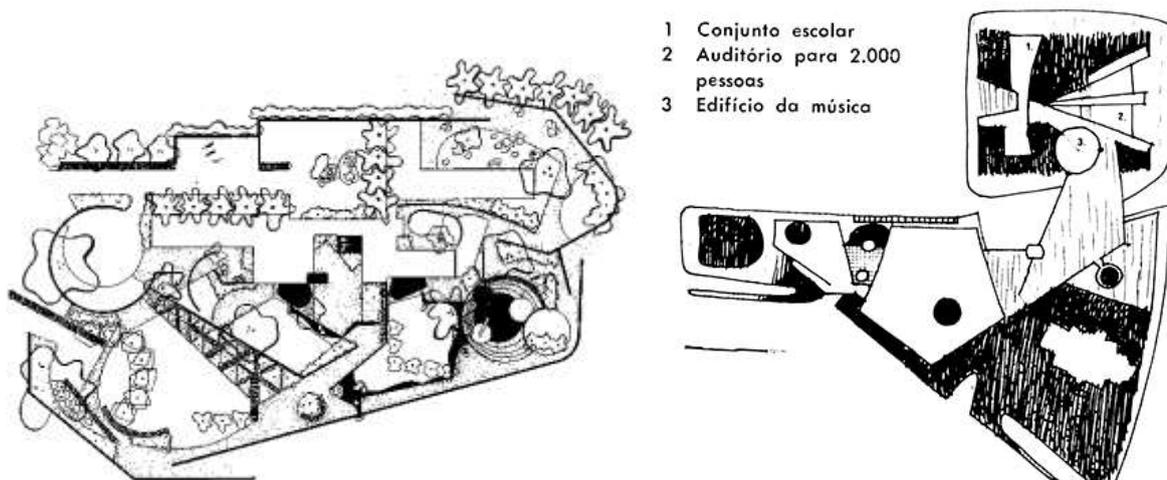
Fonte: Yamashita (2013).

Além das aproximações do projeto da Praça Roosevelt com os estudos e projetos urbanos da época, em que a ideia de seu “edifício-praça” reforça a leitura do urbanismo vertical, é possível reconhecer na proposta de seu complexo arquitetônico outros diálogos com a arquitetura internacional, a exemplo do desenvolvimento do paisagismo moderno norte-americano.

A descentralização urbana gerada pela promoção de vias expressas que ligavam áreas suburbanas, fortaleceram a dispersão territorial verificada nas cidades norte-americanas após a segunda guerra mundial, conduzindo a um modo de vida que se deslocou da cidade para os bairros jardins longe dos centros urbanos. Este movimento possibilitou a criação de novos modelos voltados ao consumo, organizados em grandes centros comerciais (shoppings-centers) que se associaram às vias expressas para oferecer ao ambiente suburbano o suporte necessário a garantia do estilo de vida americano. Em paralelo, o paisagismo norte americano entre as décadas de 1940 e 1960, sobretudo o californiano, experimentou soluções dirigidas tanto ao espaço residencial, reveladas diante das experiências de Garrett Eckbo, através da investigação do desenho geométrico aplicado aos jardins das casas suburbanas, quando de Lawrence Halprin, pela transposição para os espaços públicos, também de forma geométrica, das “sensações” da natureza para o meio urbano.

Neste contexto, é importante ressaltar o papel do arquiteto paisagista Roberto Coelho Cardozo, de origem portuguesa, como interlocutor da experiência paisagística californiana em São Paulo. Cardozo foi aluno de Garrett Eckbo juntamente com sua esposa Susan Osborn. Ambos estudaram paisagismo durante a década de 1940 na Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA) e trabalharam com Eckbo até sua vinda para o Brasil nos anos 1950. Após uma breve passagem pelo escritório de Roberto Burle Marx no Rio de Janeiro, por recomendação de Eckbo, abriram um escritório na cidade de São Paulo. Portanto, Cardozo possuía intimidade com o processo criativo de Eckbo, o que pode ter influenciado no percurso que levou em parte ao projeto da Praça Roosevelt de 1968, como analisou-se através das figuras 57 e 58.

Figuras 57 e 58: À esquerda Burden Garden, Garrett Eckbo, New York, 1945. À direita, Praça Roosevelt, Roberto C. Cardozo, São Paulo, 1968. Desenhos sem escala.



Fontes: Treib (1997) e Revista Acrópole nº 380 (1970).

Paralelamente à sua atividade profissional, Cardozo atuou como um dos primeiros professores de paisagismo da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-Maranhão), contratado oficialmente em setembro de 1952 para ministrar a “Disciplina nº 20, Arquitetura Paisagística”. Em 1962, quando ocorreu a Reforma Curricular de Ensino da FAUUSP, a disciplina passou a ser ministrada no Departamento de Projetos, dentro do grupo de disciplinas de Planejamento Urbano (TAMARI, 2017, p. 47).

No final da década de 1960, durante o período de elaboração do projeto Roosevelt (1968-1970) o escritório de Cardozo era composto por Antônio Augusto Antunes Netto, também professor da FAUUSP, Marcos de Souza Dias, recém-formado pela mesma universidade, e Luciano Fiaschi, estagiário e aluno da FAUUSP.

A elaboração técnica dos elementos geométricos do paisagismo de Cardozo, valorizava a vegetação como elementos definidores do espaço e da paisagem: tema que vinha sendo trabalhado por paisagistas norte-americanos desde os anos 1940. A integração dos jardins através da forma - tanto pela conexão funcional com o programa de necessidades quanto como possibilidade de se construírem relações de vizinhança - buscava o diálogo entre a racionalidade na organização e planejamento espacial e a tradição da unidade familiar e seus jardins (YAMASHITA, 2013, p. 55).

De certo modo, o projeto desenvolvido para a Praça Roosevelt compartilhou das mesmas questões na medida em que não apenas sua geometria - que muito se aproxima da vanguarda artística construtivista - mas também o conjunto complexo de funções abrigadas em seu projeto, representavam o esforço de trazer para o âmbito da praça o que, até então é comum aos edifícios.

O grande embate, no entanto, correspondia ao entendimento do que, além do nome, restava da concepção de praça que, segundo o próprio arquiteto, consistia num “edifício-praça, e sua estruturação deve ser analisada sob critérios diferentes dos empregados nas praças de província [Praça da República, São Paulo - SP] ou nas de caráter cívico e monumental [Praça dos Três Poderes, Brasília – DF] (CARDOZO, 1970, p.11).

Na Roosevelt, onde a vegetação era praticamente inexistente, buscava-se uma conexão com a cidade, a partir do ideário funcionalista, em atendimento a um programa de necessidades que se exemplificava a partir da sua distribuição e extensão diante dos diferentes níveis, que construíram uma nova topografia de concreto semelhante à original. Sobre esta topografia, “a peça pentagonal, destinada a abrigar um mercado distrital, principal exigência do programa original” foi “mais tarde modificada pela administração em um supermercado de menor porte” (CARDOZO 1970, p.12).

Além do supermercado, a proposição inicial de um programa complexo multifuncional de equipamentos, comércio e serviços sob as lajes da Roosevelt - que abarcava desde restaurante, mercado de flores, feira modelo de hortifrutigranjeiros, estacionamento, até serviços de turismo e agência de correios - pode ser analisada em conjunto com as *market streets* e *pedestrian malls* americanas, que tiveram o arquiteto Lawrence Halprin um de seus principais formuladores (YAMASHITA, 2013, p. 55).

De acordo com Alex (*apud* YAMASHITA, 2013),

como consultor da “*California State Division of Highways*, Halprin desenvolveu uma série de estudos integrando edificações, vias expressas, estacionamentos e parques, sempre procurando preservar a unidade das ruas e do tecido urbano local”. Tais estudos buscavam soluções para as estratégias governamentais de revitalização urbana do período, pois o estilo de vida suburbano teria provocado o esvaziamento das estruturas das cidades existentes além de sobrecarregar o sistema viário em picos de entrada e saída das cidades para as jornadas de trabalho. Nesse movimento de volta às cidades, os arranjos entre escalas das estruturas viárias e o traçado urbano se deram a partir de vias elevadas ou subterrâneas para que as ruas locais e bairros consolidados se mantivessem inalterados, pelo menos no âmbito do traçado (ALEX, 2008, p. 110-112).

Demonstra-se através das imagens 59 e 60, a proximidade da Praça Roosevelt com o desenho de piso da *Mellon Square* (Pittsburgh, EUA, 1955), projeto de John O. Simonds e Dahlen K. Ritchey, construído sobre um conjunto de subsolos ocupados por estacionamentos: primeira experiência nesses moldes, localizada no centro histórico da cidade.

Figuras 59 e 60: À esquerda, imagens da Praça Roosevelt (desenho de piso, desníveis e áreas de permanência). À direita, Mellon Square e Manhattan Square Park.



Fontes: Roosevelt, Revista Acrópole nº 380 (1970). Mellon Square e Manhattan Square Park, Yamashita (2013).

Entre outros projetos, ainda em referência à estética do paisagismo norte-americano da época, situam-se os de Lawrence Halprin: a *Manhattan Square Park* (New York, EUA, 1968), que também era bastante próximo do projeto da Roosevelt, pela forma e pelo predomínio do concreto; a *Lovejoy Fountain Park* (Portland, EUA, 1966) a primeira de um conjunto de fontes em áreas abertas propostas por Halprin que, para além da geometria, chamava a atenção o conjunto de escadarias que adequavam os distintos níveis do entorno, principalmente quando comparada à Roosevelt; o *Copley Square* (Boston, EUA, 1960) projetada por Sasaki, Dawson, DeMay Associates, Inc. em concurso para a *New Boston* com o propósito de ser um marco para a cidade: uma grande praça seca que se organizava através da sucessão de platôs e escadas até uma fonte localizada na cota mais baixa do terreno, como forma de isolar o usuário em relação ao tráfego viário, como um refúgio em meio urbano, da qual, a ideia de praças escalonadas da Roosevelt também pode ter derivado.

Para este quadro, construído a partir da ideia lefreviana das representações do espaço, observou-se que a arquitetura desenvolvida para a praça, nos anos finais da década de 1960,

encontrou as condicionantes essenciais à prática “laboratorial” da nova geração de arquitetos modernos do período: o homem novo, lido aqui como “homem metropolitano”, e a cidade nova, a “tábula rasa” conferida pela abstração do espaço a ser criado por cima da ligação Leste-Oeste. A essa prática pode-se associar o conjunto de referências, possíveis a partir da circulação de modelos internacionais e a disseminação da estética modernista, sobretudo em seus desdobramentos, a partir da década de 1960. Em particular, como ideia, o edifício-praça ganhou ainda mais força ao aproximar-se das experiências funcionalistas do paisagismo norte-americano, presente no repertório dos arquitetos da época. Finalmente, a paisagem da metrópole de São Paulo, cujo imaginário se fixou na verticalização, desde os anos 1950, ganhou sua síntese no espaço de praça, também vertical que, a despeito da descaracterização de sua ideia e programa originais, estava em compasso com os ideais de humanização dos espaços públicos da época.

4.2 Um espaço liminar: narrativas da degradação da Praça Roosevelt (1970-1990)

Parte-se agora para a compreensão de outra dimensão da prática do espaço a partir do último ponto indicado por Lefebvre (1969): a ***prática do espaço de representação***. Esta prática estaria diretamente relacionada ao acúmulo da vivência dos indivíduos que se veem representados pelo espaço. Na praça refletiu o cenário de obsolescência da área central, a partir do deslocamento dos usos de maior prestígio para outras zonas durante a década de 1960 e sua ocupação por diferentes grupos sociais que ali permaneceram ou vieram a ocupar seu espaço físico, anos após sua inauguração em 1970.

Em certo sentido, esta dimensão desconstrói a analisada no capítulo anterior por evidenciar os impactos gradativos do “abandono” dos espaços públicos em função de novos hábitos de consumo gerados pela construção de grandes equipamentos, como shoppings-centers e hipermercados nas novas zonas de expansão da cidade, a exemplo do Shopping Iguatemi, inaugurado em meados dos anos 1960 na Avenida Faria Lima; na medida em que estes novos lugares passaram a reunir o programa de usos do entorno das praças: lojas, cinemas, teatros, feiras, cafés, restaurantes etc.

Analisam-se aqui como se deram as primeiras apropriações da Praça Roosevelt a partir de então e como se desenrolaram as narrativas da sua degradação até os anos 1990, quando a ideia de “reocupar” e “renovar” o centro passaram a figurar na agenda do município.

Segundo Arantes (1994), a experiência urbana contemporânea em grandes cidades “propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, que resulta na formação de contextos espaço-temporais flexíveis, mais efêmeros e híbridos do que os territórios oficiais identitários”²² que possuem uma delimitação clara. Neste sentido, Arantes atribui a estes lugares o conceito de “zonas simbólicas de transição” ou “espaços liminares” como zonas de contato, em que os sujeitos e os cenários de sua interação estariam colocados de maneira sobreposta e de forma interrelacionada, refletindo sobre as múltiplas relações entre territorialidades distintas que podem manifestar-se no espaço urbano contemporâneo. Em diálogo com o sentido da *prática do espaço de representação* indicado por Lefebvre.

A praça Roosevelt foi, aos poucos, tornando-se um destes espaços liminares na cidade de São Paulo, onde inúmeras categorias sociais ganharam expressão espacial, dando visibilidade às suas diferentes identidades. Junta-se a isso a contradição entre a ideia de representar um grande espaço cívico de valor simbólico e social da capital – como ocorre com a Praça dos Três Poderes em Brasília/DF para o país - e as implicações entre a geometria de sua arquitetura e a mudança nos usos programados para o espaço, que desfiguraram sua ideia inicial como lugar de sociabilidade na nova metrópole.

Neste contexto, é importante retomar o momento histórico em que a praça foi projetada e entregue à população enquanto arquitetura produzida durante o regime militar (1964-1985). Reconhece-se como ponto de partida que as cidades foram formadas e formatadas pelas demandas sociais, econômicas e políticas que conduziram à organização dos espaços e das relações que neles ocorrem, sendo conduzidas por experiências urbanas que se associavam à estética moderna, como estratégia do regime para a produção da cidade.

De acordo com Foucault (1980, p. 48), “torna-se uma questão de usar a disposição do espaço para fins econômico-políticos”, servindo às manifestações do poder: a divindade, a força e os seus objetivos. Deste modo, retomamos a ideia de territorialidade, na medida em que o espaço a ser produzido dentro desta lógica corresponde às ações humanas orientadas na tentativa de “um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada” (SAQUET, 2009, p. 86).

²² O território formado pela Igreja da Consolação e sua organização oficialmente estruturada dentro do catolicismo que representa seria um destes exemplos.

Com isso, a cidade é estruturada de forma a organizar e conduzir as relações sociais, que neste estudo, a Roosevelt constitui espaço simbólico: tanto por sua relação histórica com a Igreja da Consolação, cuja utilização do espaço da praça remonta ao período de formação do seu território e das primeiras territorialidades junto a este tecido da cidade, quanto por apresentar-se como bandeira da modernidade paulistana, fruto das ações das administrações paulistanas, após o Golpe de 1964.

Do ponto de vista da relação da praça Roosevelt com a Igreja da Consolação, a partir de 1970, verifica-se um histórico de conflitos. Apesar da Igreja estar presente junto ao território da praça e ter sido considerada em seu novo projeto, ao se criar a sequência de patamares em níveis, que resultaram em uma topografia nova em seu entorno, acabou-se por comprometer a relação direta anteriormente estabelecida entre a antiga praça e a Igreja.

Neste sentido, Sun Alex (2011, p. 161) em seus estudos de levantamento das condições da Roosevelt em 2001, apontou que nos espaços formados entre a praça e a igreja existia:

1. fragmentação do tecido urbano: perda de espaços de uso público nas esquinas, para rampas de acesso do complexo viário, resultando não apenas em dificuldades de circulação de pedestres como de acesso à praça.
2. O isolamento do entorno: praças elevadas em relação às calçadas com acessos estreitos e dissimulados.
3. Desintegração do entorno: nova arquitetura, isolada da Igreja da Consolação e distante das ruas.
4. Acesso controlado: a rampa-escada implantada como estrutura no centro secciona a praça da rua da Consolação e enfatiza o fluxo dos veículos no sistema viário, em vez do movimento dos pedestres.
5. Praças elevadas sem fachadas públicas: afastadas da rua da consolação, muros altos e paredes fechadas na divisa com a rua João Guimarães Rosa.

Em sua origem, ainda no final do século XIX, a antiga Praça da Consolação (atual Roosevelt) figurava como espaço residual dos terrenos da burguesia que foram doados à municipalidade para a solução de problemas de saneamento. Já nos anos 1950, a Praça Roosevelt se configurava nas bordas do centro novo, como um espaço de transição ainda a ser tratado, implantado em direção às novas zonas de expansão da cidade a sudoeste e na parte posterior da Igreja da Consolação: ou seja, de forma invertida à lógica tradicional, em que a praça deveria figurar como zona de acesso à entrada principal da igreja. Neste momento, também se apresenta como espaço residual, liminar, ocupado por feiras aos finais de semana e por um imenso estacionamento, com depósito de veículos guinchados durante a semana.

A partir dos anos 1960, quando os objetivos do desenvolvimento urbano se voltavam à implantação de grandes estruturas viárias e de infraestruturas, em paralelo com o período sob regime militar e como fruto do "milagre econômico" brasileiro, a nova praça Roosevelt (1970)

surgia como bandeira, que enaltecia os feitos do regime, sendo colocada no centro da modernidade idealizada para São Paulo no período. A praça virou, portanto, um lugar.

Entretanto, a peculiaridade de seu projeto também reforçava sua leitura como espaço residual e liminar. Enquanto edifício, tinha um programa de características multifuncionais em nível local e metropolitano – descaracterizado na gestão Paulo Maluf - que, em função do momento histórico que se vivia, constituiu-se em resíduo deste mesmo uso numa área de transição entre o centro e as novas zonas de consumo da elite na cidade: neste caso, em direção ao setor sudoeste, que passou a receber os investimentos públicos e privados, junto às avenidas Paulista e Faria Lima. Enquanto praça, também diante da censura e da repressão imposta pelo regime, juntamente com a volumetria apresentada em seu novo projeto, tinham-se dissolvidas as relações estabelecidas até então, onde, a antiga praça servia à travessia de artistas e intelectuais entre o centro e a região da Consolação. Além disso, o projeto de paisagismo, fora dos padrões convencionais para a época, e a precária articulação com o tecido urbano envoltório, gerou uma praça também residual onde, até então, o habitante comum não a reconhecia como praça.

Diante desta leitura, reforça-se a ideia de que a praça Roosevelt, desde sua gênese, configurou-se como um espaço residual na área central. A partir dos anos 1970, quando seu espaço foi entregue à população, materializou-se ali um espaço de transição, uma fronteira simbólica entre o centro histórico e o setor sudoeste da cidade, um “espaço liminar”, conforme discutido por Arantes (1994). A praça figura até hoje como suporte físico ou zona de contato entre diferentes territórios, permitindo o encontro de múltiplas territorialidades. Portanto, dada a sua conformação em um espaço liminar, analisou-se como se deu a apropriação de seu espaço público por parte da população, desde então.

De acordo com Arantes (1994, p. 192), pensando a praça Roosevelt como espaço liminar, a partir do esvaziamento de sua dimensão espacial – em função do próprio projeto - e da revisão de seus usos para a inauguração,

convergem para lugares deste tipo e neles ganham visibilidade algumas das principais tensões e conflitos sociais. Aí se expõem publicamente a falta de direitos de cidadania da grande maioria da população da cidade, que se identifica na incidência de assaltos, no comércio e ostensivo consumo de drogas, na construção das moradias “invisíveis”, no sub-emprego, na mendicância e oferta de uma vida melhor nas loterias, das poções milagrosas e das pregações religiosas. Ao mesmo tempo diversas instituições políticas e assistenciais trazem para este cenário a sua palavra e suas práticas salvadoras. E aí também, o controle social assume a forma ritualizada de policiamento ostensivo: retórica que em princípio

criminaliza o habitante das ruas, classificando-o como “coisa fora do lugar”, portanto simbolicamente suja e perigosa.

Exemplificando estas questões, analisam-se dois aspectos que estão diretamente ligados ao território em que a Roosevelt esteve inserida, mesmo antes da sua inauguração em 1970 e depois, em seu espaço público pós-inauguração, em momentos distintos do dia: o diurno, sobretudo em relação à atividade intelectual (escolas, universidades etc.) e cultural (os teatros e a tv, assim como todo o seu aparato profissional) que, em proximidade à praça implantou-se desde a década de 1940; e o noturno, ainda relacionado ao contexto boêmio remanescente dos anos 1960 e o avanço da “Boca do Lixo” no mesmo período.

A partir do golpe de 1964, inicia-se o descolamento entre arte e política, sendo ampliado após o AI-5 até um grau máximo em meados dos anos 1970, consolidando o “vazio cultural” que já havia se instalado em decorrência das proibições e de todas as restrições que controlavam a produção cultural. Assim, as novas estratégias da manifestação do meio artístico e cultural, se por um lado não suplantaram o “vazio cultural”, por outro, se rearticularam, apresentando-se através de três alternativas: uma cultura comercial, de massa; uma contracultura, designada pela expressão “underground”, e ainda, a cultura engajada. Ou seja, neste esquema, haveria “uma cultura de massa, operando com o entretenimento; haveria uma segunda instância cultural que atuava nos interstícios do sistema sociocultural a ser posteriormente absorvida pela terceira forma, que seria uma cultura marcada por uma postura crítica mais explícita”.

Assim, o espaço da nova praça Roosevelt passou a constituir um território ambíguo carimbado pela ditadura. Ao mesmo tempo que representa a bandeira do progresso apontado pelo regime, consistia num espaço propício à aplicação da censura através da repressão violenta a qualquer manifestação contrária ao próprio regime. Em paralelo, abrigava a resistência representada pelos mais diversos atores culturais presentes em seu entorno.

O seu espaço físico, em patamares e com acessos limitados junto ao passeio público das ruas do entorno tornava seu uso, sobretudo durante o dia, impróprio aos perseguidos pela censura imposta pela ditadura – parte da classe política, estudantes, artistas e intelectuais - já que dali era difícil escapar em função das condições de sua arquitetura. Estar na praça significava ser visto. E ser visto poderia implicar em ser violentado ou preso pelo regime. Ou seja, uma praça originalmente projetada dentro de preceitos humanistas como local público a atender premissas de qualidade de vida, mas que pela desconfiguração do projeto aprovado – que inverteu a lógica social de seu uso original ao reorientá-la ao consumo da elite - e pelas condições impostas pelo

regime da época tornavam hostis as possibilidades de apropriação de seu espaço público por grande parte da população, sobretudo pela classe artística e intelectual contrária ao regime.

Por outro lado, durante a noite, também em função da orientação de sua arquitetura em relação ao entorno, sobretudo pelo paredão de prédios a Leste, do maciço arbóreo que gerava áreas bastante escuras no nível do piso e em conjunto com a Igreja da Consolação que formava um novo paredão a Norte, e a dificuldade de acesso junto a rua João Guimarães Rosa que possuía muros altos e um desnível entre os patamares das praças, possibilitaram que o seu espaço “compactuasse” com as atividades ilícitas na “Boca do Lixo” da qual passou espacialmente a fazer parte. Assim, a mudança de perfil, que ficará evidente a partir dos anos 1980, imprimiu no imaginário paulistano uma Roosevelt descrita como uma área obsoleta e degradada associada ao submundo do crime e da prostituição no centro, desde sua origem.

Portanto, os processos decorrentes da descentralização de usos e deslocamento de investimentos iniciaram um processo de obsolescência que coincidiu com a popularização da área central gerando, em parte, a desvalorização dos imóveis do entorno e a intensificação da presença dos “indesejáveis” junto à praça nos anos seguintes à sua inauguração: ambulantes, moradores de rua, usuários de drogas e prostituição. Ao mesmo tempo, a censura expulsava de seus espaços aqueles que de fato tinham um certo protagonismo sobre ele durante o período áureo dos territórios da cultura no centro.

Lidas estas premissas iniciais que exemplificam as liminaridades formadas, onde as territorialidades pré-existentes acabaram por reforçar o sentido do termo oferecido por Arantes (1994), avança-se agora no sentido de compreender outras situações de apropriação no espaço público que repercutiram nas narrativas atribuídas à praça Roosevelt, a partir dos anos 1980, que também esclareceram este conceito.

Primeiramente, cabe lembrar que a Roosevelt foi inaugurada inacabada, o que gerou críticas e manifestações junto à Câmara Municipal, que foram se seguindo durante os primeiros anos após sua inauguração, como relata a ata da 128ª reunião ordinária de 03 de abril de 1970: “termina uma obra e ela fica sem função. Haja vista ainda o caso da Roosevelt. Gastou-se uma fábula na Roosevelt; a obra foi apressada de maneira brutal para que fosse inaugurada no dia 25 de janeiro. O que vemos? Mal acabou de ser inaugurada, vai começar o minhocão”.

No mesmo período, o vereador Cantídio Sampaio apontou na 149ª reunião da CMSP de 25 de maio de 1970 a inconclusão de parte das obras da ligação Leste-Oeste.

enquanto dá prossecução célere às obras do Metrô, o engenheiro Paulo Salim Maluf volta pressuroso seus melhores cuidados a todos os ângulos da problemática viária do tráfego de superfície, que se erigiu em autêntico flagelo dos paulistanos. Com exceção de duas, ainda em andamento, conclui 23 das 25 obras deixadas inconclusas pelo saudoso Faria Lima, das quais apenas 6 se referiam a setores estranhos ao interesse viário do Município. Do plano de obras elaborado por seu próprio governo, figuram 20 valiosos empreendimentos de alta significação viária. Dentre eles, destaca-se pelo seu arrojo e magnitude a Via Elevada "Presidente Arthur da Costa e Silva", com 3.700 metros de extensão, visando a ligação Leste-Oeste da cidade, da Praça Roosevelt à Avenida Francisco Matarazzo, para alívio da pressão de trânsito sobre a velha Avenida São João, que se alça às raias de iminente saturação.

Enquanto as obras do metrô seguiam, alguns anos se passaram e as discussões junto à Câmara Municipal prosseguiram sem que houvessem sido feitos os reparos identificados durante a inauguração da praça, como aponta o discurso do Vereador Celso Massuda na 15ª reunião ordinária de 09 de março de 1973.

sobre matéria publicada no Jornal "O Estado de S. Paulo" abandono tudo que resta da Praça Roosevelt". Requeiro à Mesa ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, solicitando se digne informar sobre o seguinte: 1) Por que até a presente data não foram terminadas as obras da praça Roosevelt? "Cópia da reportagem do Jornal "O Estado" "As falhas apontadas logo após a inauguração da nova praça Roosevelt não foram eliminadas até hoje; existem goteiras em todas as dependências, o piso continua, remendado e encardido e os canteiros continuam sem flores. Alguns frequentadores do local afirmam que "construída para ser a praça do futuro, a Roosevelt transformou-se em mais um monstro de concreto inacabado, entre os muitos que existem em S. Paulo". Por causa das goteiras, os funcionários municipais que trabalham ali foram obrigados a comprar latas, nas quais aparam a água que entra por todos os lados, quando chove. Além disso, a infiltração que aumenta a cada dia, está causando rachaduras nas pancadas, o que contribui para piorar o aspecto do conjunto.

Um outro aspecto que gerou manifestação pública junto à Câmara em relação à praça entregue foi sua estética peculiar: uma praça de concreto, desprovida de vegetação. Neste sentido, o vereador Luis Peixoto apresentou, na 43ª reunião de 16 de maio de 1973, notícias das transformações que estavam ocorrendo no mesmo período junto a outras praças da área central que passaram a incorporar estacionamentos subterrâneos, fazendo com que se altere a paisagem urbana de parte de seus espaços livres públicos:

dissemos, desta tribuna, que, de algumas áreas desta cidade declaradas de utilidade pública como sendo áreas verdes, umas têm sido desapropriadas e transformadas em áreas concretadas. É o caso da Praça Princesa Isabel [...]. É o caso da Praça Roosevelt, que também foi transformada em um mundo de concreto. É o caso, ainda, da Praça da Bandeira, em que foi construído este Palácio Anchieta e, no momento, está em fase de conclusão a construção de garagem e teatro. Enfim, um outro mundo de concreto armado.

Cerca de um ano mais tarde, o vereador Nestor Ribeiro manifestou, na 133ª reunião de 22 de fevereiro de 1974, sugestões ao executivo no sentido de se implantar áreas verdes na área central:

oportuno o momento para indicar ou alertar ao Prefeito da Capital (bem como aos seus assessores mais diretos, ligados aos problemas de urbanismo), da necessidade de se criar pelo menos na parte central da cidade, algumas áreas de lazer ou boulevares, condizentes com a grandeza da metrópole paulistana. Na parte bem central da Capital, existem apenas dois logradouros com características de praça: a da República e, talvez, a Praça Roosevelt - com feitiço urbanístico e paisagístico. Os outros locais são alguns ajardinados, com proporções diminutas e por vezes malconservados. A proposta que hoje é feita ao Executivo Municipal se prende ao fato de não podermos espalhar arvoredos, ou bosques em pleno centro. Como esta execução não é procedente, devemos criar, para tanto, verdadeiros "oasis" de descanso ou "calçadões de lazer", em áreas adequadas à sua construção, de forma a proporcionar afetos de grande beleza urbana, além das comodidades e alegrias a milhares de paulistanos que passariam a desfrutar de mais logradouros de passatempo e diversão.

Diante destas discussões iniciaram-se algumas iniciativas de intervenção urbana que visaram humanizar espaços livres públicos na área central, como a Praça Roosevelt, caracterizada pela ausência de vegetação, dificuldade de acesso, falta de manutenção e dificuldades de gestão. Neste sentido, surgem as primeiras formas de apropriação da praça, a partir de ações de intervenção que visavam a renovação do seu espaço.

Segundo Yamashita (2013, p. 73-74), a partir da consulta ao noticiário da época, identificou-se que em 1978,

o arquiteto Benedito Lima de Toledo, então Conselheiro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) anunciou uma das primeiras propostas de requalificação para a Roosevelt. Baseado principalmente nas críticas de carência de áreas ajardinadas propôs diversas medidas, que intencionavam atender esta demanda, como a implantação de uma estufa, um bromeliário, um herbário, jardins com flores, além de intervenções nos jardins do entorno, como no Colégio Caetano de Campos e na Igreja da Consolação. No entanto, o projeto não foi realizado. Já em 1979, Toledo desenvolveu um estudo para transformação da rua João Guimarães Rosa em calçadão, como forma de valorizar a circulação de pedestres. A proposta buscava integrar-se ao Colégio Caetano de Campos, pois, segundo ele, tal medida solucionaria o problema de segurança dos alunos. Por esbarrar no Departamento de Operações do Sistema Viário (DSV) e na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o projeto também não foi adiante. Já em setembro de 1980, a EMURB, juntamente com a Academia Paulista de Belas Artes, propôs um projeto cromático para a Roosevelt em que boa parte dos canteiros, muretas e paredes receberam variações da cor verde. “À revelia da verdade do material, mas em atendimento às críticas do período sobre ausência de vegetação e manutenção, a pintura completava as obras de restauração na estrutura física do conjunto. Neste período também foi implantado no espaço o primeiro posto policial permanente” (YAMASHITA, 2013, p. 77).

Os questionamentos acerca da manutenção da Roosevelt continuaram e neste período é possível verificar o aparecimento das pressões exercidas por moradores requisitando medidas para retirada dos novos ocupantes do espaço: “desocupados”, “marginais”, “tarados” entre outras designações para uma parcela da população que utilizava as instalações precárias da praça, em que os conflitos entre os usos em momentos distintos gerava, como noticiou o Jornal Folha de São Paulo de 31 de março de 1980 sob o título: “Ninguém responde pela deterioração da praça”.

Às versões narradas pelos integrantes da Câmara Municipal e às notícias de jornal sobre a degradação da Roosevelt, somavam-se as falas dos moradores do entorno. Renato Orbetelli, comerciante do entorno da praça desde antes da implantação do “edifício-praça”, expressou que houve fogos, tiros de canhões e uma bonita festa em sua inauguração. Renato comenta o processo de abandono que acompanhou a degradação do espaço: “porque fechou tudo aqui; só ficou aberto eu, que eu me lembre. Eu e, eu acho que se eu não me engano, uma papelaria que era uma livraria antigamente; e depois fechou. Fechou tudo aqui” (ANEXO A, 2009, p. 228).

Já a moradora e síndica de um dos edifícios do entorno, Bartira Cataldi comentou que sua mãe

foi assaltada na Roosevelt 18 vezes e ela era um pouco mais velha que eu, mas ela já era de certa idade. Então virou, mexeu. Roubavam coisas de velhinhas. Até que um dia ela ficou com muita raiva. Estava com mais ou menos 84 anos. Saiu correndo atrás do ladrão. Então aí correu o boato e, por incrível que pareça, depois disso ela não foi mais assaltada. Foi 18 vezes (ANEXO A, 2009, p. 228).

Em outro aspecto, a presença dos coletivos teatrais e dos skatistas também repercutiram o período em que a praça esteve degradada, figuras 61, 62 e 63, como veremos no capítulo 6. Estes atores constituíram uma resistência em sua permanência neste espaço público durante seu período de abandono. A compreensão do espaço através do conceito de liminaridade, possibilitou compreender a gênese que envolveu a produção da praça e situá-la numa perspectiva antropológica, diante das diferentes manifestações sociais que decorreram em função da apropriação deste espaço público, logo no início de sua inauguração em janeiro de 1970. Por outro lado, nos aponta caminhos à compreensão das diferentes apropriações que se seguiram ao longo dos anos até a atualidade.

Figuras 61, 62 e 63: Situação de degradação da Praça Roosevelt nos anos 2000.



Fontes: Disponível em <https://moburbano.wordpress.com/2009/11/04/praca-roosevelt-2/#jp-carousel-56>. Acessado em 25/08/2022.

Verifica-se, portanto, que na Roosevelt foram se sedimentando as primeiras relações importantes à compreensão das práticas do espaço de representação indicados na teoria lefreviana, diante de um “*espaço liminar*”, que se seguirão em processo até os anos 2000, quando as primeiras insurgências em seu espaço público começam a se manifestar, coincidindo com os projetos de intervenção que buscam a renovação do seu espaço, frente a uma nova lógica em que a praça estará inserida: a da cidade global.





CONVÍVIOS, CONFLITOS E CONFRONTOS NO ESPAÇO

Figura 64: A Praça Roosevelt em 2022. Figura 65: Minhocão visto de baixo, próximo à Roosevelt, em 2022. Fontes: Imagens capturadas durante visita de campo realizada pelo autor em 2022.

Figura 66: Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

CAPÍTULO 5_(Re)fazer a praça: a Regeneração Urbana que veio de cima

Este capítulo tem por objetivo contextualizar as narrativas apresentadas no Capítulo 5 diante das pressões para uma reforma e/ou renovação do espaço físico da Praça Roosevelt que, do ponto de vista técnico, apoiaram-se em experiências e discursos internacionais voltadas à regeneração de áreas urbanas que sofreram processos de obsolescência e degradação, tais como a revitalização, renovação e requalificação. Com o intuito de delinear suas similaridades e diferenças, por meio de uma revisão bibliográfica confrontada com a análise do objeto de estudo da tese, têm-se como principal pressuposto o de que essas iniciativas, apesar das distintas designações semânticas e das suas diferentes atribuições, produzem implicações urbanas de natureza semelhante, mantendo ou reparando a capacidade e a eficiência dos sistemas de acumulação do capital, por meio da criação de cenários diferenciados. Com isso, serão apresentados os principais conceitos que se direcionam ao reuso de áreas urbanas consolidadas e que envolveram processos de regeneração urbana junto à área central da cidade de São Paulo, especialmente os que se refletiram junto à Praça Roosevelt.

5.1 *Considerações sobre um paradigma contemporâneo: o (re) fazer urbano*

Sob quais lentes é possível ler os conflitos que decorrem na construção do espaço urbano das cidades? Como os técnicos, sobretudo no campo da arquitetura e urbanismo, tem levantado, analisado e diagnosticado os conflitos que a experiência do convívio urbano imprime? Diante disso, o que temos feito dado o confronto eminente do qual participamos diariamente como atores na eterna disputa por territórios? A cidade é para quem? A cidade é produzida e apropriada por quem?

Ao lançar luz sob o confronto entre produzir e viver a cidade, que nesta tese apresenta a Praça Roosevelt, figura 66, como um “experimento” do fazer e refazer urbano no Centro Histórico de São Paulo, o que se tem feito no sentido de discutir as diferentes formas de apropriação física e social em espaços públicos, especialmente nos espaços livres públicos²³?

²³ Os *espaços livres urbanos*, são definidos, de acordo com Miranda Magnoli (1982), como espaços livres de edificação: ruas, praças, parques, quintais, jardins públicos ou privados, rios, mangues, praias urbanas etc. *Espaço*

Mediante estes questionamentos, levantados no sentido de observar o espaço e seu uso contemporâneo, orienta-se novamente o olhar para a história. Ao compreender que espaço público é aquele produzido e ocupado por todos, a análise volta-se para aqueles que, por meio do capital, detêm a responsabilidade de garantir qualidades aos espaços livres públicos produzidos em áreas urbanas, políticos, empresários, sociedade civil organizada, arquitetos e urbanistas, enfim, todos que direta ou indiretamente estão envolvidos na tomada de decisões que impõe ao cidadão urbano e/ou metropolitano uma determinada realidade urbana.

Se durante os anos 1960, 1970 e 1980 os investimentos públicos e privados concentraram-se nas novas frentes de expansão urbana, na década de 1990 o retorno à cidade existente e consolidada desencadeou os movimentos “de volta à cidade” ou mesmo “de volta aos centros”, apresentando-se como um novo paradigma. Aqui o centro, principalmente o Centro Histórico, ressurge como solução para movimentar a roda da economia capitalista através da valorização imobiliária conquistada por meio de políticas de regeneração urbana que buscam renovar áreas consideradas obsoletas aos olhos do capital. Quando muito, indicam caminhos e soluções aos problemas sociais (como o atendimento ao não empregado e à falta de moradia digna) e espaciais (como a degradação física de seus espaços públicos e de suas infraestruturas urbanas) que decorrem nestes mesmos cenários.

Estudar os planos, programas e projetos, que têm se apresentado por meio do marketing urbano da renovação e do “reviver” a cidade, podem parecer pleonasmos quando não observados dentro da lógica do capital onde o slogan do “desenvolvimento econômico e sustentável”, apresentado como solução à criação de empregos, por possivelmente garantir novas frente de trabalho no turismo, nos novos usos terciários contemporâneos e na própria dinâmica de valorização imobiliária junto às “territorialidades regeneradas”, ou mesmo por constituírem uma ponte entre o poder público e a iniciativa privada, constitui um aspecto importante para a compreensão dos convívios, conflitos e confrontos presentes nestes mesmos territórios.

5.2 A Regeneração Urbana

Nas últimas décadas do séc. XX, a atividade de planejamento começa a desdobrar-se em uma nova forma de política nas cidades, denominada regeneração urbana, que procura requalificar

livre público descrevem exclusivamente os espaços livres de edificação de acesso público, como o caso da Praça Roosevelt.

a cidade existente por meio de múltiplas intervenções determinadas a potencializar os valores econômicos, ambientais e funcionais de áreas urbanas, lidas como obsoletas pelo capital, que foram se degenerando ao longo dos anos (MENDES, 2013).

No Brasil, a ideia de degeneração está associada ao crescimento das cidades nas décadas de 1970 e 1980, que marcaram a consolidação de novas centralidades ou subcentros, como decorrência do abandono de investimentos e diminuição das atividades dos centros urbanos originais ou históricos, como observou-se no Centro Histórico de São Paulo na década de 1960. Nessa conjuntura, também houve evasão do uso residencial de famílias com maior renda, sendo ocupado, aos poucos, por camadas populares e pelas atividades e serviços menos produtivos ou informais.

Os centros urbanos passaram a ser considerados como “deteriorados”, “decadentes” ou “degradados”, termos que, em geral, referem-se às estruturas físicas, ociosas e malconservadas que precisam ser renovadas. Além disso, a ideia de degeneração, envolve tanto a presença dos cenários urbanos degradados quanto a concentração de grupos sociais de menor prestígio, muitas vezes em condições de vulnerabilidade, “invisibilizados” pelo capital. Estes cidadãos passam também a integrar o conjunto de representações negativas de áreas centrais consideradas degeneradas, tais como: poluição, barulho, violência, ilegalidade, prostituição, circulação, consumo de drogas etc. (VILLAÇA, 2001).

Planos e projetos elaborados com base no conceito de renovação ou requalificação urbana objetivam reutilizar e reestruturar ou reinstalar vitalidade econômica. Esse movimento, contra a obsolescência, tem bases, explícitas ou não, na ideia de sustentabilidade, na qual um sistema deve perdurar e ser capaz de permanecer diverso e produtivo através do tempo. O atual discurso dominante, promovido pelo Estado, apoiado na ideia da sustentabilidade e num possível “desenvolvimento sustentável”, tem orientado ações de desenvolvimento e redesenvolvimento urbanos como uma atividade beneficente de governo: abrangente, tecnocrática, científica e socialmente progressiva, reformando as cidades para permanecerem mais eficientes à economia e às suas funções, sob o prisma da sustentabilidade urbana e da garantia da qualidade de vida dos seus habitantes (FREESTONE, 2001).

Nos anos 1990, as áreas centrais passam a ser objeto de interesse do capital no sentido de promover sua renovação e requalificação urbana. Ao constituir-se por territórios e territorialidades que se sobrepõem e se entrecruzam a partir de valores e significados distintos, irreprodutíveis na

estrutura urbana de outras áreas da cidade, a localização destes espaços urbanos voltam a ser interessantes devido ao seu valor econômico, tornando-se áreas estratégicas aos anseios financeiros, imobiliários, culturais e turísticos. Isso decorre também de seu grande estoque imobiliário (com importantes exemplares históricos e arquitetônicos), por possuir uma consolidada infraestrutura urbana (que abastece a multiplicidade de usos, ocupações e apropriações que ali se instalaram) e por apresentar acesso facilitado (por redes de transporte e o sistema viário).

A renovação surge relacionada ao processo de demolição de grandes áreas urbanas no centro histórico de cidades norte-americanas, como aquelas citadas por Jane Jacobs (2009): Nova York, Boston e Pittsburgh, ocorridas nos anos 1960 e 1970. Nestes casos, as demolições eram seguidas de reurbanização e reconstrução. A ação que envolvia demolição apoiava-se nas parcerias público-privadas e se apresentavam como componente fundamental à valorização do capital privado, com base na desvalorização imobiliária sentida em períodos anteriores.

Este processo é definido por Harvey (1996, p. 212) como “destruição criativa” em que, diante do processo de urbanização, revela-se a ideia da "desvalorização seletiva e localizada de ativos", que se traduz no espaço urbano como áreas progressivamente abandonadas pelo capital, que passam a ser qualificadas e organizadas como áreas degradadas, áreas deterioradas ou em processo de deterioração a serem renovadas para garantir suas qualidades originais, como ocorreu com o Centro Histórico de São Paulo, especificamente no caso da Praça Roosevelt.

De acordo com Castro (2006, p. 15-16), o processo de desvalorização do bem imobiliário como capital tem início quando termina o processo de sua produção, a partir de duas formas:

na forma de desgaste pelo uso das estruturas e infraestruturas e; na forma que é representada como "obsolescência" técnica e funcional, mas que é expressão das necessidades de expansão das possibilidades de localização das atividades produtivas em geral e das necessidades de acumulação do capital imobiliário em particular. Desse modo, uma racionalização espacial da produção, da circulação e do consumo em um determinado ponto do tempo pode não ser adequada à acumulação do capital num ponto ulterior do tempo; essa seria a base para a constituição das operações de renovação urbana. Tais operações, realizadas com base na articulação entre capital imobiliário, capital financeiro e ações do Estado, implicam as seguintes condições: [...] a desvalorização da infraestrutura representada pelo meio ambiente construído no passado e a remoção de sua presença física que atua como barreira para novos investimentos, através da desobstrução de grandes áreas para novas construções.

A regeneração urbana é o resultado da relação entre processos internos e externos envolvidas em suas operações. As forças internas da regeneração referem-se às políticas públicas

urbanas e às ações de intervenção no espaço físico, promovidas pelo poder público em territórios degenerados, principalmente àqueles voltados à ação de reabilitação, renovação e requalificação. Já as formas externas estão relacionadas aos processos que envolvem tanto acordos locais e internacionais que permitam a rearticulação do setor imobiliário, a participação da sociedade civil - por meio de associações e seus representantes-, a formalização de parcerias público-privadas, a repercussão econômica incrementada pelo turístico, novos usos e funções, como os relacionados à obtenção de investimentos, sobretudo internacionais (exemplo nas figuras 67 e 68 de intervenções ocorridas em Portugal no início dos anos 2000).

Figuras 67 e 68: Regeneração Urbana na cidade do Porto/PT. Intervenções junto à Boa vista (esquerda) e Aliados (direita), anos 2000.



Fonte: Acervo do autor, 2005.

As tensões envolvidas nas operações de regeneração urbana, por sua complexidade, exigem uma constante adaptação em resposta aos desafios e oportunidades que num determinado contexto temporal, espacial e econômico podem resultar novamente na degradação urbana (Mendes, 2013). Portanto, entende-se por regeneração urbana um processo que envolve políticas públicas voltadas a viabilizar intervenções que resultem em soluções, sobretudo de ordem econômica, aos problemas específicos em áreas urbanas consolidadas, ou em novas áreas surgidas a partir da expansão urbana.

De acordo com Mendes (2013, p. 34), cabe reforçar que a ideia de regeneração urbana não constitui um fenômeno novo. Desde meados do século XX, em países do hemisfério norte, principalmente na Europa, os processos de regeneração estiveram vinculados a uma nova forma de pensar e produzir o espaço urbano em função de sua condição histórica. Após as demolições decorrentes dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, como na Inglaterra e na Alemanha, foi necessária a reconstrução de vários espaços urbanos. Essa situação abriu caminho a profundas

modificações na política urbana europeia. Para os trabalhos de reconstrução foram iniciadas, ao mesmo tempo, operações de reabilitação, renovação, restauro e requalificação de grandes áreas urbanas. Apesar desses antecedentes, foi a partir do final da década de 1970 que o conceito de regeneração urbana começou a ser difundido em países como o Reino Unido, França, Espanha e Holanda, surgindo como contraponto à renovação urbana, que privilegiava sobretudo as intervenções físicas no espaço urbano, como observava-se nas cidades norte-americanas no mesmo período. Assim, os processos que envolvem regeneração começam a ser idealizados como uma série de estratégias estruturadas com o propósito de garantir benefícios econômicos e sociais. No Reino Unido, por exemplo, imagens 69 e 70, houve uma mudança substancial nas políticas públicas, fruto do novo governo de Margaret Thatcher (1979-90). Naquele cenário, o ato da regeneração urbana tendia a ser mais direcionado para os lucros com as propriedades, orientados pelas forças do mercado imobiliário por meio de um forte lobby comercial (TALLON, 2010).

Figuras 69 e 70: Regeneração Urbana na cidade de Londres, Intervenções junto à Catedral St. Paul (esquerda) e a Prefeitura (direira) e à nos anos 2000.



Fonte: Acervo do autor, 2005.

Portanto, nos anos 1980 e 1990, as políticas voltadas à regeneração surgiram como um dos principais instrumentos para promover o reuso das áreas urbanas nas cidades atingidas pela guerra. Mas não somente. Também estiveram relacionadas à situações em que se reconhecia a obsolescência diante de um processo de declínio. Em ambos os casos, lia-se uma oportunidade para atrair investimentos privados e garantir a reprodução do capital imobiliário através de intervenções urbanas. Desse modo, evidenciava-se o papel do marketing urbano na gestão estratégica da imagem da cidade, de forma que cada cidade se diferenciava das outras, valorizando-a e projetando-a no contexto internacional (BARATA SALGUEIRO, 2005).

Um exemplo emblemático desse processo ocorreu no final da década de 1980, durante a preparação dos Jogos Olímpicos de Barcelona ocorrido em 1992, figuras 71 e 72, que foram precedidas por um conjunto de intervenções na cidade, uma das mais conhecidas operações de regeneração urbana europeias. Sendo uma cidade com um setor industrial bastante relevante, Barcelona decidiu reconverter todo seu espaço industrial e portuário, que se localizava ao longo da costa, abrindo a cidade novamente para o mar. Com a realização dos Jogos Olímpicos a cidade conheceu uma nova vitalidade urbana que a projetou como uma das cidades mais visitadas no continente europeu. Este seria também um dos principais casos em que a regeneração urbana se relacionou com grandes eventos que conseguiram capitalizar a sociedade civil para novos desafios e uma nova imagem urbana (TALLON, 2010).

Figuras 71 e 72: Regeneração Urbana na cidade de Barcelona. Implantação do Parque Olímpico (à esquerda) e Intervenções junto à Praia de Barceloneta (à direita) nos anos 2000.



Fonte: Acervo do autor, 2005.

Assim, as políticas que evocavam o jargão “de volta ao Centro” foram sendo implantadas ao redor do mundo desde os anos 1960, porém, na década de 1990, com o “sucesso” das intervenções de recuperação urbana em Barcelona, o planejamento estratégico tornou-se um modelo a ser seguido e difundido principalmente no Brasil e na América Latina (VAINER, 2002). Em um quadro econômico largamente marcado pelo neoliberalismo e dentro do processo de globalização mundial, o planejamento estratégico que, de modo geral, vê a cidade como empreendimento e mercadoria, tem como principais premissas de ação o marketing urbano com ênfase no “desenvolvimento econômico e sustentável” e nas “parcerias” público-privadas.

No Brasil, logo no início da década de 1990, algumas cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, iniciaram políticas de intervenção em seus centros urbanos que visavam a

melhoria da imagem desses espaços com ênfase na questão cultural e turística, acentuada por parcerias público-privadas nos moldes das experiências de regeneração urbana europeias, exemplificadas pelo: Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, em 1991, o Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Cidade de São Paulo, em 1993 e o Projeto Rio Cidade, em 1995.

Estes programas possuem elementos em comum que justificam a análise a partir do conceito de *Regeneração Urbana*. Ainda em acordo com Mendes (2013), isso ocorre tanto pelo aspecto de possíveis simultaneidades teóricas e metodológicas reveladas diante da análise do processo de regenerar, quanto da identificação das principais características que envolvem a regeneração urbana, definidas por sua abrangência, integração, estratégias, flexibilidade, formação de parcerias público-privadas e por revelar-se como promotora de sustentabilidade e resiliência urbana (MENDES, 2013, p. 37).

Seguem-se os tópicos que norteiam a teoria e a prática destes processos no planejamento urbano, voltando-se novamente para o objeto de estudo da tese, no sentido de compreender como aplicaram-se na Praça Roosevelt as intervenções nos moldes da regeneração urbana, empreendidas de forma mais geral na área central²⁴, por meio do *Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Cidade de São Paulo* (PROCENTRO).

5.3 A Regeneração Urbana na Área Central de São Paulo

Nos quase trinta anos após sua inauguração em 1970, as reivindicações e relatos de descaso e abandono por parte do poder público recolocaram a Praça Roosevelt na disputa por recursos para melhorias de seu espaço físico, visando sua requalificação urbana.

Com a volta do regime democrático no Brasil (1985), foi durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), que coincidiu com a queda do muro de Berlim²⁵ (1989) que, de fato,

²⁴ O perímetro da *Área Central de São Paulo* foi definido na gestão Paulo Maluf através da Lei nº 12.349 que instituiu a Operação Urbana Centro em 06 de junho de 1997. Dentro de seus limites, incorpora-se o *Centro Histórico do município de São Paulo*, composto pelos distritos da Sé (centro velho) e República (centro novo), da qual a Praça Franklin Dellano Roosevelt faz parte, considerando parte do entorno adjacente que deveria ser tratado no âmbito da Operação Urbana Centro.

²⁵ A queda do *Muro de Berlim* deu-se na passagem do dia 9 para o dia 10 de novembro de 1989. Esse acontecimento é marcante, pois foi o prenúncio da queda da República Democrática Alemã, a Alemanha Oriental, e da reunificação da Alemanha, separada em duas nações desde o final da Segunda Guerra Mundial. A queda do muro também foi parte do processo de queda do bloco comunista na Europa Oriental, que se iniciou a partir do final da década de 1980.

iniciaram-se os primeiros trabalhos voltados à intervenção na praça Roosevelt, diante das reivindicações que se manifestaram junto à Câmara Municipal como a apresentada pelo vereador Walter Abrão na 75ª reunião da CMSP realizada em 30 de agosto de 1989:

eu venho falando desde o começo desta legislatura, da nossa atuação - a primeira vez na Câmara Municipal - que a cidade continua suja. Quem passar pelos baixos da Praça Roosevelt verá que aquela população que fica debaixo do Minhocão, do Elevado Costa e Silva, está instalada lá novamente, com roupas, jornais, madeira, com coisas jogadas, atiradas, uma imundície total e não se faz absolutamente nada. Debaixo da imundície existe água vazando, a pior situação possível num lugar que é trajeto para todos, para visitantes, para usuários e não se faz nada. É preciso que a Prefeita Erundina puxe os cordéis e exija atuação, porque as coisas não estão andando como o povo de São Paulo quer.

A relação entre a situação de degradação do seu espaço físico e a população que efetivamente apropriou-se dele, promoveu uma associação valorativa, entre usos e usuários do espaço e sua “qualidade urbana”, constituindo um elemento central na construção da narrativa sobre a degradação de espaços públicos na área central neste período.

Assim, do ponto de vista do planejamento urbano, a praça Roosevelt era vista como território problemático, onde era necessário intervir: reformar a estrutura da praça e zelar pela sua conservação e pelo “bom uso”. Aqui, a questão da gestão dos usos se torna importante, sendo reforçada pela presença policial e pela articulação junto ao capital privado como possíveis elementos produtores da renovação da praça. Neste momento, a articulação entre agentes públicos e a sociedade civil – moradores-proprietários, comerciantes e empresários – é também uma construção política.

Salvo algumas iniciativas esparsas realizadas pela Prefeitura de São Paulo, como demonstrado no Capítulo 5, a requalificação de espaços públicos na área central se consolidou enquanto pauta política em um debate público nos anos 1990. Destaca-se *Operação Urbana Anhangabaú* de 1991, que posteriormente desdobrou-se na *Operação Urbana Centro* (OUC) de 1997, a formação e a atuação da *Associação Viva o Centro* (AVC)²⁶, a partir de 1991, e a formalização do *Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo*

²⁶ Em outubro de 1991, a Associação Viva o Centro foi criado pelo engenheiro Henrique Meirelles, na época presidente do BankBoston, no Brasil, em conjunto com um grupo de executivos e profissionais liberais. Meirelles foi presidente da associação entre os anos de 2003-2005. Espelhou-se na recuperação do Centro Histórico da cidade de Boston. A associação tinha como meta reverter a imagem negativa que se havia disseminado sobre o Centro e que vinha produzindo seu esvaziamento e abandono. O objetivo principal era organizar a sociedade civil para lutar por sua recuperação e, ao mesmo tempo, conquistar a adesão da mídia à causa e lançar as bases técnicas, políticas e institucionais para a requalificação da área central (FRÚGOLI JR, 2000).

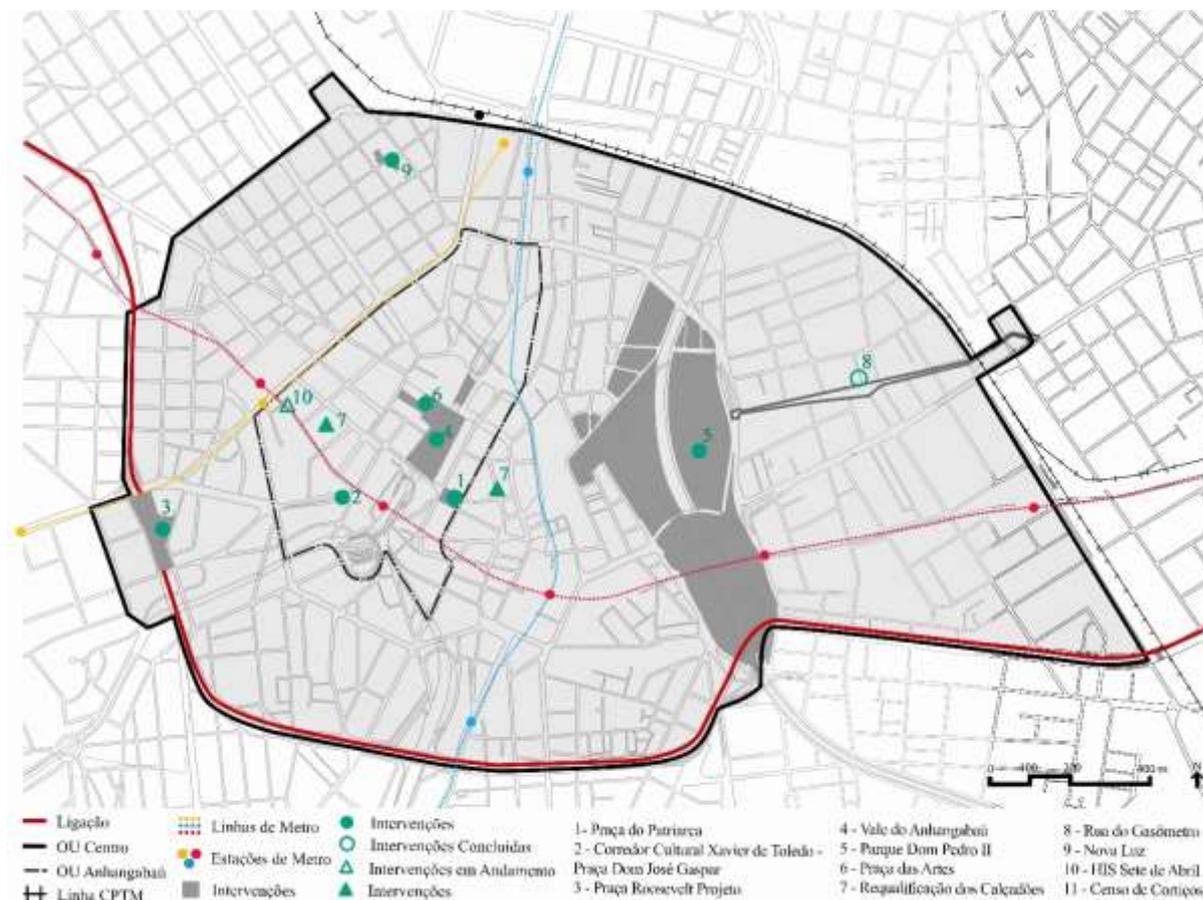
(PROCENTRO), em 1993. Todos estes elementos constituíram as bases do processo de regeneração urbana da área central visando sua requalificação e renovação, ao qual esteve relacionado o objeto de estudo: a Praça Roosevelt.

Durante a administração municipal da gestão de Luiza Erundina²⁷, constituiu-se a primeira operação urbana paulistana: a Operação Urbana Anhangabaú²⁸ (OUA - Lei n.º 11.090, de 16 de setembro de 1991). Em 1995, na gestão de Paulo Maluf (1993-1997) e os resultados da OUC, analisados junto a uma comissão que contou com a participação da AVC, a operação foi encerrada. Assim, a Roosevelt passou a fazer parte das estratégias voltadas à renovação da área central no âmbito da Operação Urbana Centro (Lei n.º 12.349, de 6 de junho de 1997), que substituiu e ampliou os limites de atuação da Operação Urbana Anhangabaú, conforme indicado na figura 73.

²⁷ De acordo com Castro (2006, p. 07), em São Paulo, a ideia de operação urbana foi introduzida pela primeira vez como conceito técnico e como instrumento de planejamento urbano, no projeto de Plano Diretor de 1985 durante a gestão do prefeito Mário Covas. O instrumento só foi efetivado com a implementação das chamadas operações interligadas na gestão do prefeito Jânio Quadros, e incluído no Plano Diretor promulgado em 1988. Foi também incluído no Art. 152 da Lei Orgânica do Município dois anos depois, em 1990, já na gestão da prefeita Luiz Erundina.

²⁸ Seguiram-se a esta as seguintes operações urbanas: Faria Lima (Lei n.º 11.732, de 14 de março de 1995, modificada posteriormente, em 2004); Água Branca (Lei n.º 11.774, de 18 de maio de 1995) e Centro (Lei n.º 12.349, de 6 de junho de 1997), essa última substituindo e ampliando a Operação Urbana Anhangabaú. A Operação Urbana Água Espraiada, cujo primeiro projeto data de 1991, foi aprovada em 2001 (Lei 13.260 de 28 de dezembro de 2001), já em concordância com o *Estatuto da Cidade* (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001) regulamentado pelos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que tratam da política urbana (CASTRO, 2006, p. 07).

Figuras 73: Perímetro da Área Central e da Operação Urbana Centro. Indicação das principais intervenções ocorridas âmbito da Regeneração Urbana de São Paulo.



Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nas informações disponibilizadas no site gestãourbana.sp.gov.br/operacaourbanacentro

Contudo, a Operação Urbana Centro não foi simplesmente o resultado de uma reformulação da Operação Urbana Anhangabaú diante de seu insucesso²⁹ na construção de estratégias efetivas para área central. Castro (2006, p. 144) sinaliza que

foi também resultado de um processo desencadeado por um grupo significativo de firmas reunidos em uma associação – A Associação Viva o Centro – que teve por objetivo influir de modo sistemático e substantivo no processo de decisão em relação às políticas públicas dirigidas à área central. A recuperação do Centro a partir daí, contou com uma representação efetiva e organizada do setor privado, que influenciará a condução das políticas e efetuará ações concretas no sentido

²⁹ De acordo com Castro (2006, p. 144), a partir de informação fornecida pela arquiteta Diana DiGiuseppe, da EMURB, em correspondência ao autor, “do total de 150.000 m² disponíveis foram consumidos apenas cerca de 26.000 m².”

de recuperar a área central, articulando um programa de ações que irá resultar em uma Operação Urbana.

Criada em 1991, por um grupo de executivos e profissionais liberais liderados pelo engenheiro Henrique Meireles, representante do Banco de Boston, a AVC constitui o principal agente articulador do setor privado na formulação de políticas para a área central com objetivos voltados à renovação da área para sua “vocação tradicional”: os usos voltados ao setor de serviços. Como o complemento de sua denomina o já indicava – *Sociedade Pr -Revaloriza o do Centro de São Paulo* – colocava-se como objetivo a revaloriza o da área, através de sua participa o ativa como “interlocutor reconhecido junto ao poder público e demais institui es da sociedade” visando a valoriza o imobiliária e a ativa o da economia no centro. Portanto, entre as premissas da própria forma o da associa o, havia o interesse de estabelecer uma interface entre o poder público e o setor privado, lida como fundamental para a realiza o de interven es mais profundas, que demandassem maior volume de capital (FRÚGOLI JR, 2000).

Além disso, a Associa o não pode ser descrita de forma genérica como associa o representante da classe empresarial³⁰. Ainda que financiada em grande medida por institui es financeiras nacionais e internacionais, com grande protagonismo do Banco de Boston, a associa o, de certa forma, se configurava como um campo de debates de projetos para a região central³¹, onde se destacava a atua o de uma vasta rede de técnicos arquitetos e urbanistas. Esse corpo técnico de consultores vinculados   AVC produziu muitas pesquisas, diagnósticos, debates e mesmo eventos acadêmicos em torno de propostas para a região central, alinhadas a uma certa

³⁰ Em fevereiro de 1998, a listagem dos participantes da Associa o incluía 19 associa es empresariais; 17 empresas de diversos tipos; 16 bancos e institui es financeiras; 15 institui es e empresas governamentais; 14 entidades civis; 5 associa es profissionais; 5 estabelecimentos de ensino superior; 5 hotéis; 4 restaurantes; 3 entidades religiosas; 2 sindicatos profissionais; 2 estabelecimentos de ensino; 1 rede de lanchonetes e 1 cartório. Não estão incluídos os associados individuais (TSUKUMO, 2007, p. 13).

³¹ Um dos primeiros eventos organizados pela AVC foi o “*Seminário Internacional Centro XXI*” em outubro de 1995 e que contou com um encontro preparatório ainda em dezembro de 1994. Tal seminário não destacou uma questão específica do centro, mas abarcou diversos aspectos de suas transforma es recentes, em especial sua degrada o, a ocupa o por usos e grupos populares, as dificuldades de acessibilidade, obsolescência, esvaziamento residencial e perda de atividades econ micas para as “novas centralidades”, a falta de conserva o do patrimônio construido e dos espaços públicos, bem como as a es possíveis para sua recupera o, re dinamiza o e revaloriza o. Além disso, um outro evento realizado pela AVC em maio de 1994, o workshop “*O Comércio Informal de Rua e a Requalifica o do Centro de São Paulo*”, tratou da questão dos camelôs como um dos maiores obstáculos   revitaliza o da  rea. O evento resultou na publica o do documento “Camel s”, no qual percebe-se o entendimento da AVC sobre os problemas relacionados   atividade: ilegalidade, carteliza o, associa o com o contrabando, delinq ncia e a sonega o de impostos, significando uma “apropria o privada do espaço público e fator de corrosão urbana” (TSUKUMO, 2007, p. 15).

concepção de “urbanismo reparador”³². Ao mesmo tempo, a associação construía uma interlocução com suas bases a partir de suas Ações Locais³³, compostas por moradores-proprietários, comerciantes e empresários das regiões em que ela atuava. Ou seja, mais do que propriamente um “agente político, a Associação Viva o Centro pode ser vista como um campo de disputas” (FRÚGOLI JR, 2000).

Somando-se à legislação que criou as operações urbanas e as ações orientadas pela AVC junto a área central, na gestão de Paulo Maluf, foi criado o PROCENTRO, a partir do decreto nº 33.389 de 14 de julho de 1993, após quase dois anos de vigência da OUA, propondo diretrizes para um novo projeto de operação que resultou na OUC (Lei n.º 12.349, de 6 de junho de 1997). Não só o perímetro de atuação era ampliado, mas também eram ampliados seus objetivos, instrumentos e mecanismos, onde a participação da AVC foi significativa. O programa considerava como pontos principais de sua política voltada a renovação da área central³⁴:

a importância simbólica do centro da cidade de São Paulo, aliada ao seu significado histórico, cultural e econômico; a necessidade e a conveniência da implementação de ações que assegurem melhores condições ambientais a população e previnam a deterioração e a desvalorização imobiliária da área; a necessidade de se promover ordenação da paisagem urbana da cidade de São Paulo, com a adoção de uma política de revalorização de sua área central; a importância de se propiciar melhores condições para os usos existentes na área e outros a serem incentivados; finalmente as conclusões do grupo executivo criado pela portaria nº 102/Pref-G, de 15 de março de 1993, consubstanciadas no

³² O grande modelo de requalificação urbana que muitos desses técnicos arquitetos e urbanistas mobilizavam era o implementado em Barcelona nos anos 1990 – um modelo pautado mais pelo reaproveitamento dos espaços existentes e pelo diálogo entre o “moderno” e o “histórico” do que por reformas e intervenções urbanísticas mais drásticas (FRÚGOLI JR.; 2000). Por outro lado, de acordo com Castro (1998, p. 97) “segundo Henrique Campos Meirelles, a ideia de criar a Associação Viva o Centro surgiu após uma experiência que conheceu em Boston (Quincy Market) Estados Unidos (...). Em depoimento sobre a origem da Associação Viva o Centro, Meirelles afirmou: ‘Em 1991, o Banco de Boston procurou um grupo de entidades com a ideia de requalificação da Área Central de São Paulo’. Ou seja, recuperar a área para sua vocação tradicional que vai além dos negócios e serviços. Desses entendimentos surgiu a Associação Viva o Centro”.

³³ As Ações Locais vinculadas à Associação Viva o Centro em grande parte era composto por proprietários e comerciantes das regiões onde elas atuavam, e muitas vezes funcionava como canal de interlocução de demandas políticas conservadoras (fortemente pautadas pelas questões do policiamento e da indução ou conservação de valorização imobiliária nessas regiões) (FRÚGOLI JR.; 2000).

³⁴ O PROCENTRO foi criado através do decreto nº 33.389/1993. De acordo com o Artº. 1º, foi implantado na Área Central, delimitada como área especial de intervenção com perímetro formado a partir pelos seguintes logradouros: Rua Tabatinga, Rua Glicério, Avenida Prefeito Passos, Rua Antônio de Sá, Rua da Figueira, Avenida Mercúrio, Avenida Senador Queiroz, Praça Alfredo Issa, Rua dos Timbiras, Avenida São João, Avenida Duque de Caxias, Largo do Arouche, Rua do Arouche, Praça da República, Avenida Ipiranga, Rua da Consolação, Rua João Guimarães Rosa, Avenida Radial Leste, Avenida Nove de Julho, “Viaduto Nove de Julho”, Viaduto Jacareí, Rua Dona Maria Paulo, Viaduto Dona Paulina, Rua Rodrigo Silva, Rua Álvares Machado, Largo 7 de Setembro, Rua da Glória, Rua Conde do Pinhal, Praça João Mendes.

documento PROCENTRO – “Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo”(CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1993).

O decreto de criação do PROCENTRO foi seguido, na mesma data, pelos decretos nº 33.390 e 33.391 que criam, respectivamente, a *Comissão Procentro*³⁵, que ao longo dos anos foi incorporando uma série de entidades representantes da sociedade civil e diferentes órgãos da prefeitura para atuar no programa e os *Polos de Recuperação Urbana*³⁶.

Assim, na 118ª reunião ordinária realizada em 22 de dezembro de 1993, foi encaminhado pelo então prefeito Paulo Maluf um anexo ao projeto de Lei nº 01-0901/93 que gerou a Lei nº 12.349 que instituiu a *Operação Urbana Centro* em 06 de junho de 1997. Neste momento, a Praça Roosevelt passou a figurar no programa de obras destinadas a área central³⁷.

O projeto havia sido elaborado pelo Grupo Coordenador da Operação Anhangabaú e aprovado pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística (CNLU) da prefeitura. Após a discussão junto à Câmara, na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, foi

³⁵ A *Comissão Especial e Valorização do Centro*, foi criada pelo decreto nº 33.390/1993. Ao longo da gestão Maluf foram emitidos novos decretos que aumentavam a comissão com novos participantes: decreto nº 33.806 de 17/11/1993, nº 34.526 de 20/09/1994, nº 35.455 de 30/08/1995, com o objetivo de implementar, agilizar e racionalizar a atuação dos órgãos municipais que executam serviços e obras no Centro da cidade. No ano da saída de Maluf da administração municipal, o último decreto de nº 36.901/1997, a comissão presidida pelo Eng. Alfredo Mario Savelli, era composta pelos seguintes senhores: Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Secretário Regional de Administração Regionais, Secretário Municipal de Serviços e Obras, Secretário Municipal de Vias Públicas, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Secretário Municipal de Transportes, Secretário Municipal de Cultura, Secretário Municipal de Família e Bem Estar Social, Administrador da Regional da Sé, Presidente da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), Coordenador da Guarda Civil Metropolitana, Presidente do Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo (CASA), Presidente da Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S.A., Presidente da Comissão PROCENTRO, Presidente da Associação Viva o Centro (AVC), Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Presidente do Instituto de Engenharia (IE), Presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (SECOVI), Presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), podendo-se agregar novos membros a critério do prefeito. Ficou a cargo da Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano a responsabilidade pela operacionalização do PROCENTRO. Posteriormente, com as mudanças de gestão municipal, houve novas formações.

³⁶ Os *Polos de Recuperação Urbana*, criados por meio do decreto nº 33.391 /1993, foram: Polo 1, Praça do Patriarca; Polo 2, Praça Ramos de Azevedo/Largo do Paissandu; Polo 3, Avenida São João; Polo 4, Praça Antônio Prado/Largo do Café; Polo 5, Largo de São Bento; Polo 6, Anhangabaú; Polo 7, Praça da Sé/Pateo do Colégio/Largo da Misericórdia; Polo 8, Largo de São Francisco; Polo 9, Largo de Santa Ifigênci; Polo 10, Praça Fernando Costa; Polo 11, Parque Dom Pedro II; Polo 12, Praça da República; Polo 13, Praça João Mendes/Viaduto Dona Paulina; Polo 14, Largo do Arouche; Polo 15, Praça Dom José Gaspar.

³⁷ Neste anexo foi apresentado um quadro que listou o programa de obras na área central e os grupos de atividade e projeto. Este quadro indicava a necessidade de obras de complementação do Vale do Anhangabaú, a criação de passagem em desnível da Av. Prestes Maia sob a Av. Senador Queiroz, a construção de passarela da Praça da Bandeira, a recuperação dos Viadutos Florêncio de Abreu, Boa Vista, Martinho Prado e obras no Parque D. Pedro II, Praça Roosevelt e Casa das Retortas.

aprovado em 15 de maio de 1997 e promulgado em 6 de junho do mesmo ano, conforme Lei 12.349 de 06 de junho de 1997.

O objetivo da Operação Urbana Centro (OUC) era o de “criar condições que reforçassem a importância da área central para a metrópole de São Paulo, tornando-a atraente para investimentos imobiliários, turísticos e culturais e preparando-a para o papel de cidade mundial” (EMURB, 1997, p. 1). Com a ampliação do perímetro, atingindo “um maior número de imóveis e áreas com uso e ocupação diferenciados”, pretendia-se que a participação dos proprietários de imóveis beneficiados e de empreendedores imobiliários fosse expressiva, “possibilitando um maior retorno não apenas financeiro, mas sobretudo através da retomada da Área Central para a realização de novos investimentos”. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1993, p.3).

Ou seja, neste momento, além de não existirem previsões à participação popular³⁸ no processo de tomada de decisão, o objetivo principal da OUC está diretamente relacionado com os interesses de determinados grupos econômicos e empresariais representados pela AVC que conduz o processo, diante do respaldo explícito da administração municipal que acolhe e institucionaliza estes mesmos interesses desprezando quaisquer interesses sociais que se distanciem dos objetivos da OUC.

Foi diante deste contexto, de disputa de áreas como local de investimento, em que os interesses retornavam à área central, que as ações destinadas à Praça Roosevelt (1997) começaram a ser orientadas pelo estado para reverter o cenário de obsolescência do centro. Neste sentido, a OUC ampliou os limites de sua atuação para além do perímetro tradicional do Centro Histórico, o que implicou a inclusão da Roosevelt e seu entorno imediato nas tratativas para futuras intervenções no âmbito da regeneração urbana da área central.

Por outro lado, diante dos estudos feitos ainda na gestão Erundina, juntamente com a Administração Regional da Sé (atual Subprefeitura da Sé) e a EMURB - formada exclusivamente para analisar os problemas da praça - acreditava-se, neste momento, na impossibilidade de uma intervenção radical, em virtude da falta de recursos públicos. Assim, as ações de intervenção iniciais pautaram-se por ações simples, como limpeza e pintura junto aos espaços livres

³⁸ A gestão participativa e democrática, somente será implementada a partir dos anos 2000 através do *Estatuto da Cidade*, lei 10.257, de 2001, prevista no “art. 2º, II –, gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

conformados pela Roosevelt. Apesar de não resolverem efetivamente o problema que refletia o aumento da pobreza e desigualdade social observados no período, já se considerava um avanço para as políticas públicas da cidade como citou o mesmo vereador na 161ª reunião da CMSP realizada em 16 de maio de 1990:

hoje, finalmente, depois de um ano e três meses, desde a posse de S.Exa. a Sra. Prefeita, passamos pelos baixos do viaduto da Praça Roosevelt, nobre Vereador Pedro Dallari, e vimos que eles estão, finalmente, limpando aquele local. Estão dando uma demão de cal, na verdade e uma coisa mais ou menos grosseira, mas pelos menos estão limpando. Nós clamamos por isso há muito tempo, a cidade está imunda e não custaria nada passar uma demão de cal para tornar mais agradável aos olhos, pelo menos aos visitantes. Nós já estamos nos acostumando com o dia a dia, aqui, que é uma situação que impera na cidade. Desta vez estão fazendo alguma coisa, estão limpando aquele local que estava insuportável até de ver, imaginem o cheiro! De qualquer maneira, não podemos deixar de destacar que, efetivamente, o trabalho começou a ser feito, o que já é uma grande coisa isso e como coceira: o difícil é começar. Depois que começa. Depois que começa vai embora, esperamos.

Em virtude da escassez de recursos que inviabilizava uma possível reconstrução da praça, refletiu-se sobre a inserção de um programa mais atrativo ao seu uso, retomando o uso previsto no projeto original, até então descaracterizado pela gestão de Paulo Maluf (1969-1971): um grande mercado metropolitano em sua área principal, a ser atendido pelo Supermercado Pão de Açúcar que funcionaria 24 horas por dia.

A decisão sobre a implantação do Pão de Açúcar na Roosevelt foi negociada pela AVC ainda no final da gestão Erundina. Já, durante a nova administração Maluf, foram negociadas e, como visto, foi nesta que se iniciaram os procedimentos que oficializaram as parcerias público-privadas e os termos para a operacionalização do PROCENTRO. Em seguida, na gestão de Celso Pitta (1997-2000), aliado político de Maluf e ex-secretário de finanças de sua gestão, a proposta se desenvolveu, sendo efetivada em 1999 no âmbito do PROCENTRO.

Portanto, a Roosevelt passou a ser operada pela iniciativa privada nos moldes de uma parceria público-privada em que a prefeitura cede o espaço para a exploração comercial do grupo investidor e, em contrapartida, este fica responsável pela melhoria na infraestrutura e segurança da praça. Constituiu-se, assim, uma experiência de apropriação pela iniciativa privada no sentido de uma contrapartida que visava a renovação de um espaço público na cidade. Através do decreto

nº 37.835³⁹ de 25 de fevereiro de 1999, foi dada permissão do uso da área junto ao pentágono para a instalação do novo supermercado, visando a reforma da Roosevelt, sem qualquer ônus para a municipalidade, na qual o Pão de Açúcar comprometia-se a arcar com sua manutenção e conservação.

De acordo com o arquiteto Rubem Reis⁴⁰, que desde 1989, na administração Erundina, acompanhou as tratativas junto à Roosevelt como representante da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB)

o Pão de Açúcar, supermercado, sempre foi uma tática deles, sempre se aproveitou da situação de fragilidade da gestão e administração do espaço, sempre procurava através de manobras, oferecer alguma ajuda em termos de intervenção na praça. Neste período quando eu retornei em 1999, o Pão de Açúcar foi mais além, contratou um projeto com o Gasperini, esse projeto foi desenvolvido, mas o projeto do Gasperini mantinha aquela estrutura construída, alterava um pouco o entorno e evidentemente ampliava a área do supermercado. Acabou virando um pequeno shopping. Apesar de nossas críticas, entendendo que área pública não poderia ser privatizada, e a falta de recurso, infelizmente esse projeto do Gasperini foi aprovado no PROCENTRO. Mas esbarrou, e ainda bem, numa questão que era no contrato final para fechar o Termo de Cooperação. A prefeitura pedia que o Pão de Açúcar se responsabilizasse por toda a parte de impermeabilização da praça, e aí nesse momento o Pão de Açúcar já tinha conseguido uma autorização de permanência no espaço, foi prorrogado um pouco mais e acabou falando “não, a impermeabilização não fica por minha conta, a impermeabilização fica por conta da administração”, aí ficou uma situação indefinida. Os próprios moradores achavam que o Pão de Açúcar não seria a melhor alternativa, mas era a única alternativa possível. Porque eles estavam vendo e pela experiência que tinham de longa data, que a administração pública não iria conseguir resolver, intervir, enfim, fazer alguma intervenção na praça melhorando as condições do lugar. (REIS *apud* YAMASHITA; 2013 p. 73)

³⁹ Durante a gestão Pitta, na sequência deste decreto, foram criados ainda o *Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Região da Avenida Paulista* (PROPAULISTA), através do decreto nº 38.578/1999 e o *Programa de Requalificação Urbana e Funcional da Região da Rua Treze de Maio* (PROBIXIGA), por meio do decreto nº 38.505/1999. Diferentemente do decreto nº 37.835/1999 que envolvia um lugar específico na cidade, a Praça Roosevelt e seu “edifício-praça”, estes decretos objetivavam o tecido envoltório como premissa para renovação urbana nestas regiões da cidade.

⁴⁰ *Rubem Reis* é arquiteto e urbanista formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. De acordo com entrevista conduzida por Ramón Stock Bonzi em junho de 2006, Reis atuou por “aproximadamente 20 anos na EMURB (atual SP URBANISMO) como Arquiteto Assessor e Gerente de Intervenções Urbanas na criação, desenvolvimento, acompanhamento e coordenação de projetos públicos. Ele foi o responsável pela concepção geral do novo projeto da Praça Roosevelt. Rubens Reis também atuou como Assessor de Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo para o acompanhamento do projeto executivo e obras da nova sede do Museu de Arte Contemporânea – MAC USP a ser implantado no Parque do Ibirapuera em São Paulo” (LABVERDE, 2006, p. 237).

Após alguns anos de impasse entre a administração municipal e o Pão de Açúcar, ao contrário do acordo firmado no termo de concessão de 1999, o grupo passou a tratar a manutenção da infraestrutura principal da Roosevelt, que em parte comprometia sua própria estrutura física, como de responsabilidade da Prefeitura. Assim, além do impasse e do agravamento da situação de degradação da praça, da obsolescência sentida em seu entorno, e pelo avanço das situações de apropriação impostas pelas territorialidades formadas na “Boca do Lixo”, em 2007 o Pão de Açúcar deixou o local. De acordo com Yamashita (2013, p. 157), juntamente com a saída da escola infantil EMEI Patrícia Galvão em 2008, estes foram os últimos usos, formais e institucionalizados, que a praça teve até sua reforma nos anos 2010.

Além disso, Maluf havia autorizado, por meio do decreto nº 36.389 de 11 de setembro de 1996, a realização de concurso público para elaboração de estudos de recuperação ambiental e revitalização urbana do centro de São Paulo. De acordo com este decreto, Maluf considerava

ser uma tendência mundial a recuperação das áreas centrais e histórica das grandes cidades; considerando o significativo papel que a área central da cidade tem desempenhado ao longo da história; (...) recomendável a participação de todos na busca e no encaminhamento de soluções direcionadas à recuperação ambiental e à revitalização urbana das áreas mencionadas, decreta: Art. 1º - Fica autorizada a realização de concurso público para a elaboração de estudos de recuperação ambiental e revitalização urbana do Centro de São Paulo, abrangendo o Centro Histórico, o Parque D. Pedro II, a Zona Cerealista e o Pátio Ferroviário do Pari. Art. 2º - Caberá à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB através da Comissão Procentro (...) a adoção de providências necessárias à implementação do disposto neste decreto (CÂMARA MUNICIPAL, 1996).

Vale lembrar que neste momento, intensificam-se as pressões feitas pela AVC e as Ações Locais junto ao poder público. Com a inclusão da Roosevelt na relação de obras a serem assistidas pela administração municipal, e em acordo com o decreto de Maluf, que abre caminhos a participação de interessados ao direcionamento de soluções voltadas a recuperação ambiental e à revitalização urbana na área central, inicia-se o preâmbulo relativo à elaboração do primeiro projeto de reforma da praça que visou a reabilitação urbana de seu conjunto arquitetônico e a renovação urbana de seu entorno. A partir deste momento, destaca-se a atuação da EMURB, através do arquiteto e urbanista Rubem Reis, na produção dos primeiros estudos (EMURB, 2004, 2007, 2009) que originaram as recentes intervenções físicas na Praça Roosevelt reinaugurada em 2012.

5.4 De volta à Praça Roosevelt: o Estudo Preliminar da EMURB de 1995

Como ocorre na atualidade, a EMURB (atual SP-Urbanismo⁴¹), trabalha a partir de demandas apresentadas pela administração municipal. Quando acionada, desenvolve ações voltadas a intervenção urbana (estudos e contratação de projetos para sua execução) e diagnósticos voltados ao planejamento urbano do município. Ainda que a EMURB não tenha recebido durante os anos 1990 uma ordem direta da prefeitura quanto ao desenvolvimento de um projeto para a reforma da Roosevelt, o cenário formado pelo clima de otimismo em relação à “volta” ao centro que vinha ocupando espaço desde a gestão Erundina, os conflitos gerados pela arquitetura do “edifício-praça” que dificultavam seu uso junto à uma considerável parcela da população, a pressão junto à Câmara Municipal em prol das melhorias reivindicadas pela sociedade paulistana - sobretudo pela Associação Viva o Centro -, e a possibilidade de se obter investimentos internacionais junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), como veremos a diante, para a promoção de ações de intervenção efetiva junto ao espaço público da praça, levaram a EMURB, na figura do arquiteto Rubem Reis, a desenvolver um estudo preliminar voltado à sua reabilitação (figuras 74, 75, 76 e 77).

Figuras 74 e 75: Proposta de reforma da Praça Roosevelt em 1995.

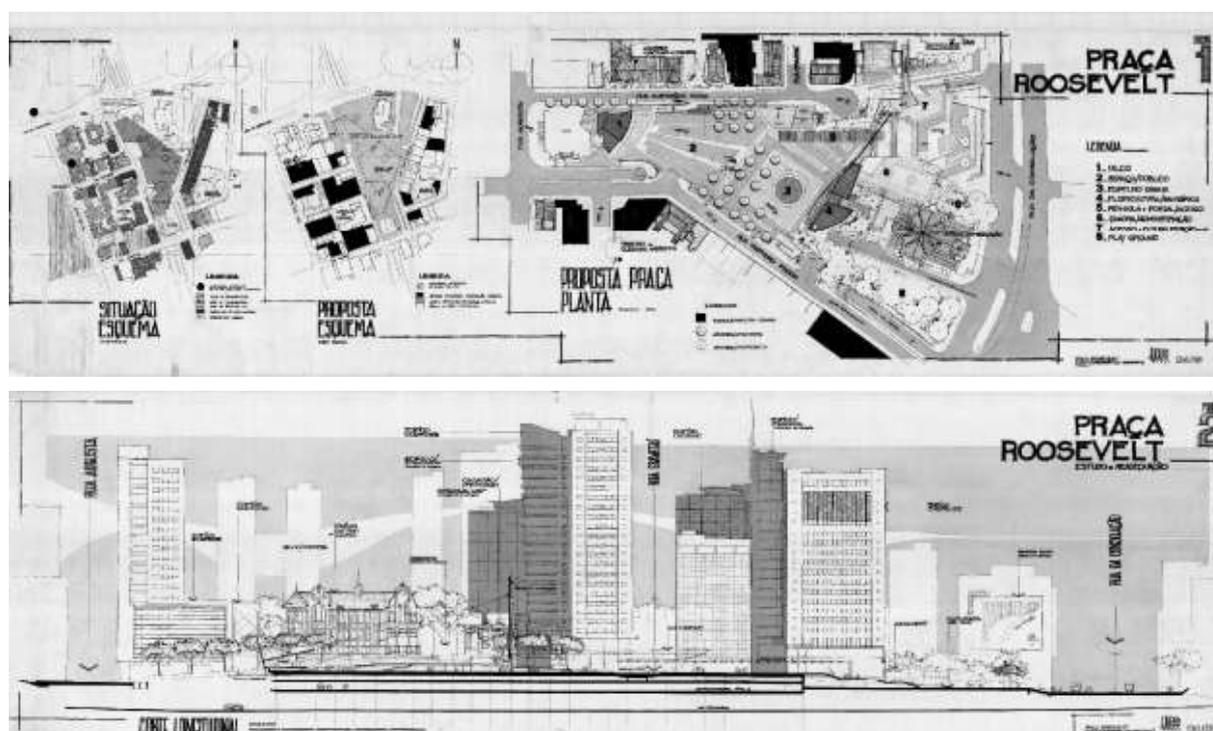


⁴¹ A *São Paulo Urbanismo* (SP-Urbanismo) é uma empresa pública vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Suas atividades iniciam-se em 8 de dezembro de 2009 com a cisão da extinta Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) e publicação da Lei municipal 15.056/2009. Seu objetivo principal é dar suporte e desenvolver ações voltadas ao planejamento e à promoção do desenvolvimento urbano do município para concretização de planos e projetos da Prefeitura de São Paulo. A empresa dispõe de um corpo técnico qualificado e voltado às seguintes competências: concepção, estruturação e acompanhamento da implementação de programas de intervenção urbana, proposição de normas e diretrizes para reordenamento da paisagem urbana, gestão das Operações Urbanas, desenvolvimento de projetos e execução de obras e intervenções com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e outras esferas de governo para a implantação de projetos urbanos. A SP Urbanismo é administrada por uma Diretoria Executiva com atribuições executivas e por um Conselho de Administração com atribuições deliberativas e normativas.



Fonte: Yamashita, 2013.

Figuras 76 e 77: Estudo Preliminar da EMURB 1995.



Fonte: Yamashita, 2013.

De acordo com Reis⁴², o diagnóstico feito pela EMURB ainda na gestão Erundina nos anos 1990 havia decretado a falência da Roosevelt visto os problemas que se acumularam desde 1970. Ao ponto de a Municipalidade ter proposto “a pintura de verde da praça no intuito de tentar

⁴² Em junho de 2013, um ano após a reinauguração da praça que ocorreu em 25 de setembro de 2012, Rubem Reis concedeu entrevista à Revista LABVERDE nº 06. A entrevista foi conduzida pelo jornalista Ramón Stock Bonzi e está disponível no Anexo C da tese.

amenizar a aridez do espaço” nos anos 1980. Além disso, Reis comenta que a “fragmentação do tecido urbano promovida pela implantação da ligação Leste-Oeste não foi recuperada com a implantação da nova praça. Pelo contrário, como indicou o arquiteto

o novo projeto e obra concluída, com os seus vários níveis (lajes e patamares), excessos formais, excessos de massas construídas/ bloqueios visuais e de acessibilidade, junto com os problemas posteriores de gestão/administração da prefeitura acabaram decretando a falência deste espaço em um espaço de 20 anos. A complexidade e a pretensão inicial do projeto fizeram com que este novo espaço assumisse uma dimensão desproporcional com o entorno, criando a necessidade da criação de vários planos para o atendimento do programa que juntamente com o exagero formal das massas construídas acabaram criando vários bloqueios visuais e de acessibilidade dificultando a articulação com as áreas adjacentes. Sendo assim, podemos considerar que o programa e o partido adotado no projeto não foram o mais correto, apesar de ter sido uma experiência que tinha como base conceitos que estavam em vigor na nossa cidade na época: o urbanismo moderno, onde a planificação e a racionalização exacerbada do uso e ocupação do solo prevaleciam (ANEXO D, 2013, p. 248).

Diante do diagnóstico da EMURB e no sentido de explicar as premissas iniciais que envolveram o projeto de reabilitação da praça, Reis informou que

a administração municipal nunca teve uma clareza em termos de programa para o referido lugar, ao contrário, a praça sempre foi um problema que ficava passando de mãos em mãos de vários órgãos da administração, gerando, desta forma, uma grande dificuldade na formulação de um programa. Sempre com dificuldades ligados à falta de recursos e à indefinição em relação aos locatários que se encontravam na praça (ANEXO D, 2013, p. 249).

Ou seja, além da necessidade de ações voltadas a reabilitação do espaço público da praça, coexistia a necessidade de reordenar sua paisagem urbana no sentido de criar de fato uma praça que permitisse o convívio e resolvesse os problemas de gestão, observados durante a gestão Erundina, que contribuíssem para sua degeneração. No sentido de exemplificar este cenário, Reis⁴³ explicou que

na Erundina, foi o momento em que eu também entrei na EMURB e aí foi criada uma comissão para estudar os problemas da praça. Essa comissão era intersecretarial, formada pela Secretaria de Esportes, Secretaria de Turismo, Secretaria de Saúde, Subprefeitura da Sé, a antiga Administração Regional na Sé, que hoje é a Subprefeitura da Sé. Mais uma ou outra secretaria que eu não me lembro e a EMURB, que era a empresa que vinha já há algum tempo estudando alternativas para a praça e também era uma das responsáveis pelos espaços da praça, como o estacionamento. Em termos de gestão, esse também foi um grande problema. Porque dentro da própria administração, nenhum órgão queria ter essa responsabilidade de gerir a praça. Então, um tempo ficou com a São Paulo Anhembi antes, que seria a SP Turis antigamente, aí da SP Turis passou para EMURB, a EMURB passou para CET, a CET... enfim, a CET ficou com uma parte, a EMURB

⁴³ Refere-se aqui a entrevista conduzida por Kelly Yumi Yamashita, concedida em 07 de janeiro de 2013 no âmbito de sua pesquisa destinada à dissertação de Mestrado, nomeadamente *“Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas”*, junto ao Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo de da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

ficou com os estacionamentos, aí voltou para a Subprefeitura. Dentro da própria administração, sempre entendeu que a praça era um problema e ninguém queria ter essa responsabilidade. Sem falar que, dado ao fracionamento da ocupação dos espaços da praça, todo mundo ocupava um pedacinho, um cantinho, e ninguém se identificava com a proposta em comum da praça como um todo. Cada um resolvia seu espaço. Isso foi na época Erundina, isso foi detectado (YAMASHITA, 2013, p. 363).

Portanto, a reabilitação surge como medida voltada a viabilizar investimentos em futuras manutenções facilitando a atribuição da responsabilidade da gestão dentro do colegiado municipal. Além disso, ainda de acordo com o arquiteto, a proposta estava alinhada às reivindicações que os estudos da EMURB apontavam desde o início da década de 1990.

algumas pesquisas feitas periodicamente na área (...) indicavam a necessidade de mais verde, de espaço aberto, de espaço sem bloqueios, com acessibilidade, a permanência de algumas atividades, como por exemplo, as floriculturas, que eram tradicionais, a permanência dos postos de polícia e da guarda metropolitana, a necessidade de um elemento dinamizador do espaço. (...) A necessidade de ter espaço para os animais nos moldes da Praça Buenos Aires e espaço aberto para as pessoas. Espaços contemplativos, de circulação e até eventualmente cooper. Não existia, não foi discutido, apesar de ter surgido em alguns momentos essa demanda, espaços específicos para quadras de esporte. Porque nós havíamos entendido que por estar próximo a um grande conjunto de residências, o barulho poderia incomodar. O espaço seria aberto para eventuais atividades ao ar livre e até aglomerações pessoas, mas de forma eventual (YAMASHITA, 2013, p. 364).

Contribuindo com as ideias de renovação urbana da área central iniciada na gestão Maluf, o Estudo Preliminar desenvolvido por Rubem Reis sob coordenação do arquiteto José Eduardo de Assis Lefèbvre através da EMURB foi lançado oficialmente em 1995 e indicava a demolição do “excesso da massa construída e o desenvolvimento de uma nova intervenção” que consistia numa ação voltada a reabilitar os espaços públicos da praça, em contrapartida ao insucesso das obras empreendidas entre a época de inauguração da Roosevelt nos anos 1970 e os anos 1990 que, de acordo com o arquiteto e urbanista, “acabaram não surtindo efeito”: tais como a pintura e limpeza das áreas livres.

Esta proposta surge após uma série de intervenções que acabaram não surtindo efeito. Neste momento entendemos que não tínhamos mais espaço para soluções paliativas de gestão e/ou melhorias, a proposta era encarar de frente o real problema da Praça, ou seja, ela mesma – De uma certa forma, esta proposta de demolição dos excessos já contava com o senso comum dos técnicos da administração e dos especialistas da sociedade civil e de grande parte da população (ANEXO C, 2013, p. 247).

Em resumo, o Estudo Preliminar para a reforma da Praça, no que toca a relação com o entorno, adotou o mesmo partido desenvolvido por Roberto Coelho Cardoso. Primou por uma melhor articulação da praça com a rua da Consolação integrando-se aos terrenos dos edifícios públicos do entorno. Por outro lado, ao considerar a demolição das estruturas superiores aos níveis de estacionamento, que reestabeleceria o “vazio” da praça em aproximação à sua topografia original, abriu-se caminho a implantação de um novo paisagismo e uma alameda, composta com

um desenho realçado pelos acabamentos do piso, que articularia a Escola com a Igreja e a Consolação. Neste percurso, Reis previa a instalação de um telecentro com programas educativos e culturais voltados aos jovens da metrópole. Junto aos teatros, foram criadas escadarias que serviriam de arquibancadas e, em outros pontos, foram adicionadas rampas para garantir acessibilidade.

Contudo, em relação ao concurso fomentado por meio do decreto nº 36.389/1996 na gestão Maluf, de acordo com Yamashita (2013, p. 148-149),

a hipótese do concurso teria sido descartada em função de três fatores principais: em função da complexidade de elaboração do edital; dos problemas que poderiam surgir diante das proposições que não demonstrassem experiência no trato das questões relativas à gestão dos espaços públicos da cidade de São Paulo; pelo carácter midiático de referências externas que tais propostas carregam.

Ainda que estivessem sendo negociados com o BID futuros empréstimos voltados às intervenções de grande porte eleitas pelo PROCENTRO, o Estudo Preliminar de 1995 ficou “engavetado” na EMURB, sendo apresentado por Reis sempre que se discutia alguma nova proposta para Roosevelt. O projeto somente foi retomado e viabilizado para sua execução nas administrações de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2008).

5.5 O “grande investidor”: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Ainda no final da gestão Paulo Maluf (1993-1996) deram-se início às tratativas com o BID para conseguir um financiamento específico para a recuperação do centro da cidade de São Paulo. Em um documento preliminar enviado à Comissão de Financiamentos Externos do Ministério de Planejamento (COFIEEX), foram considerados os pressupostos, objetivos e estratégias do PROCENTRO.

Posteriormente, como aponta Tsukumo (2007, p. 16),

reforçando esse primeiro material, foi enviada uma carta-consulta em maio de 1997 (...), com o detalhamento das intervenções propostas, organizadas em 4 eixos de ação: (A) Informação e Gestão Urbana; (B) Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental; (C) Infraestrutura; e (D) Revitalizações Urbanas. Foi apresentado um cronograma físico-financeiro de 4 anos para implementação do programa, prevendo um investimento total de US\$ 200,74 milhões, sendo 50% (US\$ 100,32 milhões) de financiamento e 50% de recursos do Tesouro Municipal.

Entretanto, foi na gestão Marta Suplicy (2001-2004), por meio do *Programa Ação Centro*, que se iniciam as tratativas para a obtenção de recursos que viabilizassem ações de reabilitação,

renovação e requalificação da área central, nos moldes da regeneração urbana. Formulado a partir da aplicação de verbas captadas através de financiamento com o BID, abrem-se caminhos às intervenções de requalificação em espaços públicos como a Roosevelt. Neste momento, a proposta de reabilitação surge como prioridade na agenda da nova administração, aquecendo as expectativas de alguns setores da sociedade, como os movimentos populares, grupos técnicos e acadêmicos que lutavam por uma cidade mais justa e democrática, ao reivindicarem uma política inclusiva de recuperação do centro que não repetisse os “processos históricos de exclusão” que desde algumas administrações anteriores se observava (BONDUKI, 2001, p.3).

Ao assumir a prefeitura em 2001, num cenário de intensas disputas, Marta Suplicy herdou os direcionamentos já realizados para a obtenção do empréstimo junto ao BID, dando continuidade aos seus compromissos de campanha ao priorizar a recuperação do centro, sobretudo no aspecto relacionado à moradia, que resultou no programa *Morar no Centro* (2000-2004). O programa resultou, entre outras ações, no *Concurso Habita Sampa* (2004), que foi a primeira experiência, com exceção das iniciativas adotadas junto à administração Erundina em relação aos cortiços, também retomados na gestão Marta, em que o caráter social de fato esteve presente em ações voltadas a intervenção na área central de São Paulo.

Na administração Marta Suplicy foi criada a *Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central* (PROCENTRO)⁴⁴, por meio do decreto nº 40.753 de 19 de junho de 2001, revogado pelo decreto nº 44.089 de 10 de novembro de 2003. Aqui, institui-se o *Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo* e a *Coordenação Executiva Ação*

⁴⁴ A *Coordenadoria de Programas de Reabilitação da Área Central* era composta em 2001 pelas seguintes entidades: Secretaria de Implementação das Subprefeituras (SIS), Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB), Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPULA), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), Secretaria Municipal de Transporte (SMT), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Secretaria de Infraestrutura Urbana (SIURB), Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico (SF), Secretaria dos Negócios Jurídicos (SJ), Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S/A, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), Caixa Econômica Federal (CEF), Associação Viva o Centro (AVC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Instituto de Engenharia de São Paulo (IE), Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP), Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SINDUSCON/SP), Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (SECOVI/SP), Sindicato das Empresas de Propaganda Exterior do Estado de São Paulo (SEPEX/SP), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), União dos Movimentos de Moradia (UMM), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH), Fundação Projeto Travessia (FTP), Associação União das Mulheres (AUM), União de Mulheres do Município de São Paulo (UMMSP).

Centro, junto à Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), bem como cria o Grupo Técnico – Agência de Desenvolvimento do Centro de São Paulo, vinculado à Diretoria de Desenvolvimento da EMURB. Juntos, estes órgãos ficaram responsáveis por discutir ações na área central no âmbito de sua reabilitação, renovação e requalificação, contando, para além dos técnicos e representantes do governo e da sociedade representada pela Associação Viva o Centro, com grupos compostos por movimentos sociais, acadêmicos e entidades a favor de uma cidade para todos.

Dado o pouco recurso que o município tinha para investir em infraestrutura e em grandes intervenções na área central da cidade, a nova administração tinha no financiamento do BID uma das únicas fontes de recursos para investir. Somava-se a isso o contexto de crise fiscal herdada dos regimes militares desde os anos 1980, os limites de endividamento dos municípios frente a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), bem como as tratativas já negociadas com os setores do mercado imobiliário durante as gestões Maluf e Pitta em torno de um financiamento externo.

Na esteira dos processos de regeneração urbana latino-americanas, o BID apresenta como “missão” a garantia de que as famílias “residentes nas cidades da América Latina e do Caribe tenham acesso aos benefícios da urbanização sustentável e produtiva”. O banco apoia “intervenções e estudos nas áreas de infraestrutura e serviços, habitação, habitat e governança em áreas urbanas”.

De acordo com o BID, a instituição possui como foco de atuação:

melhorar o acesso a infraestrutura e serviços urbanos de qualidade, incluindo apoio a assentamentos informais; promover o acesso universal à habitação de qualidade, suprimindo as lacunas quantitativas e qualitativas; aumentar a resiliência das cidades, protegendo os ambientes urbanos naturais e construídos e seu patrimônio cultural único; fortalecer a governança e a capacidade das instituições nacionais e subnacionais, com vistas a melhorar o planejamento urbano, gestão, coordenação e participação cidadã, especialmente nas áreas metropolitanas; promover o desenvolvimento econômico local e auxiliar nas soluções de finanças urbanas⁴⁵.

⁴⁵ Informação disponível no site do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), disponível em <https://www.iadb.org/en/sector/urban-development-and-housing/overview>, acessado em 24/09/2022.

Neste sentido, o banco apoia ações destinadas a reabilitação, renovação e requalificação urbana por meio de intervenções aplicadas às áreas de infraestrutura e serviços, habitação, habitat e governança em áreas urbanas que estejam alinhadas com as seguintes prioridades:

aumentar o acesso e a qualidade da infraestrutura e serviços urbanos, tanto em bairros formais como informais; apoiar o acesso universal à habitação de qualidade, atuando em toda a cadeia de valor da habitação; melhorar o habitat urbano e prevenir sua degradação, revalorizando o patrimônio histórico das cidades e prevenindo impactos ambientais adversos; fortalecer a capacidade de governança das instituições locais, apoiando a participação cidadã e a coordenação metropolitana⁴⁶.

Um dos principais critérios do banco para a liberação de recursos por meio de financiamentos voltados a intervenções que visam o desenvolvimento urbano e a habitação, está na “clareza e conteúdo” dos documentos da licitação, meio pelos quais a prefeitura informa ao BID todos os requisitos e condições referentes à licitação proposta que, neste caso, deveriam estar de acordo com o documento referencial “*Políticas Básicas e Procedimentos de Aquisições do BID*” de 1995, ano que se iniciaram as tratativas junto ao banco pela gestão Maluf.

De acordo com este documento referencial (1995), o processo de licitação deveria conter documentos que descrevessem “detalhadamente os requisitos em matéria de obras ou bens e serviços conexos a ser prestados e não devem incluir requisitos que dificultem a participação de empreiteiros qualificados”, além de “indicar com clareza os critérios que serão utilizados na avaliação e comparação das ofertas”. O nível de detalhe e a complexidade dos documentos poderiam variar de acordo com a natureza da licitação, mas geralmente incluirão: o edital de licitação; instruções aos licitadores; formulários de licitação; requisitos de garantia; um modelo de contrato; especificações técnicas; uma lista de bens ou quantidades; e, quando pertinente, uma tabela de preços.

Ao analisar os documentos encaminhados ao BID, observou-se que para obter o financiamento, a prefeitura teve que adequar o termo inserido no título do seu programa, inicialmente nomeado “*Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo*”, criado pelo decreto nº 33.389 de 1993. Na gestão Marta Suplicy, onde de fato as tratativas com o BID começam a materializar-se, o documento Aviso Geral de Aquisições nº IDB254-

⁴⁶ Informação disponível no site do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), relativo ao setor de desenvolvimento urbano e habitação. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/sectores/desarrollo-urbano-y-vivienda/perspectiva-general>, acessado em 24/09/2022.

611/03 relativo à proposta de empréstimo nº BR-0391 aprovada pelo banco em 31 de julho de 2003 descreve no título “*Programa de Reabilitação do Centro de São Paulo*”. Já na fase de finalização e assinatura do contrato nº 1479/OC, firmado em 01 de outubro de 2003, o título do programa foi novamente alterado para “*São Paulo Downtown Renewal Program (PROCENTRO)*”⁴⁷

Portanto, além de alinhar-se aos termos utilizados pelo banco para a liberação de recursos através de financiamento, o documento firmado em outubro de 2003 apresentou como objetivo a promoção o crescimento econômico e social com “diversidade” no centro de São Paulo, com o propósito de estimular o desenvolvimento e criar condições que atraíssem e apoiassem atividades compatíveis com o centro metropolitano, fomentando renovação urbana, qualidade ambiental e integração social através de grandes áreas de atuação do programa de renovação da área central: reversão da queda do valor dos imóveis no centro da cidade, transformação do perfil econômico, restauração do ambiente urbano, melhoria do transporte urbano e circulação, e o fortalecimento institucional da a municipalidade, com uma estimativa total de investimentos diretos na ordem de 158,6 milhões de dólares.

Fica evidente, desta forma, qual foi o componente de maior interesse dos representantes da Associação Viva o Centro, que vinha atuando intensamente no processo de regeneração urbana desde o início dos anos 1990, bem como acenava para os movimentos sociais em prol do programa Morar no Centro. A reversão do declínio nos valores dos imóveis no centro e recuperação da função residencial, receberia cerca de 28,9 milhões de dólares e incluiu três subcomponentes:

- (i) preparação de propostas para regulamentos de desenvolvimento urbano: serão financiados contratos para preparar planos diretores das Delegacias da Sé e da Mooca para fornecer a estabilidade ambiente regulatório necessário para que os investidores imobiliários retomem investir em edifícios residenciais e não residenciais para serviços indústrias; (ii) investimentos para financiar obras estratégicas para reabilitar grandes áreas urbanas que levarão a uma mudança no uso do núcleo central; e (iii) o “Morar no Centro” [Downtown] que financiará: (a) reabilitação de edificações de uso residencial para famílias de baixa renda, por meio de arrendamentos com opção de compra; (b) habitat abrangente zonas de reabilitação para melhorar certos blocos em degradados distritos da área central; (c) um programa piloto para aluguel de baixo custo habitação com base na recuperação de edifícios abandonados para beneficiar famílias e indivíduos de muito baixa renda; (d) temporário moradia para famílias em situação de rua, ao mesmo tempo em que recebem assistência em encontrar uma solução de habitação permanente; (e) desenvolvimento urbano de favela, com ação social, incluindo a construção de moradias para pessoas que precisam ser reassentadas; e (f) um estímulo de demanda

⁴⁷ “*Programa de Renovação do Centro de São Paulo*”, tradução do autor.

programa para famílias pioneiras interessadas em morar no centro da cidade *tradução do autor*⁴⁸.

Também se destaca a restauração do ambiente urbano que possuía a estimativa de investimentos na ordem de 62,9 milhões de dólares. Esta componente apoiou ações para melhorar a manutenção por meio da reabilitação e renovação dos espaços públicos e monumentos e edifícios degenerados através de:

(i) gestão das operações e manutenção, que inclui o desenvolvimento e a introdução de instrumentos modernos para gerenciar equipamentos, infraestrutura e espaços urbanos públicos; (ii) requalificação dos espaços públicos, que inclui obras de reabilitação de infraestruturas urbanas e áreas e a reorganização de ruas comerciais especializadas; (iii) reabilitação de edifícios, incluindo edifícios históricos; (iv) obras de controle de enchentes, como a construção de bueiros e lagoas de detenção de cheias; e (v) gestão de resíduos sólidos, incluindo a reciclagem de entulhos de construção, triagem de lixo e projetos de limpeza (BID, 2003. *tradução do autor*)⁴⁹

5.6 A praça da política: tratativas para a reforma da Praça Roosevelt (2006-2012)

Como vimos, especificamente em relação à Praça Roosevelt, seu espaço público e entorno foram incluídos nos termos do PROCENTRO como projeto de “*Requalificação Urbana da Praça Roosevelt*”, figura 78, por meio do decreto nº 37.835 de 1999. A administração Marta Suplicy conheceu o *Estudo Preliminar* de 1995, desenvolvido pela EMURB, o que permitiu definir já no

⁴⁸ Tradução do autor a partir do trecho original “*Reversal of the decline in downtown property values and recovery of the residential function* (US\$28.9 million), which includes three subcomponents: (i) preparation of proposals for urban development bylaws: contracts will be financed to prepare master plans for the Sé and Mooca Precincts to provide the stable regulatory environment needed for real estate investors to resume investing in residential and nonresidential buildings for service industries; (ii) investments to finance strategic works to rehabilitate large urban areas that will lead to change in use of the downtown core; and (iii) the “Morar no Centro” [Live Downtown] program which will finance: (a) rehabilitation of buildings for residential use for low-income families, through leases with the option to buy; (b) comprehensive habitat rehabilitation zones to improve certain blocks in run down districts in the central area; (c) a pilot program for low-cost rental housing based on the reclamation of abandoned buildings to benefit very low-income families and individuals; (d) temporary housing for street families, while they are given assistance in finding a permanent housing solution; (e) urban development of a slum, with social action, including the construction of housing for people who have to be resettled; and (f) a demand stimulus program for pioneer families interested in living downtown” (BID, 2003).

⁴⁹ Tradução do autor a partir do trecho original *Restoration of the urban environment* (US\$62.9 million). This component will support actions to improve maintenance and upgrade public spaces and dilapidated monuments and buildings. The following will be financed: (i) management of operations and maintenance, which includes the development and introduction of modern instruments to manage equipment, infrastructure and public urban spaces; (ii) upgrading of public spaces, which includes works to rehabilitate urban infrastructure and green areas, and the reorganization of specialized commercial streets; (iii) rehabilitation of buildings, including historic buildings; (iv) flood control works, such as the construction of storm drains and flood detention ponds; and (v) solid waste management, including recycling construction debris, trash sorting and urban cleaning projects (ANEXO E, 2003, p. 2).

contrato nº 1479/OC firmado em 2003, os pontos da proposta para a reforma da praça com a reserva de recursos voltados a reabilitação, renovação e requalificação urbana, descrita através dos termos: “*Rehabilitation of public space Praça Roosevelt*” e “*Redevelopment of Praça Roosevelt*”⁵⁰.

Figura 78: Estudo Preliminar da EMURB aprovado em 2006.



Fonte: Yamashta, 2013.

Deste modo, a Licitação Pública Nacional (LPN) definida no Aviso Geral de Aquisições nº IDB254-611/03 que gerou o contrato nº 1479/OC, indicou a “contratação de obras de recuperação ambiental e urbana da praça, contemplando a execução de obras civis e melhoria de infraestrutura e paisagismo. A intervenção específica de reabilitação na Roosevelt, com o início das obras para a demolição das estruturas existentes acima das lajes de estacionamento, figura 79,

⁵⁰ Respectivamente: “*Reabilitação dos Espaços Públicos da Praça Roosevelt*” e “*Requalificação Urbana da Praça Roosevelt*”, tradução do autor.

estava prevista para o primeiro semestre de 2004 e tinham um custo estimado de 1,142,857.00 dólares americanos de acordo com o cronograma físico-financeiro encaminhado ao BID.

Figura 79: Início da reforma da Praça e demolição das estruturas em 2010.



Fonte: Acervo do autor extraído do Acervo Estadão online em 2022.

Apesar do encaminhamento da proposta para a Roosevelt ter sido feita na gestão Marta Suplicy, somente na gestão Serra (2005-2006) e Kassab (2007-2013) é que, de acordo Rubem Reis (ANEXO C, 2013, p. 249) a “licitação e o início das obras tiveram início, culminando com a inauguração do novo espaço em 2012”.

Neste período, o então prefeito dá início a um processo de revisão de todos os trabalhos desenvolvidos na gestão Marta Syplidy e interrompe uma série deles como o próprio Ação Centro. Em sua “escalada” rumo à presidência, em 2006, José Serra deixou o cargo na prefeitura para disputar as eleições para governador. Eleito, José Serra assumiu a gestão estadual em 2007, deixando-a em 2010 para concorrer às eleições, paralelo às reformas⁵¹ da Praça da Sé e da

⁵¹ Entre 2006 e 2007 foram reformas duas importantes praças na área central: a *Praça da Sé* e a *Praça da República*. De acordo com Andrea Matarazzo, então secretário de Coordenação das Subprefeituras e subprefeito da Sé as

República. Visando a reabilitação urbana do conjunto para reestabelecer os visuais e imprimir novos usos na praça, o principal item da reforma consistiu na demolição e retirada das estruturas de concreto acima das lajes de concreto, o que provocou diferentes pontos de vista sobre esta decisão.

O ex-prefeito Paulo Maluf, na época deputado federal por São Paulo, manifestou-se contrário à ideia de demolir a praça por acreditar que “esse país não tem orçamento para demolição. O orçamento tinha que ser para gerar emprego e para construção. Sou contra, contra”. Além disso, Maluf justificou: “onde é que está a verdade, naquele arquiteto que projetou há 40 anos ou no arquiteto que quer hoje demolir para ganhar eventualmente algum honorário. Não, nós temos que construir, não temos que demolir nada” (ANEXO A, 2009, p 232).

A citação revela uma contradição entre o desejo de aplicar modelos internacionais em relação as práticas de intervenção propostas por Maluf para a área central, manifestadas pelo decreto nº 36.389/1996, em relação ao discurso de 2009, quando de fato as intervenções de reabilitação urbana iriam ser desenvolvidas na praça. Talvez, por ele mesmo ter alterado o projeto inicial momentos antes de sua inauguração em 1969, pelas críticas de corrupção durante as obras da Roosevelt e do Elevado Costa e Silva, e na sequência do decreto nº 36.389/1996 ter negociado junto a Associação Viva o Centro (AVC) uma parceria público-privada com o Grupo Pão de Açúcar para a instalação de um supermercado junto às estruturas que já neste estudavam ser demolidas, de acordo com o Estudo Preliminar da EMURB de 1995, Maluf mantivesse um velado “apego” pela praça.

Gualberto Costa, ou “Gual”, proprietário da Livraria HQ Mix, localizada no entorno da praça em 2008, “diz que foi um projeto experimental, de como fazer uma praça que não pudesse concentrar pessoas e, conseqüentemente, concentrar ideias e virar a coisa que acabou virando, né? A gente retomou a nossa democracia, indo para as ruas, indo para as praças, nas Diretas Já” (ANEXO A, 2009, p 232).

Do lado oposto, o depoimento de Maluf diz que “(risos) seria absolutamente incrível que alguém pudesse ter um tipo de visão que o projeto lá foi feito para impedir manifestação popular.

intervenções nas praças tinham como objetivo melhorar a circulação e a visibilidade e foram viabilizadas através de investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento” no sentido de “ampliar o interesse turístico na região”. Assim, a Praça da Sé, recebeu investimentos de R\$ 4,1 milhões, já a Praça da República investimentos de R\$ 3,1 milhões (<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/se/noticias/?p=1466>),

O Brasil tem 8,5 milhões de km², onde você pode fazer manifestação popular. Onde você quiser, não precisa, não precisa ser especificamente na Praça Roosevelt” (ANEXO A, 2009, p 232).

De fato, como aponta Hugo Possolo, diretor no Espaço Parlapatões, localizado no número 158 da praça desde o início dos anos 2000, “do outro lado da praça, na Rua Guimarães Rosa, tem uma escola que hoje é o Caetano de Campos, que era sede da Secretaria de Educação naquele período. Então, o que acontecia? Os estudantes iam para a frente da secretaria fazer essas manifestações”. Ou seja, a estrutura da praça impedia manifestações em seu entorno devido sua estrutura ocupar boa parte do espaço livre, além da própria censura imposta pelo regime da época representar a grande repressão. Por outro lado, Possolo comenta que “ali é uma queda de um muro. Falam tanto na queda do Muro de Berlim, São Paulo precisava derrubar o seu muro de Berlim. Precisava derrubar esse pensamento antigo... esse projeto” (ANEXO A, 2009, p 233).

Em relação ao projeto de arquitetura da praça desenvolvido no final dos anos 1960, segundo aponta Sun Alex, em seus estudos⁵² sobre os contextos e cenários que possivelmente conduziram o projeto de arquitetura da praça do final dos anos 1960, diz que

a ditadura, em si, no desenho da Praça Roosevelt, não vejo nenhuma evidência tão clara como essa evidência do paisagismo moderno americano aplicada ao espaço público. Onde dá preferência ao automóvel, onde dá vazão a esse comportamento cultural americano, que quer ir a um espaço público para se isolar, não para o encontro, mas para o isolamento (ANEXO A, 2009, p 234).

Para Ignácio de Loyola Brandão, escritor e ex-morador do entorno da praça, “não tem nada a ver com ditadura. Eu acho que tem que ver com burrice, tem a ver com burrice. Não dá para culpar a ditadura de tudo, não. Burrice. O poder público é burro e age movido por interesses financeiros, econômicos etc. Acredito muito mais em interesse escusos por trás daquilo” (ANEXO A, 2009, p 233).

De todo modo, a reclamação de grande parte da população relacionava-se ao aspecto deteriorado do grande “edifício-praça” que obstruía a relação entre os lados opostos da praça, impedindo que aí se manifestassem as relações de convívio cotidianos experimentados em outras

⁵² Sun Alex é autor do livro “*Projeto Da Praça: Convívio e Exclusão Do Espaço Público*” publicado pela Editora Senac pela primeira vez em 2008 e que consiste no desenvolvimento de sua Tese de Doutorado defendida em 2006 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Alex foi orientado por Miranda Magnoli, formada nas primeiras gerações de paisagistas da FAUUSP, e foi aluna do paisagista Roberto Coelho Cardozo, nos anos 1960. O livro de Sun Alex foi publicado no mesmo ano do documentário “*Roosevelt: uma praça além do concreto*”.

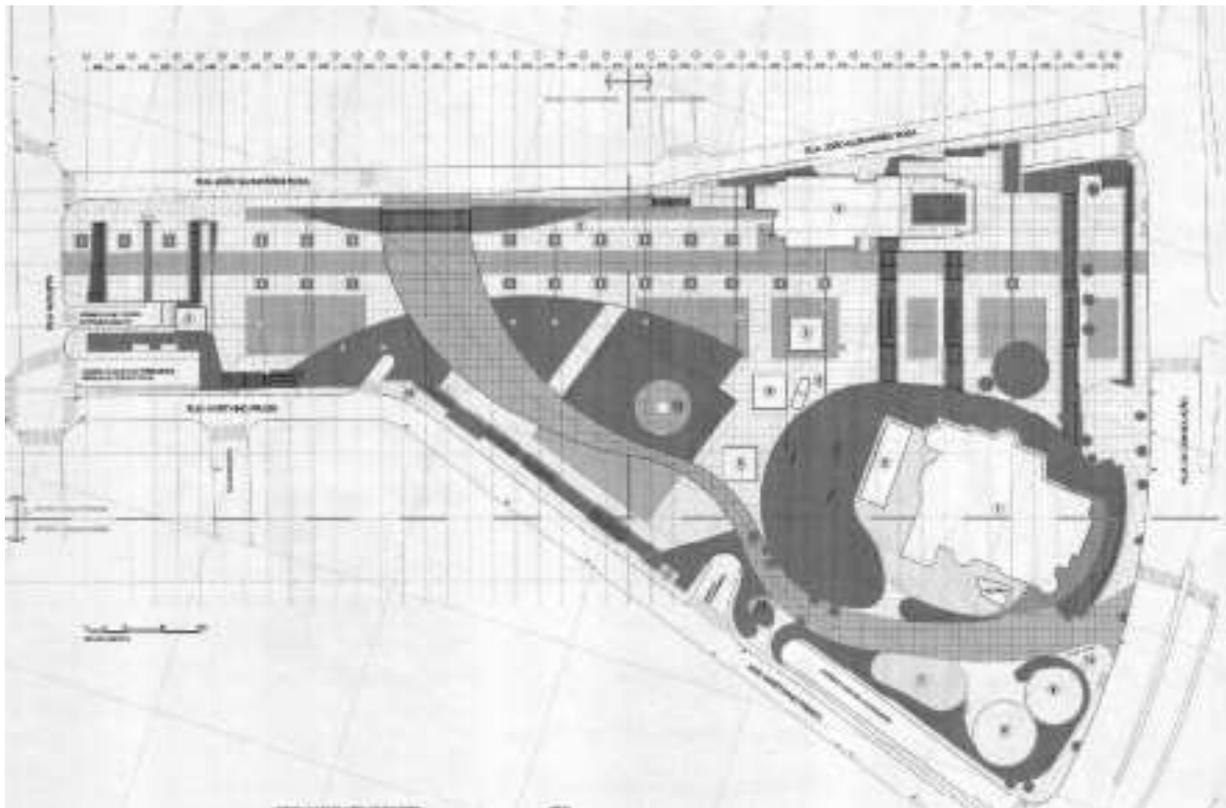
praças do entorno, como observou Dulce Muniz, atriz, dramaturga e diretora do Teatro Studio localizado no número 184 da praça e que a conheceu antes do projeto de 1968:

sou completamente favorável à demolição. Isso não é uma praça. Eu quero ver o outro lado. A praça é um espaço onde todo mundo se encontra. Aí não tem jeito. Isso já nasceu errado e cheio de catacumba, cheio de reentrâncias e molhado. Não adianta. Por mais que você fale, que você possa fazer um tipo de recuperação, não há possibilidade. A infiltração é de 40 anos, entendeu? Então, isso tem que virar uma praça para todas as crianças poderem entrar. E aí, se quiser fazer refeitório, façam, enfim, mas enquanto tiver este edifício a separar as partes da praça, não se pode falar em praça. Então sou completamente favorável à demolição e não compreendo, não compreendo o pensamento que diz que isso aí é um bem público. Isso não é. Isso é um mal público. E eu odeio, como o projeto arquitetônico e urbanístico, mesmo porque, o que era? A praça era um ponto de encontro, era um espaço, era uma coisa aberta, virou uma coisa fechada, virou uma coisa sufocante. A própria igreja desapareceu. (ANEXO A, 2009, p 232, grifo nosso).

As diferentes falas reunidas no documentário transcrito para a tese (ANEXO A), revelam opiniões opostas em relação à reabilitação da estrutura da praça. Entretanto a grande maioria acreditava serem pertinentes os caminhos adotados pela prefeitura em seu projeto de reforma para a Roosevelt. A reabilitação do seu espaço físico no âmbito das propostas para área central de São Paulo era estratégica por tornar o centro mais atraente a novos investimentos e negócios.

Neste sentido, em 2008 a prefeitura, através da EMURB, atual SP urbanismo, contratou o escritório Figueiredo Ferraz Consultoria e Engenharia de Projetos S.A. para desenvolver o projeto executivo, figura 80. O engenheiro civil José Carlos de Figueiredo Ferraz, que havia desenvolvido os projetos executivos para a praça entregue em 1970, foi escolhido pela administração de forma estratégica, por sua familiaridade com a obra, sobretudo pela necessidade de solucionar as patologias geradas pelos problemas estruturais e infra estruturais percebidos na Roosevelt.

Figura 80: Projeto Executivo de reforma elaborado pela equipe Figueiredo Ferraz em 2008.



Fonte: SP Urbanismo, 2020.

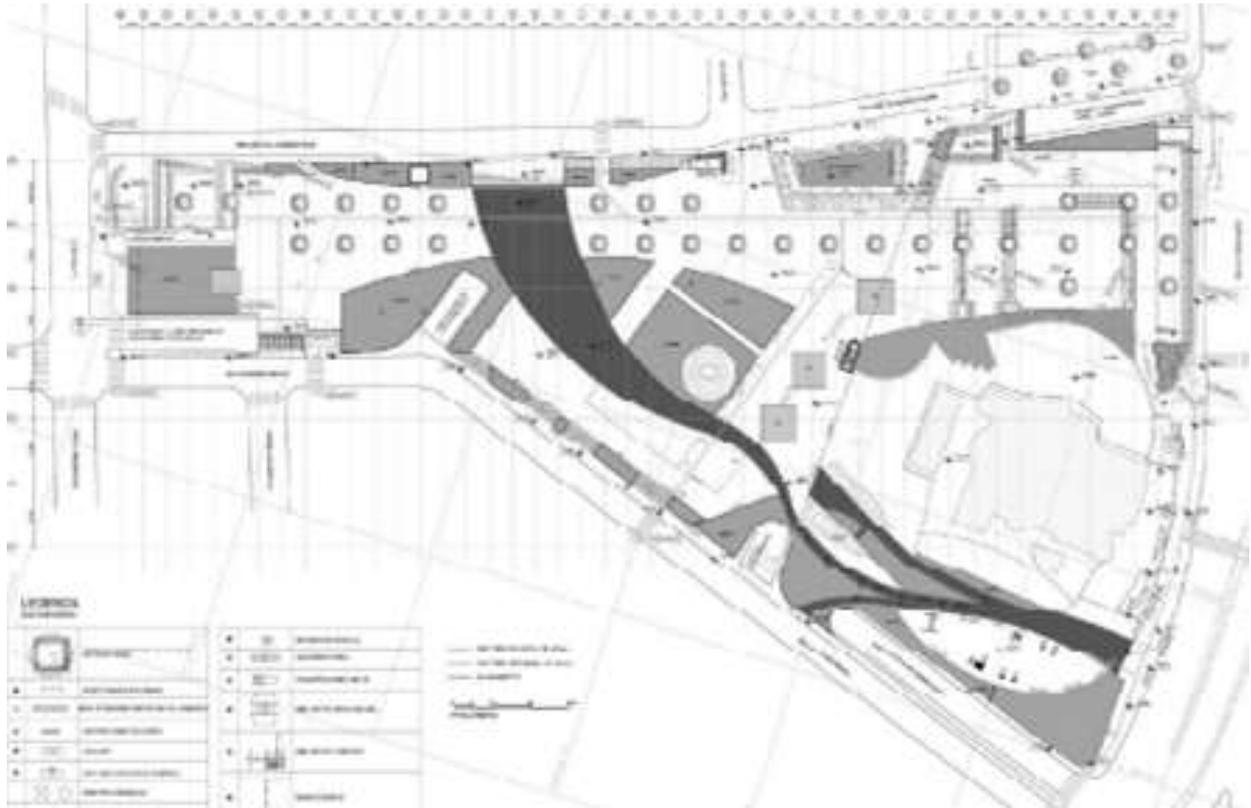
Em 2008, quando se iniciaram as tratativas para o início da obra, de acordo com Pastorello, já se falava entre 40 e 50 milhões.

A praça vai passar por uma reforma prevista de 18 meses de duração após seu início. Nós imaginamos que o início dela deve ocorrer entre dezembro e janeiro, dezembro deste ano e janeiro do ano que vem. É uma obra que vai ser administrada e contratada pela EMURB, com financiamento do BID e estimada em 40 a 50 milhões de reais (ANEXO A, 2008, p 231).

Posteriormente, em 2010, por ocasião do início da obra e com a transferência de gestão de José Serra para Gilberto Kassab, onde houve um redirecionamento das verbas entre outras ações de intervenção na área central, foi contratado o escritório Borelli & Merigo para desenvolver novas atualizações ao projeto e desenvolver um novo projeto executivo final para a efetiva reforma da praça, figura 81.

Ocorre que por ocasião da obra, a prefeitura quis modificar este projeto. As modificações foram: eliminação do edifício do Telecentro, aumento dos edifícios do guarda civil metropolitana e da polícia militar, área para o chamado cachorródromo e rotas de fuga para os dois subsolos. Além disto, havia ajustes e correções necessárias em uma reforma deste porte. Este novo projeto foi concebido pela Borelli & Merigo em acordo com as exigências da prefeitura. (ANEXO D, 2013, p.231).

Figura 81: Projeto Executivo Borelli & Merigo 2012.



Fonte: SP Urbanismo, 2020.

Entre idas e vindas, de gestão em gestão, de escritório a escritório, com atrasos e vários desvios em relação ao acordo firmado junto ao BID, a obra foi reinaugurada em 25 de setembro de 2012. De acordo com o jornalista Rafael Sampaio do portal G1 (2012), a obra teve um custo de 55 milhões de reais. Dessa verba, 15% foram financiados diretamente pelo poder público e 85% foi obtido via empréstimo com o BID⁵³.

5.7 Reabilitar

Uma das etapas da regeneração urbana envolve a ação de intervenção física no espaço. Esta ação envolveu a *reabilitação urbana* da Praça Roosevelt, no âmbito da aplicação dos investimentos destinados ao PROCENTRO, destinados ao plano de recuperação urbana e, conseqüentemente, a reversão da desvalorização imobiliária, a recuperação da função residencial

⁵³ Portal G1, matéria de Rafal Sampaio de 22-04-2012 sob o título: *Reforma triplica aluguéis e leva especulação à Praça Roosevelt, SP*. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/reforma-triplica-alugueis-e-leva-especulacao-praca-roosevelt-sp.html#:~:text=O%20custo%20da%20reforma%20da,de%20Infraestrutura%20Urbana%20e%20Obras>). Acessado em 26-09-2022.

e a transformação do perfil econômico e social da área central. Como vimos, o investimento foi justificado em função do mau estado de conservação que produziu as patologias estruturais e infra estruturais decorrentes do processo de deterioração do “edifício-praça” que dificultavam sua apropriação e geravam o cenário de obsolescência e degeneração em seu entorno, figura 82.

Figura 82: Intervenções de reabilitação urbana na Praça Roosevelt nos anos 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMURB (2009).

De acordo com Mendes (2013, p. 35), que utiliza como parâmetro a experiência portuguesa envolvida em processos de regeneração urbana obtidos junto à Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), a reabilitação urbana é compreendida como “processo de transformação urbana, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu esquema estrutural básico e o aspecto exterior original” (grifo nosso).

A reabilitação urbana pressupõe o respeito pelo caráter arquitetônico dos edifícios, não devendo, no entanto, confundir-se com o conceito mais estrito de restauro, o qual implica a recuperação de um dos estágios de originalidade do edifício. Além disso, abrange um vasto leque de intervenções que pode ir desde a simples recuperação do edificado e dos espaços públicos ou uma estratégia de caráter social e assistencial dirigida a problemas específicos que envolvem seu espaço físico, até a ações mais abrangentes de cunho social e econômico.

De acordo com Rubem Reis (ANEXO C, 2013, p. 249), no caso da Praça Roosevelt

o programa resultante foi elaborado pelo corpo técnico da EMURB a partir de contatos com setores da comunidade via reuniões, assembleias e encontros. Os planos de massa da nova praça são decorrentes das condições estruturais do local – três grandes lajes que servem de apoio ao plano principal da praça e aos dois níveis de estacionamento acima da via Leste-Oeste. Sendo assim, o plano principal da praça ficou definido pelas condições estruturais, sendo possível apenas intervir na demolição do conjunto formado pelo pentágono/praçãs elevadas⁵⁴ nos novos acessos criados na Rua da Consolação (Nova Esplanada Consolação) e Rua Augusta (Nova Esplanada Augusta).

Reis aponta que entre o Estudo Preliminar de 1995, passando pelo primeiro projeto executivo elaborado pelo escritório Figueiredo Ferraz Consultoria e Engenharia de Projetos S.A. em 2008 e o detalhamento da proposta por meio do Projeto Executivo do Escritório Borelli & Merigo executado a partir de 2010, a EMURB estudou várias possibilidades de intervenção, tais como: o “rompimento de lajes para implantar auditórios, teatros e áreas de reunião”, criação de área de” permanência da antiga Escola de Educação Infantil EMEI Patrícia Galvão com várias possibilidades de *layouts* e atendimento de algumas atividades tradicionais da praça como as floriculturas”. Neste sentido, Reis explica que o programa final do projeto foi desenvolvido pela EMURB (atual SP Urbanismo) e atendia às seguintes necessidades:

manutenção de espaço para as floriculturas existentes; criação de postos da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana; criação de uma edificação para o uso de um Telecentro e do Centro de Informações da Mulher (que já se encontrava na praça por quase 20 anos); espaços isolados para cachorros; espaços para recreação infantil; espaços para descanso, contemplação e circulação. A malha estrutural da Praça acabou induzindo a criação de um eixo de ligação entre as duas novas esplanadas de acesso (Consolação e Augusta). Estas duas novas Esplanadas foram criadas com a demolição do conjunto próximo à Rua da Consolação e o fechamento do vazio junto à Rua Augusta, criando um eixo arborizado para a circulação e o descanso. Esta mesma malha estrutural com os chamados “caixões perdidos” da estrutura da laje do piso do plano principal acabou servindo como grandes floreiras para o plantio de um eixo de árvores

⁵⁴ Com a demolição Praça Maior – “Pentágono” – e Praça dos Pombos, o espaço resultante permitiu a reconexão do eixo visual entre a praça e a Rua da Consolação e entre a Praça e a Rua Augusta.

entre as novas Esplanadas Augusta e Consolação, tornando-se importante partido de projeto, visto a predominância das lajes de concreto neste espaço (ANEXO C, 2013, p. 250, *grifo nosso*).

Ou seja, o projeto entregue na reinauguração de 2012 não contemplou o Telecentro e o Centro de Informação da Mulher, privilegiando os postos da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana. Além disso, Reis também discute a questão de programas voltados ao skatista na praça:

O projeto original não contemplava espaços específicos para skatistas ou outros grupos, o projeto tinha como princípio simplesmente a abertura de um novo espaço de convívio com a menor manutenção possível para a administração. Poderíamos ter desenvolvido um projeto com apelos estéticos, tecnológicos e até mesmo com as louváveis justificativas de sustentabilidade, nos moldes de exemplos estrangeiros, mas conhecendo a fundo as limitações da administração optamos pela simplicidade, que infelizmente para alguns significa falta de criatividade. Com relação ao skate ele não foi proibido, mas foi estabelecida uma forma de gestão do espaço que procure garantir a permanência de outras pessoas como crianças, velhos entre outros sem que entrem em conflito com a prática de skate e dos skatistas que acabaram se arvorando como os “donos do espaço”. Temos que lembrar que o espaço não foi pensado para um único ou determinado grupo (ANEXO C, 2013, p. 251, *grifo nosso*).

Já o projeto executado a partir da obra iniciada em 2010 pela SP Urbanismo, foi rediscutido e aprovado por setores da comunidade (principalmente pela AVC e a Ação Local Roosevelt e da administração municipal) e ficou sob responsabilidade de execução o Escritório Borelli & Merigo⁵⁵.

No âmbito das ações de intervenção na Roosevelt, a solução urbanística relacionada ao espaço viário junto à ligação Leste-Oeste foi mantida sem alteração. Assim como não se alteraram os níveis de estacionamento e os acessos junto à praça acima deste. Apenas foram incluídos recursos à acessibilidade com a instalação de rampas e novos acessos. Contudo, a estrutura do “edifício-praça” foi modificada ao suprimirem-se as plataformas das três praças existentes: Praça Maior, Praça dos Pombos, e Antepraça, que libertaram o espaço ao formar uma grande esplanada que garantiu a abertura visual e novas possibilidades de uso e apropriação em seu espaço físico. Ou seja, apesar de no pedido de financiamento junto ao BID constar o termo reabilitação para as

⁵⁵ A fiscalização de projetos ficou sob responsabilidade da SP Urbanismo e SP obras. Já a responsabilidade pela fiscalização da obra ficou com a SP Obras. O projeto básico seguido foi o da EMURB (atual SP Urbanismo) e foi desenvolvido o executivo com as alterações finais pelo Escritório Borelli & Merigo. Em 2013, no âmbito do projeto executivo, o escritório contou com a participação de: arquiteto paisagista Fabricio Sbruzzi (Projeto Executivo de Paisagismo), Ápice Engenharia de Projetos (Projeto Executivo de Estruturas), Eng. José Alves (Projeto Executivo de Instalações Elétricas); HCM Serviços de Estudos e Planejamento (Projeto Executivo de Instalações Hidráulicas) (ANEXO D, 2013, p. 251).

ações de intervenção a serem empreendidas na Praça Roosevelt, e desta ação ter apresentado melhorias às condições de uso e habitabilidade do espaço público, a demolição total do “edifício-praça”, ainda que tenha mantido a “tampa” que forma a laje dos estacionamentos implantados em subsolo juntamente com o canal viário da Leste-Oeste, resultou na não conservação do imóvel e do seu esquema estrutural principal, ou manteve-se o aspecto exterior original, não resultando, assim, numa operação de reabilitação do conjunto.

Após esta intervenção, foram construídos novos edifícios: posto Guarda Civil Metropolitana, com área de 526,85m², posto da Polícia Militar, com área de 1.126,58m², floriculturas, com área total de 563,26m² e sanitários públicos com área de 445,64m². Além disso, foram plantadas 216 árvores de espécies variadas.

a maior área da praça está sobre uma grande laje com canteiros com pouca profundidade. Escolher exemplares arbóreos que podem desenvolver adequadamente nestas condições, com sistema radicular não agressivo a impermeabilização e sem comprometer a estrutura da laje foi um deles. Outro critério importante foi a escolha de árvores nativas, algumas delas pouco empregadas no paisagismo, como o Cambuci (*Campomanesia phaea*), a Cabeludinha (*Plinia glomerata*), o Bacupari (*Rheedia gardneriana*), a Grumixama (*Eugenia brasiliensis*). Algumas dessas árvores resgatam a identidade da cidade de São Paulo. (...) Não houve influência na escolha. Havia pouca vegetação na praça, as mais expressivas na maioria árvores exóticas de grande porte localizadas nas laterais da Igreja onde está a única parte da praça em solo permeável. Assim restaram poucas áreas para localizar espécimes arbóreos de grande porte. Talvez neste primeiro instante para alguns ela pareça “seca”. Foram plantados 232 exemplares de árvores e palmeiras, sendo destes apenas 19 exemplares exóticos. Alguns espécimes arbóreos de grande porte como o Pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum* Benth), o Jequetibá (*Cariniana legalis*) – considerada por muitos como a árvore símbolo de São Paulo – a peroba-rosa (*Aspidosperma cylindrocarpon*) e a Sapucaia (*Lecythis pisonis* Camb.) entre outros são ali encontrados nas poucas áreas de solo permeável (ANEXO D, 2013, p. 235).

Ao analisar os aspectos indicados nas diretrizes do projeto, Sun Alex aponta que

é difícil pensar a Praça Roosevelt sem seu sistema viário, tem que começar a pensar a Praça Roosevelt e relacioná-la com o sistema de ruas. Daí vamos falar da praça, né? Então acho que a reforma da praça começa não pelo pentágono. O problema não está no pentágono, mas sim o problema como uma praça se relaciona com a rua. Eu posso tanto ficar com o pentágono como ficar sem. Mas se eu não resolver o problema da relação com a rua, eu vou ter uma reforma meia boca, diria assim. Não vou resolver o problema fundamental. Isto é, a meu ver (grifo nosso) (ANEXO A, 2009, p 232).

Neste aspecto, a ação de reabilitação proposta para a praça não constituiu eficácia na sua integração ao tecido urbano existente uma vez que haveria a necessidade de se rever a sua articulação com o sistema de ruas do entorno. Como exemplo, durante a visita de campo

identificaram-se os mesmos problemas apontados por Sun em seus estudos de 2006, acentuados pela guetificação de alguns trechos da praça, como ocorre na atual Praça Tarsício Meira⁵⁶, espaço que fica entre a Roosevelt, a Guarda Civil Metropolitana e o Teatro Cultura Artística. Contudo, a regeneração da praça através da sua reabilitação urbana, onde as ideias de *re-gerar* ou *re-fazer* estão implícitas, do ponto de vista da produção de uma nova praça, aberta e com uma paisagem adequada às exigências apresentadas pela comunidade, sobretudo aquelas feitas pela AVC, foi conquistada.

5.8 Renovar

Outra etapa da regeneração urbana envolve a ação de intervenção física e se preocupa com as implicações da reabilitação do espaço público no que diz respeito à *renovação urbana* em seu entorno imediato. A renovação urbana dos espaços públicos junto à Praça Roosevelt também foi contemplada no âmbito da aplicação dos investimentos destinados ao PROCENTRO, tratando especificamente da reversão da desvalorização imobiliária, a recuperação da função residencial que repercutia a reversão da obsolescência de áreas dentro do perímetro indicado na Operação Urbana Centro. Reabilitar a praça implica em renovar o entorno e isso atrai investimentos ao centro, sendo está a principal justificativa para a implementação desta ação junto à Roosevelt.

A renovação urbana tem como objetivo a produção de uma nova paisagem urbana do espaço público e nas respectivas implicações em seu entorno imediato. Assim, por renovação urbana entende-se como sendo “uma forma de intervenção no tecido urbano existente em que o patrimônio urbanístico ou imobiliário é substituído, no seu todo ou em parte muito substancial” (FERNANDES DA CRUZ, 2015, p. 79). Ao contrário do tipo de obra associada a reabilitação urbana, onde alega-se o respeito pelo caráter arquitetônico dos edifícios, na renovação urbana é permitida a ação, mais ou menos pontual, de demolição e reconstrução.

Em complemento, segundo Mendes (2013, p. 35):

a renovação urbana é uma ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, como novas edificações.

⁵⁶ Portal G1, matéria sem informação de autor em 20-10-2021 sob o título: *Projeto para mudar nome da Praça Roosevelt para Praça Tarcísio Meira provoca discussão entre moradores do Centro de SP*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/20/projeto-para-mudar-nome-da-praca-roosevelt-para-praca-tarcisio-meira-provoca-discussao-entre-moradores-do-centro-de-sp.ghtml>. Acessado em 22-09/2022.

Por conseguinte, essas intervenções de renovação urbana desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados, aos quais não se reconhece valor como patrimônio arquitetônico e histórico.

A presença dos teatros a partir dos anos 2000 (que fizeram a Roosevelt reingressar nos mapas de circuitos teatrais), os grandes eventos como o Carnaval e a Parada LGBTQIA+, e dos bares que ainda permaneceram, como o Djalma's, que historicamente revelaram a boemia presente no Centro Novo, criaram um importante contexto de atratividade turística para a Praça Roosevelt, justificando, portanto, o investimento nas ações de renovação urbana (figura 83).

Figura 83: Intervenções de renovação urbana no entorno da Praça Roosevelt nos anos 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de EMURB (2009).

Do ponto de vista da renovação a partir do investimento público, a defesa era de que o retorno dar-se-ia através da importância do Centro Histórico como área de forte atratividade turística no município, onde a Roosevelt figura como mais um dos projetos de intervenção em espaços públicos do período, como as reformas das Praças da Sé e República em 2006.

Já do ponto de vista da renovação em resposta à valorização fundiária e de interesses imobiliários, o projeto se justifica por atrair investimento no entorno. Ou seja, a ideia da renovação urbana junto à praça cria a oportunidade de atrair a iniciativa privada para reocupar e investir no centro, pois este passa a ser atrativo novamente em função da renovação de áreas anteriormente consideradas degradadas e obsoletas.

Em decorrência da reabilitação através da demolição do conjunto construído sobre as lajes dos estacionamentos (Praça Maior, Praça dos Pombos, e Antepraça), foram criadas aberturas de visuais no sentido Oeste (Praça/Rua da Consolação) junto ao Instituto Clemente Ferreira e no espaço definido entre a praça, a Guarda Civil Metropolitana e o Teatro Cultura Artística. Para a renovação dos edifícios do entorno foi desenvolvido projeto de restauro para o Edifício EMEI Patrícia Galvão (não concluído) e a recuperação de um dos edifícios da rua Martinho Prado para a instalação da SP Escola de Teatro. No contexto da renovação das ruas do entorno houve a padronização das calçadas junto às ruas Gravataí, João Guimarães Rosa e Martinho Prado além do alargamento das calçadas junto à rua Martins Fontes.

Além disso, renovar o entorno implica resolver a sua questão fundiária. Ainda que o objetivo da tese não seja debruçar-se sobre este aspecto em específico, a pesquisa levantou uma série de decretos emitidos entre 2008 e 2012 que exemplificam esta questão. Além das diretrizes impostas pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo, implementado pela gestão Marta Suplicy através da Lei nº 13.430 de 13 de setembro de 2002, que apresenta as regras para o zoneamento da área central e a definição de áreas de interesse social, de centralidades e de desenvolvimento urbano-econômico, destacam-se aqui os decretos que envolveram especificamente o espaço público da Praça Roosevelt e seu entorno.

O decreto nº 49.787 de 08/08/2008, destinou-se a dispor sobre permissão de uso, à Fazenda do Estado de São Paulo, de um imóvel junto à praça Roosevelt onde posteriormente instalou-se a SP Escola de Teatro. Os decretos nº 50.680 de 22/06/2009 e nº 51.483 de 12/5/2010, nº 53.530 de 08/11/2012 declararam de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares localizados entre a Praça Roosevelt e a Rua Nestor Pestana para renovação urbana através da melhoria na circulação de pedestres junto a estes espaços públicos. Já o decreto nº 51.175 de 07/01/2010 preocupou-se em apresentar permissão de uso Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) para exploração como estacionamento de veículos, dos pisos em subsolo abaixo da praça.

Além disso, foi apresentado um protocolo de intenções voltado à renovação das moradias do entorno levantadas durante o desenvolvimento do projeto de reforma da praça. O documento apresenta um levantamento da situação dos cortiços no entorno da Roosevelt no sentido de direcionar políticas públicas voltadas à “promoção de moradias multifamiliares com condições adequadas de habitabilidade e segurança jurídica”.

Com relação ao inquérito que levantou a situação das moradias em cortiços junto ao entorno da Roosevelt, voltou-se à Secretaria de Habitação (SEHAB), através do *Programa de Cortiços - Reabilitação da Moradia Coletiva*, instituído pela Resolução CMH n.º 15 de 07 de dezembro de 2004 e pela lei municipal n.º 10.928/91 (Lei Moura) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), junto ao *Programa de Atuação em Cortiços*, a responsabilidade pela manutenção dos cômodos e criação de novas unidades habitacionais para os casos em que os imóveis estiverem condenados. Previu-se também a fiscalização para adequação dos imóveis encortiçados à Lei Moura, a intervenção nos imóveis encortiçados, interdições em caso de risco e capacitação dos moradores abrangidos por estas situações. Ou seja, no âmbito social, sobretudo em relação às questões de moradia insalubre, não houve ações efetivas de renovação urbana.

Portanto, verificou-se que a regeneração urbana da praça foi tratada através da sua renovação urbana junto ao entorno imediato. A iniciativa privada e os interesses imobiliários foram atendidos por meio da reabilitação do espaço público principal (a Roosevelt) e por meio de diretrizes e normas de zoneamento que permitem criar um ambiente propício à valorização imobiliária e aos novos negócios voltados ao turismo e serviços junto à praça.

Além disso, a abertura de visuais proporcionada com a reabilitação do conjunto via demolição, possibilitou maior integração com o entorno que, em certa medida, permite recriando a ligação cultural anteriormente existente entre a Praça Roosevelt e a Região da Consolação.

5.9 As qualidades alcançadas na Praça

Requalificar por meio da ação de reabilitação da praça consistiu em desenvolver um projeto que a reabilitasse para que pudesse se aproximar de uma praça em moldes tradicionais, como acontece com a Praça da República ou a Praça Dom José Gaspar, em seu entorno imediato. Ou seja, dentro de um formato que retome a condição de convívio experimentada na Praça Roosevelt de 1951, anterior ao projeto moderno.

Do ponto de vista da apropriação da praça por técnicos, arquitetos e urbanistas, no sentido de responder aos problemas nela identificados, ou mesmo no sentido de atender aos atores envolvidos no processo, como a Associação Viva o Centro, promoveu regeneração por meio da reabilitação do espaço físico, onde regenerar possibilitou empreender as qualidades pretendidas pelos moradores-proprietários (AVC) naquilo que sentiam falta no uso cotidiano do espaço público da praça. Em outro sentido, a ideia contida no “jargão” “de volta ao centro”, traduz o significado da volta para o uso do espaço público da praça voltada ao cidadão da metrópole. Assim, o resultado incorporou a maioria das reivindicações dos moradores para que seu uso pudesse se tornar efetivo, resolvidas as questões de infraestrutura e de redefinição de sua paisagem urbana que visaram a retomada da qualidade de praça como lugar de encontro e sociabilidade (figura 84).

Figura 84: Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Disponível em <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1678665164448443-praca-roosevelt-fica-cheia-durante-o-fim-de-semana>. Acessado em 10/11/2022.

Contudo, isso não quer dizer que a questão social não estivesse presente na praça original, elaborada em 1968, e que tenha sido resolvida. Ainda que o seu desenho seja representante de um possível universo de “utopias modernas”, onde seus representantes “não desistiam de imaginar soluções arquitetônicas e urbanas para uma demanda que ainda não se expressa, mas que

presentiam próxima”, Anatole Koppe (1990), sobretudo ao referir-se aos arquitetos de primeira geração, em referência aos grandes projetos modernos, indagava:

a quem pertence o mundo? Antes de mais nada, às multidões anônimas que povoam os casebres das grandes cidades, aos trabalhadores, às massas que, se esperava, viriam a ser os verdadeiros atores da história, a estas responderam, cada um a seu modo e segundo a situação existente em seu país, os pioneiros da arquitetura “moderna”, colocando seus conhecimentos, seu talento e seu entusiasmo a serviço do que eles acreditavam ser o “sentido da história”. É por isso que o “moderno” não foi para eles um estilo, mas uma causa (KOPPE, 1990, p. 24).

A praça original de 1968 foi envolvida, nos anos 1969 e 1970, em ações que se revelaram de cunho político e econômico. Sobretudo aquelas empreendidas por Maluf, somadas ao contexto de repressão do regime militar que selaram a descaracterização da praça enquanto espaço público. Há que se lembrar que o *Plano Urbanístico Básico* de 1968, o primeiro plano nos moldes metropolitanos da capital, tinha como objetivo a qualidade de vida e locais para a permanência no centro da cidade; que existiram outros projetos modernos no período que até hoje configuram-se como bem-sucedidos, como o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP) e o Conjunto Nacional: exemplares da cartilha moderna na cidade.

Além disso, demonstrou descaso com os frequentadores da praça, com os grupos teatrais, e mesmo com a própria metrópole ao não investir em programas de cunho social, que foram pensados para todos e negociados junto dos movimentos sociais (como o Telecentro, o Centro para as mulheres, as pistas de skate, os espaços para o teatro etc.), ou seja, com aqueles que vivem o cotidiano da praça e que ficaram à espera das qualidades anunciadas no programa de Requalificação da Praça Roosevelt.

5.10 As qualidades alcançadas no entorno da Praça

Regenerar por meio da ação de renovação do entorno junto à praça visa retomar o protagonismo do investimento público e privado em áreas urbanas centrais que foram desprivilegiadas em épocas anteriores ao seu período de declínio e/ou deslocadas para outras áreas da cidade num contexto de descentralização do investimento.

A regeneração por meio da renovação do espaço físico, permite apropriação do entorno para a rearticulação do capital, visando a retomada de investimentos públicos (que servem à cidade e que se tornam bandeira do político que faz algo para o cidadão) e privados (sobretudo em

atendimento aos interesses imobiliários e de valorização imobiliária do capital já instalado ou em processo de investimento).

Por meio da reabilitação do espaço físico, regenerar permite empreender as qualidades pretendidas atendendo aos usos manifestados pela comunidade em função de um anterior período de obsolescência e degradação além de atender às normas e padrões atuais (como a norma de acessibilidade NBR 9050 de 2004, atualizada em 2020).

Neste caso, a ideia contida na ideia “de volta ao centro”, traduz o sentido de retomada de investimento público em infraestrutura urbana e serviços voltados ao cidadão da metrópole em seu centro. O deslocamento da Prefeitura Municipal para o Parque Dom Pedro II na gestão Luiza Erundina nos anos 1990 e depois para o Vale do Anhangabaú na gestão Marta Suplicy nos anos 2000, assim como a retomada do investimento público em infraestrutura urbana, bem como o investimento privado diante da renovação da atividade terciária contemporânea na área central (novas formas de comércio, call centers etc.) são reflexos da regeneração. Além disso, a retomada do investimento privado propiciado pela valorização dos imóveis e do lugar (lugar como causa e efeito, como espaço onde há oferta de infraestrutura e perfaz de localização privilegiada) propiciou novas oportunidades ao interesse imobiliário (implantação de novos empreendimentos verticalizados para abrigar usos corporativos, comerciais e residenciais – kitnets, co-living, co-housing etc.).

Portanto, houve regeneração da Praça Roosevelt também por meio do atendimento das reivindicações apresentadas pela Associação Viva o Centro, para quem as qualidades junto ao seu entorno foram “regeneradas” visando a retomada da qualidade dos espaços livres públicos junto da envolvente, que beneficiaram e valorizaram a configuração imobiliária do local.

Sob outro ponto de vista, verificou-se a apropriação da praça por parte de determinados setores da política e/ou da administração pública municipal, para os quais as ações também foram eficientes. O custo do investimento na reabilitação da praça e na renovação do seu entorno custou cerca de 55 milhões de reais, que movimentaram os cofres públicos do município a partir de um investimento do capital privado via empréstimo junto ao BID. A praça foi novamente apropriada como a “menina dos olhos da metrópole”, como a nova bandeira da eficiência dos governos José Serra e Gilberto Kassab. Infelizmente, os atrasos nas obras, o volume de dinheiro empreendido e a sequência de eventos que resultaram na contratação de sucessivas empresas e altos investimentos

em recursos (neste caso, em 85% de origem privada), como elementos que poderiam justificar as notícias de corrupção envolvendo fraudes na administração pública, nos anos 2010.

De acordo com o Jornal O Globo⁵⁷, em reportagem apresentada em 30 de outubro de 2013, apresentou investigação onde

agentes públicos montaram um esquema de corrupção envolvendo o Imposto Sobre Serviços (ISS) cobrado de empreendedores imobiliários. Segundo a investigação, eles emitiam guias de pagamento do tributo com valores menores do que manda a lei (o imposto é calculado sobre o custo da obra do empreendimento imobiliário) e exigiam que altas quantias fossem depositadas em suas contas bancárias. O recolhimento do ISS é necessário para que o habite-se seja emitido pela prefeitura, e o empreendimento seja liberado para ocupação.

Os custos dos imóveis começaram a aumentar ainda durante a reforma. De acordo com Rafael Sampaio do Portal G1, em matéria publicada em 22 de abril de 2012⁵⁸,

a cinco meses de ser concluída, a reforma na Praça Roosevelt é apontada como motivo de aumento de aluguéis e preços de imóveis. Lojistas, moradores e proprietários de teatros relatam que a especulação imobiliária chegou a triplicar aluguéis. No caso de prédios em construção em ruas próximas à praça, o valor do metro quadrado chega a ser 56% maior que a média da cidade, diz a Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embraesp). Os casos indicam valorização imobiliária nos arredores da Roosevelt [...] "Ao mesmo tempo, parece que a região tem uma boa demanda e não há ofertas suficientes para atender esse público", [...] tem havido uma retomada imobiliária no "Baixo Augusta" que inclui a praça em reforma. Há quatro empreendimentos imobiliários em ruas próximas à praça, três residenciais. O valor médio por metro quadrado de área útil nos imóveis na região é de R\$ 8 mil, bem acima da média da cidade, de R\$ 5,1 mil.

Com a chegada dos grupos teatrais no início dos anos 2000, a Roosevelt passou a viver uma nova efervescência cultural ao ser reintegrada aos circuitos teatrais, como se verá no Capítulo 6. Este movimento fez com que artistas, estudantes e jovens intelectuais se interessassem pela praça, passando a alugar e/ou comprar imóveis baratos no período em que ainda estava degradada, como indicou Ivan Cabral (2009) do grupo Satyros.

Esse é o nosso grande problema, porque quando a gente veio, aí era muito barata, era tudo muito simples e hoje é possível até que a gente, a qualquer momento, seja

⁵⁷ Jornal O globo, 30 de outubro de 2013, matéria editada por Germano Ferreira sob o título "*Fraude desviou R\$ 200 milhões da prefeitura de SP*". Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/fraude-desviou-200-milhoes-da-prefeitura-de-sp-10600373>. Acessado em 26-09-2022.

⁵⁸ Portal G1, 22 de abril de 2012, matéria editada por Rafael Sampaio sob o título "*Reforma triplica aluguéis e leva especulação à Praça Roosevelt, SP*". Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/reforma-triplica-alugueis-e-leva-especulacao-praca-roosevelt-sp.html>. Acessado em 26-09/2022.

expulso. Mas essa é uma mentira. Não se fez nada ali. Então a gente teme por isso também, porque há uma especulação imobiliária muito grande, que também atrapalhou todo o nosso processo de trabalho, porque essas travestis que viviam aí não têm mais dinheiro para pagar. Então a gente acabou afugentando todo mundo. E aí veio um monte de burguesinho falido para a Praça Roosevelt. Nossa! Tomara que eles não me ouçam falando isso. Mas enfim, são os moradores hoje (ANEXO A, 2009, p. 231).

Com a chegada dos *gentry* (pequena nobreza), em muitos casos desprovidos de grandes recursos, juntamente com a nova articulação cultural e com o anúncio da reforma da praça em 2006, seu entorno começou a sofrer com o processo de enobrecimento.

Para Guevara (2015), a gentrificação corresponde às

mudanças no mercado de trabalho e na estrutura social vinculadas ao surgimento de uma economia pós-industrial. O surgimento de uma classe vinculada aos serviços dessa nova economia é a base material que sustenta novos estilos de vida, padrões culturais e de consumo que têm na gentrificação uma de suas principais expressões urbanas” (GUEVARA, 2015)⁵⁹.

Neste sentido, o depoimento de Andréa Cavalcante, em 2009, então corretora de imóveis integrante da Associação Local Roosevelt, articulada à Associação Viva o Centro, revela a expectativa de valorização imobiliária desde o final da década de 1990.

Comecei a trabalhar aqui, fazem 13 anos e quando eu comecei, a valorização aqui era muito pequena. Hoje, digamos assim, triplicou o valor do metro quadrado. Então os imóveis estão chegando num teto de valores bem altos e a tendência é aumentar ainda mais essa valorização. E a gente acredita que aconteça, até porque faço parte dessa local há tantos anos e o que me faz ficar nela até hoje é a fé de que a reforma vai acontecer mesmo (ANEXO A, 2009, p. 231).

O entorno, sobretudo na área conhecida como Baixo Augusta, da qual a Roosevelt, juntamente com as ruas Augusta, Paim, Frei Caneca e Consolação fazem parte, desde 2008 começou a verificar uma série de lançamentos de novos empreendimentos imobiliários (figura 85).

Figura 85: Localização de empreendimentos imobiliários entre os anos de 2009 e 2012.

⁵⁹ Tradução do autor do trecho original: “(...) fundamentalmente en los cambios en el mercado laboral y la estructura social vinculados a la emergencia de una economía pos industrial. La aparición de una clase vinculada a los servicios de esta nova economía es la base material que do sustento a nuevos estilos de vida, patrones culturales y de consumo que tienen en la gentrificación una de sus principales expresiones urbanas” (GUEVARA, 2015).



Fonte: Elaborado pelo autor com base na reportagem Folha de São Paulo, 04 de novembro de 2012.

De acordo com o Jornal Folha de São Paulo de 04 de novembro de 2012, “uma das áreas que melhor simbolizam a transformação no mercado imobiliário é o baixo augusta”. A reportagem citou que:

Em meio a um ambiente ainda de degradação, tornou-se uma das apostas das incorporadoras a partir de 2009 [...]. Os edifícios construídos no Baixo Augusta desde 2009 têm apartamentos de um ou dois dormitórios [...]. São compactos – a metragem de uma unidade (sem contar a cobertura) vai de 32 a 80 metros quadrados. O metro quadrado na região, segundo o Geoimóvel é de cerca de R\$ 8.500 reais⁶⁰.

O jornal indicou que entre 2009 e 2012 foram implantados dezoito empreendimentos, em grande parte monofuncionais com predomínio de uso residencial, como exemplificado nas figuras de 86 a 87, todos entre 30 e 80 metros quadrados de área. Em complemento, Sampaio do Portal G1 (2012), disse que houve uma retomada imobiliária no "Baixo Augusta" que inclui a praça em reforma.

Há quatro empreendimentos imobiliários em ruas próximas à praça, três residenciais. O valor médio por metro quadrado de área útil nos imóveis na região é de R\$ 8 mil, bem acima da média da cidade, de R\$ 5,1 mil. Os apartamentos de um dormitório são o tipo

⁶⁰ Jornal Folha de São Paulo, 04 de novembro de 2012, matéria editada por Daniel Vasques sob o título “Paim vira aposta de incorporadoras”. Disponível em <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/imoveis/75925-rua-paim-vira-aposta-de-incorporadoras.shtml>. Acessado em 26-09-2022.

de imóvel comum nos lançamentos da região, segundo dados da Embraesp. Serão lançados 1.375 deles, contra 1.024 de dois dormitórios e 32 de três dormitórios.

Figuras 86 a 87: Alguns empreendimentos implantados próximos à Roosevelt entre 2009 e 2012.



Fonte: Acervo do Autor, 2022.

Segundo Débora Yuri da Folha de São Paulo, estudos do grupo Brasil Brokers mostraram que a retomada imobiliária no centro começou efetivamente em 2011 quando 4.684 novos apartamentos chegaram ao mercado, mais do que o total dos lançamentos nos cinco anos anteriores.

De 2011 a 2015, foram lançados 109 empreendimentos, contra 35 entre 2006 e 2010. A região da República, responsável por 20 deles, alcançou um valor geral de vendas superior a R\$ 1,5 bilhão nesse período. A retomada do mercado trouxe empreendimentos mais caros. O Ca'd'Oro, no Baixo Augusta, terá uma torre comercial com escritórios e hotel, interligada à torre residencial, composta por 374 apartamentos de um a três quartos. As unidades residenciais custam a partir de R\$ 682,3 mil e 335 delas (90%) já estão comercializadas. Combinada com décadas de patrimônio imobiliário subvalorizado, a revitalização fez da área central a vedete dos incorporadores. Hoje, porém, efeitos negativos já refletem no mercado. "Grande parte dos imóveis vendidos no centro recentemente não foi adquirida pelo usuário final, e sim por investidores", afirma o urbanista João Meyer, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. "Com a economia em depressão, muitos desses novos prédios estão vazios."

A reportagem de Yuri também destacou que

o centro de São Paulo pulsa, apesar da desaceleração vivida pelo mercado imobiliário. Do primeiro trimestre do ano passado para o mesmo período de 2016, o preço médio do aluguel por metro quadrado na cidade caiu 1,9%, segundo o portal VivaReal. Enquanto isso, os aluguéis na região subiram 10%. [...] Um dos motivos da valorização é a reocupação do centro, de acordo com o urbanista Valter Caldana, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Segundo ele, a região passou a receber jovens solteiros, divorciados e pessoas de classe alta cansadas de perder tempo com deslocamentos. "É uma zona democrática, que foge da nossa cultura de cidade segregada". O fenômeno não é exclusivo de São Paulo, lembra Bruno Vivanco, vice-presidente comercial da imobiliária Abyara Brasil Brokers. "Trata-se de uma tendência em toda megalópole: Paris, Londres, Cidade do México, Nova York. Em um raio de dois quilômetros da

praça da República, você encontra 12 estações de metrô”. Outra característica da área é ser heterogênea. O metro quadrado de prédios novos custa a partir de R\$ 6.800 na Barra Funda e pode chegar a quase R\$ 20 mil na região do Baixo Augusta.

Em outro trecho, Yuri citou o empresário Claudio Medusa que teve de abandonar a área, e a técnica Emília Ribeiro, que fez o caminho oposto ao aproveitar-se do momento em que no entorno da praça ainda havia imóveis baratos em função da degradação da Praça Roosevelt.

Garoto-propaganda da transformação do centro, o Baixo Augusta passa atualmente por outro fenômeno: o da gentrificação. É quando a mudança urbana é acompanhada da chegada de novos moradores, com maior poder aquisitivo. Os preços do entorno sobem e os moradores antigos são “expulsos”. O empresário Claudio Medusa, 44, é uma das vítimas. No mês passado, abandonou duplamente o Baixo Augusta, onde morava há seis anos e comandava a casa noturna Astronete há nove. “Quando abri, tinha um espaço de 240 m² e pagava R\$ 1.600 de aluguel. O valor hoje supera R\$ 8.000, em 120 m²”. Também dispararam os preços cobrados no prédio da Rua Frei Caneca onde vivia: em seis anos, foi de R\$ 1.300 para R\$ 2.500. “De um dia para o outro, com novos prédios, passamos a pagar preços de Jardins”. Medusa voltou a morar na casa dos pais, em Guarulhos (Grande São Paulo), e pretende abrir um outro negócio na Barra Funda. A técnica de laboratório Emília Ribeiro, 65, mora sozinha há 20 anos na rua Acaraú, em um apartamento de 50 m² próximo à avenida 9 de Julho. Na década de 1990, pagou R\$ 30 mil pelo imóvel, que hoje vale R\$ 350 mil. “Tenho paixão pela região, encontro de tudo aqui e não preciso de carro para nada”, diz. Construído nos anos 1960, seu prédio tem dez vagas de garagem para 134 carros e um salão de festas. “O bom é que continuo pagando pouco de condomínio”⁶¹.

A revalorização do entorno foi comemorada por aqueles que detêm e controlam o capital, selando a especulação que já se fazia em torno da esperança na renovação do espaço: fato que viabilizou a retomada de investimento no local.

Durante a visita a campo identificou-se que, em proximidade à Praça Roosevelt, novos empreendimentos do tipo “studio” foram lançados e/ou estão em fase de implantação, como indicam a grande quantidade de placas e anúncios encontrados na região (figuras 88, 89 e 90).

Figuras 88, 89 e 90: Lançamentos imobiliários próximos à Roosevelt em 2022.

⁶¹ Jornal Folha de São Paulo, reportagem feita por Débora Yuri em 01-11-2016, sob o título “Reocupação da região por jovens gera onda de aumento de preços”. Disponível em <http://especial.folha.uol.com.br/2016/morar/paulista-centro/2016/05/1766342-reocupacao-da-regiao-por-jovens-gera-onda-de-aumento-de-precos.shtml>. Acessado em 26-09/2022.



Fonte: Acervo do Autor, 2022.

Além disso, verificou-se que grande parte dos empreendimentos consistem em condomínios fechados em relação aos espaços livres públicos (calçadas, ruas, parques e praças), contrastando com as tipologias com térreo em galeria ou comerciais: arquitetura que caracterizou parte do Centro Novo nos anos 50 e 60, como exemplificam as figuras 91, 92 e 93.

Figuras 91 e 92: À esquerda, térreo do Edifício Copan. À direita, fechamento de condomínios no Baixo Augusta.



Fonte: Acervo do Autor, 2022.

Figura 93: Lançamento Condomínio Think Home República. 30 pavimentos com unidades Studio e Studio Gardem de 21 a 26m². Ao fundo, Edifício Copan com 35 pavimentos.



Fonte: Acervo do Autor, 2022.

CAPÍTULO 6_(Re)ocupar a praça: a Regeneração que veio das ruas

Diante de uma paisagem, ou nossa vontade de apreendê-la se exerce sobre conjuntos que nos falam à maneira de cartões postais, ou então nosso olhar volta-se para objetos isolados. A paisagem, certo, não é muda, mas a percepção que temos dela está longe de abarcar o objeto em sua realidade profunda [...]. O objeto possui duas faces: a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia. (SANTOS, 1997, p. 23)

Este capítulo procurou contextualizar as narrativas relativas as diferentes formas de apropriação na Praça Roosevelt, a partir de um olhar voltado àqueles que foram deixados à margem do processo de regeneração urbana que envolveu a área central da metrópole paulistana entre os anos 1990 e 2012. Neste caso, a praça idealizada, “moldada pela ideologia”, revelou-se como mercadoria disputada pela política e pelo capital que se apropriaram do seu espaço público sob o lema da “volta ao centro”, através de recursos técnicos, institucionais e legais inspirados nas experiências internacionais dos anos 1980 e 1990.

A partir de Santos (1997), preocupou-se, na análise, em reunir elementos que revelassem a “essência” da Praça Roosevelt contemporânea, como lugar de convívio, conflitos e confrontos. Aproximou-se da “formação social que anima o espaço” por meio dos levantamentos realizados durante as visitas ao campo (realizadas entre 2019 e 2022) e dos depoimentos presentes nos documentários (produzidos em 2009 e 2020) transcritos durante a pesquisa, que buscaram cercar parte da experiência cotidiana no uso do espaço público. Buscou-se observar como se tem manifestado a ocupação ou reocupação da Roosevelt, desde o período anterior às intervenções recentes até o presente, no sentido de demonstrar uma outra forma de regeneração urbana possível, que caminhou em paralelo àquela orientada pelas decisões da política e do capital, reveladas por meio do confronto entre o espaço público e suas múltiplas territorialidades expostas na Praça.

Assim, a discussão se concentrou entre os anos 2000 e 2022, diante dos documentários “*Roosevelt: uma praça além do concreto*” (ANEXO A), produzido e dirigido por estudantes de jornalismo da Universidade Anhembi Morumbi em 2009 e “*A Praça Roosevelt como ágora da cidade*” (ANEXO B), produzido e dirigido pela SP Escola de Teatro em 2020. A transcrição de ambos permitiu alimentar a discussão através do registro das diferentes vozes manifestadas pelos usuários que efetivamente se apropriaram deste espaço público entre o período que esteve degradado e após a sua reforma. Em consonância, por meio da observação do objeto em campo na atualidade (a rua, a praça e os espaços livres públicos da metrópole) apresentam-se os levantamentos feitos a partir das visitas que resultaram em registros fotográficos, desenvolvidos

pelo autor entre 2018 e 2022, onde buscou-se ilustrar e esclarecer como ocorreram (e ainda ocorrem) as diferentes apropriações da Praça Roosevelt e seu entorno.

6.1 A ágora da metrópole paulistana: a Roosevelt como palco de insurgências urbanas e urbanismo tático

Queiroga (2012), ao discutir o espaço público contemporâneo, sobretudo ao orientar a leitura do real significado público do espaço, naquilo que observa como “esfera pública”, recuperou a ideia contida nas cidades da antiguidade, a exemplo do significado da ágora para a cidade Grega. Organizada a partir de três zonas (as áreas privadas, ocupadas pelas moradias, as sagradas, pelos templos dos deuses, e as públicas, como lugares voltados às reuniões políticas, ao comércio, aos jogos e ao lazer) a polis caracterizava-se por uma homogeneidade social, religiosa e cultural, que se implantava sob um território organizado para sua defesa e subsistência, sendo garantida por um conjunto de regras e leis que orientavam o cidadão e o escravo que habitavam a cidade (polis). Neste ponto, as áreas públicas voltadas ao encontro e à reunião (da classe burguesa dominante e a plebeia, a política e a politicamente ativa) tinham na ágora o principal centro da vida política na polis que permitia a reunião e o convívio entre os diferentes atores sociais daquela época. A ágora consistia, portanto, no núcleo de toda a estrutura da cidade antiga para onde convergia a vida cívica da polis.

A ideia contida no sentido “público” do espaço corresponde ao campo da liberdade e das continuidades. O autor exemplifica que, como nos limites da unidade básica da sociedade grega (oikos - o lugar da família, a casa), a polis oferecia “campo livre para a distinção honorífica”. Para Queiroga (2012, p. 41),

esse modelo de esfera pública grega nos foi transmitido até a atualidade, como modelo ideológico, na história das ideias ocidentais. A esfera pública se relaciona, portanto, ao domínio da cultura, em sentido amplo [...] do cotidiano às artes. Evidentemente trata-se de um modelo de esfera pública que, diante de cada formação socioespacial, apresentará contradições e especificidades internas e nas relações com as demais esferas de vida

Obviamente que não se espera ter uma ágora nas cidades do século XXI. Também os estudos de Queiroga (2012) não se destinam nem se limitam a tecer comentários específicos sobre as cidades gregas.

Nas sociedades capitalistas democráticas, ser cidadão é ter seus direitos civis respeitados, inclusive o direito de se alienar politicamente. Por outro lado, em tais sociedades, garante-se, também, o direito – dos que possuem capital – de explorar recursos naturais e humanos, acumulando riquezas privadamente. Esse

fato, sem dúvida, ocorreu nas sociedades complexas pré-capitalistas, porém não se constituía no maior valor reconhecido socialmente, como se observa com o avanço - econômico e ideológico – do capitalismo (QUEIROGA, 2012, p. 41),

Em relação à Praça Roosevelt, figura 94, é importante lembrar da sucessão de eventos que marcaram a construção da metrópole paulistana e que esteve intimamente relacionada com a formação do seu espaço público. Primeiramente, o espaço formou-se junto às antigas chácaras da burguesia numa época em que o local fazia parte do cinturão verde da cidade. Em seguida, seus perímetros começaram a ser moldados a partir da implantação da Igreja da Consolação e, posteriormente, do Velódromo, do primeiro campo de futebol da cidade e do Colégio Caetano de Campos. Entre os anos 1930, 1940 e 1950 começou a sentir os reflexos da urbanização da cidade e seu plano de modernização, repercutindo o período marcado pelo plano de Prestes Maia e pelo clima romântico, luxuoso e boêmio implantados no Centro Novo da capital.

Figura 94: Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Nos anos 1960, o plano rodoviarista provocou uma alteração física em seus espaços, recortados pela implantação da ligação Leste-Oeste, onde o “edifício-praça” surge dando lugar a novos usos e apropriações, sobretudo aos da “Boca do Lixo”, como lugar da “perversidade” e da imoralidade, num período marcado pelo regime militar e pelo processo que levou à obsolescência do centro histórico da cidade e que produziu, durante os anos 1970 e 1980, um cenário de degradação física de seus espaços, situação que perdurou até os anos 2010. Ainda nos anos 1990 sentiu o reflexo dos novos interesses pela área central com a “volta ao centro” de setores da política e da economia, sobretudo em reverter o cenário de degradação que permitiria uma nova valorização imobiliária e novos negócios que se apresentou como tática da política e do capital visando sua regeneração urbana. Em paralelo, nos anos 2000, com a vinda dos teatros que reinseriram a Praça no circuito cultural da cidade, seu espaço sentiu uma nova efervescência cultural diante também de numa tática de ocupação voltada às artes e a cultura, gerando uma espécie de regeneração social para a Roosevelt.

A praça foi regenerada. Junto com a sua nova visibilidade e com o aumento da densidade populacional da capital nos últimos anos, a Roosevelt transformou-se em um dos espaços públicos mais frequentados da metrópole. A praça do cidadão metropolitano. Portanto a ideia contida na “ágora”, enquanto metáfora, se faz presente na cidade através da Praça Roosevelt diante da natureza do seu espaço público que permite múltiplas apropriações a nível político, técnico, econômico e social.

Como demonstrado nos capítulos anteriores, a praça foi sendo produzida ao longo de décadas de apropriação, sempre diante de um projeto ou de um plano que domesticava o seu espaço público através de modelos que se distanciavam da realidade local. Lefevre (1991, p. 23-24), exemplifica este tipo de cidade idealizada por meio de três aspectos: “o urbanismo dos homens de boa vontade”, “o urbanismo dos administradores ligados ao setor público”, “o urbanismo dos promotores de vendas”.

No primeiro aspecto, situa-se a atividade do arquiteto e urbanista que diz implicar numa determinada filosofia, geralmente ligada a um humanismo: “o antigo humanismo clássico e liberal que no caso da Roosevelt, reflete os diferentes planos e projetos que foram sendo desenvolvidos ao longo de sua história”. Como problema, Lefebvre aponta que estes técnicos, apresentavam-se “ao mesmo tempo como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais”, mas que por muitas vezes estarem em descompasso com a velocidade de transformação do homem de sua época, criam modelos e ideais que “na melhor das hipóteses resulta num formalismo e num

esteticismo”. Neste ponto, a Praça Roosevelt dos anos 1970, apesar de em origem apresentar traços voltados a uma ideia de humanização do espaço, que considera a existência de um homem moderno, expressou-se de modo falho dadas as alterações em seu projeto original, as circunstâncias de deslocamentos de usos comerciais e de serviços para outras áreas da cidade e o contexto imposto pelo regime militar, que resultaram num formalismo estético não compreendido e nem assimilado, na sua totalidade, por grande parte dos habitantes da metrópole. Por outro lado, juntamente com a obsolescência e degradação sentidos em seu espaço, formas até então marginais se dispuseram a ocupar o seu espaço até os anos 2010 quando sua reforma permitiu que a praça se abrisse novamente para cidade, provocando um movimento de super utilização de seus espaços públicos.

Noutro aspecto, que tange ao urbanismo relacionado à política, Lefevre (1991) o definiu como pretensamente científico. Um cientificismo “que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operário” e “que tende a negligenciar o fator humano”, onde não se concebe “tanto uma vida urbana a partir das informações sobre a sociedade quanto uma centralização urbana que disponha das informações fornecidas pelas ciências da sociedade”. Neste aspecto Lefebvre sinaliza a relação entre os centros de tomada de decisão e uma estratégia política. Em ambos os casos, o exemplo da Roosevelt, conforme demonstrado, configura-se emblemático com relação à postura do poder público na tomada de decisão sobre a concepção e/ou uso do espaço público, que privilegiou determinados coletivos políticos, econômicos e de moradores-proprietários, em que a Associação Viva o Centro é um dos intérpretes deste processo.

O último, consiste num urbanismo dos promotores de vendas, daqueles “que concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro”. A diferença para os demais, de acordo com Lefevre (1991), “é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim o urbanismo”. Aqui, como se demonstrará adiante, na atualidade, é preocupante o cenário em que se encontram os espaços livres do entorno da Roosevelt. Ora estão sendo apropriados pelos interesses imobiliários que, através de grandes condomínios, privatizam e confinam os espaços livres da cidade, ora estão sendo privatizados pelo próprio poder público com a ocupação intensiva do aparato policial (Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana), figuras 95, 96, 97 e 98, ou

mesmo diante da concessão de uso para a iniciativa privada de novas áreas, como o projeto do Belvedere Roosevelt apresentado pela administração municipal em 2022⁶².

Figuras 95 e 96: Bases da Guarda Civil Metropolitana e Polícia Militar na Roosevelt.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figuras 97 e 98: Circulação e estacionamento de veículos policiais na Roosevelt.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

⁶² Estadão Conteúdo, 07/04/2022, matéria editada por Priscila Mengue sob o título “*Prefeitura planeja mirante com vista para ligação Leste-Oeste na rua Augusta*”. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2022/04/prefeitura-planeja-mirante-com-vista-para-ligacao-leste-oeste-na-rua-augusta-cl1pd4zpa005u01iwbynm2xii.html>. Acessado em 10/11/2022.

A Praça Roosevelt é um expoente entre os espaços públicos da metrópole, por refletir as metamorfoses das principais transformações que foram se sedimentando, sobretudo no Centro Histórico da capital, desde sua formação até os dias de hoje. A cidade, e a própria praça, apresentaram-se por um somatório de indícios, indagações, variáveis, parâmetros, e correlações que buscaram representar em seus espaços públicos uma ordem estética obtida a partir de modelos internacionais. Mas não somente. Faltava situar o efetivo uso do espaço. Falar da experiência do cidadão e ou de grupos e comunidades que exercem o “corpo-a-corpo” com o espaço público.

Diante disso, quais outras formas possíveis de apropriação de espaços públicos existem, que igualmente lhe conferem identidade e significado? Neste aspecto, ainda citando Lefebvre (1991, p. 46), “a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes, com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto”.

Segundo Sennett (1998, apud Queiroga, 2021, p.39), o conceito de comunidade está relacionado ao “desejo pela segurança, de estar entre iguais, vivendo-se (alienando-se) confortavelmente em guetos sociais, tais como os subúrbios estadunidenses”, e encontra “fácil aceitação, sobretudo por sua evidente visualidade, nalgumas paisagens habitadas por estratos de renda média” (condomínios, shoppings, clubs etc.). Entretanto, Queiroga (2021) opta pela expressão “esfera de vida cotidiana”, no sentido de não reduzir “a noção de comunidade à visão sennettiana. Esta preferência se dá por entender que a esfera cotidiana dialoga com a “a esfera pública, trazendo, ao mesmo tempo, noções de relação e complexidade que melhor capacitam a teoria para enfrentar as totalidades concretas” que correspondem, em termos espaciais ao “espaço percebido” conceituado por Lefebvre (2009).

Neste sentido, a “esfera da vida cotidiana” é o que dá sentido aos espaços públicos da cidade. É o que é percebido para além do desenho dos seus espaços e de suas características físicas. Reflete símbolos e significados para o cidadão e, geralmente, constituem marcos urbanos pelo qual este se orienta no espaço urbano. Os espaços públicos, sobretudo os das áreas centrais das grandes metrópoles, geralmente estão associados a uma determinada oferta de infraestrutura de mobilidade (corredores e linhas de ônibus, estações de metrô e trem etc.) e de serviços de todos os tipos (principalmente aqueles de ordem popular como o comércio de rua e ambulantes). Portanto, é também aquele que abriga o maior número de conflitos e confrontos inerentes à esfera da vida cotidiana da cidade.

Diante da visibilidade que tem na cidade, verificou-se que a Praça Roosevelt abriga as mais diversas comunidades que efetivamente disputam este espaço público com o objetivo de dar voz e representatividade a sua existência na cidade. E o lugar escolhido é justamente aquele que propicia a convivência com a cidade. Neste sentido, a Roosevelt oferece abrigo ao cotidiano de diversas territorialidades em seu espaço público. Territorialidades estas que são percebidas, em alguns casos, através da ocupação tática e estratégica por parte de grupos que possuem territorialidades comuns e o desejo de ocupar e viver a cidade, promovendo sua transformação.

Diante destes conceitos, que lançam luz sobre o direito à cidade e o convívio em seus espaços públicos, tais grupos manifestam-se por meio de coletivos urbanos, que se apropriam e/ou insurgem diante das contradições que o próprio espaço público apresenta dado o urbanismo imposto pelo capital (a cidade formal e moldada pelo e para o capital). Neste aspecto, a Praça constitui novamente um espaço emblemático por oferecer condições que levaram a ocupação de suas áreas livres, num momento de forte declínio e degradação, pelos grupos de teatro de rua, no começo dos anos 2000, que visaram incentivar uma reocupação da Roosevelt de outra natureza: a partir da arte, da cultura e da educação.

Se por um lado, a domesticação de seu espaço público, realizada a partir da experiência imposta pelo processo de regeneração urbana, desenhada por coletivos políticos, empresariais, comerciais e de moradores-proprietários, que no caso, manifestaram-se por meio da praça, de maneira tática e estratégica, através da Associação Viva o Centro e da Ação Local Roosevelt, avança-se agora ao aspecto da apropriação não domesticada e espontânea que a experiência fenomenológica do cotidiano apresenta, manifestada a partir da ideia de um urbanismo tático e insurgente, onde o protagonista passa a ser o próprio usuário da praça ou aqueles que de fato desejam apropriar-se fisicamente de seu espaço público.

Os coletivos urbanos surgem de modo a questionar, através de manifestações e apropriações de caráter artístico, cultural, político, urbanístico e educativo, os problemas identificados em espaços livres públicos como os que decorrem de processos de obsolescência e degradação. Estes grupos se unem em torno de um mesmo ideal e utilizam-se do espaço público como “ágora” que permite o encontro, o convívio, e a discussão sobre formas de usos e permanências no espaço público através de apropriações e ações táticas por eles concertadas. A visibilidade promovida por estas ocupações coletivas de espaços públicos acabam por atrair os olhares dos cidadãos, transeuntes, que se deslocam através da praça, atravessando os territórios ocupados.

A atuação dos coletivos urbanos, em grande parte, é direcionada a formação de espaços públicos e cidades mais inclusivas e democráticas, onde estas insurgências urbanas, ou urbanismo tático, materializam a luta pela ocupação de lugares públicos, em contraposição ao urbanismo vigente pautado no capital e imposto pelo estado, como aqueles definidos por Lefebvre (1991).

6.2 De volta à Praça Roosevelt: a regeneração por meio da arte, cultura e educação

Retomando a leitura de Haesbaert (2007, p. 20), ao definir territórios e territorialidades, o autor sinaliza a existência de grupos e indivíduos que ocupam partes do espaço, distribuindo-se de diversos modos com o objetivo de atender às suas necessidades. Num processo que reconhece e/ou molda as redes de ações impressas no espaço, é relevante para a tese demonstrar como a atuação dos coletivos teatrais a partir dos anos 2000 contribuíram para uma renovação urbana por meio de ações táticas que visaram reinserir os territórios da Praça Roosevelt no mapa cultural da cidade.

Inicialmente, é importante lembrar do período de censura que caminhou desde o final dos anos 1960 até os anos 1980 em função do regime militar. Em paralelo, tanto as obras da ligação Leste-Oeste (por fraturar a cidade para abrir caminho a um importante eixo viário) quanto a implantação do “edifício-praça” (que selou a divisão entre as relações sociais e culturais que existiam entre os dois lados da Rua da Consolação), constituíram projetos modernos e arrojados em uma época em que aquele uso mais boêmio e cultural junto à Praça começava a deslocar-se no sentido da Rua Augusta em direção à Avenida Paulista e Jardins, reforçando o processo de obsolescência da área central.

O golpe de 1964 marcou um processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, em que a atuação dos artistas foi marcada por certa ambiguidade entre a censura e a consolidação de uma indústria cultural que deu emprego a artistas, inclusive aos de esquerda, com o Estado financiando produções e criando leis protecionistas que permitiam desenvolver em diversos veículos, como rádio, tv, cinema e teatro, uma certa temática voltada à sua popularização.

Falar do povo, pelo povo, dar a palavra ao próprio povo, as variantes e debates eram muitos, mas o centro continuava sendo a busca das raízes do autêntico homem do povo, cuja identidade nacional seria completada verdadeiramente no futuro, no processo da revolução brasileira (RIDENTI, 2000, p. 102).

Porém, a fase de prosperidade da economia brasileira tinha muito mais causas externas (internacionais) do que internas. Por isso, quando o cenário da economia mundial iniciou seu processo de recessão, o “milagre” brasileiro se encerrava. O início dos anos 1970 coincidiu com

o declínio do desenvolvimento econômico brasileiro, que produziu no país o agravamento das desigualdades sociais, de pobreza e do não emprego, que foram sentidos na área central pelo aumento dos cortiços, dos trabalhos informais e do aumento da população em situação de rua. Em paralelo, ampliaram-se as restrições às liberdades de expressão por meio de medidas repressoras que objetivavam conter as manifestações públicas contrárias ao regime.

Após a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, os grupos e meios artísticos brasileiros, sobretudo aqueles implantados junto ao Centro Novo, sofreram duramente com a repressão. A partir de então, artistas vinculados à atividade cultural do país foram presos, exilados, perseguidos e agredidos, e a produção cultural passou a ser vigiada de perto pela censura. Com a “queda” do regime no final dos anos 1980, pode-se dizer que houve uma tentativa destes grupos em retomar a anterior posição de prestígio que tinham na área central, em conjunto com os movimentos populares e grupos sindicais que igualmente retornaram às ruas para reivindicar os seus direitos. Contudo, o contexto do país neste período já era outro.

A experiência simbólica da queda do Muro de Berlim (1989), representou um exemplo paradigmático de um mundo que não queria mais ser dividido. Já a experiência brasileira com o movimento das Diretas Já (1983-1984), por exemplo, também representa o paradigma do momento em que o voto popular constituiu o elemento de união contra a repressão de um regime que dividiu sua sociedade e que até hoje deixou suas marcas. Na esteira destes acontecimentos, a situação hegemônica do capitalismo e do neoliberalismo, bem como o descrédito no projeto de cunho socialista, conduziram a classe artística a se reorganizar na busca por novas estratégias para o desempenho de suas atividades.

Projetos de edifícios criados para abrigar programas culturais e educacionais (como o Centro Cultural São Paulo) e espaços públicos (como a Praça Roosevelt) constituíram elementos chave neste novo paradigma. Os anos 1990 e 2000 deram início à ideia de retomada dos centros urbanos com relação ao aspecto de protagonismo que as políticas urbanas passaram a assumir em várias cidades, como na área central de São Paulo. Com isso, o povo reivindica a rua e o espaço público em manifesto a retomada da democracia e dos direitos fundamentais conquistados durante o início do século XX.

No documentário “*Estação SP - A Praça Roosevelt como ágora da cidade*” (ANEXO B), produzido e dirigido em 2020 pela SP Escola de Teatro, o jornalista Gilberto Dimenstein comenta que

a rua é a grande escola, entendida aqui como uma metáfora; é o que você aprende não sentado só numa sala de aula, mas o que você aprende fazendo, encontrando pessoas, convivendo, experimentando. Então a ideia de experimentação tem a ver com aquilo que você tem da sua teoria, do que se aprendeu em sala de aula, e você vai descobrir o mundo, o encantamento do mundo (ANEXO B, 2020, p. 229).

Construído nos anos finais do regime, o Centro Cultural São Paulo, inaugurado em 1982, no limiar da volta à democracia, repercutiu a ideia de sociabilidade e de múltiplas convivências possíveis em seu espaço físico, organizado por percursos abertos, rampas que parecem ruas, e das áreas de permanência que permitem múltiplas ocupações e o desenvolvimento da arte de forma democrática através de aulas abertas, muitas vezes espontâneas e não planejadas.

Já a Roosevelt, ao longo dos anos 1940 e 1950 (então Praça da Consolação) foi construindo intimidade com o setor cultural da cidade que estava em seu entorno (rádio, teatro e televisão), para além do contexto boêmio relacionado aos bares e boates que ali foram se instalando. Em 1962, inaugurou-se no número 172 da praça o Cine Bijou⁶³, sala de cinema que teve bastante prestígio na época, articulando a Roosevelt com o mapa cultural da cidade a partir da sua relação com os circuitos de cinemas de rua já existentes desde os anos 1930, a chamada Cinelândia⁶⁴. Diferentemente das demais salas de cinema de São Paulo neste período, que projetavam filmes comerciais, na linha dos produzidos em Hollywood/Califórnia, o Bijou ficou conhecido como o primeiro cinema de arte da cidade ao projetar filmes de produções independentes, os chamados filmes “cult”. Inicialmente com uma sala pequena de 100 lugares, “era ponto de encontro de artistas, jornalistas, estudantes, intelectuais e até militares de esquerda. Rapidamente foi reconhecido como um cinema de arte, driblando a censura dos opressores nos anos de 1964 a 1985”. Neste momento, ir ao Cine Bijou significava também frequentar a Praça Roosevelt, já que

⁶³ De acordo com o site UOL (2019), o nome *Cine Bijou* “vem do francês e faz alusão àquilo que foi lapidado para deslumbrar: uma joia, uma obra de arte. Nas salas que, a partir de 1972, se ampliaram para 300 lugares, foram exibidos filmes cults como Laranja Mecânica e Morangos Silvestres, além de clássicos como Blade Runner e Indiana Jones. Disponível em <https://www.uol.com.br/urbantaste/noticias/redacao/2019/07/17/conheca-a-historia-do-cine-bijou-que-vai-reabrir-na-praca-roosevelt.htm#:~:text=Mas%20o%20que%20poucos%20sabem,teve%20bastante%20prest%C3%ADgio%20na%20%C3%A9poca>. Acessado em 28/09/2022. Acessado em 10/09/2022.

⁶⁴ É conhecida como *Cinelândia Paulista* as territorialidades do Centro Novo de São Paulo que concentraram muitas salas de cinema entre as décadas de 1930 e 1950. A maioria delas ficava nas avenidas Ipiranga e São João, sobretudo entre o Largo do Paissandu e a Praça Júlio Mesquita. Os cinemas ali em funcionamento eram cerca de 30 nos anos 1960. Reconhecendo seu valor histórico e arquitetônico, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) tombou os Cines Art Palácio, Dom José, Ipiranga, Marabá, Marrocos, Metrôpole e Paissandu pela Resolução nº 37/92.

ali era tanto o lugar de estacionamento do automóvel como de encontro e convívio para quem ia ao cinema.

Para Kill Abreu, jornalista e curador do Centro Cultural São Paulo (CCSP), na capital, “a existência de espaços como a Praça Roosevelt e equipamentos públicos como o CCSP” ganham importância “porque criam uma possibilidade, justamente na chave de um convívio” que em certa medida “a cidade, no seu modo de ser em geral, não oferece” (ANEXO B, 2020, p. 229).

Com a ascensão da TV e dos shopping centers, o Bijou fechou as portas em 1996 e tentou uma reabertura em 1999, dessa vez abrigando também a função de teatro, que permaneceu até 2003, quando se encerraram as atividades novamente. Entre a reabertura e os quatro anos em que ficou aberto, recorda-se que Praça também foi ocupada pelo Supermercado Pão de Açúcar, diante das primeiras tratativas público-privadas que, como vimos, repercutiram o tema da “volta ao centro”. O fechamento do Cine Bijou em 2003, do supermercado Pão de Açúcar em 2007 e da Escola Municipal de Educação Infantil Patrícia Galvão em 2008, estiveram relacionados, em grande parte, pela situação de perigo e degradação que a área se encontrava no início dos anos 2000.

Neste sentido, mesmo antes da intervenção de regeneração urbana que gerou o redesenho e reforma da Roosevelt, reinaugurada em 2012, a praça começou a receber intervenções de outra natureza: de cunho cultural e social, diretamente relacionadas com a chegada dos novos espaços teatrais (Os Satyros e Espaço Parlapatões) no início dos anos 2000, figuras 99 e 100.

Figuras 99 e 100: Os Satyros, Espaço Parlapatões em frente à Praça Roosevelt.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Inaugurou-se no ano 2000, no número 214 da Roosevelt, a *Companhia de Teatro Os Satyros*, fundada por Ivan Cabral e Rodolfo García Vasquez, em um ambiente urbano que Cabral⁶⁵ qualificou como “devastador” por ser um

“um lugar muito escuro, dominado pelo tráfico e pela prostituição. Dificilmente depois das dezenove horas ou quando anoitecia, algum morador descia e transitava por essa calçada, onde hoje ficam os teatros, e é hoje a SP Escola de Teatro. As pessoas morriam de medo, era seguro que elas seriam assaltadas ou alguma coisa de mal aconteceria caso elas se aventurassem a atravessar essa linha absolutamente complicada, perigosa” (ANEXO B, 2020, p. 238)

Cabral comenta que foi justamente o aspecto complicado e degradado da Praça Roosevelt que fez com que a companhia decidisse implantar-se no local.

Nesse momento, vivíamos na Europa e tínhamos uma sede em Curitiba, a gente queria vir para São Paulo e queria trabalhar no lugar onde pudéssemos comprovar coisas que vínhamos pensando, e que já tinha acontecido na trajetória dos Satyros, que era modificar o entorno. A gente fez isso logo no início da nossa criação que foi na Major Diogo na Bela Vista, entre os anos 1989 e 1992 que é a nossa fundação. A gente transformou aquele lugar, nesse momento, absolutamente de forma involuntária. Não imaginávamos que seríamos capazes disso, daí a gente foi para a Europa e se estabeleceu primeiramente em Lisboa. E novamente, transformamos uma região em Lisboa, que era a região de

⁶⁵ Ivan Cabral é ator, fundador da Companhia Os Satyros e diretor da SP Escola de Teatro.

Xabregas, muito complicada também. Era escura, à beira do rio Tejo, num lugar onde as pessoas não frequentavam, onde a noite também era complicada e perigosa. Também, nesse momento, de forma involuntária. De repente, a gente começou a ver que aquela região começou a ser conhecida” (ANEXO B, 2020, p. 238).

Além disso, Cabral também comenta a aparente falta de visibilidade que a Roosevelt tinha na época.

O centro da cidade de São Paulo era um lugar muito difícil. As pessoas não frequentavam o centro da cidade [...]. No começo, a gente tinha que fazer um mapinha de como chegar no Satyros e eu tinha que explicar para as pessoas: você que vem de metrô, como chegar aqui... você que vem de carro, como chegar aqui... Era um lugar muito difícil porque, nesse momento também, tinham duas praças Roosevelt em São Paulo: uma no Brás e outra aqui. E a do Brás era muito mais conhecida [...]. Fizemos um plano estratégico de trabalho onde colocávamos assim: em 2005, começaríamos. Então tínhamos 5 anos com um trabalho árduo pela frente: sem público, sem visibilidade [...]. As coisas foram muito rápidas, assim, em dois anos, tínhamos conseguido fazer muitas coisas que foram surpreendentes. A gente começou inicialmente a falar sobre os moradores da Praça Roosevelt, sobre a geografia da Praça Roosevelt, sobre as personagens da Praça Roosevelt. Então desde o nosso primeiro trabalho, os Satyros começaram a dialogar com a rua (ANEXO B, 2020, p. 238).

O relato indica uma ação tática do grupo na escolha de um território degradado que pudesse ser ressignificado, constituindo uma primeira experiência, na Roosevelt, daquilo que se pode chamar de insurgência urbana ou urbanismo tático, realizado por meio de ações culturais que reconheceram e deram voz aos usuários da praça a partir das suas apresentações.

A exemplo disso, o espetáculo chamado “*O Retábulo da Avareza: a Luxúria e Morte*”, criado pelo ator galego Ramón del Valle-Inclán e dirigido por Rodolfo García Vázquez, apresentou homens que faziam papéis de mulheres e vice-versa. Cabral comenta que foi a primeira vez que o grupo apresentou uma peça em que se falava de papéis, cidadanias, ou retratos de identidades sexuais”. A atriz cubana Phedra de Córdoba⁶⁶, que passou a conhecer a Companhia através deste espetáculo, foi fundamental para que os Satyros pudessem ser integrados às territorialidades da Roosevelt. Em 2009, por meio do documentário “*Roosevelt: uma praça além*

⁶⁶ Phedra de Córdoba nasceu em Havana, Cuba, em 1938. Na infância, chamava-se Rodolfo Felipe. Assumindo o nome artístico de Phedra de Córdoba, trabalhou no espetáculo de travestis *Les Girls* no período de auge das boates e boemia do Centro Novo de São Paulo. Em 2003, entrou para a companhia de teatro Os Satyros. Em 2015 estrelou *Phedra por Phedra*, um espetáculo em formato de cabaré baseado na sua trajetória pessoal e artística dirigido por Robson Catalunha. No mesmo ano foi lançado o documentário *Cuba Libre*, dirigido por Evaldo Mocarzel. O filme mostrou o retorno de Phedra a Cuba, 53 anos depois, e a luta contra a transfobia e homofobia no país.

do concreto”, Phedra comentou sobre como conheceu a Praça e como seu espaço apresentava um clima hostil durante a época de sua decadência.

Eu conheci a praça no auge, no auge! Quando dizer “eu moro na Praça Roosevelt” era uma coisa de ser chique. Como hoje é nos Jardins. De noite não passava aqui porque era tudo escuro, tudo escuro. Tinha prostituta, travestis. Inclusive os travestis, teve uma que me parou: “Tu és mulher ou é travesti?” Aí eu fiquei... eu não soube responder. Porque eram marginais, entende? Então elas me davam raiva porque comentavam que eu era transexual, mas que era muito fina, que eu era atriz, e chocava aquilo. Porque são marginais, infelizmente” (ANEXO A, 2009, p. 228).

De acordo com Cabral, o grupo buscou, através do seu espetáculo de estreia, dialogar com travestis e transexuais que faziam “ponto” na Praça.

Foi aí que conhecemos a Phedra, que veio assistir esse espetáculo e a partir de então ela seria a nossa grande parceira. [...] Ela nos integra ao mundo trans, ao submundo, à noite. A partir de então, sempre fomos dialogando com a praça. O nosso projeto, por exemplo, também era colocar títulos de espetáculos que tivessem a Praça Roosevelt no nome. Sabíamos que isso era uma forma de trazer a Praça no mínimo no roteiro dos guias de teatro. Então fizemos muitos espetáculos que tinham o nome da Praça Roosevelt no título da peça. Enfim, foram muitas ações, mas eu acho que a grande delas [...] foi uma mesa na calçada. Quando nós colocamos essa mesa na calçada, convidávamos as pessoas da rua a adentrar o espaço dos Satyros, e conversar, e a dialogar com a gente. Então para mim, a grande revolução foi essa que é uma revolução solidária, de solidariedade, de encontro, de propor para o outro a possibilidade de pensar juntos, não pensar igual, não pensar da mesma forma, mas juntos. Discordando inclusive, mas abertos e propondo o diálogo (ANEXO B, 2020, p. 239 grifo nosso).

Phedra passou a integrar Os Satyros e teve um papel importante no diálogo entre o grupo e os usuários da praça. Juntamente com os Satyros, o *Grupo Parlapatões, Patifes e Paspalhões* (Parlapatões), instalou-se no número 158 da Praça Roosevelt em 2006, constituindo outro importante grupo teatral que atua na transformação do espaço público através da arte e da cultura na área central. Os Parlapatões são representantes da atuação teatral junto às ruas e praças da cidade.

A gente começou o grupo passando o chapéu em apresentações de rua, na Praça da República, no Parque do Ibirapuera, e mudou muito a relação do nosso teatro, do teatro que a gente queria fazer, porque você entende o sentido público do espaço. Muitas das praças, muitos dos espaços públicos das grandes cidades acabam sendo apenas lugares de passagem. Eles são os lugares onde a pessoa vai tomar um ônibus, onde a pessoa tem que esperar alguém para ir embora para outro lugar, e nunca um lugar para estar, para ficar, e a gente percebeu no começo que ocupar a praça da república com as nossas rodas, fazendo os números de palhaço, criava uma relação com quem estava ao redor. Eram as barracas de comida da feira de comida da Praça da República, era os moradores de rua, eram os habitantes do entorno que começaram a assistir o grupo e a participar como a gente realizava o espetáculo para além do espetáculo; na maneira como a gente

chegava, como a gente ia embora, e isso deu para gente um sentido do espaço público que a gente não tinha notado ou percebido na vida no dia a dia. E ao longo da nossa trajetória passando por vários estados, apresentando diversos teatros com teatro de rua, em festivais aqui no Brasil ou fora, isso foi ganhando uma força cada vez maior. Tanto que a gente resistiu um pouco a ter um espaço próprio, a ter o teatro próprio, porque a gente achava que devia estar nesses lugares; para dar sentido público a esses espaços públicos que sempre estavam meio que privatizados, isolados ou abandonados (ANEXO B, 2020, p. 229, grifo nosso).

Na citação acima, Hugo Possolo⁶⁷ demonstrou a compreensão que os Parlapatões tinham de cidadania diante da apropriação por eles realizada em espaços públicos por meio de suas apresentações, difundindo a arte e a cultura junto aos habitantes da área central da metrópole, sobretudo aos populares, transeuntes e pessoas em situação de rua que enfrentam o dia a dia nestes espaços. Segundo Possolo,

“ao perceber o movimento que já acontecia na Praça Roosevelt, a partir do trabalho que os Satyros já desenvolviam, tinha o Teatro X aqui - uma coisa anterior até que os Satyros, que era o pessoal do Bosco Brasil - [...] a gente viu que esse era o lugar. [...] Antes de fechar o contrato para poder tá aqui nesse espaço, que hoje é nosso felizmente, a gente foi conversar com o Rodolfo dos Satyros, que eu só tinha visto os trabalhos e não tinha não tinha conhecimento, não era meu amigo como é hoje, e aí bate na porta e falei: “ó, vim pedir uma xícara de açúcar porque acho que vou virar seu vizinho e quero saber o que você acha disso?” [...] E não deu outra, a gente trocou informações, ideias, possibilidade, e descobrimos que a ocupação do espaço público [...] envolvia o convívio social que, no nosso caso, era o fato do teatro ter bares, cafés com mesas voltadas para calçada, no nosso caso, preferimos não ter mesa na calçada, mas deixar as portas abertas, a nossa fachada é bem grande então a gente deixa bem aberto para ter uma interação com a rua. O imóvel era todo fechado, abrimos janelas e portas para ter essa conexão e a partir daí percebemos que a ocupação do espaço público era feita por diferentes pessoas que vivem no entorno e/ou que vem da periferia para esse centro, ou seja, a gente tem aqui o encontro de artistas, jornalistas, gente de dança, pessoal de circo que começou a frequentar, a fazer malabares ali em cima na praça... começou a transformar. A gente chegou à praça não estava reformada, então tinha uma briga em relação à uma praça que era em três níveis, uma praça horrorosa, difícil acesso, difícil ocupação. E quando a praça foi finalmente reformada, um dia de manhã vindo para o teatro eu passei e vi umas crianças andando de skate, crianças, meninos mesmo. Eu olhei e falei: “Nossa! Tem crianças aqui no centro da cidade de São Paulo!” (ANEXO B, 2020, p. 240, grifo nosso).

Ou seja, para ambos os grupos teatrais a praça é sinônimo de lugar de encontro e convivência que permite a civilidade. Em conjunto a outros espaços teatrais e culturais do entorno (figuras 101, 102, 103 e 104), como o Teatro Cultura Artística, Teatro de Arena, Pequeno Ato e, posteriormente, com a chegada da SP Escola de Teatro nos anos 2010, estes equipamentos marcam

⁶⁷ Hugo Possolo é ator, autor, diretor e fundador dos Parlapatões.

a presença da arte e da cultura como elementos que lançaram “luz” aos cenários de decadência que a Roosevelt representava. Buscaram articulações com os moradores locais, sobretudo os usuários da praça estreitando relações com eles. Além de buscar alternativas, como a criação de uma fachada dinâmica, aberta e associada a um programa atrativo aos jovens, intelectuais, artistas etc., que passam a frequentar estes espaços para um café, para uma cerveja, para encontros, para assistir a peças teatrais, entre outros.

Figuras 101, 102, 103 e 104: Grupos teatrais no entorno da Praça.



Fonte: Acervo do Autor, 2022.

Kill Abreu aponta a força política que os grupos assumiram ao recriar uma experiência de sociabilidade que não existia antes na Roosevelt, nos moldes da arte e da cultura como elementos que impulsionaram uma nova efervescência cultural. Esta nova ocupação é também política, porque demanda igualmente acordos e novas relações que geraram uma nova paisagem urbana para a praça. Segundo Abreu, esta nova paisagem foi criada em torno da arte.

Que não é só a arte no sentido formal, mas é também a possibilidade de uma convivência em torno do pensamento daquilo que sai da sala de espetáculos. Você tem uma coisa muito interessante hoje na Roosevelt, que já é mais a posteriori, mas que é tão importante quanto essa ocupação política dos grupos que depois vão agregando a comunidade ali do entorno, que é a existência da SP Escola de Teatro ali, de uma das unidades de SP, que é um projeto, acho, incrível. Que tem um significado muito especial pelo fato de primeiro, ser uma escola de teatro, uma arte por si só agregadora; e pelo fato da escola, eu acho, que tem um modelo não protocolar. Assim, no sentido de que ela é uma espécie de laboratório por meio da convivência com a Praça. Ao mesmo tempo em que a escola aponta ou se alimenta do de fora né? No sentido de que uma boa parte dos aprendizes que estão ali, por exemplo, não teriam possibilidade de fazer um curso de teatro bacana se não fosse ali, com aquela qualidade (ANEXO B, 2020, p. 230).

O trecho destaca esta nova sociabilidade junto à Roosevelt. Apesar das novas vivências que a Roosevelt passou a experimentar com a chegada dos teatros, Rodolfo Garcia Vazques lembra dos conflitos que os grupos enfrentaram com relação aos traficantes de dominavam a “Boca do Lixo”

A última ameaça mesmo foi em 2005, que a gente recebeu uma ligação. Aí foi mais pesado, que era um traficante que dizia que haveria um derramamento de sangue na porta do teatro se a gente continuasse, porque a gente estava atrapalhando as atividades deles ou a gente deveria pagar um aluguel - não um aluguel, uma mensalidade - para o tráfico de 15.000 reais por mês, que não tínhamos. [...] É um lugar assim, de bandidagem pura, mas a gente não se deixou intimidar por isso. A gente que o mais importante era a localização e o astral que a região tinha e tal, e que a gente poderia se relacionar com isso e mudar um pouco essa atmosfera, né (ANEXO A, 2009, p. 233, grifo nosso).

Num contexto de tensão gerada pela violência urbana, os grupos resistiram acreditando na possibilidade de mudança que a arte e a cultura poderiam trazer para a praça, bem como pela sua nova visibilidade junto à área central e atratividade, junto a todos os interessados nas atividades oferecidas por eles. Como explica Cabral

até hoje, entre a Praça Roosevelt e o palco dos Satyros, não existe uma porta. Isso também foi estratégico, quando nós chegamos lá no ano de 2000 a gente falou: “não existe nenhuma porta”. Se você quiser, durante uma peça do Satyros, entrar na porta da frente, você vai até o palco sem passar por nenhuma porta. Você vai ter um monte de cortinas e panos que, se você vencer, você entra no nosso palco. Isso é uma forma de tentar criar, uma de forma simbólica obviamente, mas um convite para que você; para que vocês; para que os artistas

da Praça Roosevelt, adentrem ao nosso espaço e possam dialogar com a gente. Então vai ser assim sempre, entre nós elenco dos Satyros e a Praça Roosevelt, nunca existirá nenhum portão, nenhuma porta e nenhuma dificuldade de comunicação. A gente vai estar sempre aberto, de braços abertos, de coração aberto para tentar no mínimo entender a complexidade do mundo (ANEXO B, 2020, p. 228).

As táticas do teatro, tanto na ocupação de seus espaços próprios, quanto da calçada, da rua e da própria praça constituem um ato de ocupar a praça como uma afirmação política, por meio da articulação de parcerias com alguns moradores e comerciantes dos arredores, ou mesmo através da interação e intimidade que desenvolvem com os usuários da praça até então invisibilizados (pessoas em situação de rua, prostitutas, miches, ambulantes etc.).

Em 2006, época em que foi apresentado o projeto de reforma para a Roosevelt, o então prefeito José Serra, que conheceu o trabalho que os Satyros faziam junto a comunidades da Zona Leste, visita o grupo na Roosevelt. Anos mais tarde, em 2010, foi entregue à população o prédio da SP Escola de Teatro no número 210 da praça, validando o trabalho feito pelos grupos teatrais junto à Roosevelt e criando oportunidades para jovens carentes terem acesso formativo nesta escola pública. Assim como as ações táticas desenvolvidas pelos grupos teatrais, começam a surgir, nos anos 2010, ações de cunho educativo, como a Virada da Educação em 2014; utilizando o espaço da Praça Roosevelt, em torno de uma proposta mais coletiva e poética da educação. A Virada da Educação surgiu inspirada na Virada Cultural.

André Gravatá, educador, jornalista e um dos criadores da Virada da Educação, diz que

o território que a gente escolheu foi o território do entorno da Praça Roosevelt, a praça e o seu entorno. A gente começou a se aproximar de algumas escolas públicas de teatros, bibliotecas, a própria praça e as pessoas que moram na região, a gente começou a conversar com essas pessoas e criar algumas ações junto com elas para que, durante alguns dias, oficinas, trilhas, sessões de cinema e peças de teatro pudessem acontecer para gerar essa sensação de aproximação de aprendizagem de educação por meio dessa poesia que a gente sente quando as pessoas realmente se aproximam e abrem espaço para que essa aproximação seja mais transformadora (ANEXO B, 2020, p. 231).

Um aspecto interessante que a Virada da Educação trouxe foi justamente uma ação tática que lia no espaço uma oportunidade de transformá-lo em uma grande sala de aula com atividades lúdicas que permitiam o aprendizado por meio da convivência no espaço público, figura 105. E não somente no espaço representado pela Roosevelt, como também em outros lugares do entorno do qual a Roosevelt faz parte através do sistema de espaços livres da cidade.

A gente chegou a fazer muitas trilhas, por exemplo, a gente foi com as crianças e adolescentes de duas escolas diferentes para o Cemitério da Consolação, por

exemplo. A gente foi andando pela rua, conversando, e aí quando a gente chegou lá, ouvimos uma conversa com o educador do cemitério que contou toda uma série de histórias do lugar, das obras que estão naquele lugar - que é um museu público e que essa pessoa que mostrou o cemitério chama de museu, chamamos o que ele estava fazendo de uma aula pública para aquelas crianças e adolescentes. Chegamos a fazer muitos cortejos pela rua. A abertura da Virada Educação de 2016 foi um cortejo que saiu da Praça da República, perambulou pelo centro de São Paulo, e chegou na Praça Roosevelt. E foi muito simbólico esse ato porque era um ato de música, era um ato de dança, era um ato de teatro, era um ato de caminhada, era um ato de educação, era um ato que juntava pessoas muito diferentes. Se você olha, assim, de longe, você não necessariamente acharia que elas estariam juntas no mesmo lugar, mas elas estavam juntas. Eu sinto que quando a gente consegue levar alguma ação mais poética e artística para rua, muitas são as chances de juntar pessoas de origens e cenários muito diferentes, e essa diversidade é o que traz mesmo encantamento no espaço público, né? Porque o espaço público é um espaço de muitos encontros inesperados (ANEXO B, 2020, p. 239).

Figura 105: Virada da Educação na Praça Roosevelt em outubro de 2017.



Fonte: Disponível em <https://estilodeaprender.com.br/site/index.php/2017/10/20/virada-educacao-na-praca-roosevelt/>. Acessado em 10/11/2022.

O documentário produzido pela SP Escola de Teatro também apresentou a história de Johnny Klein, ator e skatista. Johnny morava na cidade Tiradentes, Zona Leste da capital e estudava no Colégio Caetano de Campos e conheceu a Roosevelt através da escola. De acordo com ele

quando o Satyros fez a peça *Satyros Teens*, avisaram na escola que ia ter esse projeto para recrutar galera para se inscrever, para fazer teste aqui, e a minha vida mudou muito a partir daí. Muito mesmo. Porque eu conheci a praça através da escola e através da escola comecei a andar de skate aqui. Eu já andava de skate e vim andar por causa da escola [...]; essa praça aqui tem de tudo! Ela tem o pessoal que anda de patins, a galera que anda de skate, a galera que ouve funk, os atores. E depois que eu entrei para os Satyros, que eu conheci a companhia, mudou muito, muito mesmo. Tanto que depois de ter feito, de ter participado desse projeto dos Satyros Teens, eu fui chamado para fazer um skatista numa peça que chamava “Édipo na Praça” que era da mesma companhia. Fui convidado pelo fato de andar de skate, entendeu? E dessa relação com a praça que a peça falava, relação da praça com o skate, era tudo, tudo ligado! A peça era aqui na praça, inclusive, e a gente fazia umas cenas aqui, ali do outro lado da praça... então acho que desse ano de 2013 para cá, minha vida mudou muito por causa da praça, por causa de skate, por causa da escola (ANEXO B, 2020, p. 237).

Estes relatos nos mostram a dimensão que os coletivos formados pelos teatros e por grupos ligados a educação tiveram na escala da retomada da praça, ressignificando seu espaço público e, portanto, desenvolvendo um outro tipo de regeneração em que a arte, a cultura e a educação foram o impulso à transformação da sua paisagem urbana, figura 106. Além destes exemplos, os Skatistas, figura 107, os grupos musicais de Hip-Hop e Funk, entre outros, constituem coletivos urbanos que se apropriam do espaço público buscando a convivência em comunidade, criando sociabilidades e novos conflitos, como veremos a seguir.

Figura 106: Maratona cultural “Satyrianas” na Praça Roosevelt em outubro de 2018.



Fonte: Disponível em https://twitter.com/os_satyros/status/1051570195586830336. Acessado em 10/11/2022.

Figura 107: Inauguração das pistas de skate na Praça Roosevelt em 2014.



Fonte: Disponível em http://www.espn.com.br/noticia/463932_dc-invitational-lota-roosevelt-em-festa-do-skate. Acessado em 10/11/2022.

6.3 *Praça Roosevelt resiliente: novos conflitos no uso e apropriação do espaço público*

A disputa revelada a partir das intervenções físicas relacionadas ao processo de regeneração urbana junto a Praça Roosevelt e seu entorno, e a ocupação de grupos sociais como os coletivos urbanos e outras formas espontâneas de apropriação do seu espaço, criaram uma polarização que nos conduz à discussão do quão resiliente é o espaço público da Praça, no sentido de atender a uma ou outra forma de apropriação que tensiona seu espaço.

Neste sentido, conceitos como o da resiliência urbana têm sido empregados para explicar mudanças ocorridas em espaços públicos em geral, como uma forma de determinar e quantificar os níveis de adaptação que decorrem da apropriação destes lugares. Segundo define Holling (1973, 2001), a resiliência urbana traduz a medida das alterações desencadeadas e toleradas pelas cidades, antes de se reorganizarem integralmente em torno de novas estruturas e processos. Ao aplicar-se o conceito para a leitura do território, o autor indica ser possível mesclar as componentes física e humana, que corresponderiam a uma rede de infraestruturas e de comunidades, onde os sistemas físicos se compõe de elementos construídos e biofísicos.

Por outro lado, esta pesquisa adotou o caminho da percepção do espaço a partir dos conceitos indicados por Lefebvre (1974), Harvey (1980) e Santos (2006). Os autores, apesar de não tratarem especificamente da resiliência urbana – conceito ligado à engenharia ambiental – viabilizaram o estudo da Praça Roosevelt diante de categorias espaciais que envolvem a materialidade e/ou organicidade do espaço, a sua percepção e o seu simbolismo. Todos são igualmente importantes para a compreensão do objeto e das tensões que nele ocorrem por avançarem na compreensão dos aspectos sociais diante da leitura do “sistema semântico, semiótico ou semiológico, da observação da linguística, da linguagem urbana ou da realidade urbana considerada como um conjunto de signos” (LEFEBVRE, 1974, p. 55), dificilmente mensuráveis por cálculos matemáticos.

No caso da área central de São Paulo, há inúmeras forças que atuam sobre seu território e expressam-se através dos interesses de grupos econômicos e sociais específicos - como a Associação Viva o Centro, ou o próprio mercado imobiliário, de um lado, e os movimentos populares de moradia, como o Movimento de Moradia o Centro (MMC), a Frente de Luta por Moradia (FLM), o Fórum de Cortiços e dos Sem-Teto de São Paulo, o Movimento Unificado dos Trabalhadores Ambulantes da Cidade de São Paulo etc., de outro – atuando permanentemente sobre as políticas propostas para a área e protagonizam tais disputas (MARICATO, 1996).

A partir da aproximação ao cotidiano da Praça Roosevelt, apresentada em sua dimensão urbana, cultural e social, foi possível constatar que as práticas sociais resultantes das intervenções urbanas, ao ressignificarem suas construções e lugares de convívio, revelaram conflitos intrínsecos à produção do espaço urbano na cidade de São Paulo, de forma mais geral.

De modo a exemplificar como se detectou o fenômeno de resiliência urbana, ou seja, a leitura dos fenômenos de deslocamentos e/ou adaptabilidades, apontam-se as particularidades dos processos decorrentes das intervenções realizadas na praça, em especial, as que inter-relacionam os efeitos em nível local (junto aos sistemas de espaços livres do centro) e global (no que diz respeito às relações intraurbanas e metropolitanas que na praça se manifestam).

As ações de intervenção urbana da área central, como ocorrido no caso da Praça Roosevelt, visavam não somente atender às exigências dos empresários e entidades locais - consultados durante o processo pela Associação Viva o Centro -, como também os interesses econômicos do próprio Estado. Neste sentido há que se destacar o debate realizado entre os diferentes agentes atuantes no projeto e os representantes da sociedade civil, que selou a condição atual desse espaço público, deixando de lado possíveis reivindicações dos reais usuários da praça (como os coletivos teatrais e culturais, os grupos de skatistas, entre outros).

Em março de 2009, a EMURB, através do documento “Requalificação Urbana da Praça Roosevelt”, apresentou o projeto de intervenção, em resposta ao plano inicial proposto pela Prefeitura. Neste documento, foi apresentado um diagnóstico, elaborado a partir de dados enviados pela Associação Viva o Centro, indicando pontos favoráveis e contrários ao projeto, informações sobre o andamento das obras, orçamentos e ações para o entorno. Em conjunto às intervenções físicas (promovidas pelo Estado) e sociais (manifestadas pela Associação Viva o Centro) na Praça e seu entorno, também foi desenvolvida uma nova proposta de gestão que possibilita a participação do setor privado. Ou seja, a lógica de produção do espaço pautou-se pela valorização imobiliária por meio da renovação da área central criando atrativos e investimentos que determinaram as novas dinâmicas de uso e ocupação do solo junto ao território da praça.

A partir da reinauguração em 2012, iniciou-se um novo período, reforçado pela sua localização privilegiada como ponto de referência na cidade. Sua articulação com o sistema de mobilidade estruturante (trem, metrô, ônibus e ciclovia) permitiu que seu espaço fosse acessado por todos os habitantes da cidade e da região metropolitana. A rede de ciclovias existentes no entorno reforçou sua articulação com os espaços livres que hoje, para além dos espaços públicos

definidos pelas praças e parques, passaram a contar com a abertura aos finais de semana da Avenida Paulista e do Elevado Costa e Silva em horário determinados, ampliando as possibilidades de uso de espaços livres no centro da capital.

Em paralelo, o novo desenho de seu espaço público e a localização dos bares e teatros junto ao seu entorno, sua relação com a Rua Augusta e proximidade com a Rua Frei Caneca, além da sua relação com as áreas de comércio popular do centro criaram o ambiente propício para a permanência de jovens, intelectuais, moradores do entorno, assim como de skatistas e demais praticantes de esportes (como corredores, ciclistas, patinadores, entre outros) que veem a praça como um local ideal para suas práticas no centro da cidade.

A Roosevelt constitui um espaço caracterizado pela transitoriedade, diversidade, espontaneidade e fluidez próprios de sua natureza pública. A diversidade presente na sua ocupação revelou a existência de inúmeras categorias sociais que ganham expressão no espaço pela presença de diferentes territórios sociais que se cruzam no território da praça: a comunidade LGBTQIA+, os estudantes (de ensino primário, secundário e universitários), os skatistas, os moradores locais (moradias formais e informais), os artistas de teatro, o bloco carnavalesco do Baixo Augusta, a forte presença de população em situação de rua, os comerciantes, as instituições públicas (educacionais, de cultura, de segurança pública), o comércio ilegal/informal, os territórios de prostituição etc.

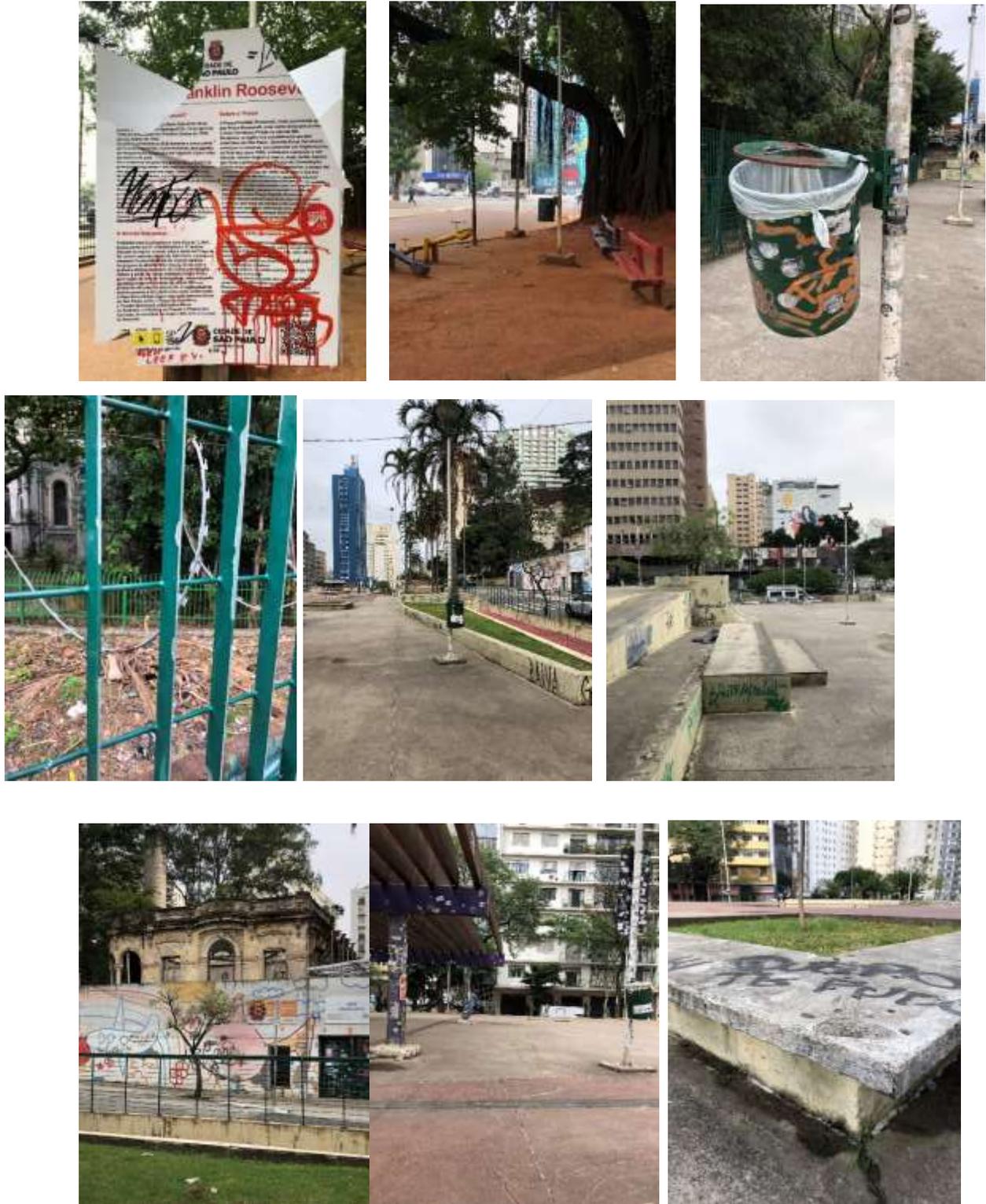
Ao mesmo tempo em que seu uso se intensificou, em compasso com o crescimento da própria cidade, intensificaram-se os conflitos e confrontos entre os usuários da praça e os moradores locais. A utilização dos espaços da praça pelos skatistas e ciclistas, pelo trânsito de viaturas da polícia militar e da guarda civil metropolitana e pelos grandes eventos, muitas vezes instantâneos e que aglomeram grandes contingentes de pessoas no espaço, tem revelado um novo problema. Dez anos após a última reforma o espaço já aponta patologias e sinais de degradação (figuras 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115 e 116).

Figura 108: Entorno da Praça Roosevelt, junto ao Elevado Costa e Silva.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figuras 109 a 116: Situações de abandono e degradação na Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Além disso, o barulho ocasionado pelo uso frequente da praça (sobretudo o noturno), a ocupação por pessoas em situação de rua, as notícias de constantes assaltos e o atual cenário de degradação e sujeira que diariamente se apresentam aos moradores do entorno, tem levado a

manifestações favoráveis ao fechamento da praça, a exemplo do que ocorreu em 2021 com a Praça Pôr-do-sol em Pinheiros, na Zona Oeste da capital.

O confronto entre os policiais que tentam limitar o uso da praça por parte de alguns grupos, como dos skatistas, e a utilização do seu espaço como estacionamento da frota policial, dada a posição estratégica que a Roosevelt possui em relação a área central da cidade, ou mesmo a recente tentativa de alteração do nome da praça para “Praça Tarcísio Meira”, projeto que o vereador Tammy Miranda apresentou para homenagear o ator falecido em 2021, constituem exemplos da disputa eminente por este importante espaço público da metrópole.

Observa-se a resiliência e permanência de usos na praça através da apropriação feita por grupos de skatistas, usuários da praça desde sua época de seu abandono, e que ainda hoje a utilizam para a realização de manobras esportivas (figura 117). A presença de grupos musicais que realizam semanalmente duelos de rap e Hip-Hop também representa outro exemplo de resiliência que reflete a visibilidade dos “ritmos” da periferia no centro urbano da metrópole paulistana.

Figura 117: Praça Roosevelt em 2022.



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Outro aspecto importante, decorrente das intervenções, diz respeito aos deslocamentos de usos e populações, gerados em função do aumento do custo da moradia, do comércio e serviços,

devido à intensificação da valorização imobiliária no centro histórico, onde ocorreu o fenômeno da gentrificação, processo que também auxilia a compreensão da resiliência no território da Roosevelt. O levantamento das áreas envoltórias à praça evidenciou que os novos empreendimentos se localizam na Rua Augusta, principal rua nas proximidades da Praça, que teve entre 1985 e 2013 a maior concentração de negócios imobiliários dentro do perímetro do Centro e que já possuía uma tradição de ocupação por atividades noturnas desde os anos 1960. Em paralelo, a concentração de casas noturnas provocou uma mudança de público, atraído pela característica boêmia da região, reforçada pelas atividades culturais dos grupos de teatros ali instalados.

A visibilidade trazida com a nova efervescência cultural junto à Roosevelt, a renovação de seu espaço físico que atraiu novos grupos sociais e viabilizou novas apropriações relacionadas ao turismo, ou mesmo os novos investimentos públicos que vêm sendo realizados em seu entorno, como a inauguração, em 2021, do Parque Augusta e do projeto recém divulgado pela prefeitura municipal para a implantação do Boulevard Roosevelt (2022), têm contribuído para a intensificação da valorização dos imóveis do entorno, aumentando o interesse imobiliário na região. Por outro lado, os novos empreendimentos que tem sido implantados em áreas próximas à praça seguem o modelo de condomínio, que se fecha em relação a rua, diferentemente dos projetos de térreo livre ou de usos comerciais e compartilhados com o espaço público implantados nos anos 1950 e 1960 (a exemplo do Copan e de outros com térreo em galeria), conduzindo a uma nova etapa nos conflitos entre a apropriação e usos dos espaços na área central, onde a ideia de permeabilidade e integração tem dado lugar à privatização e isolamento entre o espaços público e edifícios.

CONCLUSÃO

A partir da descrição do desenvolvimento urbano que diz respeito à formação do território da metrópole paulistana, foi possível situar o objeto de estudo da pesquisa no sentido de apontá-lo com emblemático das estratégias que ciclicamente envolveram os planos, propostas e projetos apresentados junto à área central de São Paulo no sentido de criar condições para a produção e reprodução de espaços da cidade.

Demonstrou-se que apesar do espaço formado junto à Igreja da Consolação remontar aos primórdios da urbanização da cidade, foi a partir dos anos 1930, com a implementação do Plano

de Avenidas, que o espaço público da Praça nasceu, intimamente ligado às intervenções de Prestes Maia com relação às avenidas perimetrais (entre o eixo da Consolação e da então Avenida Anhangabaú), resultando de um projeto de saneamento que resultou na implantação de uma das avenidas de fundo de vale que forma o sistema “Y” que se relaciona com o Centro Histórico da capital.

Nos anos 1940, 1950 e 1960, este espaço público acompanhou momentos importantes do desenvolvimento econômico e social presentes no Centro Novo da metrópole mundial que naquele momento apresentava-se em ascensão. Os territórios da praça viveram os momentos áureos do comércio chique, da efervescência cultural e boemia dos anos 1940 e 1950, no momento que a elite disfrutava destes territórios. A chamada Praça da Consolação, em chão de terra batida, foi inaugurada em 1951 sob o nome Praça Franklin Dellano Roosevelt, recebendo uma primeira “qualificação” que consistiu em “largar pixe sobre a praça” de modo a oferecer condições a permanência do automóvel durante a semana (diante do processo rodoviário, do fortalecimento da indústria automotiva, e da importação do modo de vida norte-americano tido como modelo) e a grandes aglomerações de pessoas nos finais de semana (em função dos comícios públicos que recorrentemente abrigava, pela presença da maior feira livre da cidade e das missas ocorridas na Igreja da consolação).

A dinâmica econômica brasileira que atribuiu a São Paulo o status de “locomotiva do Brasil”, possibilitou à cidade ainda de feições provincianas, desenvolver e implantar seu plano de avenidas, assim como permitiu a implantação do primeiro Plano Diretor, o PUB, em 1968. Neste momento, diante da implantação de uma via expressa que ligava o Leste ao Oeste da capital através do centro, expressando as novas dinâmicas necessárias à sua metropolização, o regime militar da época viu no espaço ocupado pela Roosevelt, na fronteira entre o Centro Novo e as novas zonas de expansão a Sudoeste da cidade, uma oportunidade de expressar a “grandiosidade” do regime através da implantação de uma grande praça cívica (o edifício-praça) que atendesse as novas dinâmicas metropolitanas e de melhoria à área central diante de um projeto que refletiu a modernidade pretendida para a nova metrópole mundial de dois milhões de habitantes.

Com um projeto que refletiu as concepções de centralidade das New Town inglesas e o paisagismo moderno norte-americano, criou-se um espaço que, nas palavras de Sun Alex (2011), conduzia o usuário ao isolamento, por tangenciar as experiências dos projetos dos jardins das casas de subúrbio norte-americanas elaboradas por Eckbo, importante referência para o arquiteto

Roberto Coelho Cardoso, que coordenou a equipe que desenvolveu o projeto apresentado em 1968 e implantado com as alterações da gestão Paulo Maluf (1969-1971) em 1970.

Assim como o espaço público sentiu uma intensa transformação em seu território, dadas as grandes obras que modificaram o cenário do entorno, também repercutiu as transformações da área central, dada a obsolescência de usos percebidas a partir do deslocamento de investimentos para outras áreas da cidade, sobretudo para aquelas junto à Avenida Paulista e Faria Lima. Juntamente com o período de maior repressão do regime, com a promulgação do AI-5, contribuiu para a degradação do entorno a incorporação de usos de menor prestígio (como prostituição, tráfico e consumo de drogas), que lançaram este território como protagonista da “Boca do Lixo” junto ao Centro Novo da metrópole.

Entre os anos 1980 e 1990, a falta de investimento na área central, as dificuldades na gestão e manutenção do “edifício-praça” e a mudança de cenário ao abrir caminhos ao “submundo” do crime, marcaram na Roosevelt as narrativas relativas à degradação e obsolescência sentidas na área central.

Nos anos 1990, quando o paradigma da “volta ao centro” surge no sentido de atribuir renovação e novas dinâmicas à área central visando a valorização imobiliária – com o turismo e o reuso voltados ao reinvestimento junto ao setor terciário - os planos, programas e projetos pautaram-se em experiências internacionais como as de Barcelona e Londres, realizadas no mesmo período, que reaqueceram os olhares para áreas tidas como obsoletas e degradadas como a Praça Roosevelt. A oportunidade de investimento internacional a partir do empréstimo junto ao BID, conquistada nos anos 2000, somada aos estudos que vinham sendo desenvolvidos junto à EMURB e o lema do retorno ao centro adotado como bandeira do fazer político, sobretudo nas gestões José Serra e Gilberto Kassab, permitiram a implementação de uma reforma da Praça Roosevelt, reinaugurada em 2012, nos moldes de um processo de regeneração inspirado nas referidas experiências externas.

A oportunidade de investimento internacional a partir do empréstimo conquistado junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) nos anos 2000, somada aos estudos que vinham sendo desenvolvidos junto à EMURB e o lema do retorno ao centro adotado como bandeira do fazer político nas gestões José Serra e Gilberto Kassab, permitiram a implementação de uma reforma da Praça Roosevelt nos moldes de um processo de regeneração urbana inspirado nas referidas experiências. Além da necessidade de ações voltadas a reabilitação da praça, coexistia a

necessidade de reordenar sua paisagem urbana no sentido de criar de fato um lugar que permitisse o convívio e resolvesse os problemas de gestão, observados durante a gestão Erundina, que contribuíram para sua degeneração.

Contribuindo com as ideias de renovação urbana da área central iniciadas na gestão Maluf, o Estudo Preliminar desenvolvido por Rubem Reis sob coordenação do arquiteto José Eduardo de Assis Lefebvre através da EMURB foi lançado oficialmente em 1995 e indicava a demolição do “excesso da massa construída e o desenvolvimento de uma nova intervenção” que consistia numa ação voltada a reabilitar a Roosevelt. Portanto, a praça e seu entorno foram incluídos nos termos do PROCENTRO (Programa de Reabilitação da Área Central) sob o título de “Requalificação Urbana da Praça Roosevelt” por meio do decreto nº 37.835 de 1999.

O Estudo da EMURB que vinha sendo desenvolvido desde 1995, no que toca a relação com o entorno, adotou o mesmo partido desenvolvido por Roberto Coelho Cardoso ao primar por uma melhor articulação da praça com a rua da Consolação integrando-se aos terrenos dos edifícios públicos do entorno. Por outro lado, ao considerar a demolição das estruturas superiores aos níveis de estacionamento, que visou reestabelecer o “vazio” da praça em aproximação à sua topografia original, abrindo-se caminho a implantação de um novo paisagismo e uma alameda, composta com um desenho realçado pelos acabamentos do piso, que articulam a Escola Estadual Caetano de Campos com a Igreja e a Consolação. Já na esplanada consolação, eixo que articula a Rua da Consolação à Augusta, Reis previa a instalação de um telecentro com programas educativos e culturais voltados aos jovens da metrópole. Junto aos teatros, foram criadas escadarias que serviriam de arquibancadas e, em outros pontos, foram adicionadas rampas para garantir acessibilidade.

As movimentações relativas às promessas da efetivação da reforma e o próprio início das obras em 2008 iniciaram uma escalada nos custos dos imóveis na região de entorno da Roosevelt, sobretudo em direção a região conhecida como Baixo Augusta. Impulsionada por uma nova efervescência cultural promovida com a chegada dos grupos teatrais nos anos 2000 o entorno da praça começou a perceber o processo de gentrificação e a implantação de uma série de empreendimentos monofuncionais, com predomínio de uso residencial, todos entre 30 e 80 metros quadrados de área entre os anos de 2008 e 2012.

Se por um lado o mercado imobiliário apresentou fortes sinais de apropriação do entorno da praça, dentro da Roosevelt também houve novas apropriações relacionadas ao uso do espaço

por parte do poder público. Durante as revisões do projeto visando a sua execução, coordenadas num primeiro momento pelo Escritório Figueiredo Ferraz em 2008 e pelo escritório Borelli & Merigo em 2012, na área prevista para a implantação do telecentro foram inseridas instalações da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana: sendo este o espaço que se apresenta nos dias de hoje.

A Praça Roosevelt contemporânea popularizou-se e apresenta-se como um dos espaços públicos mais importantes e acessados na área central de São Paulo, curiosamente implantado na “periferia” do Centro Histórico. A pesquisa identificou que, diante do novo protagonismo de espaços públicos centrais, dada a privilegiada localização da Roosevelt em relação aos usos, serviços e infraestrutura de mobilidade, ocupações e/ou reocupações realizadas por outros tipos de apropriação social manifestam-se por meio de grupos e/ou coletivos urbanos, o que indica outros modos de apropriação do espaço que podem ser observados através das ações táticas empreendidas por estes atores, envolvendo temas como da arte, educação, cultura e esporte. De certo modo, tais ações nos levam a refletir sobre a possibilidade de um outro tipo de regeneração urbana que se revelou em alternativa àquela imposta pelo Estado e pelo Capital.

Por meio da leitura dos planos, propostas e projetos desenvolvidos em diferentes épocas e atores sociais, procurou-se demonstrar, através da consulta aos registros da Câmara Municipal de São Paulo, dos decretos, leis e contratos, além da consulta à hemeroteca (jornais e revistas), os discursos que alimentaram a discussão, ao longo do tempo, na história das transformações da Praça Roosevelt. Em paralelo, por meio dos registros fílmicos, fotográficos e em entrevistas igualmente documentadas, foi possível aproximar-se das experiências cotidianas que igualmente atuaram no sentido da construção do espaço público, colocando-se em disputa por seu território.

Conclui-se, portanto, que ao analisar a Praça Roosevelt, verificou-se que ela preserva a memória e ao mesmo tempo foi [é] um agente da construção da metrópole de São Paulo, na contemporaneidade. Única e exemplar [ou emblemática] para a compreensão da importância dos espaços públicos centrais, a partir da leitura da Roosevelt pôde-se identificar a confluência de diversos territórios sociais sobrepostos. Em conjunto, a aproximação aos planos e projetos implantados em tempos distintos, em resposta às diferentes agendas voltadas ao desenvolvimento urbano no centro, permitiram confirmar a hipótese da tese ao apresentar uma leitura sobre a formação da cidade de São Paulo a partir de um espaço público presente em seu Centro Histórico. Tais reflexões, lançam luz sobre a importância dos estudos urbanos a partir dos espaços públicos,

ao permitirem antever os limites e alcances das ações de intervenção voltadas à regeneração urbana nos centros históricos de grandes cidades como São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ALEX, A. Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac, 2011.

ANELLI, R. L. S. Redes de mobilidade e urbanismo em São Paulo: das radiais/perimetrais do Plano de Avenidas à malha direcional do PUB. In. Revista Eletrônica Vitruvius, nº 82, ano VII. São Paulo: Março de 2007.

ARTIGAS, R.; MELLO, J.; CASTRO, A. C. (orgs) Caminhos do Elevado: memória e projetos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

ARANTES, A. A Guerra dos Lugares: Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminalidades no Espaço Urbano. In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, 1994.

AZEVEDO; L. C. Nas entrelinhas: Túmulo do samba. In. Correio Brasiliense, Publicado em 09/02/2018, acessado em 30/08/2022, Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-tumulo-do-samba/>

BARATA SALGUEIRO, T. Paisagens Urbanas. in MEDEIROS, C. A. – Geografia de Portugal, vol. 2 Sociedades, Paisagens e Cidades. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

BONDUKI, N. Habitação na área central de São Paulo: uma opção por uma cidade menos segregada, por um centro sem exclusão social. In: Câmara Municipal de São Paulo. Relatório Final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central de São Paulo. São Paulo, CMSP, 2001.

BORELLI, H. Noites paulistanas: histórias e revelações musicais das décadas de 50 e 60. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

CAMPOS, C. A. Zumbi, Tiradentes. São Paulo: Perspectiva, 1988.

CAMPO, C. M. Construção e desconstrução do centro de São Paulo. In: Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), vol. 56, nº 02. São Paulo: 2004.

CARDOZO, R. C.; ANTUNES NETO, A. A. Praça Roosevelt. In. Revista Acrópole, p. 11-20. Edição nº 380, ano 32. Disponível em <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/380>. São Paulo: 1970.

CASTRO, L.G.R. Operações urbanas em São Paulo: interesse público ou construção especulativa do lugar. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2006.

CASTILHO, A. L. H. Consensos e dissensos no Centro de São Paulo: significado, delimitação, apropriação e intervenção. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2008.

COELHO, T. Dicionário crítico de política cultural. São Paulo: Iluminuras, 2012.

CORDEIRO, H. K. A cidade mundial de São Paulo e a recente expansão do seu centro metropolitano. In. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FERNANDES DA CRUZ, F.P. Regeneração Urbana de Centros Históricos: o Caso do Alentejo Litoral. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2015.

FIALHO, R. N. Edifícios de escritórios na cidade de São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2007.

FREESTONE, R. Urban Planning (Western) History of. Londres: Elsevier Science, 2001.

FRÚGOLI, J. Centralidade em São Paulo. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/EDUSP/FAPESP, 2000.

GUEVARA, T. Abordajes teóricos sobre las transformaciones sociales, económicas y territoriales en las ciudades latinoamericanas contemporáneas. In: Revista EURE, vol 41, nº 124. Santiago de Chile, 2015.

HAESBAERT, R. “Território e multiterritorialidade: um debate”. Geographia –ano IX, nº 17, 2007.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In Revista Espaço e Debates n. 39, p. 48-64, 1996.

HALL, S. Building Confidence: the emergenci of the bankside urban forest Project – process case study. Londres, 2002.

HOLLING C.S. Resilience and stability of ecological systems. Annual Review of Ecology and Systematics. Luxemburgo, 1974.

HOLLING C.S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. Ecosystems: New York, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10021-001-0101-5>.

JACOBS, J. Morte e vida das grandes cidades. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

JOANIDES, H. Boca do lixo. São Paulo; Ed. Populares, 1977.

KOPP, A. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. São Paulo: Editora Nobel, 1990.

LEFEBVRE, H. “O direito à cidade”. São Paulo: Editoria Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. “A produção do espaço”. Tradução Barros e Martins, do original “La production de l’espace”. 4ª edição. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

MAIA, F. P. São Paulo, Metrópole do século XX. São Paulo: PMSP, 1945.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDES, L. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós fordismo. In: Revista URBE, vol. 5, nº 01. Revista Brasileira de Gestão Urbana: jan./jun. 2013.

MEYER, R. P., Metrópole e Urbanismo – Anos 50. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU-SUP, 1991.

MAGNOLI, M.M.E.M. Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese de livre docência apresentada a Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

MOYA, A. Glória in Excelsior: ascensão, apogeu e queda do maior sucesso da televisão brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

MONTANER, J. M. A condição contemporânea da arquitetura. São Paulo, Gustavo Gilli, 1993.

PALMA, D. A praça dos sentidos: comunicação, imaginário social e espaço público. Tese de doutorado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Planejamento, gestão Adhemar de Barros. São Paulo: 1961.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Plano Urbanístico Básico. São Paulo: 1969.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Nova Praça Roosevelt. São Paulo: EMURB, 1997.

QUEIROGA, E. F. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese de livre docência. São Paulo: USP, 2012.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

ROBERTS, P.; SYKES, H.. Urban Regeneration: A Handbook. Londres: Sage Publications, 2000.

SALVADORE, W. São Paulo em preto & branco: cinema e sociedade nos anos 50 e 60. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, M. “Por uma Geografia nova”. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1997.

SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. “Território: globalização e fragmentação”. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. “O retorno do território”. In: “Territorio y movimientos sociales”, 2006.

SEGAWA, H. Caminhos radioperimétricos: preparando a metrópole. In: História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX 1890-1954. Vol. III. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2004.

SENNETT, R. “A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SAQUET, M. A. “Por uma abordagem territorial”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. “Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos”. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SATO, P. R.; BERNARDINI, S. P. A estrutura urbana de São Paulo a partir do Plano Urbanístico Básico: o descompasso de seu percurso para a continuidade de um propósito. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), nº 16, vol. 02, pgs. 31-49. 2018.

SCHICCHI, M. C. S. Cidades ou periferias? Repensando o papel dos subcentros na cidade de São Paulo. Tese de doutoramento. São Paulo: FAUUSP, 2002.

SCHICCHI, M. C. S. Luiz de Anhaia Mello: um pioneiro do urbanismo paulistano. José Geraldo, Simões Junior, Heliana Salgueiro (orgs.). São Paulo: Mack pesquisa, 2020.

SILVA, A. Tradução: Carmen Ferrer. Imaginários, estranhamentos urbanos. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

SOMEKH, N.; CAMPOS, C. M. (orgs.). A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Editora Mack pesquisa, 2002.

SGANZERLA, R. O Bandido da Luz Vermelha. Argumento e Roteiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

TALLON, A.. Urban Regeneration in the UK. Routledge: Abingdon, 2010.

TAMARI, G. T. N. **Modernidade paulistana**: o paisagismo de Roberto Coelho Cardozo. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TSUKUMO, I.T.L. Habitação social no centro de São Paulo: legislação, produção, discurso. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2007.

TOLEDO, B. L. Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, T.; A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 2001.

VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VIEIRA, M.C. Imagem de cidade e representação urbana: Gotham City e Metrópolis em finais da década de 1930. In: INTRATEXTOS, Número Especial 02, p.93-106. Rio de Janeiro: 2011.

YAMASHITA, K. Praça Roosevelt, centro de São Paulo: intervenções urbanas e práticas culturais contemporâneas. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.

Hemeroteca:

FERREIRA, G. *Fraude desviou R\$ 200 milhões da prefeitura de SP*. São Paulo, reportagem publicada no Jornal O Globo em 30/10/2013. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/fraude-desviou-200-milhoes-da-prefeitura-de-sp-10600373>. Acessado em 26-09-2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Ninguém responde pela deterioração da praça*. São Paulo, reportagem publicada em 31/03/1980.

MENGUE, P. *Prefeitura planeja mirante com vista para ligação Leste-Oeste na rua*. São Paulo, reportagem publicada no Estadão Conteúdo em 07/04/2022. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2022/04/prefeitura-planeja-mirante-com-vista-para-ligacao-leste-oeste-na-rua-augusta-cl1pd4zpa005u01iwbynm2xii.html>. Acessado em 10/11/2022.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *A nova Praça Roosevelt*. São Paulo, Caderno Cidades, reportagem publicada em 16/05/1995.

O ESTADO DE S. PAULO. *Uma festa na praça inacabada*. São Paulo, reportagem publicada em 25/01/1970.

SAMPAIO, R. *Reforma triplica aluguéis e leva especulação à Praça Roosevelt, SP*. São Paulo, reportagem publicada no Portal G1 em 22/04/2012. Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/04/reforma-triplica-alugueis-e-leva-especulacao-praca-roosevelt-sp.html#:~:text=O%20custo%20da%20reforma%20da,de%20Infraestrutura%20Urbana%20e%20Obras>). Acessado em 26-09-2022.

VASQUES, D. *Paim vira aposta de incorporadoras*. São Paulo, reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo em 04/11/2012. Disponível em <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/imoveis/75925-rua-paim-vira-aposta-de-incorporadoras.shtml>. Acessado em 26-09-2022.

YURI, D. *Reocupação da região por jovens gera onda de aumento de preços*". São Paulo, reportagem publicada em 01/11/2016. Disponível em <http://especial.folha.uol.com.br/2016/morar/paulista-centro/2016/05/1766342-reocupacao-da-regiao-por-jovens-gera-onda-de-aumento-de-precos.shtml>. Acessado em 26-09/2022.

Fontes primárias consultadas:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 400ª sessão ordinária realizada em 25 de maio de 1951.

_____. Ata da 275ª sessão ordinária realizada em 23 de abril de 1954.

_____. Ata da 231ª sessão ordinária realizada em 16 de agosto de 1957.

_____. Ata da 429ª sessão ordinária realizada em 17 de novembro de 1958.

_____ Ata da 429ª sessão ordinária realizada em 17 de novembro de 1958.

_____ Ata da 69ª sessão ordinária realizada em 12 de agosto de 1960.

_____ Ata da 106ª sessão ordinária realizada em 18 de novembro de 1960.

_____ Ata da 4ª sessão ordinária realizada em 03 fevereiro de 1964.

_____ Ata da 9ª sessão ordinária realizada em 19 de fevereiro 1964.

_____ Ata da 191ª sessão ordinária realizada em 18 de agosto de 1965.

_____ Ata da 295ª sessão ordinária realizada em 01 de agosto de 1966.

_____ Ata da 304ª sessão ordinária realizada em 24 de agosto de 1966.

_____ Ata da 306ª sessão ordinária realizada em 29 de agosto de 1966.

_____ Ata da 313ª sessão ordinária realizada em 16 de setembro de 1966.

_____ Ata da 1ª sessão ordinária realizada em 03 de março de 1969.

_____ Ata da 128ª sessão ordinária realizada em 03 de abril de 1970.

_____ Ata da 149ª sessão ordinária realizada em 25 de maio de 1970.

_____ Ata da 15ª sessão ordinária realizada em 09 de março de 1973.

_____ Ata da 133ª sessão ordinária realizada em 22 de fevereiro de 1974.

_____ Ata da 75ª sessão ordinária realizada em 30 de agosto de 1989.

_____ Ata da 116ª sessão ordinária realizada em 16 de maio de 1990.

_____ Ata da 118ª sessão ordinária realizada em 22 de dezembro de 1993.

_____ Decreto nº 33.389 de 14 de julho de 1993.

_____ Decreto nº 36.389 de 11 de setembro de 1996.

_____ Lei n.º 12.349, de 6 de junho de 1997.

_____ Decreto nº 37.835 de 25 de fevereiro de 1999.

_____ Decreto nº 37.835 de 30 de julho de 1999.

_____ Decreto nº 40.753 de 19 de junho de 2001.

_____ Decreto nº 49.787 de 08 de agosto de 2008.

_____ Decreto nº 50.680 de 22 de junho de 2009.

_____ Decreto nº 51.483 de 12 de maio de 2010.

_____ Decreto nº 53.530 de 08 de novembro de 2010.

_____ Decreto nº 51.175 de 07 de janeiro de 2010.

Documentário: “Roosevelt: uma praça além do concreto”

Produção e Direção:

Amanda Santana, Ana Cristina Vasconcelos, Érika Valois, Luiz Mazetto e Maria Joyce Santos,

Local e Ano:

São Paulo, 2009

Duração:

25:50 minutos

Instituição promotora:

Universidade Anhembi Morumbí

Versão original: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sa6P-rVQPI8&t=797s>, acessado em 26-09-2022 e transcrito pelo autor.

Vozes:

Narração (N), Renata Kutschat (RK), Bartira Cataldi (BC), Ignácio de Loyola Brandão (IL), Claudette Soares (CS), Esdras Vassalo “Doca” (EV), Renato Orbetelli (RO), Rubinho Barsotti (RB), Phedra de Córdoba (PC), Gabriel Catellani (GC), Dulce Muniz (DM), Gualberto Costa “Gual” (GG), Paulo Maluf (PM), Sandra Trabucco (ST), Rodolfo García Vázquez (RG), Ivam Cabral (IC), Walter Antunes (WA), Alex Ruiz (AR), Hugo Possolo (HP), Maria Antônia Demasi (MA), Maria Victória Vaz (MV), Andréa Cavalcante (AC), Amauri Pastorello (AP), Cláudio Teodoro (CT), Sun Alex (SA).

TRANSCRICÃO

N: A Praça Roosevelt está localizada no bairro da Consolação, região central de São Paulo. O nome é uma homenagem ao ex-presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, apesar de ser nomeado em 1950, a história da praça teve início muito antes disso. O terreno onde está localizada foi uma doação da família Prado a Igreja da Consolação, em 1913 foi inaugurada no local o Colégio Porto Seguro um dos mais tradicionais da cidade

RK: Naquela época, deveria ter existido uma espécie de cinturão verde de São Paulo e a praça fazia parte desse cinturão verde e eventualmente, ao decorrer dos anos, aquela chácara sumiu e

foram se construindo casas. Basicamente casas, e não prédios - prédios também não tão altos e a Praça Roosevelt ainda era inexistente, eu me lembro que não existia uma praça definida ali. A única construção que existia era o colégio.

BC: Não existia praça, né? Do lado de lá chamava rua Olinda, do lado de cá rua Martinho Prado.

N: A partir de 1950, a praça se transformou em estacionamento a céu aberto.

IL: Imagina um estacionamento ao sol. O que os caras... E meio confuso, que também não tinha flanelinha, não tinha nada, tinha uns caras que tomavam conta. Então você tinha que saber onde você pôs seu carro e às vezes tinha alguém que fechou seu carro, um na frente e outro atrás. Então era tudo...

BC: Então ninguém pensava em usar esse estacionamento como área de lazer, né? Isso foi de 51 até 68/67, quando começaram a construir o minhocão então era um estacionamento de automóveis.

N: Importantes capítulos da história da bossa nova foram vivenciados nos bairros da Roosevelt. A praça foi a porta de entrada em São Paulo do estilo musical que já fazia sucesso nas noites cariocas.

CS: E aí, como eu chego até aqui, né? Nos anos 60, um pouquinho antes, o Ronaldo Bôscoli, depois desse show que nós fizemos na faculdade de arquitetura e diz: “Claudete, você aqui no Rio, você jamais será uma cantora de bossa nova.” “Por quê?” “Porque a Silvinha Telles foi a primeira grande cantora de bossa nova e faleceu. Com o falecimento dela, Nara Leão...” maravilhosa, amiga. “...ela passa a ser a musa da bossa nova”, e era noiva dele nessa ocasião, né? E ele diz: “Claudete, São Paulo é um país. Larga sua praia.” Eu adorava praia, gosto muito de praia- “...larga a praia, vai embora para São Paulo.”

EV: aqui passavam muitos cantores famosos. Tipo, Elis Regina, que fez o seu primeiro show aqui onde nós estamos, em 1964, em São Paulo. O primeiro show dela realmente foi aqui.

RO: Aí eu conheci muitos deles. Conheci o Dick Farney, conheci Cauby e conheci a Zimbo Trio.

RB: Era música boa, entre elas a bossa nova, que está praticamente começando. Mas todo mundo gostava muito de jazz. Por isso música americana. E a gente sempre recebia os músicos americanos que vinham fazer espetáculos, principalmente no Teatro Record, que era na Rua da Consolação, e eles iam para lá à noite tocar com a gente. Foi assim que a gente conheceu uma

porção de músicos bons, Tommy Flanagan, vários, e a Baiúca passou a ser um ponto de boa música, de bons clientes, bom jantar, boa bebida, tudo era muito respeitado. Isso tudo aconteceu na Praça Roosevelt.

CS: E aí eu vim para cantar na Baiúca, o Pedro Mato era um grande pianista e a Baiúca era aqui na Praça Roosevelt, do lado onde nós estamos, e a casa era do Eraldo Funaro. Ele era o proprietário da casa, a casa maravilhosa, com piano inclusive, um ponto de encontro. Talvez tenha sido a primeira casa que era um ponto de encontro, onde todos os cantores que vinham para São Paulo tinham que dar uma canja na Baiúca. Todos, todos que você possa imaginar.

EV: Praça Roosevelt teve também a sua... a sua... o seu tempo áureo com a Baiúca, onde vinham cantar Cauby Peixoto, Roberto Luna e os boêmios de São Paulo, que frequentavam e cantavam lá.

PC: Eu conheci a praça no auge, no auge! Quando era, era dizer: “Eu moro na Praça Roosevelt.” era uma coisa de ser chique. Como hoje é nos Jardins.

RB: Era um lugar de encontro, sabe? Às vezes é engraçado, porque ao lado de um poste, uns 04h30 da manhã, a gente já tinha tocado, o Xu Viana e o Luis Chaves, que tinham participado de grupos vocais, falavam: “Ah, vamos fazer um vocal aqui e tal...” Distribuía as vozes, quatro ou cinco vozes e a gente, ao lado de um poste ali, faziam os acordes, cantando. Então, no lugar de encontro até para isso.

IL: Então o que você tinha na praça? Era uma reunião de músicos, de boêmios, de jornalistas e de vagabundos, porque também tinha os que não faziam nada e de socialites, que eles frequentavam.

N: Ainda na década de 1960, foi inaugurado o Cine Biju, que atraía apaixonados pela sétima arte.

IL: O Cine Bijou, que na época também marcou presença porque foi o primeiro cinema de arte mesmo. Só passava filme de arte, não passava tranqueira.

GC: Na época da ditadura, só para você ter uma ideia, o Biju, ele foi o grande polo centralizador de toda a inteligência nacional, do Fernando Henrique Cardoso à Silvio Santos. Eles frequentavam esse espaço para falar sobre o Brasil, para pensar política e para, através dos filmes que aconteciam naquela época, ficarem informados do cinema de arte mundial.

DM: Então, nós, todos os jovens, pelo uma parte da juventude daquela época, vinha muito a esse cinema para que aqui se passava o que hoje se chama Cult ou filme cabeça era o chamado filme de arte. Então aqui a gente assistia: 30 anos esta noite, os filmes- os filmes brasileiros do Cinema Novo, enfim.

N: Durante a ditadura, a praça passou por uma reforma e foi reinaugurada em 1970 pelo então prefeito Paulo Maluf.

IL: Então eu vivi dez anos, vi toda a reforma. Era dia e noite sem parar. Era impossível dormir e eu tinha tampão no vidro, principalmente quando vinha o vibrador de cimento, que é uma coisa terrível.

GG: Eu, coincidentemente, eu estive aqui na inauguração. Meu pai trouxe o filho para ver a inauguração desse bloco de concreto aqui, e do Minhocão. Eu fiquei impressionado porque é um volume de concreto muito grande.

PM: O dia da inauguração foi dia 25 de janeiro. Veio um presidente da República para inauguração, presidente Emílio Médici. Ele fez um belo discurso.

RO: Teve fogos, teve tiros de canhões e uma bonita festa na inauguração da praça.

IL: Agora, aquela praça que foi feita não era mais a minha praça, não era a nossa praça. Não era a praça mais de ninguém.

N: Após anos de efervescência cultural, a Roosevelt passou por um período de degradação e abandono.

RO: Porque fechou tudo aqui. Só ficou aberto eu, que eu me lembre. Eu e, eu acho que se eu não me engano, uma papelaria que era uma livraria antigamente, a papelaria acabou tudo, fechou tudo aqui.

GG: Antigamente, 21h00, essa praça era intransitável.

BC: Minha mãe foi assaltada aqui 18 vezes e ela era um pouco mais velha que eu, mas ela já era. Já tinha uma certa idade. Então virou, mexeu. Roubavam coisas de velhinhas. Até que um dia ela ficou com muita raiva. Estava com mais ou menos 84. Saiu correndo atrás do ladrão então aí eu acho que eu não sei. Correu o boato e, por incrível que pareça, depois disso ela não foi mais assaltada. Foi 18 vezes.

GG: A gente, é até hilário que a pessoa veio assaltar minha sócia, e minha esposa no caso, e ela conseguiu explicar para ele que não tinha dinheiro e que ele poderia levar um livro. E o cara levou um livro, né?

ST: A praça, eu não vinha a essa praça há mais ou menos uns 25 anos. Então é impressionante a gente ver a deterioração do espaço, porque justamente começou na década de 80 essa deterioração. Que até então era muito legal. Era muito gostoso ver por aqui.

RO: Foi lamentável ver isso aí. De 90 para cá só melhorou quando os teatros vieram.

GC: Quando nós chegamos em 99, nós estávamos terminando uma etapa da praça onde me parecia que tínhamos chegado quase que no limite da degradação.

N: A chegada da companhia teatral Os Satyros, em 2000, foi um dos marcos da revitalização da Praça Roosevelt. Outros teatros já existiam no entorno, mas nenhum havia percebido a praça como um lar, e olha que a convivência nem sempre foi tranquila.

RG: A última ameaça mesmo foi em 2005, que a gente recebeu uma ligação. Aí foi mais pesado, que era um traficante que dizia que haveria um derramamento de sangue na porta do teatro se a gente continuasse, porque a gente estava atrapalhando as atividades deles ou a gente deveria pagar um aluguel de- não um aluguel, uma mensalidade para o tráfico de 15.000 reais por mês, que a gente não tinha.

PC: De noite não passava aqui porque era tudo escuro, tudo escuro. Tinha prostituta, travestis. Inclusive os travestis, teve uma que me parou: “Tu és mulher ou é travesti?” Aí eu fiquei... eu não soube responder. Porque eram marginais, entende? Então elas me davam raiva porque comentavam que eu era transexual, mas que era muito fina, que eu era atriz- e chocava aquilo. Porque são marginais, porque infelizmente...

RG: É um lugar assim, de bandidagem pura, mas a gente não se deixou intimidar por isso. A gente achava- a gente achava que o mais importante era a localização e o astral que a região tinha e tal, e que a gente poderia se relacionar com isso e mudar um pouco essa atmosfera, né?

IC: Mas eu acho que é um mérito da arte. Eu acho que a arte ela produz isso e não precisa ser nem um grupo muito fantástico. Não precisa nada disso. A gente sabia que a gente partiu desse princípio, que onde tem luz, onde tem gente, não tem problema. Não vai acontecer nada de grave.

WA: A partir do momento que a praça virou um espaço de lazer, de cultura efetiva, que as pessoas passam a ver a praça com bons olhos e procurar estar na praça, seja os espetáculos, seja os bares. Eu vejo essas pessoas, que são os bandidos, deixando a cena.

AR: Olha, eu venho muito aqui e as pessoas ficam preocupadas em guardar a bolsa, em guardar o celular. E eu não. Para mim está tudo bem. Eu acho que não tem problema.

N: Depois dos Satyros, foi a vez do grupo de teatro Parlapatões buscar espaço na praça.

HP: A gente teve uma coisa que foi muito significativa quando a gente abriu as nossas portas no dia da festa de inauguração. A gente marcou de propósito no 11 de Setembro. E aí, os Satyros fizeram uma homenagem para a gente porque a gente foi lá pedir xícaras de açúcar, como bons vizinhos. Então o açúcar tem uma simbologia também. É uma superstição teatral que se você joga açúcar na porta do teatro, o teatro lota. Então, eles vieram com essa coisa do vizinho jogar açúcar na nossa porta. E acho que a superstição deu muito certo.

MA: A praça é da gente. Eu acho que a gente tem que usar e então acho que isso aqui é um bom começo. Os artistas têm isso, quer dizer, o papel do artista eles estão fazendo completamente, porque além de botar no palco, no caso, o teatro, a arte deles, eles estão influenciando a comunidade. E eu acho que eles estarem aqui e, por isso, permitiram que nós estejamos aqui, é muito legal para você rever esse pedaço da cidade.

RG: Com o sucesso do trabalho, a chegada de outros teatros e tudo o que aconteceu com a Praça Roosevelt virou até meio um ponto turístico, né? E aí também veio o barulho. E daí? Os moradores. Alguns moradores novos também e antigos começaram a reclamar dessa efervescência. Eles preferiam o barulho dos tiros e da madrugada. Não sei. É uma questão de gosto pessoal, sei lá. Então, a gente incomoda algumas pessoas.

BC: O problema não são os teatros. O problema são os bares dos teatros, porque tem alguns teatros que estão abertos para vender cerveja. Estão só até 05h30 da manhã. Então é um tormento insano.

MV: Eu falo francamente para mim não me incomoda, mas há pessoas que moram, por exemplo, nesses São Lucas. Até são nossos amigos. Eles reclamam muito porque às vezes a pessoa sai do teatro. Você sabe, às vezes a pessoa sai em companhia, não é conhecido. Ou pessoas que se conheceram no momento gostam de conversar um pouco, não é? E incomoda as pessoas dormir que têm que dormir para amanhã, levantar-se cedo e trabalhar.

AC: Eu, sinceramente, eu prefiro ter esse problema de ter que acomodar os horários para não haver problema de barulho do que não os ter, entendeu? É melhor tê-los. A gente procura apaziguar, haver um respeito mútuo; tanto de um lado- tanto dos moradores com os teatros, como dos teatros para com os moradores, do que não os ter. Então, acho que isso é uma questão de tempo. Como tudo na vida, a gente vai equilibrando as coisas.

N: Após a retomada da vocação cultural, os imóveis no entorno da Roosevelt passam agora por um processo de revalorização.

IC: Então, esse é o nosso grande problema, porque quando a gente veio, aí era muito barata, era tudo muito simples e hoje é possível até que a gente, a qualquer momento, seja expulso.

AC: Eu comecei a trabalhar aqui, fazem 13 anos e quando eu comecei, a valorização aqui era muito pequena. Hoje, digamos assim, triplicou o valor do metro quadrado. Então os imóveis estão chegando num teto de valores bem altos e a tendência é aumentar ainda mais essa valorização.

IC: Mas essa é uma mentira. Não se fez nada ali. Então a gente teme por isso também, porque há uma especulação imobiliária muito grande, que também atrapalhou todo o nosso processo de trabalho, porque essas travestis que viviam aí não têm mais dinheiro para pagar. Então a gente acabou afugentando todo mundo. E aí veio um monte de burguesinho falido para a Praça Roosevelt. Nossa! Tomara que eles não me ouçam falando isso. Mas enfim, são os moradores hoje, são as pessoas que... né?

N: Segundo a Prefeitura de São Paulo, a reforma da praça deve ter início até 2010.

AP: A praça vai passar por uma reforma prevista de 18 meses de duração após seu início. Nós imaginamos que o início dela deve ocorrer entre dezembro e janeiro, dezembro deste ano e janeiro do ano que vem. É uma obra que vai ser administrada e contratada pela Emurb, com financiamento do BID e estimada em 40 milhões, 40 a 50 milhões de reais.

CT: A principal mudança vai ser essa demolição dessa grande área construída que nós temos em cima, a questão da acessibilidade, a praça também vai ser um ponto fundamental. Nós temos escadarias, mas temos todas as rampas, sistemas de acessibilidade em todos os trechos da praça. A questão da vegetação foi aumentada em muito na questão da área verde. Nessa praça, tudo bem que são áreas ajardinadas. Como a gente fala que são áreas verdes sobre lajes. Mesmo assim, conseguimos aumentar ainda um trecho que a gente tem pouca terra aqui, pouco espaço de terra. O trecho que nós tínhamos conseguimos aumentar de área verde. Limpamos a praça em um

determinado ponto da praça, que seria no trecho da Consolação. Você consegue visualizar o trecho da Augusta, então se consegue fazer essa ligação da praça com seu entorno.

DM: Sou completamente favorável à demolição. Isso não é uma praça. Eu quero ver o outro lado. A praça é um espaço onde todo mundo se encontra. Aí não tem jeito. Isso já nasceu errado e cheio de catacumba, cheio de reentrâncias e molhado. Não adianta. Por mais que você fale, que você possa fazer um tipo de recuperação, não há possibilidade. A infiltração é de 40 anos, entendeu? Então, isso tem que virar uma praça para todas as crianças poderem entrar. E aí, se quiser fazer refeitório, façam, enfim, mas enquanto tiver este edifício a separar as partes da praça, não se pode falar em praça. Então sou completamente favorável à demolição e não compreendo. Não compreendo o pensamento que diz que isso aí é um bem público. Isso não é. Isso é um mal público.

PM: Eu, pessoalmente, sou contra. Eu acho que esse país não tem orçamento para demolição. O orçamento tinha que ser para gerar emprego e para construção. Sou contra, contra.

IL: E eu odeio, como o projeto arquitetônico e urbanístico, mesmo porque, o que era? A praça era um ponto de encontro, era um espaço, era uma coisa aberta, virou uma coisa fechada, virou uma coisa sufocante. A própria igreja desapareceu. A igreja era um monumento da cidade. Agora está ali...

SA: Se pensar a Praça Roosevelt, seu sistema viário tem que começar a pensar a Praça Roosevelt e relacioná-la com o sistema de ruas. Daí vamos falar da praça, né? Então acho que a reforma da praça começa- não está no pentágono, o problema não está no pentágono, mas sim o problema como uma praça se relaciona com a rua. Eu posso tanto ficar com o pentágono como ficar sem. Mas se eu não resolver o problema da relação com a rua, eu vou ter uma reforma meia boca, diria assim. Não vou resolver o problema fundamental. Isto é, a meu ver.

PM: Porque onde é que está a verdade daquele arquiteto que projetou há 40 anos ou não o arquiteto que quer hoje demolir para ganhar eventualmente um honorário? Não, nós temos que construir, temos que demolir nada.

GG: Tem até lendas que dizem que foi um projeto experimental, de como fazer uma praça que não pudesse concentrar pessoas e, conseqüentemente, concentrar ideias e virar uma coisa que acabou virando, né? A gente retomou a nossa democracia, indo para as ruas, indo para as praças, nas Diretas Já.

PM: [risos] seria absolutamente incrível que alguém pudesse ter um tipo de visão que o projeto lá foi feito para impedir manifestação popular. O Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados, onde você pode fazer manifestação popular. Onde você quiser, não precisa- Não precisa ser especificamente na Praça Roosevelt.

HP: Do outro lado da praça, na Rua Guimarães Rosa. Tem uma escola que hoje é o Caetano de Campos, que era sede da Secretaria de Educação naquele período. Então, o que acontecia? Os estudantes iam para a frente da secretaria fazer essas manifestações.

IL: Não... eu acho que não tem nada a ver com ditadura. Eu acho que tem que ver com burrice, tem a ver com burrice. Não dá para culpar a ditadura de tudo, não. Burrice. O poder público é burro e age movido por interesses financeiros, econômicos etc. Acredito muito mais interesse escusos por trás daquilo.

SA: A ditadura, em si, no desenho da Praça Roosevelt não vejo nenhuma evidência tão clara como essa evidência do paisagismo moderno americano aplicada ao espaço público. Onde dá preferência ao automóvel, onde dá vazão a esse comportamento cultural americano, que quer ir a um espaço público para se isolar, não para o encontro, mas para o isolamento.

HP: E ali é uma queda de um muro. Falam tanto na queda do Muro de Berlim, São Paulo precisava derrubar o seu muro de Berlim. Precisava derrubar essa- esse pensamento antigo, esse projeto.

CT: Ele está na Emurb desde a década de 80. Desde a década de 80, ele vem com a mesma diretriz, que é retirar todo esse espaço construído que a gente tem em cima da praça, o que é difícil de zeladoria e controle.

BC: Não existe vontade política para isso, né? E não, de maneira nenhuma eu acredito que eles vão fazer alguma coisa.

AC: E a gente acredita que aconteça, até porque faço parte dessa local há tantos anos e o que me faz ficar nela até hoje é a fé de que a reforma vai acontecer mesmo.

RC: Eu acho que esse projeto... ele tem que valorizar as pessoas, o cotidiano, as vontades das pessoas. E que seja um espaço democrático, que a praça merece e que a cidade precisa. A cidade necessita de um espaço assim e nós construímos na calçada um espaço democrático, livre e seguro. Seria maravilhoso que a gente pudesse expandir essa calçada para o meio da praça.

Documentário: *“Estação SP - A Praça Roosevelt como ágora da cidade”*

Produção e Direção:

SP Escola de Teatro – Centro de Formação das Artes de São Paulo

Local e Ano:

São Paulo, 2020

Duração:

38:14 minutos

Instituição promotora:

Associação Amigos dos Artistas Amigos da Praça, SP Escola de Teatro, Centro Paula Souza, Governo do Estado de São Paulo

Versão original: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sa6P-rVQPI8&t=797s>, acessado em 26-09-2022 e transcrito pelo autor.

Vozes:

Gilberto Dimenstein (GB), Kil Abre (KB), Laerte Coutinho (LC), Hugo Possolo (HP), Ivam Cabral (IC), André Gravatá (AG), Johnny Klein (JK), Gustavo Ferreira (GF).

TRANSCRICÃO

GB: A rua é a grande escola, e a rua é entendido aqui como uma metáfora, é o que você aprende não sentado só numa sala de aula, mas o que você aprende fazendo, encontrando pessoas, convivendo, experimentando. Então a ideia de experimentação tem a ver com aquilo que você tem da sua teoria, do que se aprendeu em sala de aula, e você vai descobrir o mundo, encantamento do mundo.

KB: Para mim que sou um amazônida, né? Eu sou do Pará, eu venho de Belém, é essa experiência com a coisa pública, ou com a convivência das pessoas em torno da coisa pública, é uma experiência muito, muito marcante pelo fato de lá para cima para o norte esse sentido da vida comunitária ele é muito demarcado. A gente costuma dizer que um pouco talvez em função dessa influência da cultura indígena nós somos quase uma grande família, apesar de uma cidade como

Belém, por exemplo, ser uma cidade com quase 12 milhões de habitantes. Então tem essa cultura da sociabilidade que está dada. Em São Paulo, a existência desses espaços com a Praça Roosevelt, equipamentos públicos como o Centro Cultural São Paulo, eu acho que ele ganha uma importância extraordinária porque elas criam uma possibilidade justamente nessa chave de um convívio que é uma possibilidade aqui em certa medida a cidade, no seu modo de ser em geral, não oferece. Então você vê, por exemplo, no caso da Praça Roosevelt a maneira como aquele espaço foi sendo apropriado, no sentido de uma política, não a política partidária, mais uma política no sentido da ocupação pelos habitantes da *polis*, sobretudo através dos artistas, a forma como isso foi se dando, foi assim... vamos dizer assim, uma forma totalmente de fora da ordem, né? O fato de aquele espaço ter sido antes de qualquer coisa, antes até do plano público mesmo no sentido da revitalização física da praça por exemplo, mas tecido vitalizado pela pelos artistas faz uma diferença extraordinária porque você a partir daí, começa a estabelecer certos laços da sociabilidade que são laços mais genuínos. São laços não são protocolares, são laços muito enraizados no lugar e que acabam dando uma liga para a coisa, que é muito importante.

LC: Eu conhecia a Praça Roosevelt nos anos 60, em que ela era aquela imagem que aparece no São Paulo Sociedade Anônima, o filme do Person. Era um grande estacionamento, era um estacionamento enorme, enorme, enorme... era assim, carros e mais carros só. Aliás, é uma das cenas mais bonitas do filme; aqueles carros vazios, parados lá, e o Walmor Chagas ali, circulando no meio. Quando a praça começou a ser movimentada, reformulada, em função da avenida que passava embaixo, também já era um outro projeto que levava e não levava a população em conta, porque ela acabou virando um lugar para o supermercado que funcionava lá 24 horas. Os espaços de circulação e convivência eram estranhíssimos, umas coisas meio fechadas, meio claustrofóbicas assim, então o modo como ela está hoje é um ganho extraordinário. Vejo as pessoas circulando, vejo pessoas usando como o lugar de esporte também, como prática de patins e skate, as pessoas passeando, pessoas se encontrando, a pessoa discutindo coisas. Então é, isso faz sentido para mim... não, na verdade, faria muito mais sentido se mais pedaços daquela região pudessem ser incorporados como parques. Como lugares de passeio, de lazer, como o planejado Parque Augusta, logo um quarteirão acima. Porque a cidade precisa muito disso para colocar convivência das pessoas, do... para a cidadania mesmo, né? Da população...

HP: A Praça Roosevelt representa para os Parlapatões o entendimento de cidadania que a gente passou a ter desde o início do grupo. A gente começou o grupo passando o chapéu em apresentações de rua, na Praça da República, no Parque do Ibirapuera, e mudou muita relação do nosso teatro- do teatro que a gente queria fazer- porque você entende o sentido público do espaço.

Muitas das praças, muitos dos espaços públicos das grandes cidades acabam sendo apenas lugares de passagem. Eles são os lugares onde a pessoa vai tomar um ônibus, onde a pessoa tem que esperar alguém para ir embora para outro lugar, e nunca um lugar para estar, para ficar, e a gente percebeu no começo que ocupar a praça da república com as nossas rodas, fazendo os números de palhaço, criava uma relação com quem estava ao redor. Eram as barracas de comida da feira de comida da Praça da República, era os moradores de rua, eram os habitantes do entorno que começaram a assistir o grupo e a participar como a gente realizava o espetáculo para além do espetáculo; na maneira como a gente chegava, como a gente ia embora, e isso deu para gente um sentido do espaço público que a gente não tinha notado ou percebido na vida no dia a dia. E ao longo da nossa trajetória passando por vários estados, apresentando diversos teatros com teatro de rua, em festivais aqui no Brasil ou fora, isso foi ganhando uma força cada vez maior- Tanto que a gente resistiu um pouco a ter um espaço próprio, a ter o teatro próprio, porque a gente achava que devia estar nesses lugares; para dar sentido público a esses espaços públicos que sempre estavam meio que privatizados, isolados ou abandonados. A gente depois de 15 anos de grupo, e ter vivido duas experiências que foram importantes: uma no Centro Cultural São Paulo onde a gente pode pela primeira vez fazer um repertório- por ser um grupo a gente consegue conservar muito dos espetáculos que não são desperdiçados, não são feitos de temporadas, não são eventuais, a gente pode realizar o mesmo espetáculo por cinco, seis, dez anos. Tem espetáculos da gente que tem vinte e cinco anos, é a idade do nosso grupo hoje. E aí, ao perceber o movimento que já acontecia na Praça Roosevelt, a partir do trabalho que os Satyros já desenvolviam, tinha o Teatro X aqui- uma coisa anterior até que os Satyros, que era o pessoal do Bosco Brasil, era a Lagoa do Manjaro Matos que foi um parceiro dos Parlapatões também, que tinha usado studio 184 ali como uma base também, a gente viu que esse era o lugar. Foi num convite de Satyrianas, nós vamos fazer abertura de Satyrianas e a gente percebeu o movimento que a praça tinha, a potência que ela tinha. Aí procuramos o imóvel onde a gente está hoje, e até antes de fechar o contrato para poder tá aqui nesse espaço, que hoje é nosso felizmente, a gente foi conversar com o Rodolfo dos Satyros, que eu só tinha visto os trabalhos e não tinha não tinha conhecimento, não era meu amigo como é hoje, e aí bate na porta e falei: “Ó, vim pedir uma xícara de açúcar porque acho que vou virar seu vizinho e quero saber o que você acha disso” Aí foi explosiva, assim... O Rodolfo comemorou no ato: “Olha que bacana, vocês vão estar aqui! A gente vai ter muito que trocar!” E não deu outra, a gente trocou informações, ideias, possibilidade, e descobrimos que a ocupação do espaço público- E além do teatro aqui, tem uma questão que envolvia o convívio social que, no nosso caso, era o fato do teatro terem bares, cafés com mesas voltadas para calçada, no nosso caso, a gente prefiro não ter mesa na calçada, mas deixar as portas abertas, a nossa fachada é bem grande então a gente

deixa bem aberto para ter uma interação com a rua. O imóvel era todo fechado, a gente abriu janelas e abriu portas para ter essa conexão, e a partir daí a gente percebeu que a ocupação do espaço, por diferentes pessoas que vivem no entorno e que vem da periferia para esse centro, ou seja, a gente tem aqui o encontro de artistas, jornalistas, gente de dança, pessoal de circo começou a frequentar, a fazer malabares ali em cima na praça... começou a transformar. A gente chegou à praça não estava reformada, então tinha uma briga em relação à uma praça que era em três níveis, uma praça horrorosa, difícil acesso, difícil ocupação. E quando a praça foi finalmente reformada, um dia de manhã vindo para o teatro eu passei e vi umas crianças andando de skate, crianças, meninos mesmo. Eu olhei e falei: “Nossa! Tem crianças aqui no centro da cidade de São Paulo!”

IC: Os Satyros chegaram na Praça Roosevelt em dezembro de 2000, era um cenário devastador. A Praça Roosevelt era um lugar muito escuro, dominado pelo tráfico e pela prostituição. Dificilmente depois das dezenove horas ou quando anoitecia, algum morador descia e transitava por essa calçada, onde hoje ficam os teatros, e é hoje a SP Escola de Teatro. As pessoas morriam de medo, era seguro que elas seriam assaltadas ou alguma coisa de mal aconteceria caso elas se aventurassem a atravessar essa linha absolutamente complicada, perigosa. Nós na verdade sabíamos disso, a gente queria se estabelecer. Nesse momento, a gente vivia na Europa e tinha uma sede em Curitiba, a gente queria vir para São Paulo e a gente queria trabalhar no lugar onde a gente pudesse comprovar coisas que a gente vinha pensando, e que já tinha acontecido na trajetória dos Satyros, que era modificar o entorno. A gente fez isso logo no início da nossa criação que foi na Major Diogo na Bela Vista, entre um entre os anos 89 e 92 que é a nossa fundação: a gente transformou aquele lugar, nesse momento, absolutamente de forma involuntária. A gente não imaginava que a gente seria capas disso, daí a gente foi para a Europa e se estabeleceu primeiramente em Lisboa. E novamente, a gente transformou uma região em Lisboa, que era a região de Xabregas, muito complicada também. Era escura também, à beira do rio Tejo, num lugar onde as pessoas não frequentavam, onde a noite também era complicada e perigosa- também, nesse momento, de forma involuntária. De repente, a gente começou a ver que aquela região começou a ser conhecida, etc... então, depois dessas duas experiências, a gente veio para São Paulo e a gente sempre procurou um lugar que fosse complicado, então a gente não saiu muito do centro da cidade. Neste momento também, em 2000, o centro da cidade de São Paulo era um lugar muito difícil. As pessoas não frequentavam o centro da cidade, elas não sabiam da existência do centro da cidade. Para vocês terem uma ideia, neste momento as pessoas não sabiam o que era e onde era a Praça Roosevelt. Você falava da Igreja da Consolação. Ninguém, ninguém, absolutamente ninguém, sabia onde era esse lugar. No começo, a gente tinha que fazer um

mapinha de como chegar no Satyros eu tinha que explicar para as pessoas: “Você vem de metrô, como chegar aqui”, “Você vem de carro, como chegar aqui”. Era um lugar muito difícil porque, nesse momento também, tinha duas praças Roosevelt em São Paulo: uma no Brás e outro aqui. E a do Brás era muito mais conhecida. A Praça Roosevelt do Brás ainda continua existindo e as pessoas não sabem mais da existência dela. A gente fez um desenho, na verdade, antes de chegar, que a gente colocou cinco anos para a gente começar uma mudança na Praça Roosevelt. A gente fez um plano estratégico de trabalho onde a gente colocava assim: em 2005, a gente começaria. Então a gente tinha 5 anos, a gente sabia que a gente teria um trabalho árduo pela frente: sem público, sem visibilidade, mas a gente bancou esse projeto. As coisas foram muito rápidas, assim, em dois anos a gente já tinha conseguido fazer muitas coisas que foram surpreendentes. A gente começou inicialmente a falar sobre - isso também foi estratégico - os moradores da Praça Roosevelt, sobre a geografia da Praça Roosevelt, sobre as personagens da Praça Roosevelt. Então desde o nosso primeiro trabalho nos Satyros a gente começou a dialogar com a rua. A gente estreou o espaço com o espetáculo chamado “O Retábulo da Avareza a Luxúria e Morte” do Valle Inclán, um autor galego, onde já nesse momento: homens faziam mulheres e mulheres faziam homens. É a primeira vez nos Satyros que a gente faz uma peça assim, eu fazia a Pepona, por exemplo. E era a primeira vez que a gente falava já de papéis, ou de cidadania, ou de retratos de identidades sexuais, então a gente já estava dialogando com as travestis - ou queria dialogar com elas, com as transexuais. Foi aí que a gente conheceu a Phedra, que veio assistir esse espetáculo e a partir de então ela seria a nossa grande parceira. O Rodolfo escreveu uma coisa tão bonita, sobre a Phedra, para o programa de sete anos e mandou para ele: que a Phedra fez pelo teatro e pela cultura brasileira o que muitos órgãos públicos não conseguiram durante décadas. Porque ela integra a gente ao mundo trans, ao mundo, ao submundo, à noite, né? E a partir de então, a gente sempre foi dialogando com a praça, o nosso projeto, por exemplo, também era colocar títulos de espetáculos que tivessem a Praça Roosevelt no nome. A gente sabia que isso era uma forma de trazer a Praça Roosevelt no mínimo no roteiro dos guias de teatro. Então a gente fez muitos espetáculos que tinham o nome da Praça Roosevelt no título da peça. Enfim, foram muitas ações, mas eu acho que a grande delas, e eu acho que a grande revolução da Praça Roosevelt, foi uma mesa na calçada. Quando nós colocamos essa mesa na calçada, a gente convidava as pessoas da rua a adentrar o espaço dos Satyros, e conversar, e a dialogar com a gente. Então para mim, a grande revolução foi essa que é uma revolução solidária, de solidariedade, de encontro, de propor para o outro a possibilidade de pensar juntos: não pensar igual, não pensar da mesma forma, mas juntos. Discordando inclusive, mas abertos e propondo o diálogo.

KB: No caso específico lá, por exemplo, da chegada dos Satyros e dos outros grupos de teatro - acho que sobretudo o pessoal de teatro naquela ocupação - acho que a gente tem uma mudança de paisagem que não é só no sentido, digamos assim, de uma habitação estética do lugar, né? Mas no sentido rigoroso de uma habitação política, no sentido de que quando esses grupos se instalam ali, aquele lugar começa a respirar um tipo de experiência da sociabilidade que não existia antes, né? Em torno da arte, que não é só a arte no sentido formal, mas é também a possibilidade de uma convivência em torno do pensamento daquilo que sai da sala de espetáculos, né? E por aí vai... Você tem uma coisa muito interessante hoje na Roosevelt, que já é mais a posteriori, mas que as que é tão importante quanto essa ocupação política dos grupos que depois vão agregando a comunidade ali do entorno, que é a existência da SP (Escola de Teatro) ali, de uma das unidades de SP, que é um projeto, acho, incrível. Assim, que tem um significado muito especial pelo fato de primeiro ser uma escola de teatro, que uma arte por si já ser agregadora, e pelo fato da escola, eu acho, que tem um modelo não protocolar. Assim, no sentido de que era uma espécie de laboratório também, ela mesmo na convivência, então, ao mesmo tempo em que a escola aponta ou se alimenta do de fora né? No sentido de que uma boa parte dos aprendizes que estão ali são aprendidos, por exemplo, que não teriam possibilidade de fazer um curso de teatro bacana se não fosse ali, com aquela qualidade etc. E que, trazem suas histórias de vida de fora para dentro da escola, como a maneira como a própria escola ilumina o que está fora dela. Então tem um movimento, digamos assim, de mão dupla que eu acho que é muito, muito interessante, né? Que a escola também acaba colaborando para esses espaços de convivência, então aquilo que vem de fora para dentro da escola como informação e aquilo que vai de dentro da escola para fora, nesse sentido que a escola daí passa, passa a ser uma espécie de laboratório, além da convivência da vida comunitária, enfim.

AG: Meu nome é André Gravatá, eu sou um dos criadores da Virada Educação. A Virada Educação nasceu muito a partir da provocação de uma pergunta: onde a gente aprende? E essa pergunta me levou e um grupo de amigos para muitos lugares, né? A gente começou a se questionar do porquê que a sociedade insiste tanto que a escola é esse lugar para aprender e acaba menosprezando tanto outros espaços, em que a gente todo dia aprende, mas no geral não se reconhece que esse aprendizado é relevante, né? E aí a gente começou a se perguntar como criar ações que gerassem essa reflexão nas pessoas, mas que também gerassem o encantamento nas pessoas, né? Porque a reflexão ela pode se tornar muito mais viva dentro das pessoas se elas fazem essa reflexão, com entusiasmo, com vontade, se divertindo. E aí a Virada Educação surgiu, inspirada na Virada Cultural, como um processo mesmo de relação com o território, e o território

que a gente escolheu foi o território do entorno da Praça Roosevelt, a praça e o seu entorno. A gente começou a se aproximar de algumas escolas públicas de teatros, bibliotecas, a própria praça e as pessoas que moram na região, a gente começou a conversar com essas pessoas e criar algumas ações junto com elas para que, durante alguns dias, muitas oficinas, trilhas, sessões de cinema, peças de teatro, pudessem acontecer para gerar essa sensação de aproximação de aprendizagem de educação - por meio dessa poesia que a gente sente acontece quando as pessoas realmente se aproximam e abrem espaço para que essa aproximação seja mais transformadora. A gente acabou fazendo ao longo dos últimos anos a Virada Educação, agora, a gente já está na terceira edição dessa ação. A gente chegou a fazer muitas trilhas, por exemplo, a gente foi com as crianças e adolescentes de duas escolas diferentes para o Cemitério da Consolação, por exemplo. A gente foi andando pela rua, conversando, e aí quando a gente chegou lá, ouvimos uma conversa com o educador do cemitério que contou toda uma série de histórias do lugar, das obras que estão naquele lugar - que é um museu público e que essa pessoa que mostrou cemitério chama de museu, chama o que ele estava fazendo de uma aula pública para aquelas crianças e adolescentes. A gente chegou a fazer muitos cortejos pela rua. A abertura da Virada Educação de 2016 foi um cortejo que saiu da Praça da República, perambulou pelo centro de São Paulo, e chegou na Praça Roosevelt. E para a gente foi muito simbólico esse ato porque era um ato de música, era um ato de dança, era um ato de teatro, era um ato de caminhada, era um ato de educação, era um ato que juntava pessoas muito diferentes. Se você olha, assim, de longe, você não necessariamente acharia que elas vão estar juntas no mesmo lugar, mas elas estavam juntas. Eu sinto que quando a gente consegue levar alguma ação mais poética artística para rua, para praça, muitas são as chances de juntar pessoas de origens e cenários muito diferentes, e essa diversidade é o que traz mesmo encantamento no espaço público, né? Porque o espaço público é um espaço de muitos encontros inesperados.

JK: Meu nome é Johnny, eu tenho 20 anos, sou daqui da cidade de São Paulo mesmo, mas eu nasci no extremo no extremo leste. Morei na cidade de Tiradentes muito tempo, com doze anos eu fui para o interior, e voltei para São Paulo com quinze, para estudar teatro. Quando eu voltei pra morar em São Paulo, eu ainda morava na cidade de Tiradentes que é extremo leste de São Paulo, a comunidade que tem aqui em São Paulo que depois de Guaianazes, e como eu vinha sempre estudar teatro aqui, numa escola que tinha que ir ao centro, eu decidi vir morar aqui no centro para facilitar minha vida um pouco. E aí eu tinha 15 anos, eu tinha que estudar, né? E eu fui estudar no colégio que era aqui na Praça Roosevelt, chama Caetano de Campos quando o Satyros fez projeto dos Satyros *Teens*. Eles avisaram na escola que ia ter esse projeto para recrutar pessoal para se inscrever, para fazer teste aqui, e a minha vida mudou muito a partir daí. Muito

mesmo. Porque eu conheci a praça através da escola e através da escola comecei a andar de skate aqui. Eu já andava de skate e vim andar por causa da escola, dos amigos que eu tinha aqui na escola falaram: “Ah, vamos andar de skate na praça!” E aí nessa praça conheci muita gente: desde skate, de tudo, de tudo! Porque essa praça aqui tem de tudo! Ela tem o pessoal que anda de patins, o pessoal anda de skate, a gente a galera que ouve funk, a galera- os atores. E depois que eu entrei para os Satyros, que eu conheci a companhia, mudou muito- mudou muito mesmo. Tanto que depois de ter feito, de ter participado desse projeto dos Satyros Teens, eu fui chamada para fazer um skatista numa peça que chamava “Édipo na Praça” que era da mesma companhia dos Satyros. Fui convidado pelo fato de andar de skate, entendeu? E dessa relação com a praça que a peça falava, relação da praça com o skate- era tudo, tudo ligado! A peça era aqui na praça, inclusive, e a gente fazia umas cenas aqui, ali do outro lado da praça, né? Fazer as cenas aqui... então acho que desse ano de 2013 para cá, minha vida mudou muito por causa da praça, por causa de skate, por causa da escola. Porque, se não fosse pela escola, eu não teria conhecido a praça, que não teria conhecido Satyros, que eu não estaria fazendo o que eu faço hoje. É aquilo, o teatro muda muito as pessoas, mas depende de a pessoa também querer ser mudada. Eu acho assim porque funcionou para mim, mas não funcionou para ele, mas funcionou- por exemplo, tem muitas das pessoas que estudou aí, que foram para os Satyros, e que não fazem teatro hoje, mas ou cantam, ou dançam, ou tem gente está estudando aí na escola de teatro agora.

HP: Como é possível você transformar o espaço a partir de que ele possa ser ocupado. Então, a ocupação não é só do teatro, da arte ou da cultura. Ela é um dos disparadores dessa ocupação porque a gente veio com foco de resistência de quem faz teatro, de ocupar o próprio espaço, de trazer público, mas também o convívio com os bares, a relação que a calçada estabelece de ter vários teatros, da gente se comunicar de trazer outros grupos, da cidade para se apresentar nos nossos teatros, e isso integrou de tal forma que a gente também uniu um projeto de informação que acabou virando, depois de dois anos de discussão, o que é hoje a SP Escola de Teatro. No fundo a SP- o nascedouro dela, é essa própria grande ágora que é a Praça Roosevelt, que deixou de ser um lugar isolado, completamente abandonado, no escuro, para ser um lugar com luz, com vida, com interação entre várias tribos. Digamos assim, eu acho que tem os skatistas que hoje ocupam a praça, os estudantes que não são skatistas - que são os estudantes em geral do 2º grau das escolas daqui públicas do entorno - e às vezes escolas periferia, que graças à integração das redes sociais, se comunicam e cria um evento, e festas, e encontros aqui. A gente tem toda uma frequência do público de teatro independente dos artistas e das pessoas ligadas à comunicação, jornalistas, publicitários, músicos...

IC: Até hoje, entre a Praça Roosevelt- do meio da Praça Roosevelt e o palco dos Satyros, não existe uma porta. Isso também foi estratégico, quando nós chegamos lá no ano de 2000 a gente falou: “não existe nenhuma porta.” Se você quiser, durante uma peça do Satyros, entrar na porta da frente dos Satyros, você vai até o palco sem passar por nenhuma porta. Você vai ter um monte de cortinas e panos que, se você vencer, você entra no nosso palco. Isso é uma forma de tentar criar, uma de forma simbólica obviamente, mas um convite para que você; para que vocês, para quem público, para que os artistas da Praça Roosevelt, adentrem ao nosso espaço e possam dialogar com a gente. Então vai ser assim sempre, entre nós elenco dos Satyros e a Praça Roosevelt, nunca existirá nenhum portão, nenhuma porta e nenhuma dificuldade de comunicação. A gente vai estar sempre aberto, de braços abertos, de coração aberto para tentar no mínimo entender a complexidade do mundo.

AG: Uma palavra que, de alguma maneira resume todo esse trabalho que a gente na Virada Educação faz, o que a gente vê muitos grupos articulando aqui no centro de São Paulo e fazendo também; é a palavra intimidade. Essa palavra é muito importante para conversar sobre uma cidade educadora, uma cidade lúdica, porque a gente precisa construir intimidade com a nossa realidade para poder causar alguma marca mais relevante nela. Quem disse isso, na verdade, as palavras que eu tô trazendo aqui agora, elas vêm do próprio Paulo Freire que, numa entrevista de rádio quando ele tinha voltado do exílio, ele falou que ele só conseguiria deixar alguma marca relevante no Brasil se resgatasse a intimidade que ele tinha com Brasil - que ele passou muitos anos fora, aí quando ele volta, ele se vê, de novo, com um cenário que precisa de muitas mudanças, muitas alterações criativas. E aí ele pergunta como resgatar essa intimidade de novo, então essa intimidade com a realidade ela é muito essencial para a gente conseguir perceber a potência de um trabalho que acontece no espaço público, por meio da arte, porque se a gente não consegue se dá abertura para essa intimidade, a gente pode talvez achar que esse trabalho não tem tanta força, mas ele tem uma força muito avassaladora, porque ele está com o corpo e ele traz uma experiência para o corpo todo. E não é experiência, é na verdade uma vivência que chega só por uma via do pensamento, né? Chega no corpo todo quando um cortejo acontece, ele acontece com as pessoas andando juntas na rua, né? Quando uma peça de teatro acontece, numa praça, ela acontece trazendo as pessoas a ficarem próximas, às peles umas das outras, né? Algo de contato real, né? A intimidade é uma palavra que eu resalto muito, assim, que resume bastante a força desse trabalho todo na cidade com arte, ocupando o espaço público.

GF: Satyrianos é um evento cultural que reúne várias atividades artísticas, uma espécie de vigília cultural durante 78 horas que acontece principalmente aqui na Praça Roosevelt e no seu entorno.

Os Satyrianos, como a gente surge aqui na Praça Roosevelt, do grupo Satyros, a gente começa como uma vigília mesmo: duas portinhas abertas ou gente começava a ensinar a fazer pequenas leituras e deixava essa porta aberta durante toda a madrugada durante essas 78 horas. Hoje a gente tem a Satyrianos, na verdade, ela deixou de ser uma manifestação só da cidade de São Paulo, hoje ela é um evento conhecido nacionalmente. A gente tem vários grupos de teatro e artistas que vêm de outros estados, outras cidades do interior também aqui de São Paulo, para se apresentar aqui e isso faz esse intercâmbio cultural entre esses artistas, vamos chamar assim, e com o público junto, né? A gente tem um recorde de público, filas lotadas a praça toda, os quatro dias do evento sempre lotados, e é muito bacana ver, por exemplo, a gente tem muita gente que vem do Nordeste e do Norte apresentar aqui. Pessoal do Pará, o pessoal do Rio de Janeiro que tem intercâmbio fixo com a gente, então esse intercâmbio cultural é o principal mote, o que transformou esse lugar e acho que o que deixa os Satyrianos mais conhecidos a cada dia.

KB: No caso aqui do nosso do Centro Cultural São Paulo, é um espaço extraordinário também para a gente pensar essa coisa da de uma certa sociabilidade porque é um espaço que foi pensado. Começou a ser construído no final dos anos 70 e foi inaugurado há em 82, então assim, a gente pode dizer, na rebordosa da experiência da ditadura, então não é à toa que a gente pode perceber o que é o espaço. Ele é todo vazado, a gente pode perceber que é um espaço todo feito, onde é possível, com paredes de vidro, ou seja, em que as pessoas podem se ver o tempo todo umas às outras. É o espaço com a série de aberturas para a cidade, tanto na parte de cima superior como um todo, esse térreo que a gente pode perceber várias possibilidades de entrar e sair, sem muro, sem grades etc., né? Então é uma espécie de experiência com a sociabilidade nessa direção, de uma convivência democrática, de uma convivência múltipla, onde as pessoas podem entrar e sair a hora que elas quiserem, elas podem se encontrar como de fato ocorre aqui. É um local super propício para encontros, ensaios, aulas abertas normalmente não planejadas, né? É o espaço de uma ocupação espontânea extraordinária, é muito interessante a maneira como as diversas tribos que chegam aqui elas acabam se organizando, assim, espontaneamente, sem que a direção do Centro Cultural precise disciplinar e dizer: olha esse espaço é seu, aquele espaço é do outro. Enfim, é uma coisa que vai quase que naturalmente, né? Então, tanto a Roosevelt quanto esse espaço do Centro Cultural, eu acho que são espécies de sinalizadores de uma de uma convivência que eu acho que é fora da ordem no caso da cidade de São Paulo - que pela sua própria característica de ser uma cidade em que a vida corre muito rapidamente, cada um precisa muito cuidar do seu do seu próprio espaço privado - são os espaços que acabam finalizando umas espécie de contramão

da época, no sentido que são pequenas ilhas de desordens, dentro desta ordem desta vida ordinária que é a cidade.

HP: Então a gente acabou criando uma miscelânea tão grande e tão importante para a cidade que a gente começou a passar a ser analisado por urbanistas que não imaginavam que esse é um jeito de revitalizar o centro da cidade. Sempre imaginou a revitalização do centro apenas ou por moradia, ou por comércio, e nunca se pensou nesse caminho do encontro da cultura do encontro, não só da arte, mas na cultura no seu sentido mais amplo; de mudar o modo de viver das pessoas, de ocupação do espaço público. Eu acho que isso é que tornou a Praça Roosevelt um exemplo. não só para a cidade de São Paulo. mas pro mundo inteiro, de que é possível criar ambientes de convivência que não sejam fechados e isolados nem privatizados como são shopping centers e sim que as praças ganham o sentido que elas tinham no início do século passado anterior, ou seja, lugares de encontro. Eu acho que a gente retomou o sentido de lugar de encontro, encontro da arte, da cidadania, e principalmente, da vida, né? Que pode ser vivida sem medos, sem ficar isolado, sem ficar ilhado em apartamentos e casas - e com convívio. Eu acho que esse é o maior sentido público da Praça Roosevelt.

IC: É porque eu acho que falta solidariedade no mundo. Eu acho que não é só uma questão pelo artista, eu acho que é uma questão de cidadania, né? De criar um espaço solidário onde a gente possa exemplificar, onde a gente possa discutir, onde a gente possa apresentar as nossas ideias - por mais distintas diferentes e contrárias à dos outros - mas um lugar de embate, um lugar de construção de ideias, né? Então eu acho que a Praça Roosevelt é a grande ágora da cidade. Acho que a Praça Roosevelt é pura pro teatro, para a cultura brasileira, o que a ágora foi lá no início do teatro; que é um encontro de verdade, de várias tribos, de várias pessoas que não falam a mesma língua, que não pensam a mesma coisa, mas que estão disponíveis por um encontro para conversa. A história não é sólida, a gente pode mudar a história se a gente quiser, a gente pode redefinir a geografia, a gente pode pegar outras fronteiras, né? Pensar por exemplo que a Praça Roosevelt ela é a cidade de São Paulo, que é o estado de São Paulo, que é o Brasil, que América Latina, ou seja, eu já eu já redimensionei uma ideia de território. Então eu acho que só teatro, ou só a arte, pode fazer isso, né? Redimensionar essas fronteiras e criar possibilidades que sejam estimulantes para a construção de um mundo, de um novo mundo, do mundo possível, o mundo que a gente acredite.

JK: Eu acho que essa praça ela abraça todo mundo. Ela aceita todo mundo: travesti, o gay, o hétero, o transexual, o skatista, o funkeiro, entendeu?

GD: Porque o que era a Praça Roosevelt antes, e o que ela virou depois do teatro, mostrou como um espaço abandonado, descuidado, transformou, ao mesmo tempo, numa sala de aula de convivência e num palco. Mas num palco em que os atores são as pessoas comuns e que agora são os skatistas, e que são os idosos, e que são os namorados, os artistas. E nessa combinação de espaço público e privado, você ensinou uma outra coisa, você ensinou o melhor que tem numa cidade. O melhor que tem uma cidade é o lugar que você aprende e convive. É como se fosse um teto permanente de aprendizagens do encantamento dos contatos, do encantamento daquela semente de área que você tem, quando alguém deposita o conhecimento. Então, é como se fosse uma grande peça de teatro em que cada dia é diferente o roteiro, os personagens, mas você nunca para de se encantar porque, na verdade, cada um tem seu holofote.

ANEXO C

Entrevista: “*Rubens Reis: a nova Praça Roosevelt*”

Entrevistador:

Ramón Stock Bonzi (LABVERDE)

Entrevistado:

Arq. Rubens Reis (REIS)

Local e Ano:

São Paulo, 2013.

Instituição promotora:

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Periódico de publicação da entrevista:

Revista LABVERDE, edição nº 06 publicada em 20 de junho de 2013, título: “*Cidade mais verde*”. Páginas 237-247.

Versão original:

disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/issue/view/5075>

ENTREVISTA

LABVERDE – O sr. já declarou que a Praça Roosevelt é um erro urbanístico. Por favor, explique isso para a gente.

REIS – O espaço que resultou a antiga Praça Roosevelt (anos 60) foi originado de um longo e lento processo de desapropriações destinadas à abertura de espaço para a ampliação do sistema viário da cidade de São Paulo (plano elaborado na época de Prestes Maia). Essas desapropriações se completaram na década de 60 conformando a antiga praça (grande terreno vazio que servia de estacionamento nos dias da semana e nos domingos na maior feira-livre da cidade na época, como também, na época das eleições no grande palco para os tradicionais comícios dos políticos). A antiga Praça Roosevelt pode ser considerada uma área residual, resultado do longo processo de desapropriações. Praça sem nunca ter sido uma praça esta área é cortada no final dos anos 60 para dar passagem ao sistema viário Leste-Oeste. Esta proposta de ligação viária foi muito discutida dentro dos órgãos responsáveis da municipalidade. Uma das propostas (anterior ao projeto implantado no final dos anos 60) previa a passagem por sistemas elevados com várias alças de acesso. Na verdade, tratava-se de um mini cebolão que envolvia toda a Igreja da Consolação, criando uma grande quantidade de áreas repletas de baixos de viadutos. Felizmente este projeto foi descartado e optou-se pela abertura de uma grande trincheira passando bem abaixo da cota média da antiga praça. Foi só posteriormente a esta decisão viária que a administração municipal resolveu contratar um projeto que fizesse um fechamento desta trincheira, procurando rearticular o antigo espaço da praça e seu entorno. O projeto foi contratado junto ao paisagista Roberto Coelho Cardozo e aos arquitetos Antônio Augusto Antunes Neto e Marcos de Souza Dias, todos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Mesmo tendo sido implantado parcialmente, o projeto e a obra final apresentavam um programa complexo e uma arquitetura de excessos formais que estavam mais próximos de um “Grande Edifício” do que o de uma Praça. Construída dentro de um momento marcado pelo chamado “Milagre Brasileiro” e pelo reflexo do processo de metropolização, a Praça Roosevelt foi construída como exemplo de “Modernidade e Eficiência”, como afirmava um de seus autores na época: “A Praça Roosevelt não tem comparações no mundo, é mais que uma praça, é um sistema viário, edifício e viaduto.

LABVERDE – Você foi a favor de sua completa demolição?

REIS – Muitos estudos e projetos foram propostos pela municipalidade e por especialistas sem alcançarem sucesso, principalmente pela questão de falta de recursos. Em 1995 a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB através de estudo desenvolvido por mim e sob coordenação do arquiteto José Eduardo de Assis Lefèbvre lançou oficialmente a proposta de demolição do excesso da massa construída e o desenvolvimento de uma nova intervenção neste espaço. Esta proposta surge após uma série de intervenções que acabaram não surtindo efeito. Neste momento entendemos que não tínhamos mais espaço para soluções paliativas de gestão e/ou melhorias, a proposta era encarar de frente o real problema da Praça, ou seja ela mesma. De uma certa forma, esta proposta de demolição dos excessos já contava com o senso comum dos técnicos da administração e dos especialistas da sociedade civil e de grande parte da população.

LABVERDE – Os problemas surgiram com o passar do tempo (e por isso imprevisíveis) ou o projeto original já apresentava falhas conceituais desde o início?

REIS – Inaugurada em 25 de Janeiro de 1970 a Praça Roosevelt já apresentava sérios sinais de declínio em meados dos anos 80, crise que se prolongaria até o início das obras de recuperação em 2009. Os problemas foram se acumulando durante todo esse período como atestam as reportagens da imprensa local, chegando ao ponto de a Municipalidade propor a pintura de verde da praça no intuito de tentar amenizar a aridez do espaço. A anterior fragmentação do tecido urbano promovida pela intervenção viária não foi recuperada com a implantação da “Nova Praça”, ao contrário, o novo projeto e obra concluída, com os seus vários níveis (lajes e patamares), excessos formais, excessos de massas construídas/ bloqueios visuais e de acessibilidade, junto com os problemas posteriores de gestão/administração da prefeitura acabaram decretando a falência deste espaço em um espaço de 20 anos. A complexidade e a pretensão inicial do projeto fizeram com que este novo espaço assumisse uma dimensão desproporcional com o entorno, criando a necessidade da criação de vários planos para o atendimento do programa que juntamente com o exagero formal das massas construídas acabaram criando vários bloqueios visuais e de acessibilidade dificultando a articulação com as áreas adjacentes. Sendo assim, podemos considerar que o programa e o partido adotado no projeto não foi o mais correto, apesar de ter sido uma experiência que tinha como base conceitos que estavam em vigor na nossa cidade na época – O urbanismo moderno, onde a planificação e a racionalização exacerbada do uso e ocupação do solo prevaleciam. Experiências como as “New Towns” inglesas e francesas e as megaestruturas ainda eram referências dos nossos profissionais, apesar dos questionamentos que

já se faziam no exterior, (principalmente nos Estados Unidos) a respeito do urbanismo do “arrasa quarteirão” e das grandes intervenções. Os problemas relacionados à gestão/administração e manutenção deste espaço só acabaram agravando a situação.

LABVERDE – A requalificação da praça teve êxito no enfrentamento desses problemas?

REIS – Ainda é cedo para fazermos uma avaliação criteriosa da obra que foi implantada. No meu entendimento, a reurbanização teve êxito no enfrentamento dos problemas relacionados ao rompimento dos obstáculos visuais e de acessibilidade, procurando uma maior articulação com o entorno. Foi positiva também ao resolver de uma vez por todas os problemas relacionados às constantes e necessárias manutenções de um espaço que se encontrava impossibilitado de uso e de grande dificuldade de gestão e administração por parte da prefeitura. Os estudos desenvolvidos por mim (desde 1989 até 2009) e o projeto executivo avançaram dentro do prazo e das condições possíveis dentro da administração – sempre truncado e sem continuidade. A obra foi executada dentro de outras condições de limitações que acabaram, no meu entender, comprometendo o resultado final, mas de qualquer forma, acredito que estamos ainda em um processo que poderá se completar se ocorrer um acompanhamento da obra face às novas demandas e aos novos problemas surgidos ou que possam surgir.

LABVERDE – Como se chegou à definição do programa e dos planos de massa da nova praça?

REIS – Infelizmente a administração municipal nunca teve uma clareza em termos de programa para o referido lugar, ao contrário, a praça sempre foi um problema que ficava passando de mãos em mãos de vários órgãos da administração, gerando, desta forma, uma grande dificuldade na formulação de um programa. Sempre com dificuldades ligados à falta de recursos e à indefinição em relação aos locatários que se encontravam na praça o projeto da Reurbanização da Praça Roosevelt sempre era postergado dentro das gestões administrativas. Finalmente, com a possibilidade de contar com os recursos do Programa de Recuperação da Área Central (Financiamento do BID) a Praça Roosevelt teve pela primeira vez a oportunidade concreta de reformulação. O projeto de recuperação da área central foi levado adiante na gestão da prefeita Marta Suplicy e encaminhado nas gestões dos prefeitos Serra e Kassab nas quais a licitação e o início das obras tiveram início, culminando com a inauguração do novo espaço em 2012. O programa resultante foi elaborado pelo corpo técnico e de contatos com setores da comunidade via reuniões, assembleias e encontros. Os planos de massa da nova praça são decorrentes das condições estruturais do local – três grandes lajes que servem de apoio ao plano principal da praça

e aos dois níveis de estacionamento acima da via Leste-Oeste. Sendo assim, o plano principal da praça ficou definido pelas condições estruturais, sendo possível apenas intervir na demolição do antigo pentágono e nos novos acessos criados na Rua da Consolação (Nova Esplanada Consolação) e Rua Augusta (Nova Esplanada Augusta). Neste longo período estudamos várias possibilidades de intervenção – rompimento de lajes para implantar auditórios, teatros e áreas de reunião, permanência da antiga Escola de Educação Infantil EMEI Patrícia Galvão com várias possibilidades de layouts e atendimento de algumas atividades tradicionais da praça como as floriculturas. O Programa final do projeto e não da obra (discutido e aprovado por setores da comunidade e da administração municipal) contemplou as seguintes atividades: manutenção de espaço para as floriculturas existentes; criação de postos da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana; criação de uma edificação para o uso de um Telecentro e do Centro de Informações da Mulher (que já se encontrava na praça por quase 20 anos); espaços isolados para cachorros; Espaços para recreação infantil; espaços para descanso, contemplação e circulação. A malha estrutural da Praça acabou induzindo a criação de um eixo de ligação entre as duas novas esplanadas de acesso (Consolação e Augusta). Estas duas novas Esplanadas foram criadas com a demolição do conjunto próximo à Rua da Consolação e o fechamento do vazio junto à Rua Augusta, criando um eixo arborizado para a circulação e o descanso. Esta mesma malha estrutural com os chamados “caixões perdidos” da estrutura da laje do piso do plano principal acabou servindo como grandes floreiras para o plantio de um eixo de árvores entre as novas Esplanadas Augusta e Consolação, tornando-se importante partido de projeto, visto a predominância das lajes de concreto neste espaço.

LABVERDE – E a participação popular?

REIS – Dependeu de cada administração, considerando que esta proposta vem desde a época da Prefeita Erundina, ou até mesmo antes dela, pois a primeira grande remodelação do espaço ocorreu na gestão do prefeito Mário Covas. Os técnicos sempre estiveram disponíveis para o contato com as pessoas envolvidas com a praça. Em termos de administração tivemos a oportunidade de apresentar todos os estudos desenvolvidos para a comunidade local – dependendo da administração com maior ou menor intensidade. O Programa do projeto (não da obra) pode ser considerado de consenso entre todos. Participamos de vários encontros, assembleias, reuniões e discussões a respeito da praça, seja com a comunidade e com especialistas. Entendo que foi o processo possível.

LABVERDE – O senhor se afastou da EMURB em 2009 e depois disso o seu projeto sofreu alterações. Você foi consultado? O que achou do resultado?

REIS – Não foi o fato da minha saída da EMURB que o projeto sofreu alterações. Mudanças de projetos são naturais nos processos de obras. A questão é: como mudar e porque mudar. O projeto teve continuidade até chegar à licitação e início da obra em 2010. Evidentemente uma obra acaba tendo que alterar algumas premissas originais do projeto por questões técnicas, tempo, novas prioridades e demandas e recursos. No caso da Roosevelt entendo que a eliminação do Telecentro foi uma grande perda, pois seria um interessante espaço aglutinador de pessoas em especial jovens e que junto com o Centro de Informação da Mulher seria um espaço referencial. Outra questão é a não incorporação da área verde no entorno da Igreja da Consolação à praça, continuando reservada para as atividades da Igreja e não da comunidade. Outro ponto refere-se aos acabamentos, os quais foram pensados no projeto original com materiais de maior durabilidade e que infelizmente não foram considerado. A área de quiosques das floriculturas continua vazia e ocupada irregularmente por uma base da Guarda Metropolitana. Em minha opinião, o pior das intervenções da obra foi a opção da construção de uma nova edificação para a sede da Polícia Militar – anteriormente, no projeto licitado a polícia ficaria abaixo das escadarias da “Nova Esplanada Augusta” sem interferência com a nova praça. Pressões de ordem corporativa forçaram a mudança dessa proposta, como também ocorreu com as instalações da Guarda Metropolitana, que no meu entendimento acabou retomando um problema antigo da área – o seu fracionamento. Em função de interesses particulares da Igreja, Polícia e Guarda Metropolitana o projeto foi fracionado e fragilizado, onde os interesses particulares acabaram se sobrepondo ao projeto maior que seria a praça como um espaço único.

LABVERDE – O caso da Praça Roosevelt é um dos muitos projetos para áreas públicas que foram sumariamente alterados durante a execução. Como vê essa questão?

REIS – Projetos e obras são (infelizmente) diferentes, se não fossem as regras da licitação a situação poderia ser pior. A questão está ligada ao pouco valor que se dá ao projeto em detrimento ao valor da obra acabada. Os prazos de execução seguem uma lógica política e dificilmente será diferente. Contratamos obras com projetos que na maioria das vezes são deficitários em termos de maturação e informações, sendo assim é na obra que o projeto acaba se desenvolvendo, sempre com os riscos de perda de qualidade e aumento de custos. Temos também a questão relativa ao distanciamento entre o alcance dos ideais de projeto e a realidade de execução e gestão/administração da prefeitura, que infelizmente é muito limitada e poucos profissionais

conseguem desenvolver projetos que se adequem às essas limitações. A Praça Roosevelt não é exceção. Apesar do grande período de maturação (truncada e sem comprometimento oficial) dentro da prefeitura, a indefinição da administração em relação à ação, ao estabelecimento do programa e ao início das obras acabou gerando os tradicionais problemas em relação às obras na cidade.

LABVERDE – A supressão do edifício destinado ao Telecentro e da sede do Centro de Informação da Mulher e a colocação de um questionável edifício destinado à Guarda Civil Metropolitana parece indicar uma clara vontade da administração pública de gentrificar a área. O grupo de teatro Satyros, por exemplo, chegou a avisar que iria sair da área por conta dos aumentos no aluguel. Concorda com a nossa avaliação?

REIS – Não concordo, a supressão do edifício do Telecentro se deu por uma visão equivocada de setores da administração e de entidades que consideraram que, se estávamos demolindo uma área (o Pentágono) não deveríamos mais construir outra edificação. O programa original já contemplava a permanência da polícia militar e da guarda civil (por solicitação da comunidade). A diferença é que o programa não priorizava estes equipamentos como elementos referenciais, procurando disposição mais discreta na praça. A questão da gentrificação nunca é uma ação explícita, ela pode ocorrer (pode ser intencional? – como sabemos pode – mas não foi o caso), infelizmente é uma lógica do mercado na sociedade da qual vivemos: espaços requalificados acabam sendo valorizados. O poder público teria que se antecipar a este fenômeno, o que infelizmente não ocorreu ou não ocorre.

LABVERDE – Você ficou surpreso com a apropriação do espaço por parte dos skatistas? Aliás, o skate foi recentemente limitado a um pequeníssimo setor.

REIS – Não fiquei surpreso com os skatistas e nem com o sucesso do espaço dentro de outras comunidades que procuram utilizá-lo neste curto tempo de existência. É natural que um novo espaço, dentro de uma área carente de áreas abertas, seja um novo ponto de atração, principalmente na nossa época de comunidades ligadas à internet. O projeto original não contemplava espaços específicos para skatistas ou outros grupos, o projeto tinha como princípio simplesmente a abertura de um novo espaço de convívio com a menor manutenção possível para a administração. Poderíamos ter desenvolvido um projeto com apelos estéticos, tecnológicos e até mesmo com as louváveis justificativas de sustentabilidade, nos moldes de exemplos estrangeiros, mas conhecendo a fundo as limitações da administração optamos pela simplicidade,

que infelizmente para alguns significa falta de criatividade. Com relação ao skate ele não foi proibido, mas foi estabelecida uma forma de gestão do espaço que procure garantir a permanência de outras pessoas como crianças, velhos entre outros sem que entrem em conflito com a prática do skate e dos skatistas que acabaram se arvorando como os “donos do espaço”. Temos que lembrar que o espaço não foi pensado para um único ou determinado grupo.

LABVERDE – O sr. entende que há alguma coisa na atual política da prefeitura de São Paulo para Praças que deve mudar ou que pode ser melhorada?

REIS – A fragmentação das ações da prefeitura e dos outros níveis da administração pública (estado e união) dentro da nossa cidade são problemas concretos a enfrentar, principalmente porque a cidade de São Paulo faz parte da maior área metropolitana do país. As limitações das Subprefeituras (recursos orçamentários, recursos humanos e conhecimento técnico) são os principais elementos da falta de qualidade do espaço urbano, que junto com a falta de sintonia das ações acabam gerando essa sensação negativa em relação aos espaços da nossa cidade. Acredito que com maiores recursos junto às subprefeituras e ações mais integradas poderemos melhorar este quadro. Por fim, um aspecto muito importante seria a mudança de foco das subprefeituras. As subprefeituras precisam mudar a visão de zeladores para gestores das unidades de sua administração e não ficarem a reboque de outras institui

Entrevista: “*Borelli & Merigo: os projetos e a nova Praça Roosevelt*”

Entrevistador:

Ramón Stock Bonzi (LABVERDE)

Entrevistado:

Arq. Fabricio Sbruzzi (BORELLI & MERIGO)

Local e Ano:

São Paulo, 2013.

Instituição promotora:

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Periódico de publicação da entrevista:

Revista LABVERDE, edição nº 06 publicada em 20 de junho de 2013, título: “*Cidade mais verde*”. Páginas 249-253.

Versão original:

disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/issue/view/5075>

ENTREVISTA

LABVERDE – A antiga Praça Roosevelt era considerada um símbolo da degradação do centro de São Paulo. Na avaliação de vocês, por que ela estava abandonada? Falta de gestão, erro de projeto?

BORELLI & MERIGO – É importante entender a degradação da Praça Roosevelt dentro do contexto da deterioração do centro de São Paulo. Seus espaços públicos foram gradativamente abandonados pela população que via o centro como local inseguro e com serviços pouco atrativos. As demais praças do centro vivenciaram problemas semelhantes aos da Roosevelt. Felizmente este processo começa a ser revertido. Havia um problema específico na Roosevelt

que potencializou estes problemas: acessibilidade. Toda a praça ocupava cotas de nível que não permitiam uma conexão direta com o entorno. Com exceção de quatro pontos nas ruas João Guimarães Rosa e Martinho Prado, o piso da praça não se nivelava à calçada lindeira. No caso da rua Augusta a situação era ainda mais complexa, pois o desnível ultrapassava os seis metros e havia o fosso de ventilação da ligação Leste-Oeste. O resultado era que a praça não interagiu com a rua Augusta e nem com a vizinhança.

LABVERDE – Como vocês definem o programa da nova praça Roosevelt?

BORELLI & MERIGO – Em termos programáticos não houve grandes alterações em relação ao projeto original. A praça abriga floriculturas e espaços comerciais, um batalhão da guarda civil metropolitana e outro da polícia militar. Além disto, existem áreas para um parque infantil e para passeio de cachorros. No começo do ano foi aprovado pelo Conselho Gestor da Praça Roosevelt - composto por representantes dos moradores, comerciantes, skatistas e poder público - nosso projeto para uma área dedicada à prática do skate.

LABVERDE – Vocês pegaram o projeto concebido pelo arquiteto Rubens Reis. Propuseram muitas alterações? Como é ‘mexer’ na proposta de outro profissional?

BORELLI & MERIGO – Primeiro é preciso esclarecer esta questão da autoria deste projeto. De fato havia um projeto inicial concebido dentro da antiga EMURB, que inclusive chegou a ser detalhado pela Figueiredo Ferraz. Ocorre que por ocasião da obra, a prefeitura quis modificar este projeto. As modificações foram: eliminação do edifício do Telecentro, aumento dos edifícios da guarda civil metropolitana e da polícia militar, área para o chamado cachorródromo e rotas de fuga para os dois subsolos. Além disto, havia ajustes e correções necessárias em uma reforma deste porte. Este novo projeto foi concebido pela Borelli & Merigo em acordo com as exigências da prefeitura.

LABVERDE – Além de terem feito o projeto executivo, vocês fizeram o acompanhamento da obra. Imagino a dificuldade de demolir o pentágono

BORELLI & MERIGO – Na verdade a demolição do pentágono foi relativamente simples. As maiores complicações estavam relacionadas a uma série de incompatibilidades entre o projeto original da praça e a obra que foi executada no início dos anos 70. Foram várias as surpresas, pois a cada dia descobríamos uma novidade que nos ajudava a compreender melhor o edifício.

Neste ponto contamos com a colaboração da construtora Paulitec, uma parceira ciosa da responsabilidade deste trabalho. Talvez a dificuldade mais importante tenha sido constatar que as imensas cortinas de contenção eram ligeiramente inclinadas. Isto nos obrigou a revisar dezenas de projetos de modo a adaptá-los a esta situação imprevista.

LABVERDE – Vocês ficaram surpresos com a apropriação do espaço por parte dos skatistas? Aliás, o skate foi recentemente limitado a um pequeno setor. Como veem essa questão?

BORELLI & MERIGO – Não ficamos surpresos com os skatistas na Roosevelt. Afinal eles ocupam este espaço faz bastante tempo. Durante os anos de maior abandono, foram eles os principais usuários da praça. Em nosso entendimento não seria justo, agora com o espaço reformado, expulsá-los. Porém o projeto da EMURB não contemplava áreas para skate. Na verdade esta foi mais uma modificação que tentamos fazer, porém a prefeitura, atendendo à solicitação da vizinhança, não aceitou. Em nossa proposta inicial havia também um teatro ao ar livre, outra atividade muito ligada historicamente à Roosevelt. Esta também não foi aprovada. Após a eleição a nova administração resolveu atender aos anseios dos skatistas. No início do ano travamos frutíferas conversas com a Confederação Brasileira de Skate e a subprefeitura da Sé e conseguimos aprovar junto ao conselho gestor, nosso projeto para uma praça de skate na Roosevelt. A implementação deste projeto em conjunto com a pedestrialização da rua João Guimarães Rosa, resolverá definitivamente a questão do skate e da acessibilidade na Roosevelt.

LABVERDE – Depois de tanta confusão a Subprefeitura da Sé resolveu dedicar 1500 m² da praça para a criação do Skate Plaza da Roosevelt. Podem nos adiantar alguma coisa?

BORELLI & MERIGO – A praça de skate foi aprovada pelo conselho gestor da praça e está em fase de implementação pela prefeitura.

LABVERDE – Existe um senso comum de que os espaços públicos estão sendo cada vez menos usados pela população. Vocês acham que isso procede ou é uma falsa percepção?

BORELLI & MERIGO – Ao menos em São Paulo isto não é uma realidade. A própria ocupação da praça desde a sua inauguração é prova disto. Há uma série de eventos como a Virada Cultural,

a Parada Gay, a reocupação do bairro da Consolação nos arredores da rua Augusta, as ciclofaixas, que demonstram claramente que o paulistano desfruta cada vez mais dos espaços de sua cidade

LABVERDE – A nova praça Roosevelt foi criticada por ter pouca vegetação. Seria “seca” demais. Como encaram a crítica?

BORELLI & MERIGO – O que nós chamamos de praça é, segundo o autor do projeto, o arquiteto paisagista Roberto Coelho Cardozo, um “edifício-praça”. Na verdade a praça é a laje de cobertura de um edifício composto pelo túnel viário da ligação leste-oeste e dois subsolos de estacionamento. Ela se insere dentro do conjunto de obras viárias construídas ao longo da segunda metade do século XX e que transformaram São Paulo em uma cidade dependente do automóvel. Ficaram reduzidas as possibilidades paisagísticas, por conta das limitações impostas pela estrutura existente. É impossível o plantio de árvores de grande porte na maior parte da praça. Ainda assim foram projetados cerca de quatro mil metros quadrados de jardins sobre laje, com diversas árvores de médio e pequeno porte, além de arbustos e forrações. Para o adequado plantio das árvores foram abertos os caixões perdidos da estrutura, de modo a garantir um volume de terra que permitisse a formação de raízes. Deve-se aguardar ainda, a maturidade das mudas o que ampliará significativamente o porte de suas copas. Por fim, gostaríamos de defender os amplos espaços de piso de concreto que permitem uma variada gama de ocupações tais como, shows, manifestações e eventos dos mais variados tipos, fatos que já se tornaram comuns na Roosevelt reformada e que contribuem para a sua qualificação.

LABVERDE – Como veem a ocupação dos quiosques destinados às floriculturas pela guarda civil metropolitana?

BORELLI & MERIGO – Apenas um dos quiosques é ocupado pela GCM, os demais continuam destinados a áreas comerciais.

LABVERDE – O senhores entendem que há alguma coisa na atual política da prefeitura de São Paulo para praças que deve mudar ou que pode ser melhorada?

BORELLI & MERIGO – Esperamos que seja implementado, com a máxima urgência e abrangência, um plano de arborização das ruas e espaços públicos em São Paulo. A cidade é muito carente em relação à qualidade paisagística destes espaços.